



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Relatório de Gestão

BIÊNIO 2011 - 2013



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Relatório de Gestão

BIÊNIO 2011 - 2013



BELÉM
2013

**Coordenação**

Assessoria de Imprensa
imprensa@mp.pa.gov.br

Revisão de texto

Irene Gomes de Vasconcellos Palheta

Projeto gráfico e editoração

Serviço de Artes Gráficas/MPPA
sag@mp.pa.gov.br

Impressão

Gráfica Lisboa (TLD Alberto- EPP)
Tiragem: 100 exemplares

Ministério Público do Estado do Pará
Rua João Diogo nº 100, Centro - CEP 66015-160 - Belém-PA

Telefone (91): 4006.3400
Website: www.mp.pa.gov.br
E-mail: pgj@mp.pa.gov.br

Catálogo na Publicação (CIP)

P221 Pará. Ministério Público
 Relatório de gestão: biênio 2011-2013. / Ministério Público do Estado
 do Pará. Belém, 2013.
 202 p. : il.

1 Ministério Público – Pará – Gestão – 2011-2013. 2 Ministério Público –
Pará – Relatório – 2011-2013. I. Ministério Público do Estado do Pará.
II. Título.

CDD : 341.41306

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Relatório de Gestão

BIÊNIO 2011 - 2013

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador-Geral de Justiça

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Subprocurador-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Corregedor-Geral
De 1º/1/2011 a 7/1/2013

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Corregedor-Geral
A partir de 7/1/2013





Missão

“Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, assegurando o exercício pleno da cidadania”

Visão de futuro

“Ser reconhecido como instituição em permanente atuação em todo Estado do Pará, na articulação das políticas públicas e na mediação dos conflitos sociais”



Prédio-sede, em Belém-PA

PALAVRA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

É com grande alegria e satisfação que chego ao término da gestão à frente do Ministério Público do Estado do Pará do biênio 2011/2013. Portanto, é chegado o momento de apresentar os resultados das ações desenvolvidas no âmbito institucional e administrativo, que buscaram melhorias em favor de uma instituição mais ágil, mais eficiente e focada em resultados positivos para a sociedade, verdadeira beneficiária dos avanços obtidos ao longo desse período.



O presente relatório foi elaborado com a intenção de apresentar as informações acerca das ações desenvolvidas em todas as áreas institucionais, como forma de prestar de contas e de imprimir transparência às atividades desenvolvidas.

Dos órgãos da Administração Superior, das Subprocuradorias-Gerais, da Ouvidoria, dos Centros de Apoio Operacional, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, dos departamentos, dos grupos especiais às assessorias, indistintamente, todos tiveram papel de destaque e preponderância no processo de contínua busca por melhores resultados.

O conjunto das ações delineadas neste documento evidencia o esforço que a Procuradoria-Geral de Justiça, juntamente com os demais órgãos de administração da instituição ministerial, realizou na busca de uma melhor atuação, voltada ao cumprimento de sua missão: ser o órgão de defesa da ordem jurídica e dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

Particularmente, tenho a real convicção de que, mesmo diante de naturais limitações e dificuldades, o melhor e o possível certamente foram realizados, levando-me à conclusão de que o esforço conjunto proporcionou avanços e conquistas importantes para a solidificação das atribuições institucionais. Assim, com o sentimento do dever cumprido, manifesto os meus sinceros agradecimentos a todos os membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará pelo apoio dispensado com a força de trabalho empreendida em favor da instituição.

Antônio Eduardo Barleta de Almeida

Procurador-Geral de Justiça



Sumário

Procuradoria-Geral de Justiça.....	1
Colégio de Procuradores de Justiça.....	15
Conselho Superior.....	28
Corregedoria-Geral.....	32
Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa.....	47
Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional.....	52
Ouvidoria-Geral.....	58
Assessoria de Planejamento.....	65
Assessoria Jurídica.....	73
Assessoria Militar.....	74
Assessoria de Imprensa.....	77
Assessoria de Cerimonial.....	81
Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado.....	86
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.....	90
Centros de Apoio Operacional.....	94
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.....	98
Centro de Apoio Operacional da Cidadania.....	102
Centro de Apoio Operacional Cível.....	109
Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos.....	112
Centro de Apoio Operacional Criminal.....	116
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente.....	121
Programa “o Ministério Público e a Comunidade”.....	135
Departamento de Atividades Judiciais.....	142
Departamento de Administração.....	144
Departamento de Recursos Humanos.....	159
Departamento de Informática.....	166
Departamento de Obras e Manutenção.....	170
Departamento Financeiro.....	181
Departamento Médico e Odontológico.....	185
Controle Interno.....	190
Gestão de Contratos.....	192
Licitações e Contratos.....	194
Composição institucional.....	198



Reuniões com coordenadores de polos

Integração, ações e projetos marcaram a gestão

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) edificou, no último biênio, uma gestão pautada em realizações que alcançaram todas as áreas da instituição, com investimentos em obras, informática, materiais permanentes, entre outros.

Outra marca da atual administração foi a integração entre as unidades do Ministério Público, com a elaboração conjunta das ações nos últimos dois anos. Todas essas ações estão detalhadas e podem ser conferidas no decorrer da leitura do Relatório de Gestão 2011-2013. A seguir, estão alguns destaques do biênio.

Reuniões com coordenadores dos polos administrativos

Presididas pelo procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, foram realizadas três reuniões de trabalho da Administração Superior com membros-coordenadores dos dez polos administrativos da instituição, diretores de departamentos e assessores. Esse procedimento administrativo fez parte do compromisso assumido pela administração com a finalidade de aproximar os promotores e servidores e estreitar as relações de trabalho, buscando soluções administrativas de gestão e fortalecendo o processo de construção do Ministério Público, em busca de eficiência e eficácia para atender a sociedade.

Ações de integração e interiorização dos CAOs

O processo de integração e interiorização dos CAOs foi mais um dos compromissos cumpridos pela Procuradoria-Geral de Justiça com a finalidade de propiciar aos órgãos de execução o suporte para atender as demandas da sociedade.

Durante o biênio 2011-2013, a Administração Superior deslocou-se para reunir com os promotores de Justiça dos municípios que compõem cada uma das nove regiões administrativas do interior do Estado. Os participantes dos encontros debateram e propuseram estratégias de ações de trabalho com objetivo de promover a integração e o fortalecimento dos trabalhos dos membros, a busca do aprimoramento das funções do MPE e a garantia da eficiência e qualidade dos serviços.



Interiorização dos CAOs - Itaituba



Interiorização dos CAOs - Altamira



Interiorização dos CAOs - Capanema



Interiorização dos CAOs - Santarém

Projetos de lei são encaminhados à Alepa

Durante a gestão 2011-2013, foram encaminhados pela Procuradoria-Geral de Justiça à Assembleia Legislativa do Estado projetos de lei de interesse de membros e servidores. Seis desses projetos viraram lei, outros dois encontram-se ainda aguardando a aprovação pela Casa Legislativa.

Projetos encaminhados e aprovados

- Lei nº 7.646/2012, de 16/7/2012. Concede aos membros do Ministério Público do Estado do Pará o pagamento do auxílio-alimentação.

- Lei nº 7.677/2012, de 22/11/2012.

Dispõe sobre a fixação das gratificações dos membros pelo exercício de cargo ou função, por acumulação e substituição.

- Lei Complementar nº 083/2012, de 22/11/2012.

Estabelece os percentuais de 10% a 5% de diferença entre as entrâncias.

- Lei nº 7.645/2012, de 16/7/2012.

Concede aos servidores o acréscimo à remuneração de parcela de complementação variável, na forma de vantagem individual, em atendimento aos limites da Lei nº 5.810/1994.

- Lei nº 7.647/2012, de 16/7/2012.

Dispõe sobre a criação do cargo de Analista Jurídico e cria a função gratificada de assessoramento jurídico.

- Lei nº 7678/2012, de 22/11/2012.

Define a composição e as atribuições do cargo de Analista Jurídico.

Projetos encaminhados e aguardando aprovação

Encontram-se ainda aguardando a aprovação pela Assembleia Legislativa mais dois projetos de lei, que foram apreciados e aprovados pelo Colégio de Procuradores de

Justiça na sessão ordinária de 15/1/2013, os quais que dispõem sobre:

- a) a concessão do auxílio-moradia aos membros do Ministério Público, retroativo a janeiro de 2013;
- b) a regulamentação da diferença entre as entrâncias dos cargos de membros do Ministério Público, obedecendo à redução de 1% ao ano, pelo período de cinco anos, retroativo a janeiro de 2013.

Projeto de resolução sobre revisão de subsídio

Foi encaminhado e aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) projeto de resolução que dispõe sobre a revisão do subsídio mensal dos membros, para o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015, no percentual de 5% a cada ano.

Lei Orgânica do MP

A Procuradoria-Geral de Justiça recebeu sugestão de anteprojeto de lei remetido pela AMPEP, o qual, após análise e adequação, foi encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça, que proce-

deu à distribuição a um relator, por meio de sorteio eletrônico, para análise e emissão de parecer. O anteprojeto de lei encontra-se em deliberação para apreciação de voto-vista.

MP instalou Núcleo de Combate à Corrupção

Durante o ato solene da entrega oficial das novas instalações do prédio que abriga as Promotorias de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público e de Ações Constitucionais, o procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo de Barleta de Almeida, fez o anúncio da instalação do Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e à Corrupção, para o qual foi nomeado como coordenador o promotor de Justiça Nelson Medrado. O **Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção** é vinculado ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais e Interesses Difusos e Coletivos, conforme Resolução 005/2011, de 19 de maio de 2011, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE).



Instalação do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher

Por ocasião do lançamento no Pará da campanha nacional dos Ministérios Públicos estaduais e da União, sob o título "Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Uma Construção Coletiva", foi entregue pela Procuradoria-Geral de Justiça à sociedade paraense o Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher, instalado no prédio onde funciona atualmente a promotoria de justiça que atua nessa área. A promotora Lucinery Helena Resende Ferreira foi designada como coordenadora do núcleo.

A campanha foi lançada em Belém no dia 8 de março de 2012 - data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher - e num café da manhã seguido de entrevista coletiva aos jornalistas. Durante o evento, foi apresentado um vídeo acompanhado de uma cartilha educativa com ilustrações. O material promocional foi produzido pela Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid).





MP do Pará dá apoio a Congresso Nacional do MP

O Ministério Público do Estado do Pará participou e deu apoio ao XIX Congresso Nacional do Ministério Público Brasileiro, realizado em Belém, que teve como tema “Amazônia, Direitos Humanos e Sustentabilidade”.

Durante o evento, o procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, registrou em seu discurso de saudação aos participantes que felizmente cresce cada vez mais no seio da classe a percepção de que a missão do Ministério Público não é a de simples despachante processual ou de um mero amanuense, “mas, sim, que as suas funções são as de um verdadeiro agente político ao qual cabe, de maneira corajosa, mas transparente, interferir na realidade social em busca de uma melhor e mais sábia qualidade de vida de toda a sociedade”.

MP do Pará coordena lançamento de campanha contra violência

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Centro de Apoio Operacional Criminal, implementou no Estado a Campanha Conte Até 10 do CNMP, que tem o objetivo de instigar a reflexão a respeito dos homicídios cometidos por impulso e por motivos fúteis. O lançamento regional foi realizado em novembro de 2012, na escola Madre Zarife Salles, bairro do Guamá, em Belém. A campanha ainda está em andamento e prevê visitas e palestras em colégios locais. Durante o evento foi celebrado Termo de Cooperação entre o Ministério Público do Estado (MPE) e as secretarias de estado de Segurança Pública, Educação e Esporte e Lazer.



Novo plano de cargos, carreira e remuneração

Desde o início da atual gestão, a Administração Superior teve como uma de suas metas prioritárias a implementação de um novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) para os servidores do Ministério Público do Estado. O certame licitatório para a contratação de empresa com esse fim foi concluído em junho

de 2012, tendo como vencedora a Quântica Empresa de Consultoria e Serviços Ltda. – EPP.

O projeto do novo PCCR, juntamente com o projeto de adequação da estrutura organizacional, foi iniciado, ainda em meados de 2012, com previsão de conclusão, devido à complexidade do processo, no decorrer de 2013, consolidando, assim, uma das prioridades da atual gestão.

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) é o instrumento que estabelece a estrutura de cargos da organização, define as atribuições, deveres e responsabilidades de cada cargo, estabelece os níveis salariais, os critérios de progressão funcional, promoção e administração salarial.



Seleção pública para estágio teve mais de 800 inscritos

Seleção pública para estagiário

O Ministério Público do Estado do Pará realizou, em agosto de 2012, a Seleção Pública para estagiários. O processo seletivo para ingresso no Programa de Estágio da instituição atendeu as áreas de conhecimento de Direito, Administração, Odontologia e Informática (Ciência da Computação e Engenharia da Computação, em nível de Graduação superior).

O processo foi organizado pelo CEAF e pelo Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público do Estado. Foram 852 inscrições, com 212 candidatos aprovados.

Concurso público para servidores

Mais um dos compromissos de campanha para atender as demandas da instituição foi cumprido pela Administração Superior com a realização do concurso público para servidores. Com isso, a falta de servidores nos polos foi mitigada. Um cadastro de reserva para nomeações futuras que se fizerem necessárias também está garantido. As provas para os níveis superior e médio foram aplicadas nos municípios de Altamira, Abaetetuba, Belém, Capanema, Marabá, Itaituba, Redenção e Santarém. Foram ofertadas 283 vagas.



Concurso do MP

MP fará novo concurso para promotores de Justiça em 2013

A Procuradoria-Geral de Justiça iniciou o processo para a realização, no ano de 2013, de novo concurso público para o cargo de promotor de Justiça. A disponibilidade financeira para este ano prevê a nomeação de 50 novos promotores de Justiça. É mais uma iniciativa da administração no fortalecimento da Instituição.

Atualmente, o número de promotores de Justiça, é de 277, para atuar em todo o Estado do Pará. Com o concurso, esse quantitativo será ampliado, possibilitando a movimentação na carreira e, conseqüentemente, atendendo de forma mais efetiva as demandas, cada vez mais crescente, da população.

O último concurso do Ministério Público para promotor de Justiça foi homologado em 2006.





CONVÊNIOS

MP e Jucepa celebram termo de cooperação técnica para transferência de dados

O procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, e o presidente da Junta Comercial do Pará (Jucepa), José Artur Guedes Tourinho, celebraram, em novembro de 2012, Termo de Cooperação Técnica (TCT) entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPE) e a Junta Comercial do Estado do Pará (Jucepa).

O TCT tem por objeto “disciplinar a transferência de dados e a disponibilização das bases de dados existentes, referentes aos atos constitutivos e alterações posteriores, concernentes às empresas mercantis registradas na Junta Comercial do Estado do Pará, que serão utilizados pelo Ministério Público do Estado do Pará para subsidiar os trabalhos de fiscalização, exame e análise documental de seus técnicos.



MPE e MPT unem esforços para erradicação do trabalho infantil

Outro importante documento assinado pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPE) na gestão 2011-2013 diz respeito ao Convênio de Cooperação Técnica Científica e Operacional que tem a finalidade de unir esforços destinados à erradicação do trabalho infantil e à adequada proteção ao trabalho do adolescente no Estado do Pará, tanto no meio urbano quanto na área rural. Pelo MPE assinou o procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, e pelo Ministério Público do Trabalho 8ª Região a procuradora-chefe, Rita Moitta Pinto da Costa.

O convênio prevê a articulação e a interação das partes objetivando a erradicação do trabalho infantil e a proteção do trabalho do adolescente, além do desenvolvimento de ações conjuntas e integradas entre os promotores de Justiça e os procuradores do Trabalho dentro de suas atribuições e, ainda, a otimização de recursos materiais e tecnológicos destinados ao monitoramento das políticas públicas.

MP e TJE firmam convênio sobre uso da rede de internet

Foi autorizado, a partir de 6 de junho de 2012, o uso da infraestrutura da internet da rede de computadores do Tri-

bunal de Justiça do Estado (TJE) por parte dos membros e servidores do Ministério Público do Estado (MPE) que atuam nas cidades do interior, nas quais as promotorias de justiça funcionem dentro dos fóruns.

A parceria é fruto do convênio assinado entre o MPE, por meio do procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta e Almeida, e o TJE, representado pela presidente, Raimunda do Carmo Gomes Noronha.

Convênio entre MPE e TCM reforça ações conjuntas

O procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, assinou, em março de 2012, o Termo Aditivo ao Convênio 11/2011, cele-

brado entre o Ministério Público do Estado (MPE) e o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), este representado pelo seu Conselheiro-Presidente, José Carlos Araújo.

O termo aditivo visa à cooperação técnico-opera-

cional, assim como o intercâmbio de informações técnicas, administrativas, operacionais e tecnológicas entre as instituições, conforme expressa a nova redação da cláusula segunda do convênio original.

MP, Susipe e Segup celebram convênio para disponibilizar dados de sistema

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado (MPE), Antônio Eduardo Barleta de Almeida, assinou em sua gestão Convênio com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe), tendo como interveniente a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Segup), com o objetivo de disponibilizar aos membros do MPE a consulta on-line aos dados disponíveis no Sistema de Controle Penitenciário (Siscop).



Representando a Segup esteve o secretário Luiz Fernandes Rocha e, pela Susipe, o superintendente, Tenente-Coronel André Luiz Almeida e Cunha.

Todos os membros da Administração Superior, das Promotorias de Justiça Criminais, de Execução Penal e de Direitos Humanos (além do Centro de Apoio Operacional Criminal) terão senhas para

pesquisar dados gerais dos internos (contando com identificação pessoal e foto), números do censo penitenciário estadual, ocorrências, movimentos de entrada e saída, tipo de regime e também em que casa penal o

detento está cumprindo pena. O sigilo das informações contidas no sistema deverá ser mantido por todos aqueles que a ele tiverem acesso.

MPE celebra Termo de Acordo de Cooperação Técnica com o ImetroPará

O Ministério Público do Estado (MPE) celebrou em 2012, Termo de Acordo de Cooperação Técnica (TCT) com o Instituto de Metrologia do Estado do Pará (ImetroPará), com o objetivo de estabelecer medidas que possibilitem dar efetividade aos pareceres constitucionais, por meio de ação conjunta e cooperação recíproca entre as entidades, a fim de garantir a plena execução das normas dos direitos do consumidor.

No TCT, as entidades se comprometeram a contribuir para a integração dos órgãos que constituem os Sistemas Nacional e Estadual de Defesa do Consumidor das diversas esferas do poder público, bem como nas ações desenvolvidas para afirmação dos direitos do consumidor.

MP e Defensoria Pública firmam convênio em prol da sociedade

Em 2011, o Ministério Público e Defensoria Pública, por meio do procurador-geral de Justiça, Antonio Eduardo Barleta de Almeida, e do defensor público-geral do Estado do Pará, Antonio Roberto Figueiredo Cardoso, formalizaram parceria em prol da sociedade durante a assinatura de convênio.

O objeto do documento é "a participação da Defensoria por meio do Programa "Balcão de Direitos", nas ações itinerantes do Programa "O Ministério Público e a Comunidade", na assistência jurídica e no acesso da população carente à documentação civil, tanto na capital como no interior do Estado".



MP assina termo de cooperação para agilizar ressarcimento ao erário de recursos desviados

Instituições assinam termo para agilizar ressarcimento de recursos públicos desviados

A cooperação mútua entre as instituições para promover o rápido e eficaz ressarcimento aos cofres públicos estaduais dos recursos desviados e a exemplar repressão da eventual prática de ilícitos cíveis e penais, no âmbito dos processos de competência do Tribunal de Contas do Estado, foi

o objeto do Termo de Cooperação (TC) assinado por representantes de seis órgãos públicos: Ministério Público do Estado (MPE), Ministério Público de Contas (MPC), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Auditoria-Geral do Estado (AGE) e Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa).

Cada instituição se compromete, dentro de sua competência, a utilizar todos os instrumentos constitucionais e legais à

sua disposição para conseguir ressarcir ao erário os valores desviados indevidamente. Para isso, os Acórdãos do TCE serão encaminhados pelo MPC, no prazo de 15 a 30 dias, aos outros signatários do termo, para que possam tomar todas as providências de sua alçada, tais como inscrição na dívida ativa do Estado, execução judicial, ações cíveis e penais cabíveis, entre outras.

MP promove curso de especialização em direito da criança e do adolescente

O Ministério Público do Estado, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, assinou Contrato para a realização do I Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, na modalidade de pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 485 horas-aula.

As instituições signatárias além do MPE foram o próprio Tribunal de Justiça, por meio da Escola superior da Magistratura (ESM), a Defensoria Pública do Estado do Pará e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Pela cláusula segunda, a contratada destinará 14 vagas do I Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente para cada um dos contratantes, totalizando 42 vagas destinadas aos magistrados, membros do Ministério Público do Estado do Pará e da Defensoria Pública do Estado do Pará.

MP e Sefa renovam esforços no combate aos crimes contra a ordem tributária

Foi renovado por três anos o Acordo de Cooperação Institucional celebrado entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPE) e a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), para a integração das ações no combate tributário, mediante apoio técnico e logístico, bem como o intercâmbio de informações relativas às atividades que desempenham no âmbito das respectivas competências, para permitir a otimização de suas funções e o incremento da arrecadação fiscal em combate aos crimes contra a ordem tributária.

O Acordo teve como signatários o procurador geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, e o secretário de estado da fazenda, José Barroso Tostes Neto, e como testemunhas o promotor de Justiça Francisco de Assis dos Santos Lauzid e o consultor jurídico José da Silva Nava Júnior.

Instituição aprovou o Plano de Segurança Institucional

A implantação do Plano de Segurança Institucional nas áreas de recursos humanos, de documentação e material, de informação e em outras áreas e instalações, no âmbito do Ministério Público do Pará, atende à Recomendação nº 13, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), publicada em 2 de julho de 2009.

A Procuradoria-Geral de Justiça constituiu Comissão Especial para proceder a estudos com a finalidade de estabelecer diretrizes, medidas e procedimentos para orientar a elaboração do referido plano, a ser implementado no Ministério Público do Pará. O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gae-co) participou ativamente de todas as fases do plano de segurança.

O documento aprovado é fruto de um planejamento estratégico elaborado por membros e servidores do Ministério Público do Pará, seguindo uma metodologia estabelecida por grupo de estudos, bem como em dados e informações coletados por meio de respostas a questionário encaminhado pela coordenação aos integrantes da comissão responsável pelo plano.

A referida comissão destacou a necessidade de o Ministério Público ter um sistema de segurança eficiente e eficaz, capaz de proteger a instituição em todas as áreas de estudo, de acordo com normas e procedimentos atualizados, e para isso realizou amplo estudo sobre o assunto em questão.

Os integrantes da comissão responderam a um questionário de avaliação de riscos no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, com o obje-

tivo de identificar as possíveis ameaças e vulnerabilidades de suas unidades, a fim de que se possam implementar medidas de segurança voltadas para a prevenção, obstrução, detecção, identificação e neutralização de ações adversas de qualquer natureza que incidam ou possam incidir sobre a segurança dos recursos humanos, da documentação e do material, da informação e de áreas e instalações da instituição ministerial.

O resultado definiu metas e ações a serem operacionalizadas, levando em consideração as políticas e procedimentos que necessitam ser implementados, de modo a permitir e subsidiar o desempenho das funções institucionais do Ministério Público, considerando também a viabilidade orçamentária, a partir da aprovação final do plano por resolução do Colégio de Procuradores de Justiça.



MP do Pará sediou evento regional do CNMP que debateu planejamento estratégico

O Pará sediou o 6º Evento Regional do Planejamento Estratégico Nacional, com a presença de 50 membros dos Ministérios Públicos estaduais e dos ramos do Ministério Público da União que atuam no Amapá, Pará e Amazonas. A presidente da Comissão de Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, conselheira Claudia Chagas, e os conselheiros do CNMP Cláudio Barros (RS) e Aquiles Siquara (BA) estiveram presentes.

Os encontros regionais possibilitam aos membros do Ministério Público a elaboração conjunta do plano de ação da instituição para os próximos anos. A iniciativa é pioneira e pretende respeitar as especificidades regionais.

O procurador-geral de Justiça, Antonio Eduardo Barleta de Almeida, em seu discurso de saudação aos participantes, ressaltou a importância desse processo, no qual são debatidos temas relevantes voltados à construção do papel e dos objetivos estratégicos comuns a todo o Ministério Público brasileiro.

MP lança mapa do planejamento estratégico

No Dia Nacional do Ministério Público, comemorado em 14 de dezembro, o Ministério Público do Estado do Pará (MPE), por meio da Administração Superior, apresentou seu Mapa Estratégico, instrumento de representação gráfica, visual, do processo de planejamento estratégico desencadeado pela instituição e que teve seu marco com o lançamento, em 2008, do Plano Geral de Atuação (PGA).

O Mapa Estratégico do MPE evidencia os desafios que a instituição deverá superar para concretizar sua missão e visão de futuro, cuja estruturação contempla: missão, visão de futuro, valores e objetivos estratégicos.

Os desafios estabelecidos no mapa estão voltados para o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária, com o atendimento das demandas da população paraense na defesa de seus direitos individuais, difusos e coletivos.





MP cria comitê de tecnologia da informação

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio da Portaria nº4383/2011-MP/PGJ, de 3 de outubro de 2011, e em conformidade com as previsões gerais da Resolução nº 70, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 15 de junho de 2011, criou e instalou o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI).

São integrantes do comitê o procurador-geral de Justiça, o corregedor-geral do Ministério Público, o subprocurador-geral de Justiça para área técnico-administrativa, ou membros por eles indicado, além de representante do Conselho Superior do Ministério Público, do diretor do Departamento de Informática e de servidor da Assessoria de Planejamento.

Atividades do Ceti

1. Diagnóstico do estágio de evolução dos sistemas de tecnologia de informação utilizados no Ministério Público do Pará e em cada unidade do Ministério Público brasileiro.

2. Pleno atendimento das recomendações e orientações do CNMP e da Comissão de tecnologia da informação do CNPG, alinhando as ações de tecnologia da informação aos objetivos estratégicos e de gestão da instituição, como também às boas práticas identificadas em outras unidades.

3. Levantamento, identificação e consolidação das funcionalidades desejáveis dos sistemas de informação para o Ministério Público brasileiro e consequente indicativo para desenvolvimento dos sistemas pelo Ministério Público do Pará tanto para a área fim como para a área meio.



Portais do Simp, ao lado, e Gedoc, abaixo.



4. Escolha do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp) e do Gerenciador Eletrônico de Documentos (Gedoc), cedidos a título gratuito pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso, como ferramentas

avançadas para servirem às áreas fim e meio da instituição.

5. Implantação do Programa Sistema Integrado do Ministério Público (Simp), que se destina a atender a todas as atividades da área fim, no âmbito judicial e extrajudicial, com funcionalidades que permitem o amplo acompanhamento da procuradoria ou promotoria pelo membro, quanto aos procedimentos e processos e respectiva atuação, a emissão de relatórios automáticos, a consulta textual a peças do Ministério Público em acervo unificado capaz de abranger todo o Estado, pesquisa de pessoas ou procedimentos e histórico das atuações, dentre outros recursos técnicos, sempre assegurando o caráter restrito ou sigiloso das informações, conforme o caso, relativamente a cada usuário.

6. Implantação do Programa Gedoc, que consiste num gerenciador eletrônico de documentos e inaugura a virtualização do trâmite administrativo na instituição, dispensando o uso do papel impresso, além de favorecer a celeridade pela redução da burocracia.

7. Mobilização dos diversos setores administrativos e das coordenações de Procuradorias e Promotorias de Justiça do Polo Administrativo Belém I em relação ao Plano Geral de Implantação, para atender na primeira etapa as Procuradorias de Justiça e todas as Promotorias de Justiça da capital, inclusive distritos, assim alcançando mais de um terço dos



Portal de consultas do MP

cargos de membro do Ministério Público e mais da metade do número de servidores, no primeiro trimestre de 2013 e propiciando a inclusão das Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª Entrância na medida da disponibilidade e segurança das redes lógicas para conexão online por tempo integral.

8. Emissão das novas carteiras funcionais com certificação digital, na forma padronizada pelo CNMP (abaixo).



9. Desenvolvimento do Portal de Consultas, com serviço já à disposição dos membros e servidores, destinado a disponibilizar acesso *online* e rápido aos mais variados sítios da *internet* no mesmo local. Serviu de base para a implantação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

10. Disponibilização do Portal de Aplicativos, que concentra a identificação e o *login* dos usuários para propiciar o acesso

único, prático e seguro dos membros e servidores a todos os sistemas de informação do Ministério Público do Estado do Pará.

11. No âmbito interinstitucional, as numerosas tratativas com o Tribunal de Justiça do Estado, Secretaria Executiva de Segurança Pública, Polícia Civil do Estado e Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” permitiram a elaboração de convênios, já assinados ou em vias de assinatura, destacando-se:

- Uso da rede de internet do TJ pelo MP nas dependências dos fóruns.

- Desenvolvimento do Sistema do Laudo *OnLine* para disponibilização de laudos em tempo real para os integrantes do sistema de Justiça.

- Cessão gratuita do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp) do MPMT para o MPPA, para atividade fim do Ministério Público.

- Cessão gratuita do Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos (Gedoc) do MPMT para o MPPA, para

atividade meio do Ministério Público.

12. Adequação orçamentária e investimentos financeiros para aquisição do *ORACLE* - o mais avançado e eficiente banco de dados do mercado mundial -, adoção da linguagem Java, aquisição de modernos equipamentos e novo *datacenter*

para operacionalização dos novos sistemas com mais segurança e estabilidade, bem como a implantação do primeiro serviço de *HELP DESK* do Ministério Público do Pará.

13. Valorização do Departamento de Informática com a indispensável criação de cargos efetivos especializados e reali-

zação de concurso público de provas e títulos para provimento, investimento em treinamento e capacitação, ampliação do diálogo e do trabalho conjunto com outros departamentos, elevando a autoestima dos servidores e a união da equipe, para atender às novas expectativas e demandas institucionais.

MP cria serviço de informação ao cidadão com base na Lei da Informação

Portaria 4.478/2012 da lavra do procurador-geral de Justiça Antônio Eduardo Barleta de Almeida, cria o **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)** no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC/MP/PA) será operacionalizado pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado Pará.

A criação do SIC atende a Resolução nº 89 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por meio da qual foi regulamentada a Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei 12.527/2011 - no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.

O Portal do SIC foi desenvolvido pelo Departamento de Informática, conforme pedido da Diretoria do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação.



O SIC tem por objetivos:

- atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- informar sobre a tramitação de documentos nas unidades do MP/PA;
- protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações;
- encaminhar aos órgãos competentes e/ou unidades do MP/PA pedidos de acesso a informações;
- fornecer diretamente ao cidadão resposta do pedido de acesso à informações relativas ao MP/PA, observado o disposto no artigo 11 da Lei 12.527 de 18/11/2011;
- monitorar a tramitação dos pedidos de acesso à informações encaminhados e requerer o fornecimento de respostas tempestivas, conforme procedimentos estabelecidos na Lei 12.527/2011;
- receber recurso contra a negativa do acesso à informações ou pedido de desclassificação de informação relativa ao MP/PA, encaminhando-o à autoridade competente para sua apreciação.

O SIC/MP/PA também atenderá ao público na sede do Ministério Público do Estado do Pará (andar térreo), Belém-Pará, no período de 8 h às 14 h, sendo facultado ao cidadão requerer a informação por meio eletrônico no site do MP/PA (www.mp.pa.gov.br) ou por correspondência eletrônica.

Integrantes do MP são homenageados

O procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, homenageou, durante sua gestão, 12 integrantes do Ministério Público. Foi uma prioridade da administração valorizar os membros e servidores da instituição. Os agraciados receberam o Colar e a Medalha do Mérito Institucional por ocasião das comemorações do Dia Nacional do Ministério Público em 2011 e 2012.

Veja a relação dos homenageados:

2011

Colar do Mérito Institucional do Ministério Público

Promotor de Justiça César Bechara Nader Mattar Junior, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público

Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público

Promotor de Justiça Arnaldo Célio da Costa Azevedo

Promotor de Justiça Nelson Pereira Medrado

Servidora Iva Vieira Reis

Servidora Eliana de Nazaré Fonseca Coelho

Servidora Alice do Socorro do Nascimento Baía

2012

Colar do Mérito Institucional

Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

Medalha do Mérito Institucional

Promotor de Justiça Sávio Rui Brabo de Araújo

Promotor de Justiça Raimundo Nonato Coimbra Brasil

Servidor José Ribamar Barros da Cruz

Servidora Vânia Socorro Siqueira Rodrigues

Servidora Ana Rita Sá dos Santos





Deliberações do Colégio de Procuradores ajudaram a elevar a qualidade da gestão no período

Colégio de Procuradores aperfeiçoa mudanças que modernizam a gestão

No biênio 2011-2013, o Colégio de Procuradores de Justiça deu continuidade à tarefa de contribuir, com criatividade e habilidade, para elevar a qualidade da gestão administrativa e financeira do Ministério Público, além de procurar garantir a pronta e idônea atuação dos membros do *parquet* em todos os níveis.

O relatório apresenta a síntese dos trabalhos desenvolvidos pelo Colégio de Procuradores de Justiça e aborda tanto as atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público quanto aquelas voltadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

Durante o período, o Colégio de Procuradores de Justiça, como tem feito em toda sua história, direcionou suas

ações à preparação dos recursos materiais e humanos que tornem viáveis o delineamento e o alcance de seus objetivos estratégicos.

Além disso, envidou esforços para avançar em direção à adoção de medidas que possam contribuir para promover ganhos de eficiência e de qualidade nos serviços oferecidos pelo Ministério Público e que, indiretamente, possam agregar maior efetividade à intervenção do *parquet* na defesa da ordem

jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Anteprojetos e resoluções são apreciadas

O Colégio de Procuradores de Justiça possui atribuição de opinar sobre os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público e expedir atos normativos consistentes em resoluções e recomendações. No biênio 2011-2013 foram aprovados 10 anteprojetos de lei e 85 resoluções.

Deliberações do colegiado otimizam atuação da instituição

O Colégio de Procuradores de Justiça aprovou mudanças importantes para a consolidação da atuação do Ministério Público do Estado perante a sociedade. O colegiado também dispôs sobre a concessão de melhorias para os integrantes da instituição. Entre as deliberações do colegiado, merecem destaque as resoluções e anteprojetos destacados abaixo, que compõem o amplo rol de deliberações no biênio.

- a modificação e consolidação da composição das promotorias de Justiça de terceira, segunda e primeira entrância e a definição das atribuições dos respectivos membros;

- a regulamentação do procedimento preliminar à distribuição, redistribuição e modificação das atribuições do cargo de promotor de Justiça;

- a disciplina de temas de relevante interesse da instituição, como o Plano de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça para o período 2012-2013, a distribuição dos feitos no âmbito das procuradorias e promotorias de Justiça, a concessão de férias e licenças aos membros, o exercício do controle externo da atividade policial, os procedimentos do inquérito civil, a residência dos membros na comarca em que atuam, a reestruturação dos Centros de Apoio Operacional e do Centro

de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará e a disciplina do uso da carta precatória no âmbito ministerial;

- no âmbito administrativo, a mudança no Plano de Classificação de Cargos e a Promoção dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará para incluir os cargos de Pedagogo e Técnico Jurídico de Promotoria de Justiça, a criação da Comissão de Organização e Estruturação do Projeto “Memória do Ministério do Ministério Público do Estado do Pará”, a disciplina do estágio não obrigatório e a concessão e o pagamento de diárias;

- a aprovação de anteprojeto de lei que dispõe sobre a concessão de vantagem aos membros do Ministério Público do Estado do Pará (compensação financeira pela substituição ou exercício cumulativo de cargos e funções e auxílio-alimentação);

- aprovação de anteprojeto de lei que dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº57/2006 regulando diferença de percentual de subsídios entre as entrâncias;

- apreciação de anteprojeto de lei que dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº57/2006 regulando matérias institucionais. Distribuído por sorteio, o relator apresentou, dentre outros encaminhamentos, voto favorável à legitimidade passiva de todos os membros do Ministério Público ao exercício do cargo de

Procurador-Geral de Justiça. O anteprojeto encontra-se com voto vistas para ser pautado em sessão do Colégio.;

- a aprovação da resolução que dispõe sobre a estrutura, a organização, as atribuições e o funcionamento dos Centros de Apoio Operacional e seus Núcleos;

- a aprovação da resolução que dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos membros do MPE;

- anteprojeto de lei que dispõe sobre a diferença entre as entrâncias dos cargos de membros do Ministério Público, obedecendo à redução de 1% ao ano, pelo período de cinco anos, com início em janeiro de 2013;

- anteprojeto de lei que dispõe sobre a concessão de auxílio-moradia aos membros, na proporção de 10% do subsídio mensal;

- projeto de resolução que dispõe sobre a revisão do subsídio mensal dos membros, para o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015, no percentual de 5% a cada ano;

- projeto de Resolução que dispõe sobre a reestruturação do Programa “o Ministério Público e a Comunidade.”

A seguir, apresenta-se a lista dos anteprojetos de lei e das resoluções aprovadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça no biênio 2011-2013.

Antepratos de lei

Norma	Ementa	Publicação
Anteprato de lei , de 5 de maio de 2011	Dispõe sobre a atualização do valor do vencimento base e dos proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Ministério Público do Estado do Pará.	Lei nº 7.531, de 15 de junho de 2011. Diário Oficial nº 31938, de 16/6/2011.
Anteprato de lei , de 17 de outubro de 2011	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Pará.	Lei nº 7.585, de 28 de dezembro de 2011. Diário Oficial nº 32066, de 29/12/2011.
Anteprato de lei , de 12 de março de 2012.	Dispõe sobre a atualização do valor do vencimento-base e dos proventos dos servidores ativos inativos e pensionistas do Ministério Público do Estado do Pará, a partir de abril de 2012.	Lei nº 7.618, de 13 de abril de 2012. Diário Oficial nº 32137, de 16/4/2012.
Anteprato de lei , de 14 de maio de 2012.	Dispõe sobre verbas de caráter indenizatório no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.	Lei nº 7.646, de 16 de julho de 2012. Diário Oficial nº 32220, de 17/7/2012.
Anteprato de lei , de 14 de maio de 2012.	Altera os arts. 113, § 6º, 114, § 2º e 116, inciso XIII e os §§ 1º a 6º, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006.	Enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
Anteprato de lei , de 24 de maio de 2012	Dispõe sobre a transformação de cargos e a criação da função gratificada de assessoramento jurídico no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Pará.	Lei nº 7.647, de 16 de julho de 2012. Diário Oficial nº 32220, de 17/7/2012.
Anteprato de lei , de 20 de agosto de 2012	Dispõe sobre a fixação das gratificações pelo exercício, exercício cumulativo e substituição de cargo ou função no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.	Lei nº 7.677, de 22 de novembro de 2012. Diário Oficial nº 32285, de 23/11/2012.
Anteprato de lei , de 20 de agosto de 2012	Dispõe sobre o enquadramento de servidores do Ministério Público do Estado do Pará e define a composição e as atribuições do cargo de Analista Jurídico.	Lei nº 7.678, de 22 de novembro de 2012. Diário Oficial nº 32285, de 23/11/2012.
Anteprato de lei , de 15 de janeiro de 2013.	Altera o art. 3º da Lei Estadual nº 7.362, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a revisão do subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Pará.	Enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
Anteprato de lei , de 15 de janeiro de 20132.	Dispõe sobre a aplicação do inc. II do art. 50 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, no âmbito do Ministério Público do	Enviado à Assembleia Legislativa do Estado do

Resoluções

2011

Norma	Ementa	Publicação
Resolução nº 002/2011-CPJ , de 7 de abril de 2011.	Dispõe sobre a estrutura, a organização, o funcionamento e as atribuições do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará (CEAF-MP/PA), e dá outras providências.	Diário Oficial nº 31895 de 14/04/2011.
Resolução nº 003/2011-CPJ , de 25 de abril de 2011. (Alterada pela Resolução nº 019/2011-CPJ, de 15/9/2011)	Redistribui cargos, modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Terceira Entrância e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram, e dá outras providências.	Diário Oficial nº 31911 de 10/05/2011.
Resolução nº 004/2011-CPJ , de 5 de maio de 2011.	Altera os arts. 21 e 22 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências.	Diário Oficial nº 31912 de 11/05/2011
Resolução nº 005/2011-CPJ , de 19 de maio de 2011.	Dispõe sobre a estrutura, a organização, as atribuições e o funcionamento dos Centros de Apoio Operacional e seus Núcleos no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências.	Diário Oficial nº 31923 de 26/05/2011.
Resolução nº 006/2011-CPJ , de 30 de junho de 2011.	Disciplina a residência de membros do Ministério Público na comarca e dá outras providências.	Diário Oficial nº 31948 de 04/07/2011.
Resolução nº 007/2011-CPJ , de 30 de junho de 2011.	Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias aos membros do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial nº 31948 de 04/07/2011.
Resolução nº 008/2011-CPJ , de 30 de junho de 2011.	Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial nº 31948 de 04/07/2011.
Resolução nº 009/2011-CPJ , de 30 de junho de 2011.	Dispõe sobre a concessão de estágio não obrigatório no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências.	Diário Oficial nº 31948 de 04/07/2011.
Resolução nº 010/2011-CPJ , de 30 de junho 2011.	Regulamenta os procedimentos do inquérito civil no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.	Diário Oficial nº 31948 de 04/07/2011. (Republicado no Diário Oficial nº 31981, de 19/8/2011)

Resolução n° 011/2011-CPJ , de 11 de agosto de 2011.	Dispõe sobre o exercício do controle externo da atividade policial no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.	Diário Oficial n° 31981, de 19/8/2011.
Resolução n° 012/2011-CPJ , de 11 de agosto de 2011.	Altera o art. 29 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça para instituir a distribuição eletrônica de feitos aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça e dá outras providências.	Diário Oficial n° 31981 de 19/8/2011.
Resolução n° 013/2011-CPJ , de 11 de agosto de 2011.	Revogada pela Resolução n° 041/2011-CPJ, de 7 de novembro de 2011.	
Resolução n° 014/2011-CPJ , de 11 de agosto de 2011.	Dispõe sobre a concessão de férias e licenças aos membros do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.	Diário Oficial n° 31981 de 19/8/2011.
Resolução n° 015/2011-CPJ , de 11 de agosto de 2011.	Acrescenta o art. 29-A à Resolução n° 009/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011.	Diário Oficial n° 31981 de 19/8/2011.
Resolução n° 016/2011-CPJ , de 11 de agosto de 2011.	Altera o §2º do art. 10 da Resolução n° 007/2007-CPJ, de 23 de agosto de 2007.	Diário Oficial n° 31981, de 19/08/2011.
Resolução n° 017/2011-CPJ , de 15 de setembro de 2011.	Dispõe sobre a distribuição de cargos de Promotor de Justiça de Terceira Entrância no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.	Diário Oficial n° 32006, de 26/9/2011.
Resolução n° 018/2011-CPJ , de 15 de setembro de 2011.	Disciplina o procedimento disciplinar à distribuição, redistribuição e modificação das atribuições do cargo de Promotor de Justiça.	Diário Oficial n° 32006, de 26/9/2011.
Resolução n° 019/2011-CPJ , de 15 de setembro de 2011.	Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Terceira Entrância e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram, e dá outras providências.	Diário Oficial n° 32006, de 26/9/2011. (Republicada no Diário Oficial n° 32021, de 19/10/2011)
Resolução n° 020/2011-CPJ , de 15 de setembro de 2011.	Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Castanhal e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.	Diário Oficial n° 32006, de 26/9/2011.

<p>Resolução n° 021/2011-CPJ, de 15 de setembro de 2011.</p>	<p>Modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Marituba e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.</p>	<p>Diário Oficial n° 32007, de 27/9/2011. (Republicada no Diário Oficial n° 32008, de 28/09/2011)</p>
<p>Resolução n° 022/2011-CPJ, de 15 de setembro de 2011.</p>	<p>Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Benevides e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.</p>	<p>Diário Oficial n° 32007, de 27/9/2011.</p>
<p>Resolução n° 023/2011-CPJ, de 15 de setembro de 2011.</p>	<p>Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Marabá e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.</p>	<p>Diário Oficial n° 32007, de 27/9/2011.</p>
<p>Resolução n° 024/2011-CPJ, de 15 de setembro de 2011.</p>	<p>Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Santarém e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.</p>	<p>Diário Oficial n° 32007, de 27/9/2011. (Republicada no Diário Oficial n° 32021, de 19/10/2011).</p>
<p>Resolução n° 025/2011-CPJ, de 15 de setembro de 2011.</p>	<p>Modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Redenção e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que a integram.</p>	<p>Diário Oficial n° 32008, de 28/9/2011.</p>
<p>Resolução n° 026/2011-CPJ, de 15 de setembro de 2011.</p>	<p>Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Altamira e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.</p>	<p>Diário Oficial n° 32008, de 28/9/2011.</p>
<p>Resolução n° 027/2011-CPJ, de 15 de setembro de 2011.</p>	<p>Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Ananindeua e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.</p>	<p>Diário Oficial n° 32008, de 28/9/2011.</p>
<p>Resolução n° 028/2011-CPJ, de 15 de setembro de 2011.</p>	<p>Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Parauapebas e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.</p>	<p>Diário Oficial n° 32008, de 28/9/2011</p>

Resolução nº 029/2011-CPJ , de 15 de setembro de 2011.	Dispõe sobre a composição das Promotorias de Justiça com um cargo de Promotor de Justiça.	Diário Oficial nº 32008, de 28/9/2011.
Resolução nº 030/2011-CPJ , de 15 de setembro de 2011.	Dispõe sobre a composição das Promotorias de Justiça com dois cargos de Promotor de Justiça.	Diário Oficial nº 32021, de 19/10/2011
Resolução nº 031/2011-CPJ , de 15 de setembro de 2011.	Modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça com três cargos de Promotor de Justiça e as respectivas atribuições.	Diário Oficial nº 32021, de 19/10/2011
Resolução nº 032/2011-CPJ , de 17 de outubro de 2011.	Altera o art. 3º da Resolução 014/2011-CPJ, de 11 de agosto de 2011.	Diário Oficial nº 32021, de 19/10/2011
Resolução nº 033/2011-CPJ , de 17 de outubro de 2011.	Cria a Comissão de Organização e Estruturação do Projeto "Memória do Ministério Público do Estado do Pará" e dá outras providências	Diário Oficial nº 32021, de 19/10/2011
Resolução nº 034/2011-CPJ , de 7 de novembro de 2011.	Concede ao Promotor de Justiça CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR o colar de Mérito Institucional do Ministério Público.	Diário Oficial nº 32035, de 11/11/2011
Resolução nº 035/2011-CPJ , de 7 de novembro de 2011.	Concede ao Promotor de Justiça ARNALDO CELIO DA COSTA AZEVEDO a medalha de Mérito Institucional do Ministério Público.	Diário Oficial nº 32035, de 11/11/2011
Resolução nº 036/2011-CPJ , de 7 de novembro de 2011.	Concede ao Promotor de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO a medalha de Mérito Institucional do Ministério Público.	Diário Oficial nº 32035, de 11/11/2011
Resolução nº 037/2011-CPJ , de 7 de novembro de 2011.	Concede à Servidora IVA VIEIRA DOS REIS a medalha de Mérito Institucional do Ministério Público.	Diário Oficial nº 32035, de 11/11/2011
Resolução nº 038/2011-CPJ , de 7 de novembro de 2011.	Concede à Servidora ELIANA DE NAZARE FONSECA COELHO a medalha de Mérito Institucional do Ministério Público.	Diário Oficial nº 32035, de 11/11/2011
Resolução nº 039/2011-CPJ , de 7 de novembro de 2011.	Concede à Servidora ALICE DO SOCORRO DO NASCIMENTO BAIA a medalha de Mérito Institucional do Ministério Público.	Diário Oficial nº 32035, de 11/11/2011

Resolução nº 040/2011-CPJ, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a distribuição dos feitos no âmbito das Procuradorias de Justiça e dá outras providências. Diário Oficial nº 32035, de 11/11/2011

Resolução nº 041/2011-CPJ, de 7 de novembro de 2011. Dispõe sobre a distribuição dos feitos no âmbito das Promotorias de Justiça e dá outras providências. Diário Oficial nº 32035, de 11/11/2011

Resolução nº 042/2011-CPJ, de 1º de dezembro de 2011. Dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará. Diário Oficial nº 32050, de 6/12/2011

Resolução nº 043/2011-CPJ, de 1º de dezembro de 2011. Altera a resolução nº 014/2003-CPJ, de 18 de novembro de 2003, que reestruturou o Plano de Classificação de Cargos e a Promoção dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, para incluir os cargos de Pedagogo e Técnico Jurídico da Promotoria de Justiça e as respectivas atribuições. Diário Oficial nº 32050, de 6/12/2011

Resolução nº 044/2011-CPJ, de 1º de dezembro de 2011. Dispõe sobre o Plano de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará. Diário Oficial nº 32051, de 7/12/2011

2012

Resolução nº 001/2012-CPJ, de 9 de fevereiro de 2012. Instala Promotorias de Justiça e modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Parauapebas e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram. Diário Oficial nº 32101, de 17/2/2012

Resolução nº 002/2012-CPJ, de 9 de fevereiro de 2012 (Alterada pela Resolução nº 007/2012-CPJ, de 24 de maio de 2012). Dispõe sobre a estrutura, a organização, as atribuições e o funcionamento dos Centros de Apoio Operacional e seus Núcleos no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências. Diário Oficial nº 32101, de 17/2/2012

Resolução nº 003/2012-CPJ, de 9 de fevereiro de 2012. Institui a Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências. Diário Oficial nº 32121, de 21/3/2012

Resolução nº 004/2012-CPJ, de 12 de março de 2012. Altera e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Terceira Entrância e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram, e dá outras providências. (Alterada pela Resolução nº 014/2012-CPJ, de 28/6/2012) Diário Oficial nº 32121, de 21/3/2012

Resolução nº 005/2012-CPJ , de 24 de maio de 2012.	Altera a Resolução nº 014/2003- CPJ, de 18 de novembro de 2003, que reestruturou o Plano de Classificação de Cargos e a Promoção dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, para modificar as atribuições dos cargos de Técnico Especializado – Bacharel em Direito e Técnico Jurídico de Promotoria de Justiça.	Diário Oficial nº 32168, de 30/5/2012
Resolução nº 006/2012-CPJ , de 24 de maio de 2012.	Altera a Resolução nº 014/2003- CPJ, de 18 de novembro de 2003, que reestruturou o Plano de Classificação de Cargos e a Promoção dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, para incluir os cargos de Técnico (Analista de Sistemas- Modelagem de Sistemas) e Técnico em informática, as respectivas atribuições e dá outras providências.	Diário Oficial nº 32168, de 30/5/2012
Resolução nº 007/2012-CPJ , de 24 de maio de 2012.	Altera a Resolução nº 002/2012-CPJ, de 9 de fevereiro de 2012, e dá outras providências.	Diário Oficial nº 32172, de 5/6/2012
Resolução nº 008/2012-CPJ , de 14 de junho de 2012.	Dispõe sobre o fornecimento de cópias reprográficas à parte e a terceiros interessados no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial nº 32182, de 21/6/2012
Resolução nº 009/2012-CPJ , de 28 de junho de 2012.	Modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça de Santarém e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.	Diário Oficial nº 32189, de 2/7/2012 (Republicada no Diário Oficial nº 32190, de 3/7/2012)
Resolução nº 010/2012-CPJ , de 28 de junho de 2012.	Modifica e consolida, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a composição das Promotorias de Justiça com três cargos de Promotor de Justiça e as respectivas atribuições.	Diário Oficial nº 32189, de 2/7/2012
Resolução nº 011/2012-CPJ , de 28 de junho de 2012.	Dispõe sobre a composição das Promotorias de Justiça com dois cargos de Promotor de Justiça.	Diário Oficial nº 32189, de 2/7/2012
Resolução nº 012/2012-CPJ , de 28 de junho de 2012.	Dispõe sobre a composição das Promotorias de Justiça com um cargo de Promotor de Justiça.	Diário Oficial nº 32189, de 2/7/2012 (Republicada no Diário Oficial nº 32190, de 3/7/2012)
Resolução nº 013/2012-CPJ , de 28 de junho de 2012.	Modifica a estrutura de Promotorias de Justiça na Terceira Entrância e as atribuições do 4º cargo de Promotor de Justiça do Tribunal de Júri e dá outras providências.	Diário Oficial nº 32189, de 2/7/2012

Resolução n° 015/2012-CPJ , de 13 de agosto de 2012.	Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32221, de 16/8/2012
Resolução n° 016/2012-CPJ , de 13 de agosto de 2012.	Dispõe sobre a instituição do Coral de Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32238, de 11/9/2012
Resolução n° 017/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Modifica a estrutura das Promotorias de Justiça de Salinópolis e distribui um cargo de Promotor de Justiça de Segunda Entrância.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012 Republicada no Diário Oficial n° 32248, de 25/9/2012
Resolução n° 018/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Dispõe sobre a estrutura das Promotorias de Justiça de Salinópolis e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012
Resolução n° 019/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Modifica a estrutura das Promotorias de Justiça de Alenquer e Altamira e redistribui o cargo de 1° Promotor de Justiça de Alenquer.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012
Resolução n° 020/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Dispõe sobre a estrutura das Promotorias de Justiça de Altamira e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012
Resolução n° 021/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Modifica a estrutura das Promotorias de Justiça de Ananindeua e Marituba, distribui um cargo de Promotor de Justiça de Segunda Entrância e redistribui o cargo de 1° Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e do Tribunal de Juri de Ananindeua.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012
Resolução n° 022/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Dispõe sobre a estrutura das Promotorias de Justiça de Altamira e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012
Resolução n° 023/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Dispõe sobre a estrutura das Promotorias de Justiça de Marituba e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012
Resolução n° 024/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Dispõe sobre o plantão do Ministério Público do Estado do Pará aos sábados, domingos, feriados e recessos forenses.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012

Resolução n° 025/2012-CPJ , de 20 de setembro de 2012.	Dispõe sobre o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO) no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32247, de 24/9/2012
Resolução n° 026/2012-CPJ , de 3 de outubro de 2012.	Modifica a estrutura das Promotorias de Justiça de Terceira Entrância e distribui dois cargos de Promotor de Justiça de Terceira Entrância.	Diário Oficial n° 32258, de 9/10/2012
Resolução n° 027/2012-CPJ , de 3 de outubro de 2012.	Dispõe sobre a estrutura das Promotorias de Justiça de Terceira Entrância e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram.	Diário Oficial n° 32258, de 9/10/2012 Republicada no Diário Oficial n° 32259, de 10/10/2012
Resolução n° 028/2012-CPJ , de 3 de outubro de 2012.	Dispõe sobre a distribuição dos feitos no âmbito das Procuradorias de Justiça.	Diário Oficial n° 32258, de 9/10/2012
Resolução n° 029/2012-CPJ , de 13 de novembro de 2012.	Concede ao Promotor de Justiça GILBERTO VALENTE MARTINS o Colar do Mérito Institucional do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32283, de 21/11/2012
Resolução n° 030/2012-CPJ , de 13 de novembro de 2012.	Concede ao Promotor de Justiça RAIMUNDO NONATO COIMBRA BRASIL a Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32283, de 21/11/2012
Resolução n° 031/2012-CPJ , de 13 de novembro de 2012.	Concede ao Promotor de Justiça SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO a Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32283, de 21/11/2012
Resolução n° 032/2012-CPJ , de 13 de novembro de 2012.	Concede ao Servidor JOSÉ RIBAMAR BARROS DA CRUZ a Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32283, de 21/11/2012
Resolução n° 033/2012-CPJ , de 13 de novembro de 2012.	Concede à Servidora VÂNIA SOCORRO SIQUEIRA RODRIGUES a Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32283, de 21/11/2012
Resolução n° 034/2012-CPJ , de 13 de novembro de 2012.	Concede à Servidora ANA RITA SÁ DOS SANTOS a Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32283, de 21/11/2012
Resolução n° 035/2012-CPJ , de 13 de novembro de 2012.	Dispõe sobre o pagamento retroativo do auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará.	Diário Oficial n° 32285, de 23/11/2012

Resolução nº 036/2012-CPJ, de 6 de dezembro de 2012. Altera o art. 3º da Resolução nº 015/2012-CPJ, de 13 de agosto de 2012, que dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará. Diário Oficial nº 32296, de 10/12/2012

Resolução nº 037/2012-CPJ, de 6 de dezembro de 2012. Altera o art. 6º da Resolução nº 042/2011-CPJ, de 1º de dezembro de 2011, que dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará. Diário Oficial nº 32296, de 10/12/2012
Republicada no Diário Oficial nº 32297, de 11/12/2012

Resolução nº 038/2012-CPJ, de 6 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o distintivo do escudo do Ministério Público do Estado do Pará. Diário Oficial nº 32296, de 10/12/2012

2013

Resolução nº 001/2013-CPJ, de 9 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a eleição para a formação da lista tripartite para a escolha do Procurador Geral de Justiça do Estado do Pará, para o mandato no biênio 2013-2015. - Diário Oficial nº 32316, de 11/1/2013.

Resolução nº 002/2013-CPJ, de 15 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a revisão do subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Pará. Diário Oficial nº 32320, de 17/1/2013.

Resolução nº 003/2013-CPJ, de 7 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o pagamento retroativo do auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará. Diário Oficial nº 32337, de 14/2/2013.

Resolução nº 004/2013-CPJ, de 7 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre a reestruturação do programa "O Ministério Público e a Comunidade" no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará. Diário Oficial nº 32337, de 14/2/2013.

Processos

Com atribuição para apreciar requerimentos, julgar recursos e decidir sobre revisão de processo administrativo disciplinar, o Colégio de Procuradores do Ministério Público avaliou no biênio 30 processos. No mesmo período, foram autuados 54 processos.

Sessões realizadas

No período entre 2011 e 2013, foram realizadas 23 sessões ordinárias, 16 sessões extraordinárias e 6 sessões solenes, nas seguintes datas:

2011

Sessões ordinárias	Sessões extraordinárias	Sessões solenes
17 de fevereiro	25 de abril	10 de janeiro
3 de março	19 de maio	6 de setembro
7 de abril	9 de junho	14 de dezembro
5 de maio	25 de agosto	
2 de junho	15 de setembro	
30 de junho	17 de outubro	
11 de agosto		
1 de setembro		
6 de outubro		
7 de novembro		
1 de dezembro		

2012

Sessões ordinárias	Sessões extraordinárias	Sessões solenes	Sessões Especiais
9 de fevereiro	12 de março	19 de janeiro	03 de dezembro
1º de março	24 de abril	5 de julho	
9 de abril	14 de maio	18 de setembro	
10 de maio	24 de maio	3 de dezembro	
11 de junho	14 de junho	14 de dezembro	
13 de agosto	28 de junho		
6 de setembro	20 de agosto		
3 de outubro	20 de setembro		
13 de novembro	21 de novembro		
6 de dezembro			

2013 (janeiro a março)

Sessões ordinárias	Sessões extraordinárias	Sessões solenes
15 de janeiro	9 de janeiro	10 de janeiro
7 de fevereiro		
7 de março		



Durante esta administração, os conselheiros julgaram mais de 1.800 processos

Conselho Superior agiliza julgamentos e bate recordes

Durante o biênio 2011/2013, o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) realizou 51 sessões ordinárias e 33 sessões extraordinárias, além de 3 reuniões administrativas que discutiram assuntos relativos à resolução que estabeleceu os critérios objetivos de aferição do merecimento. Conforme levantamento feito, esse é o maior número de sessões do Conselho Superior na história do *parquet* paraense, em comparação a outros períodos equivalentes.

Aprovadas novas regulamentações

Nesse tempo, foram

aprovadas 12 resoluções, 5 súmulas e 1 provimento, destacando-se as resoluções que regulamentam a aferição do merecimento nos certames de remoção e promoção, o procedimento de permuta e alteração no processo eleitoral de escolha dos membros do Ministério Público para composição do CNMP e CNJ. Foram promovidas alterações do regimento interno, no que diz respeito à convocação de membros, à possibilidade de os conselheiros suplentes pedirem pauta para julgamento de processos extrajudiciais, bem como à distribuição eletrônica dos processos extrajudiciais e à

regulamentação do julgamento de processos conexos.

Implantação da distribuição eletrônica

Com grande esforço, o CSMP implantou a distribuição eletrônica imediata de processos extrajudiciais e efetuou a distribuição de todos os feitos pendentes de anos anteriores. Foram distribuídos 2.256 processos, dos quais 1.821 já foram julgados até 1º de março. Esses números mostram um recorde absoluto na distribuição e julgamento de feitos em toda a história do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará.

Processos distribuídos e julgados no biênio 2011 - 2012

Conselheiro	Processos distribuídos	Julgados	Devolvidos para diligências ou redistribuição
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS	355	355	0
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA	339	322	17
ANA LOBATO PEREIRA	309	309	0
MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA	320	292	28
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR	339	292	47
DULCELINDA LOBATO PANTOJA	132	127	5
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER	118	91	27
MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA	31	23	8
TOTAL	2.078	1.811	132

NOTA: Aos Conselheiros do biênio 2013-2014, até 1º/03, foram distribuídos 158 processos, dos quais 10 já foram julgados.

CSMP editou novas súmulas

O Conselho Superior editou um total de cinco súmulas no biênio 2011-2012:

No ano de 2011, foram editadas as seguintes:

“*Súmula 001/2011*: Se o dano tiver sido reparado e, simultaneamente, não houver base para a propositura de qualquer ação civil pública, o caso é de arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação, ressalvados, obrigatoriamente, eventuais aspectos penais”;

“*Súmula 003/2011*: Não é competência do Conselho Superior do Ministério Público rever procedimentos administrativos preliminares ou inquéritos civis que tenham sido objeto de Ação Civil Pública

posteriormente ajuizada.”

Ressalta-se que a Súmula 002/2011 foi alterada pela Súmula 001/2012, a qual está em vigor, conforme será transcrita abaixo.

No ano de 2012, foram duas:

“*Súmula 001/2012*: A Ação Civil Pública ajuizada, obedecidos os institutos da conexão e da continência, e os termos de ajustamento de conduta (TAC) firmados com mais de uma parte e com o mesmo objeto, serão contados, para efeito de aferição de produtividade, como apenas 1 (uma) ação e 1 (um) TAC, respectivamente”, e “*Súmula nº 002/2012*: O Membro removido ou promovido, por antiguidade ou merecimento, terá sua inscrição prejudicada nos demais

certames para os quais houver protocolado requerimento, em data anterior à sessão de julgamento de sua remoção ou promoção.”

Movimentação na carreira foi agilizada

Em cumprimento à meta da Administração Superior de promover de maneira ágil a movimentação na carreira, foi dada atenção especial à realização de certames ao longo desse biênio, para atender aos anseios da classe e otimizar os serviços prestados pela instituição, que passou a contar com um maior número de membros titulares nas promotorias de justiça, facilitando o acompanhamento das demandas locais da sociedade.

No período, o Conselho Superior determinou a abertura de 294 vagas de certames para remoção em 193 cargos e promoção a 101 cargos, conforme especificado abaixo:

Dados consolidados de certames de remoção

Tipo	Vagas abertas	Certames Julgados	Vagas Providas	A serem julgadas	Certames desertos	Certames prejudicados
Remoção na procuradoria	9	8	3	0	6	0
Remoção na 3ª entrância	62	55	22	6	34	0
Remoção na 2ª entrância	123	112	55	11	57	0
Remoção na 1ª entrância	28	15	15	13	0	0
Total de remoções	222	190	95	30	97	0

Dados consolidados de certames de promoção

Tipo	Vagas abertas	Certames Julgados	Vagas Providas	A serem julgadas	Certames desertos	Certames prejudicados
Promoção à procuradoria	7	6	5	1	0	1
Promoção à 3ª entrância	48	46	32	2	0	14
Promoção à 2ª entrância	64	36	35	28	0	1
Total de promoções	119	88	72	31	0	16

Total geral de movimentação na carreira

Tipo	Vagas abertas	Certames Julgados	Vagas Providas	A serem julgadas	Certames desertos	Certames prejudicados
Total de promoções	119	88	72	31	0	16
Total de remoções	222	190	95	30	97	0
Total geral	341	278	167	61	97	16

Até o fechamento do presente relatório, ainda estavam pautados três certames para julgamento de 14 (quatorze) remoções, conforme discriminação abaixo:

- Edital nº 036/2012 – 2 vagas para remoção na 1ª entrância;
- Edital nº 042/2012 – 8 vagas para remoção na 2ª entrância;
- Edital nº 043/2012 – 4 vagas para remoção na 3ª entrância.

Segue a relação de todas as resoluções aprovadas pelo Conselho Superior:

Resolução	Data	Ementa	Situação
Res. 001/2013	30/1/2013 (DOE Nº 32330 de 31/1/2013)	Altera o art. 6º da Res. Nº 001/2011-MP/CSMP, de 22/2/2011.	Em vigor
Res. 003/2012	12/12/2012 (DOE Nº 32305 de 21/12/2012)	Publica a posição dos membros do Ministério Público, na lista de antiguidade em 12.12.2012.	Em vigor
Res. 002/2012	28/11/2012 (DOE Nº 32294, de 06/12/2012)	Dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos membros do Ministério Público nos concursos de remoção e promoção.	Em vigor
Res. 001/2012	18/5/2012 (DOE Nº 32162 de 22/5/2012)	Dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos membros do Ministério Público nos concursos de remoção e promoção.	Revogada pela Resolução nº 002/2012
Res. 010/2011	02.12.2011 (DOE Nº 32053 de 12/12/2011)	Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências.	Em vigor
Res. 009/2011	02.12.2011 (DOE Nº 32053 de 12/12/2011)	Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências	Em vigor
Res. 007/2011	10.08.2011 (DOE Nº 31982 de 2/08/2011)	Dispõe sobre o exercício da função de magistério por membro do Ministério Público do Estado do Pará.	Em vigor
Res. 006/2011	10.08.2011 (DOE Nº 31982 de 22/08/2011)	Dispõe sobre os critérios para remoção por permuta entre Membros do Ministério Público do Estado do Pará.	Em vigor
Res. 005/2011	29.06.2011 (DOE Nº 31948 de 04/07/2011)	Altera os arts. 36 e 37 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público para instituir a distribuição eletrônica de feitos aos Membros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.	Em vigor
Res. 004/2011	18.05.2011 (DOE Nº 31925 de 30/05/2011)	Altera o art. 37 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências	Em vigor
Res. 003/2011	11.04.2011 (DOE Nº 31895 de 14/04/2011)	Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências.	Em vigor
Res. 002/2011	01.04.2011 (DOE Nº 31891 de 08/04/2011)	Dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos membros do Ministério Público nos concursos de remoção e promoção	REVOGADA



Corregedoria promoveu o lançamento do novo Siamp

Relatório da gestão do procurador-geral de justiça no Biênio 2011-2013 e seus efeitos positivos na efetivação do planejamento da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará

Durante a gestão do procurador-geral de justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, no período de março/2011 a novembro/2012, e em virtude das mudanças ocorridas na organização e da estruturação interna da Corregedoria-Geral, bem como diante da implementação de novas atribuições, oriundas do Conselho Nacional do Ministério Público, e ainda do planejamento estratégico do MPE, que remetem à necessidade de expansão da área de trabalho para melhor desenvolvimento das atividades administrativas e do atendimento ao público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará

(CGMP) contou com o empenho da Procuradoria-Geral no atendimento de diversos pleitos, dentre os quais se destacam: as melhorias da estrutura física da Corregedoria-Geral, a adequação da equipe de trabalho, a inserção de novos estagiários, a realização de cursos de capacitação de seus servidores e membros integrantes e o apoio à realização de viagens de inspeção e correição realizadas em diversas promotorias de justiça do interior, possibilitando a rapidez nos certames de promoção e remoção de membros.

A Procuradoria-Geral de Justiça disponibilizou uma sala para atender às necessidades emergenciais de adequação do espaço físico da Corregedoria-

Geral, onde foram instaladas as unidades responsáveis pelo acompanhamento dos Planos de Atuação por meio do Sistema de Elaboração e Acompanhamento dos Pas (SEAPA) e das atividades funcionais realizadas pelos membros por meio do Sistema de Atividades dos Membros do Ministério Público (SIAMP), com a devida complementação do mobiliário para melhor acomodar os servidores daquelas unidades; disponibilizou novos equipamentos de informática (monitores, CPUs e impressoras), câmera digital para auxiliar os trabalhos da equipe responsável pela inspeção e correição e celular funcional para utilização da equipe da Corregedoria-Geral durante a realização de eventos e



Integrantes do GT Siamp e CGET debateram amplamente nova versão do sistema

viagens e ainda autorizou a reforma das unidades da Corregedoria-Geral, como revitalização da iluminação, troca do forro no gabinete do Corregedor-Geral, pintura geral em todas as unidades e instalação de novos pontos de lógica e elétricos.

Ocorreu nesse período a nomeação de um servidor para ocupar, a partir de 15 de abril de 2011, o cargo de secretário da Corregedoria-Geral do Ministério Público, criado pela Lei 7.489, de 17 de dezembro de 2010; publicada do Diário Oficial do Estado (DOE) nº 31.814, de 20 de dezembro de 2010, a criação de mais duas vagas para estagiários, totalizando dois cargos de secretário e sete vagas de estagiário, melhorando o apoio administrativo existente na Corregedoria-Geral. A partir do mês de agosto de 2012, foi designado mais um promotor de justiça de 3ª entrância, o qual foi lotado na Corregedoria-Geral na condição de promotor-assessor do órgão correicional, conforme prevê o art. 30, § 7º, da Lei Complementar nº 57/2006, de 6.7.2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), tendo em vista o acréscimo das demandas de serviços na Corregedoria-Geral, assim como

houve a lotação de um servidor cedido do Estado do Pará para compor os quadros de servidores da CGMP.

Com o apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, foram realizadas duas reuniões externas com todos os integrantes da CGMP para elaboração e acompanhamento do planejamento da Corregedoria-Geral. O primeiro encontro ocorreu em maio de 2011, no Hotel Regente, objetivando construir a base estratégica da CGMP, a ser referência para o monitoramento, revisão/reprogramação e ritmo das ações em andamento (planejamento operacional). O segundo encontro ocorreu em abril de 2012, na Computer Hall, com a finalidade de permitir a avaliação da equipe e priorizar as atividades elencadas no planejamento da CGMP, oportunidade em que os integrantes da CGMP puderam fazer a avaliação do clima organizacional, conhecer o programa de capacitação interna, fazer a avaliação e autoavaliação da chefia e a avaliação participativa da equipe, conferir a execução das atividades previstas no planejamento da CGMP e definir as ações a serem priorizadas para o ano corrente, como programar novos prazos, atividades e responsáveis.

Com a efetiva colaboração da PGJ e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), e dando continuidade às ações propostas, a CGMP teve a iniciativa de levar a efeito a palestra virtual com o tema Ética, Democracia e Cidadania, proferida pelo Professor Agostinho Neto, em setembro de 2011, realizando ainda, em conformidade com o programa de capacitação interna dos integrantes da CGMP, a primeira capacitação no trabalho, em maio de 2012, na qual a Assessoria Jurídica e os promotores-assessores puderam apresentar os trabalhos desenvolvidos em suas unidades. Em junho de 2012, foi realizada a primeira capacitação para o trabalho, no CEAF, quando foi ministrado o curso “Organização e Métodos – Métodos Lean Office”, pelo Professor Ms. Márcio Viana Araújo. No mês de agosto, a equipe foi capacitada, ainda, com a apresentação das atividades desenvolvidas pelas unidades de inspeção e correição e de PAD e PDP realizadas pelos membros e servidores responsáveis pela atividade, permitindo uma maior interação entre as áreas. E promovido pelo CEAF, em parceria com a Corregedoria-Geral, foi realizado o curso

“Redação oficial e gramática aplicada”, pelo Professor Ms. Jair Alcindo Lobo de Melo.

A Corregedoria-Geral, atendendo aos preceitos na Lei Orgânica Estadual do MPE (Lei nº057/2006), e objetivando a fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros do órgão ministerial, exerce tal atribuição por intermédio de inspeções e correições, entre outras, com a colaboração da Procuradoria-Geral de Justiça para a realização das viagens devidamente planejadas. As visitas de inspeção e correição baseavam-se no Provimento nº02/2009-MP/CGMP, de 27 de julho de 2009. Todavia, em 21 de

setembro de 2012, esse ato foi revogado pelo Provimento nº 10/2012-MP/CGMP, de 21 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento das Inspeções e Correições Ordinárias e Extraordinárias no âmbito do Ministério Público Estadual, em adequação aos procedimentos estabelecidos na Resolução nº 43, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, estabelecendo no seu artigo 2º o seguinte:

“Art.2º - A fiscalização da regularidade e eficiência da atividade funcional e da conduta dos membros do Ministério Público, de competência da Corregedoria-Geral, será

*realizada por meio de:
I – inspeção ordinária;
II – inspeção extraordinária;
III – correição ordinária; e
IV – correição extraordinária.”*

Assim, as correições e inspeções realizadas no ano de 2012, até setembro, basearam-se no Provimento nº02/2009-MP/CGMP, de 27 de julho de 2009, porém desde outubro já se baseiam no Provimento nº 10/2012-MP/CGMP.

Passa-se a discriminar as inspeções e correições realizadas no período de janeiro de 2011 a novembro de 2012, conforme apresentadas nos quadros a seguir:

INSPEÇÕES E CORREIÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2011				
Nº	Portaria	Local	Nº de cargos inspecionados	Data da inspeção
Ordinárias				
01	001-11	PJ de Marabá	09	14 a 18.02.11
02	001-11	PJ Bom Jesus do Tocantins	01	14.02.11
03	002-11	PJ de Capanema	03	22.02.11
04	002-11	PJ de Primavera	01	23.02.11
05	002-11	PJ de Capitão Poço	01	21.02.11
06	002-11	PJ Santarém Novo	01	24.02.11
07	007-11	PJ de Soure	01	25.03.11
08	007-11	PJ de Salvaterra	01	24.03.11
09	013-11	PJ São Sebastião da Boa Vista	01	14.04.11
10	013-11	PJ de Curralinho	01	14.04.11
11	019-11	PJ Castanhal	06	11 e 12.05.11
12	019-11	PJ Santa Izabel do Pará	02	13.05.11
13	020-11	PJ de Nova Timboteua	01	16.05.11
14	020-11	PJ Salinópolis	01	16.05.11
15	020-11	PJ São Francisco do Pará	01	18.05.11

INSPEÇÕES E CORREIÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2011

Nº	Portaria	Local	Nº de cargos inspecionados	Data da inspeção
Ordinárias				
16	020-11	PJ Igarapé-Açu	01	17.05.11
17	020-11	PJ de Inhangapi	01	19.05.11
18	024-11	PJ Chaves	01	17.06.11
19	023-11	PJ de Jacareacanga	01	07.06.11
20	023-11	PJ de Novo Progresso	01	08 e 09.06.11
21	022-11	PJ de Santa Bárbara do Pará	01	03.06.11
22	043-11	PJ de Santo Antônio do Tauá	01	16.11.11
23	043-11	PJ de Peixe-Boi	01	17.11.11
24	044-11	PJ de Benevides	04	18.11.11
25	046-10	Igarapé-Miri	01	06.12.11
26	046-11	Mocajuba	01	06.12.11
27	046-11	Baião	01	07.12.11
Extraordinárias				
01	003-11	5ª PJ Cível de Ananindeua	01	10.02.11
02	008-11	1ª PJ Cível de Altamira	01	21.03.11
03	008-11	PJ de Itaituba	03	22 a 24.03.11
04	011-11	3ª PJ de Bragança	01	07.04.11
05	012-11	1ª e 3ª PJ de Conceição do Araguaia	02	05 a 08.04.11
Correções Extraordinárias				
		Recomendação CNMP	Quantidade	Data
01	030-11	3ª PJ do Tribunal do Júri	01	19.09.11
02	030-11	2ª PJ da Infância e Juventude	01	19.09.11
03	030-11	1ª PJ Juízo Singular	01	20.09.11
04	030-11	1ª PJ de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial	01	21.09.11
05	030-11	2ª PJ de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial	01	21.09.11
06	030-11	3ª PJ de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial	01	21.09.11
07	030-11	2ª PJ de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	01	23.09.11
08	030-11	3ª PJ de Família	01	26.09.11
09	030-11	1ª PJ de Registros Públicos, Resíduos, Casamentos e Cartas Precatórias	01	26.09.11
10	030-11	10ª PJ de Família	01	26.09.11
11	030-11	9ª PJ de Família	01	26.09.11
12	030-11	8ª PJ da Infância e Juventude	01	27.09.11
13	030-11	2ª PJ de Defesa do Consumidor	01	28.09.11

Correções Extraordinárias		Recomendação CNMP	Quantidade	Data
14	030-11	2ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo	01	28.09.11
15	030-11	1ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo	01	28.09.11
16	030-11	1ª PJ Criminal de Icoaraci	01	30.09.11
17	030-11	2ª PJ Criminal de Icoaraci	01	30.09.11
18	030-11	2ª PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci	01	30.09.11
19	030-11	Designação para atuar no 2º Juizado Especial Criminal de Ananindeua (PAAR)	01	03.10.11
20	030-11	Designação para atuar no 3º Juizado Especial Criminal de Ananindeua (Cidade Nova VIII)	01	03.10.11
21	031-11	3º Cargo de Procurador de Justiça Criminal	01	05.10.11
22	031-11	12º Cargo de Procurador de Justiça Criminal	01	05.10.11
23	030-11	1ª PJ de Crimes Contra a Ordem Tributária	01	13.10.11

INSPEÇÕES E CORREIÇÕES REALIZADAS de JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

Nº	Portaria	Local	Nº de cargos inspecionados	Data da inspeção
Ordinárias				
01	001-12	PJ de Itupiranga	01	25.01.12
02	001-12	PJ de São Domingos do Araguaia	01	26.01.12
03	001-12	PJ de São João do Araguaia	01	26.01.12
04	006-12	PJ de Magalhães Barata	01	06.02.12
05	007-12	PJ de Curuçá	01	09.02.12
06	007-12	PJ de Marapanim	01	09.02.12
07	009-12	PJ de Mãe do Rio	01	07.03.12
08	009-12	PJ de Paragominas	1º cargo	07.03.12
09	009-12	PJ de Paragominas	2º cargo	07.03.12
10	009-12	PJ de Paragominas	3º cargo	07.03.12
11	013-12	PJ de Garrafão do Norte	01	22.03.12
12	013-12	PJ de Ourém	01	22.03.12
13	013-12	PJ de Santa Luzia do Pará	01	23.03.12
14	014-12	PJ de Alenquer	1º cargo	28.03.12
15	014-12	PJ de Alenquer	2º cargo	28.03.12
16	014-12	PJ de Santarém	1º cargo criminal	29.03.12
17	014-12	PJ de Santarém	2º cargo criminal	29.03.12
18	014-12	PJ de Santarém	3º cargo de Direitos Humanos	29.03.12
19	016-12	PJ de Aurora do Pará	01	12.04.12
20	016-12	PJ de Irituia	01	12.04.12

INSPEÇÕES E CORREIÇÕES REALIZADAS de JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

<i>Nº</i>	<i>Portaria</i>	<i>Local</i>	<i>Nº de cargos inspecionados</i>	<i>Data da inspeção</i>
Ordinárias				
26	019-12	PJ de Barcarena	3º cargo	21.05.12
27	020-12	PJ de Moju	01	04.06.12
28	024-12	PJ de Vigia de Nazaré	01	12.06.12
29	029-12	PJ de Santana do Araguaia	01	10.07.12
30	035-12	PJ de Concórdia do Pará	01	27.08.12
31	035-12	PJ de Tomé-Açu	1º cargo	27.08.12
32	035-12	PJ de Tomé-Açu	2º cargo	27.08.12
33	034-12	PJ de São Félix do Xingu	01	30.08.12
34	037-12	PJ de Uruará	01	17.09.12
35	037-12	PJ de Medicilândia	01	18.09.12
36	037-12	PJ de Brasil Novo	01	18.09.12
37	039-12	PJ de Faro	01	12.11.12
38	039-12	PJ de Terra Santa	01	12.11.12
39	049-12	PJ de Santarém	10º cargo cível	26.11.12
40	049-12	PJ de Santarém	11º cargo cível	26.11.12
41	049-12	PJ de Oriximiná	01	26.11.12
Extraordinárias				
01	003-12	PJ de Abaetetuba	1º cargo	17.01.12
02	003-12	PJ de Abaetetuba	2º cargo	17.01.12
03	003-12	PJ de Abaetetuba	3º cargo	17.01.12
04	002-12	PJ de Redenção	1º cargo	24.01.12
05	002-12	PJ de Redenção	2º cargo	24.01.12
06	002-12	PJ de Redenção	3º cargo	24.01.12
07	002-12	PJ de Redenção	4º cargo	24.01.12
08	008-12	PJ de Acará	01	27.02.12
09	022-12	PJ de Parauapebas	1º cargo criminal	14.06.12
10	022-12	PJ de Parauapebas	2º cargo criminal	14.06.12
11	023-12	PJ de Curionópolis	01	14.06.12
12	022-12	PJ de Marabá	1º cargo criminal	15.06.12
13	025-12	PJ de Altamira	1º cargo criminal	26.06.12
14	025-12	PJ de Altamira	2º cargo criminal	26.06.12
15	025-12	PJ de Altamira	3º cargo cível	27.06.12
16	025-12	PJ de Altamira	4º cargo infância	26.06.12
17	025-12	PJ de Altamira	5º cargo constitucional	26.06.12
18	025-12	PJ de Altamira	6º cargo agrário	27.06.12
19	030-12	PJ de Xinguara	1º cargo	11.07.12
20	030-12	PJ de Xinguara	2º cargo	11.07.12

Correções Extraordinárias	Recomendação CNMP	Quantidade	Data
01	048-12	PJ de Dire itos Humanos da Capital	1º cargo
02	048-12	PJ de Dire itos Humanos da Capital	2º cargo
03	048-12	PJ de Dire itos Humanos da Capital	3º cargo
04	048-12	PJ do Meio Ambiente da Capital	2º cargo
05	048-12	PJ de Crimes Contra a Ordem Tributária	1º cargo

Elaborado pela unidade de apoio de inspeções e correções da CGMP

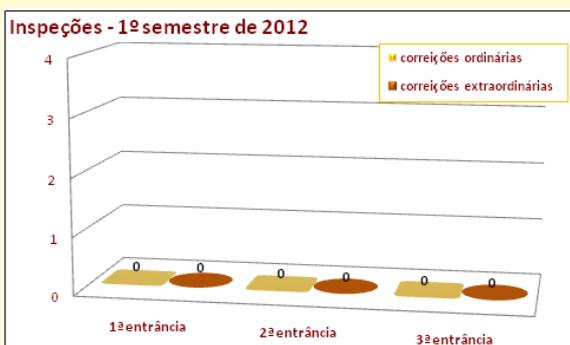
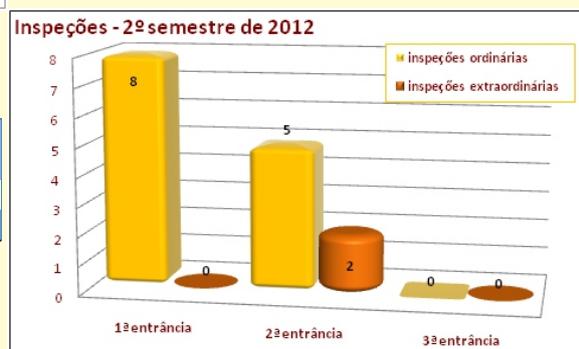


Inspeções realizadas no 1º semestre de 2012

	1ª entrância	2ª entrância	3ª entrância
Inspeções ordinárias	11	10	0
Inspeções extraordinárias	2	16	0

Inspeções realizadas no 2º semestre de 2012

	1ª entrância	2ª entrância	3ª entrância
Inspeções ordinárias	8	5	0
Inspeções extraordinárias	0	2	0



Correções realizadas no 1º semestre de 2012

	1ª entrância	2ª entrância	3ª entrância
correções ordinárias	0	0	0
correções extraordinárias	0	0	0

Correções realizadas no 2º semestre de 2012

	1ª entrância	2ª entrância	3ª entrância
correções ordinárias	0	0	5
correções extraordinárias	0	0	0





CGMP promoveu capacitação interna de seus integrantes

Por oportuno, convém destacar os trabalhos desenvolvidos para elaboração dos relatórios que tratam das análises das atividades funcionais de membros que se inscrevem para movimentação na carreira por remoção ou promoção, os quais são elaborados pela Corregedoria-Geral, por intermédio da unidade de movimentação na

carreira, que vem trabalhando de maneira célere, dentro das regras e prazos estabelecidos, respeitando o direito de cada concorrente, devidamente respaldada na Resolução nº02/2011, do Conselho Superior do MPE, publicada no DOE de 8 de abril de 2011 (esta revogada pela Resolução nº 01/2012, publicada no DOE de 22 de maio de 2012), e na Lei Orgânica

Estadual, as quais disciplinam os critérios objetivos, os pressupostos de admissibilidade por antiguidade e merecimento e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos membros do Ministério Público. Nos quadros abaixo são discriminadas as remoções e promoções realizadas no ano de 2011 e de janeiro a novembro de 2012:

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA - RESUMO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2011														
MESES	REMOÇÃO								PROMOÇÃO					
	1ª Entrância		2ª Entrância		3ª Entrância		COLÉGIO		2ª Entrância		3ª Entrância		COLÉGIO	
	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER	ANT	MER
Março														
Abril	02	02	01	01										
Maio														
Junho	02	03			02									
Julho														
Agosto					04	05							01	01
Setembro							01				05	04		
Outubro			01											
Novembro											01	02		
Dezembro	01				01	01					02	01		01
TOTAL	05	05	02	01	07	06	01				08	07	01	02
	10		03		13		01		00		15		03	
	27								18					

Observação:

As quantidades apresentadas correspondem aos meses em que foram julgados os certames de remoção e promoção em sessões do Conselho Superior, realizadas até o dia 16/12/2011. Os certames considerados prejudicados por desistência ou falta de inscrição não foram contabilizados.

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA – DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2012														
MESES	REMOÇÃO								PROMOÇÃO					
	1ª Entrância		2ª Entrância		3ª Entrância		COLÉGIO		2ª Entrância		3ª Entrância		COLÉGIO	
	AN T	ME R	AN T	ME R	AN T	ME R	AN T	ME R	AN T	ME R	AN T	ME R	AN T	MER
JANEIRO														
FEVEREIRO	02	03	03	02	01	01	01		01		07	08		
MARÇO			06	06	01			01						
ABRIL			05	03							01	01		
MAIO	01		05	06										
JUNHO	01	02		01						01			01	
JULHO	01		05	05	01	01			01					
AGOSTO														
SETEMBRO				03					05	05				01
OUTUBRO	02	02	02	01	02									
NOVEMBRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	07	07	26	27	05	02	01	01	07	06	08	09	01	01
	14		53		07		02		13		17		02	
	76								32					

Observação:

As quantidades apresentadas correspondem aos meses em que foram julgados os certames de remoção ou promoção em sessões do Conselho Superior, realizadas até o dia 26.10.2012. Os certames considerados prejudicados por desistência ou não inscrição não foram contabilizados.

No que tange ao estágio probatório, a Lei Complementar nº 57 de 2006, no seu artigo 83, dispõe que o membro do Ministério Público em estágio probatório terá suas atividades funcionais e sua conduta avaliadas pela Corregedoria-Geral, para efeito de vitaliciamento ou confirmação na carreira.

Até o mês de agosto de 2011, a Corregedoria-Geral realizou o acompanhamento do

estágio probatório pelos ditames do Provimento nº 01/2008-MP/CGMP, de 15 de dezembro de 2008 (DOE de 16/12/2008), que disciplinava os critérios a serem considerados na avaliação, subsidiando o relatório circunstanciado sobre a atividade funcional e a conduta do membro a ser vitaliciado, para então ser enviado ao Conselho Superior do Ministério Público, pelo menos dois meses antes do encerramento do estágio, com a

proposta de vitaliciamento ou não do promotor de justiça. Todavia, na data de 24 de agosto de 2011, o órgão correicional editou e publicou o Provimento nº 01/2011-MP/CGMP, de 23 de agosto de 2011 (DOE 25/8/2011), adequando o Provimento nº 01/2008-MP/CGMP, de 15 de dezembro de 2008, à Resolução 002/2011-MP/CSMP, de 8 de abril de 2011. Atualmente, o ato em vigor é o Provimento nº 7/2012 - MP/CGMP, de 24 de

agosto de 2012, o qual adequou o Provimento 01/2011-MP/CGMP à Resolução nº 001/2012 - MP/CSMP, de 18 de maio de 2012.

Quinze novos promotores de justiça foram nomeados em

setembro de 2010, sendo que todos os relatórios de vitaliciamento dos quinze membros já foram devidamente enviados ao Conselho Superior do Ministério Público. Assim, atualmente a Corregedoria-Geral acompanha

o estágio de apenas um promotor de justiça, nomeado em maio de 2008, o qual, por reiterados afastamentos do cargo, ainda não se encontra vitaliciado.

Quadro Vitaliciamento de Membros Empossados em 29/9/2010

TURMA POSSE EM 29.09.10				
PROMOTOR DE JUSTIÇA	PREVISÃO VITALICIAMENTO	SITUAÇÃO	LOTAÇÃO	
01	ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO	29.09.2012 vitaliciado	Inspecionada em 11.07.2012 Xinguara	Xinguara
02	ALINE JANUSA TELES MARTINS	04.10.2012 vitaliciado	Inspecionada 29.03.2012 Santarém	Almerim
03	ARLINDO JORGE CABRAL JUNIOR	25.11.2012	Inspecionado em 17.09.2012 Uruará	Uruará
04	CLAUDIO LOPES BUENO	23.11.2012	Inspecionado em 10.07.2012 Redenção	Itaituba
05	FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA	28.12.2012	Inspecionada 22.13.2011 Itaituba	Altamira
06	HERENA NEVES MAUÉS	26.03.2013	Inspecionado 18.11.2010 Benevides	Santa Izabel
07	ÍTALO COSTA DIAS	07.11.2012 vitaliciado	Inspecionado em 10.07.2012 São Félix do Xingú	Redenção
08	JOÃO BATISTA DE ARAÚJO C. DE MACEDO JR.	13.11.2012 vitaliciado	Inspecionado em 14.06.2012 Parauapebas	Parauapebas
09	LÍGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE	12.11.2012 vitaliciado	Inspecionado em 14.06.2012 Parauapebas	Parauapebas

TURMA POSSE EM 29.09.10				
	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PREVISÃO VITALICIAMENTO	SITUAÇÃO	LOTAÇÃO
10	LORENA DE MOURA BARBOSA	19.12.2012	Inspecionado em 15.06.2012 Marabá	Marabá
11	LUCIANO AUGUSTO ARAÚJO DA COSTA	31.12.2012	Falta verificar com o Dr. Rui	Altamira
12	MAGDALENA TORRES TEIXEIRA	15.12.2012	Inspecionada 22.03.2011 Itaituba	Itaituba
13	MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA	01.12.2012	Inspecionada em 26.06.2012 Altamira	Altamira
14	SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM	21.12.2012	Inspecionada 15.02.2011 Marabá	Marabá
15	SAMUEL FURTADO SOBRAL	16.12.2012	Inspecionado 28.03.2012 Alenquer	Alenquer

Com relação aos procedimentos disciplinares, os quadros abaixo demonstram os quantitativos de procedimentos administrativos disciplinares instaurados, em andamento e concluídos, no período de março de 2011 a junho de 2012:

Processo Disciplinar - 2011 (Art. 187 da LCE nº 057/06)*					
PROCEDIMENTO DISCIPLINAR PRELIMINAR (PDP) INSTAURADOS NO ANO DE 2011					
(Art. 196 da LCE nº 057/06)					
Mês	Representação	Reclamação	Pedido de Providência	Sindicância	Total
Janeiro	-	1	3	-	4
Fevereiro	-	1	-	-	1
Março	-	-	2	-	2
Abril	2	1	2	-	5
Maio	1	1	3	-	5
Junho	-	2	4	-	6
Julho	-	4	-	-	4
Agosto	1	1	4	-	6
Setembro	-	2	4	1	7
Outubro	-	2	-	-	2
Novembro	-	-	5	-	5
Dezembro	-	1	-	-	1
Sub-Total	4	16	27	1	48
TOTAL					48
Instaurados	Arquivados sem recomendação*1	Arquivados com recomendação	Concluídos p/ instauração de PAD	Em andamento	
48	14	3	4	27	

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) – INSTAURADOS NO ANO DE 2011

(Art. 200 da LCE nº 057/06)

Mês	Instaurados	Concluídos na CGMP/PA*1	Penalidade Disciplinar (Art. 167 da LCE nº 057/06)*2	Em andamento
Janeiro	-	-	-	-
Fevereiro	-	-	-	-
Março	-	-	-	-
Abril	-	-	-	-
Maio	2	1	Advertência (Art. 167, I)	1
Junho	1	-	-	1
Julho	1	-	-	1
Agosto	-	-	-	-
Setembro	2	-	-	2
Outubro	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-
Total	6	1	1	5

*1 O PAD termina na esfera da CGMP/PA, com a emissão do Relatório Conclusivo - Art. 209 da LCE nº 057/06

*2 O julgamento do PAD e aplicação de penalidade disciplinar compete ao PGJ – Art. 18, XI da LCE nº 057/06

**Devido Processo Legal Disciplinar - 2012 (Art. 187 da LCE nº 057/06)*
PROCEDIMENTO DISCIPLINAR PRELIMINAR (PDP) INSTAURADOS EM 2012**

(Art. 196 da LCE nº 057/06)

Mês	Representação	Reclamação	Pedido de Providências	Sindicância	Total
Janeiro	1	-	4	-	5
Fevereiro	-	1	1	-	2
Março	1	4	2	-	7
Abril	-	-	-	-	0
Maio	-	-	2	-	2
Junho	-	2	1	-	3
Julho	-	-	-	-	0
Agosto	-	1	2	-	3
Setembro	-	-	5	-	5
Outubro	2	3	7	1	13
Novembro	1	-	5	2	8
Dezembro	-	-	-	-	-
Sub-Total	5	11	29	3	48
TOTAL					48
PDP CONCLUÍDO	2	7	12	0	5
PDP EM ANDAMENTO	3	4	17	3	2
TOTAL INSTAURADOS					48

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) – INSTAURADOS EM 2012
(Art. 200 da LCE nº 057/06)**

Mês	Instaurados	Concluídos na CGMP/PA*1	Penalidade Disciplinar	Em andamento
Janeiro	-	-	-	-
Fevereiro	4	1	1	2
Março	1	-	-	1
Abril	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-
Junho	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-
Setembro	-	-	-	-
Outubro	1	-	-	1
Novembro	3	-	-	3
Dezembro	-	-	-	-
Total	9	1	1	7

Atualizado até 30/11/12.

No que diz respeito ao Plano de Atuação (PA), a Administração Superior do Ministério Público do Estado, por meio do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (GAPI), procedeu às orientações aos membros sobre a elaboração dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça relativos ao biênio 2012-2013, conforme previsto nos artigos 68 a 72 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006, e com observância aos termos da Resolução nº 044/2011-CPJ, de 1º de dezembro de 2011 (DOE de 07/12/2011), que regulamentou o processo de formulação e estabeleceu diretrizes para elaboração,

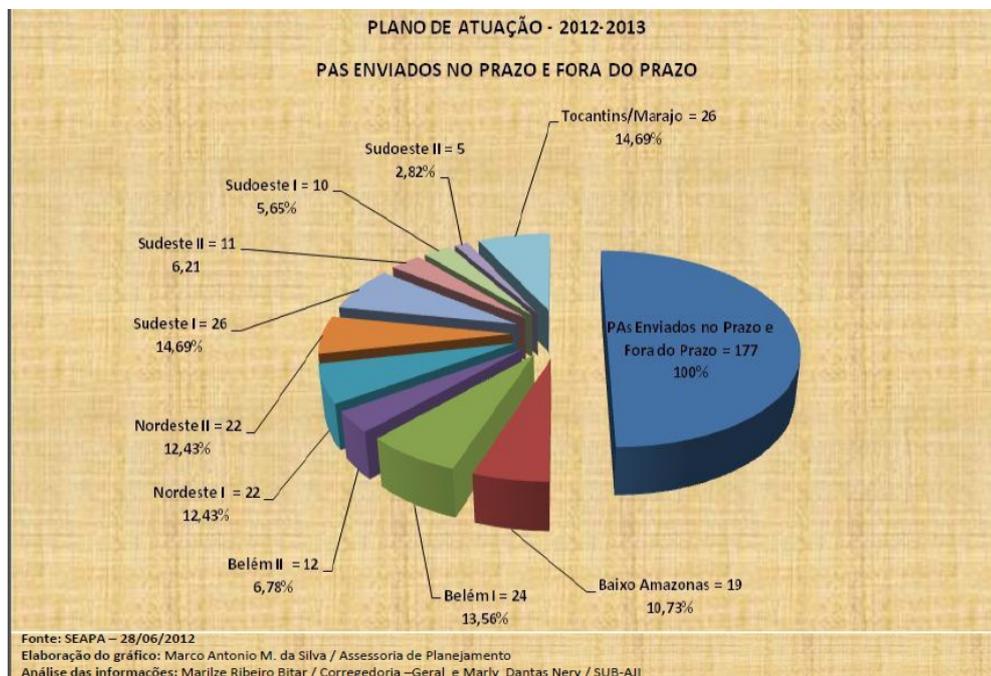
acompanhamento e avaliação do segundo Plano de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará.

Foram realizadas reuniões com membros e servidores em todas as sedes de regiões administrativas, no período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012, objetivando apresentar a metodologia de preenchimento do formulário de elaboração do plano e esclarecer dúvidas dos participantes.

Os Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça são documentos que contêm os objetivos, as atividades e as metas a serem executadas no prazo de dois anos,

tendo como base a consulta à sociedade, e são pautados no Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado (PGA). O PA diagnostica os principais problemas do local de execução, elege prioridades e cria estratégias para combatê-los, dentro da área de atuação do MPE.

Após essa etapa, os planos foram recebidos por meio do Sistema de Elaboração e Acompanhamento dos PAs (SEAPA), no período de fevereiro a março de 2012, tendo sido contemplados 100% das procuradorias e promotorias de justiça.



No momento, o SEAPA está aberto à inserção de informações sobre a execução dos planos referentes ao segundo quadriênio/2012 (julho a outubro), já tendo sido informada no sistema a execução do primeiro trimestre, uma importante etapa que consiste na avaliação, pelo membro do MP, das atividades efetivamente executadas para o cumprimento do plano, permitindo que o acompanhamento ocorra primeiramente por quem realmente desenvolve as ações, para em seguida ser acompanhado pela Corregedoria-Geral.

Acima, demonstrativo geral dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça.

Região Administrativa	PLANO DE ATUAÇÃO 2012-2013		
	Total de Planos de Atuação Enviados	Acompanhamento do 1º quadrimestre	
		PAs Enviados com informações do Acompanhamento do 1º Quadrimestre	PAs não enviados
Belém I	24	24	0
Belém II	12	12	0
Nordeste I	22	20	2
Nordeste II	22	20	2
Tocantins e Marajó	26	24	2
Sudeste I	26	25	1
Sudeste II	11	11	0
Sudoeste I	10	10	0
Sudoeste II	5	4	1
Baixo Amazonas	19	17	2
Total	177	167	10

FONTE: SEAPA - Informações atualizada em 03/12/2012

Tabulação de Dados: Marco Antonio M. da Silva / Assessoria de Planejamento

DEMONSTRATIVO GERAL DOS PLANOS DE ATUAÇÃO DAS PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, POR REGIÃO ADMINISTRATIVA						
Regiões Administrativas	PLANO DE ATUAÇÃO 2012-2013					
	Total de Planos de Atuação em execução	Enviados no prazo (A)	Enviados fora do prazo (B)	Retificados (C)	Não Retificados	Total Enviado (A+B)
		177	169	8	110	67
Belém I	24	24	0	22	2	24
Belém II	12	12	0	12	0	12
Nordeste I	22	20	2	15	7	22
Nordeste II	22	22	0	13	9	22
Tocantins e Marajó	26	25	1	9	17	26
Sudeste I	26	23	3	7	19	26
Sudeste II	11	9	2	2	9	11
Sudoeste I	10	10	0	10	0	10
Sudoeste II	5	5	0	4	1	5
Baixo Amazonas	19	19	0	16	3	19

FONTE: SEAPA - 28/06/2012

(A) PAs enviados no prazo: aqueles encaminhados em 20/02 à 01/03; 06 a 08/03; 22 a 23/03 e 31/05/12

(C) O montante de 110 PAs retificados está inserido no total de 177 PAs enviados

Elaboração do gráfico: Marco Antonio M. da Silva / Assessoria de Planejamento

Análise das informações: Marilze Ribeiro Bitar / Corregedoria-Geral e Marly Dantas Nery / SUB-AJI

E com o intuito de fortalecer a execução dos Planos de Atuação, foram realizadas pelo Corregedor-Geral, no mês de outubro, as primeiras reuniões de acompanhamento dos planos, tendo com público-alvo os procuradores de justiça e os promotores de justiça da capital. As reuniões com as promotorias de justiça do interior estão agendadas para o próximo ano.

Durante as reuniões, no total de cinco, os membros tiveram oportunidade de integrar ações comuns, ao conhecerem as atividades planejadas e executadas pelas promotorias de justiça. Foi momento ainda da comunicação direta com o corregedor-geral, que aproveitou o ensejo para elencar os vários encaminhamentos dos membros no intuito de alcançar exitosamente às metas eleitas. Segundo os participantes, as avaliações são essenciais para verificar as atividades executadas e perceber se estão no caminho desejado ou se é necessário reorganizar tarefas.

Por fim, no que tange ao Sistema de Atividades dos Membros do Ministério Público – (SIAMP), esclarece-se que em dezembro de 2010 o Conselho Nacional do Ministério Público publicou a Resolução nº 63/CNMP, criando as Tabelas Unificadas do Ministério Público, e o procurador-geral de justiça, em conjunto com o corregedor-geral, no intuito de adotá-las no âmbito do MPPA, publicou o Ato Conjunto nº 01/2011-MP/PDJ-CGMP, de 30 de maio de 2011 (DOE N° 31928/2011, de 2/6/2011), instituindo e regulamentando o Comitê Gestor Estadual de Tabelas (CGET).

Os integrantes do CGET, composto de membros e servidores indicados pelo procurador-geral de justiça, pelo corregedor-

geral, pelos subprocuradores-gerais de justiça, para as áreas técnico-administrativa e jurídico-institucional, pelo Colégio de Procuradores de Justiça e pelo Conselho Superior do MP, foram designados, no ano de 2011, por intermédio da Portaria nº 2553/2011-MP/PDJ, de 15 de junho de 2011.

Como parte do trabalho realizado, optou-se pelo desenvolvimento de uma nova versão do SIAMP, com conclusão prevista para o mês de agosto de 2012, que irá contemplar tanto os anexos da Resolução nº 74/CNMP, no que concerne ao controle da atuação funcional dos membros, como da Resolução nº 36/CNMP, que trata de interceptações telefônicas e em sistemas de informação.

Durante o mês de outubro de 2011, com o apoio da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria -Geral e em parceria com o CEAF, o Comitê Gestor Estadual de Tabelas promoveu o “Seminário sobre as Tabelas Unificadas do Ministério Público e a nova Taxonomia”, tendo como público-alvo membros e servidores de diversas áreas de atuação, dentre elas as Procuradorias Cíveis e Criminais, as Promotorias de Direitos Constitucionais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, da Infância e Juventude, de Ações Constitucionais e Fazenda Pública, Cíveis, de Defesa Comunitária e Cidadania e Distritais, Criminais e de Violência Doméstica.

No segundo semestre de 2012, a Corregedoria-Geral promoveu o lançamento da nova versão do Sistema de Atividades dos Membros do Ministério Público do Estado do Pará (SIAMP), em atendimento às mudanças exigidas pelo Conselho

Nacional. O evento aconteceu no salão nobre da Procuradoria-Geral de Justiça. Na ocasião, foi assinado pelo procurador-geral de justiça e o corregedor-geral Ato nº 001/2012-MP/PDJ-CGMP, de 14 de agosto de 2012, instituindo o SIAMP versão 2, com o lançamento da 1ª vídeo-aula do Ministério Público, bem como a disponibilização de *folder* explicativo aos usuários e ambientação pelo período de 15 dias, objetivando uma rápida adaptação.

Instituído por meio da Portaria Nº 2697/2011-MP/PDJ, o corregedor-geral participou, ainda, do Comitê Estratégico de Tecnologia de Informação (CETI), assessorando a Procuradoria-Geral de Justiça, dentre outras competências, na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MPPA.

Como resultado de parte do trabalho desenvolvido pelo CETI no ano de 2012, o MPPA implantará, no início de 2013, o Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) e o Gerenciador Eletrônico de Documentos (GEDOC).

A expectativa para a implantação dos sistemas é grande, pois haverá mudança significativa na rotina de trabalho de membros e servidores do Ministério Público, deste estado. O SIMP apoiará o gerenciamento eletrônico de processos, atuando na área-fim, controlando o fluxo, movimentações e arquivamentos de processos judiciais e extrajudiciais; o GEDOC gerenciará a tramitação e o fluxo de documentos administrativos do Ministério Público, atuando na área-meio.

Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa



Inauguração das Promotorias de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa e de Ações Constitucionais e Fazenda Pública

MP faz novos investimentos em tecnologia, aprimora serviços e agiliza comunicação na instituição

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnico-administrativa (SGJ-TA) é órgão auxiliar do Ministério Público do Estado que tem, entre outras atribuições, o papel de dar suporte técnico-administrativo ao Procurador-Geral de Justiça na execução de ações e projetos necessários ao cumprimento da missão institucional do *parquet*.

Sua estrutura organizacional é formada pelo gabinete do subprocurador-geral, que coordena as unidades que a integram, representadas pelos Departamentos de Recursos Humanos, de Administração, de Informática, de Atividades Judiciais, de Obras e Manutenção, Financeiro e Médico e Odontológico.

A SGJ-TA emvidou todos os esforços para atender, durante o período de 2011-2013, as demandas relativas às suas atribuições. Seria impossível enumerar todas as decisões e realizações empreendidas por este órgão auxiliar do *parquet* paraense. Sendo assim, seguem as principais providências que se podem destacar. As ações detalhadas serão encontradas nos capítulos referentes a cada

um dos departamentos.

Para haver uma melhor comunicação no Ministério Público, a SGJ-TA aprimorou o canal de comunicação que, por meio de uma empresa contratada, permite o envio de mensagens SMS. O serviço passou a ser explorado para contato com membros e servidores.

Também foi recomendada aos servidores do Ministério Público, por meio de uma circular, a verificação diária do e-mail funcional e da intranet com a finalidade de obter maior agilidade e economicidade na divulgação das notícias relativas à instituição.



Aquisição de 650 novos computadores para os integrantes do MP

Maior aquisição de computadores da história da instituição

Além disso, para aperfeiçoar cada vez mais a área da tecnologia da informação, a SGJ-TA realizou a aquisição da maior quantidade de computadores na história desta instituição, totalizando 650 desktops e 250 notebooks, garantindo a renovação de redes de computadores do parquet, bem como a aquisição de 249 novas impressoras multifuncionais e 244 a laser, para o melhor aprimoramento do modelo de impressão, a fim de abandonar, gradativamente, as antigas impressoras jato de tinta, eliminando, no futuro, a necessidade de aquisição de cartuchos.

TV Indoor

Em fevereiro de 2012, procedeu-se à ampliação de dois para oito pontos da “TV Indoor”. A partir dessa data, o serviço passou também a ser oferecido ao lado dos elevadores, no andar térreo de todos os prédios do Ministério Público localizados no bairro da Cidade Velha, com a veiculação de mensagens institucionais de interesse do público interno e externo.

Otimização do Serviço de Transporte

Em razão de inspeção realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que questionou a legalidade da terceirização da prestação do serviço de condução de veículos, o Ministério Público, após consulta a várias outras instituições ministeriais, racionalizou o uso dos veículos oficiais,

que passaram a ser utilizados somente para o deslocamento de membros e servidores em serviço, excluindo-se, portanto, todo e qualquer transporte que não se enquadre nessa hipótese.

Aumento da verba para suprimento de fundos

Preocupada com o funcionamento das promotorias de Justiça, a SGJ-TA encaminhou à PGJ minuta de texto de portaria sobre o aumento da verba destinada ao suprimento de fundos, bem como do valor-limite nele inserido para contratação de pessoal para efetuar a limpeza nas PJs que não disponham de Auxiliares de Serviços Gerais. Assim, foi editada a Portaria nº 879/2012-MP/PGJ, de 1º/3/2012 (DOE de 5/3/2012), que aumentou a verba de suprimento de fundos de cada PJ em 50% e o valor da referida contratação em 140%.

Verbas/auxílio para os servidores do Ministério Público

Nos últimos dois anos, a Administração Superior tem atuado de forma intensiva, junto aos servidores do Ministério Público, para atender os pleitos destes.

Padronização da Gratificação de Tempo Integral em 70% do vencimento-base

Nesse sentido, foi padronizada a gratificação por tempo integral em 70%, calculados sobre o vencimento-base, ou seja, o teto previsto na Lei Estadual nº 5.810/94. Importante ressaltar que,



Monitor com veiculação da TV Indoor

anteriormente, tal gratificação variava entre 50% e 70%, gerando situações díspares.

Horário de trabalho dos servidores

Foi aprovado pela Procuradoria-Geral de Justiça o texto da minuta da Portaria nº 1.193/2012 -MP/PGJ, encaminhado pela SGJ-TA, que regulamentou o horário de expediente dos servidores do Ministério Público. Nesse sentido, foi implantado o tratamento igualitário, isonômico, a todos os servidores no cumprimento da carga horária de trabalho, uma vez que passou a ser exigido dos servidores comissionados o registro de ponto eletrônico, como já ocorria com os servidores efetivos.

Aumento do Auxílio-Alimentação

Uma das realizações que veio a beneficiar os servidores foi a elaboração de minutas de resoluções que reajustaram e atualizaram o valor do auxílio-alimentação aos servidores em 2011 e 2012. Tais resoluções foram aprovadas em sessão do Colégio de Procuradores do parquet em dezembro de 2011 e 2012, retroagindo a janeiro dos referidos anos.

Atualização do vencimento-base 1% acima da inflação do período

Em 2012, foi efetuada a atualização do valor do vencimento-base e dos proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas do MPE em 8%, ou seja, 1% acima do índice inflacionário do período, conforme diálogo mantido com o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará (Sisemppa), cujo projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) e, mediante sanção do Governador do Estado, transformado na Lei nº 7.618, de abril de 2012.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnico-administrativa zela pelo bem-estar dos integrantes de seu quadro funcional. Nessa gestão, foi possível estender o tratamento psicológico oferecido no Departamento Médico e Odontológico (DMO) aos servidores que dele necessitem. No total, foram realizados 313 atendimentos dessa espécie a servidores em 2011, e 432 em 2012, revelando um aumento de aproximadamente 40% em um ano.

Estudos sobre novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações

A Subprocuradoria-Geral elaborou ainda estudos e propostas sobre um novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores (PCCR) para uma nova estrutura organizacional, disso resultando a



Reforma do prédio anexo I e II, das PJs de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.



Obras na Promotoria de Justiça de Icoaraci

realização da Concorrência Pública nº 004/2011-MP/PA e a posterior contratação da Quântica Empresa de Consultoria e Serviços Ltda. (Contrato nº 040/2012-MP/PA), que tem a responsabilidade de viabilizar estudos com vistas à elaboração e desenvolvimento desse projeto.

MP ganha novas estruturas e reformas

Ao longo do período de 2011 e 2012, foram realizadas várias reformas para melhor atender as futuras extensões de instalações das PJs Criminais da

capital, bem como as sedes das PJs de Icoaraci e Marituba.

A SGJ-TA também se preocupou com a reforma da extensão do prédio anexo I da capital, onde estão instaladas as PJs de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa e de Ações Constitucionais e Fazenda Pública.

Foi executada, ainda, a reforma no prédio do edifício sede do Ministério Público da capital, com serviços de pintura geral, interna e externa, além de



Maquete eletrônica da entrada da futura sede do Ministério Público em Altamira

reforma no prédio da Biblioteca, no futuro prédio do Departamento de Atividades Judiciais e no Departamento Médico e Odontológico.

Os imóveis onde atualmente funcionam as PJs de Redenção e Altamira também foram reformados. Vale ressaltar que já foram elaborados os projetos básico e executivo para construção das futuras sedes do Ministério Público naqueles municípios.

Ademais, para o funcionamento adequado das PJ de Itaituba, foi alugado um imóvel com as adaptações necessárias, enquanto estão em fase preliminar procedimentos que levarão à construção de uma nova sede para o polo.

Já em Marabá, foram realizadas várias intervenções no prédio da promotoria de justiça, dentre elas: pintura geral interna, substituição de parte do forro de gesso, troca de manta do telhado para retirada de infiltrações e aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado split para substituição de todo o sistema de refrigeração do imóvel. Além disso, foi realizada

a duplicação do estacionamento, com a criação de mais 8 vagas.

Desapropriações

Na capital, houve a desapropriação de um imóvel situado na Avenida Dezesesseis de Novembro, nº 94, cuja área é limítrofe com o prédio das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude. Encontra-se em fase preliminar de desapropriação o imóvel situado na Avenida Dezesesseis de Novembro, nº 458, no qual funcionarão as Promotorias de Justiça Militar.

No interior do Estado, houve a desapropriação de dois imóveis contíguos ao prédio do Ministério Público de Capanema, visando à ampliação das instalações físicas daquelas Promotorias de Justiça.

Encontram-se ainda em fase preliminar de desapropriação o imóvel situado na Rua Claudio Barbosa, nº 394, contíguo ao prédio das Promotorias de Justiça de Marituba; o imóvel situado na Rua João Pessoa, nº 59, fronteiro ao prédio da Promotoria de Justiça de Salinópolis; e os imóveis situados na Travessa

Paes de Carvalho e Avenida Hugo de Mendonça (imóveis limítrofes), objetivando a construção da sede do Ministério Público no Município de Itaituba.

Uma das novidades realizadas no decorrer do ano de 2012 foi a substituição dos elevadores hidráulicos do anexo I do edifício-sede, em Belém, por elevadores elétricos, mais modernos e eficientes, cujos serviços encontram-se em fase de conclusão sob a responsabilidade das empresas Thyssenkrupp Elevadores S/A e Lastro Projetos e Construção Civil Ltda.

Além das reformas, com o intuito de atender melhor as suas necessidades, as Promotorias de Justiça de Altamira, Marabá, Parauapebas e Redenção ganharam novas picapes modelo Nissan Frontier, bem como as de Santarém, que ganharam uma picape modelo Chevrolet S10.

Em Santarém, foi reinaugurado, em agosto de 2012, o Theatro Victória, que abrigará as promotorias de justiça e o programa "O Ministério Público e a Comunidade".

No pavimento superior do teatro funcionarão quatro

gabinetes de promotoria de justiça, destinados aos membros do Ministério Público. Já o auditório, com capacidade para 180 lugares, e uma sala serão administrados pela prefeitura de Santarém, por força da celebração do Termo de Cessão Gratuita de Bem Público, autorizado pela Lei Municipal nº 18.393, de 21 de maio de 2010.

No pavimento inferior todo o espaço será destinado ao Núcleo de Atendimento do programa “O Ministério Público e a Comunidade”, que oferece atendimento jurídico-judiciário à população.

Projetos em andamento no MPE

Projeto Memória

Com o intuito de resgatar a história do Ministério Público do Estado do Pará e de manter um trabalho sistemático de preservação do patrimônio histórico e cultural Institucional, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnico-administrativa, juntamente com seus órgãos auxiliares, elaborou e encaminhou ao Colégio de Procuradores de Justiça minuta de resolução sobre a instituição do projeto “Memória do Ministério Público do Estado do Pará”, o qual foi aprovado em sessão realizada em outubro de 2011. Após a contratação de um historiador mediante procedimento licitatório, o projeto encontra-se na fase de coleta de dados históricos e realização de

aproximadamente 20 entrevistas com membros aposentados do *parquet*, cujos depoimentos constituirão um rico acervo sobre o histórico da instituição e de suas relações com os meios político e jurídico ao longo da sua evolução.

Acessibilidade

Atendendo às normas da Resolução nº 81, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), está em andamento processo licitatório para a confecção de projetos de acessibilidade para vários prédios do Ministério Público, dentre eles diversos edifícios em Belém, como os do edifício-sede e seus anexos I e II, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, dos Departamentos Médico e Odontológico e de Atividades Judiciais, assim como os das PJs de Abaetetuba, Ananindeua, Castanhal, Icoaraci, Marabá e Marituba.

Concurso Público

Foi autorizada pela SGJ-TA a contratação da empresa Fadesp, vencedora do Pregão Eletrônico nº 032/2012-MP/PA, para organização, planejamento e realização do V Concurso Público destinado ao provimento de cargos de nível médio (auxiliar administrativo e técnico em informática) e nível superior (analista jurídico, analista de sistema, biblioteconomista, contador, pedagogo e arquiteto), a fim de ampliar o quadro de pessoal do Ministério Público.

Após a publicação do Edital nº 001/2012-MP, as provas ocorreram em 18 de novembro de 2012. A homologação do concurso ocorreu em fevereiro de 2013, estando a nomeação e posse dos novos servidores previstas para o primeiro quadrimestre de 2013.

Destaca-se que esse foi o primeiro concurso para o cargo de analista jurídico, criado pela Lei Estadual nº 7.647, de 16 de julho de 2012, com a oferta de 132 vagas. Os candidatos classificados serão lotados nas Promotorias de Justiça de 3ª Entrância e vão subsidiar sobremaneira as atividades desenvolvidas pelos promotores de Justiça em Belém (incluindo Icoaraci e Mosqueiro), uma vez que cada um desses membros contará com o apoio direto de um analista jurídico. Tal medida concretiza um anseio antigo da classe, que clamava por uma melhor estrutura de trabalho composta de profissionais de nível superior.

Outro destaque que visa à melhoria das atividades ministeriais foi a inclusão, no orçamento de 2013, de verba destinada à realização de concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público ainda no ano de 2013, oito anos após a realização do último concurso, no ano de 2005. Já estão previstas, pelo menos, 50 vagas para novos promotores de Justiça, e estudos estão sendo realizados sobre a possibilidade de aumento desse quantitativo.

"Memória do Ministério Público do Estado do Pará": entrevistas com membros aposentados do *parquet*



Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional



A ação da subprocuradoria-geral buscou o desenvolvimento institucional

Área priorizou desenvolvimento institucional e atuou na movimentação da carreira

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área jurídico-institucional (SUBPGJ-JI), na atual gestão, agiu por delegação do procurador-geral de Justiça no sentido de maximizar a atuação dos membros, racionalizando suas atividades/atribuições e assegurando tratamento isonômico a todos.

Nesse desiderato, a Subprocuradoria-Geral promoveu reuniões com os promotores de Justiça de todas as entrâncias e regiões, colheu dados do IBGE e Siamp para propor ao Colé-

gio de Procuradores de Justiça a distribuição e redistribuições de cargos e modificações nas atribuições das respectivas Promotorias de Justiça.

Como exemplo, destacam-se as seguintes propostas de resolução encaminhadas pela SUBPGJ-JI e aprovadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça:

- Resolução nº 017/2011-CPJ, de 15/9/2011, que distribuiu 8 cargos de promotor de Justiça com atribuições gerais;
- Resolução nº 019/2011-CPJ, de 15/11/2012, que distribuiu 5 cargos de promotor de Justiça de 3ª entrância;
- A distribuição de cargos nas Promotorias de Justiça de 2ª Entrância (Resoluções nº 013/2010-CPJ, 017/2012-CPJ, 020/2012-CPJ, 021/2012-CPJ):
 - Ananindeua: de 13 para 18 cargos;
 - Santarém: de 11 para 15 cargos;
 - Marabá: de 9 para 12;

- Castanhal: de 7 para 8 cargos;
- Altamira: de 4 para 7 cargos;
- Benevides: de 2 para 4 cargos;
- Marituba: de 4 para 6 cargos;
- Salinópolis: de 1 para 2;
- Parauapebas: de 2 para 5 cargos;
- Santa Izabel do Pará: de 2 para 3 cargos;
- Paragominas: de 2 para 3 cargos;
- Barcarena: de 2 para 3 cargos;
- Tucuruí: de 2 para 3 cargos;
- Criação do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher integrado aos Centros de Apoio Operacional (Resolução nº 002/2012-CPJ) ;

- Criação do Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção integrado ao Centro de Apoio Operacional Constitucional (Resolução nº 002/2012-CPJ);
- Criação do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Resolução 002/2012-CPJ);
- Distribuição dos feitos no âmbito das Procuradorias e Promotorias de Justiça (Resoluções nºs 40 e 41/2011);
- Disciplina sobre procedimentos de inquérito civil (Resolução nº 010/2011); e
- Disciplina sobre residência dos membros na comarca (Resolução nº 06/2011).

Ressalta-se, a seguir, ilustrado por meio de quadros demonstrativos, o trabalho desenvolvido na movimentação da carreira ministerial (remoção

e promoção de membros), na qual a SUBPGJ-JI tem atuação significativa - embora seja de competência do Conselho Superior, nos termos do art. 26, II

e III, da Lei Complementar nº 57/2006, de 6/7/2006 -, contribuindo para o aprimoramento da instituição.

Remoção na Procuradoria de Justiça

EDITAL	VAGAS ABERTAS	CERTAMES JULGADOS	VAGAS PROVIDAS	A SEREM JULGADAS	CERTAMES DESERTOS	CERTAMES PREJUDICADOS
ED 005/2011	2	2 (30/08/2011)	0	0	2	0
ED 011/2011	1	1 (19/09/2011)	1	0	0	0
ED 026/2011	1	1 (13/12/2011)	0	0	1	0
ED 001/2012	1	1 (16/02/2012)	1	0	0	0
ED 010/2012	1	1 (21/03/2012)	1	0	0	0
ED 019/2012	1	1 (13/06/2012)	0	0	1	0
ED 023/2012	1	1 (13/06/2012)	0	0	1	0
ED 001/2013	1	0	0	0	1	0
TOTAL	9	8	3	0	6	0

Resumo: 9 vagas abertas para remoção na Procuradoria de Justiça no período
8 vagas julgadas e nenhum certame aberto pendente de julgamento
3 preenchidas
6 certames desertos (vagas destinadas para promoção à Procuradoria de Justiça)

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará
Nota: Informações atualizadas até 15/2/2013

Promoção à Procuradoria de Justiça

EDITAL	VAGAS ABERTAS	CERTAMES JULGADOS	VAGAS PROVIDAS	A SEREM JULGADAS	CERTAMES DESERTOS	CERTAMES PREJUDICADOS
ED 006/2011	2	2 (30/08/2011)	2	0	0	0
ED 012/2011	1	1 (19/09/2011)	0	0	0	1
ED 027/2011	1	1 (13/12/2011)	1	0	0	0
ED 024/2012	1	1 (13/06/2012)	1	0	0	0
ED 027/2012	1	1 (13/06/2012)	1	0	0	0
ED 004/2013	1	0	0	1	0	0
TOTAL	7	6	5	1	0	1

Resumo: 7 vagas abertas para promoção à Procuradoria de Justiça no período
 6 vagas julgadas e nenhum certame aberto pendente de julgamento
 5 preenchidas
 1 certame prejudicado (aberto simultaneamente para remoção, à qual houve candidatos)

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará
 Nota: Informações atualizadas até 15/2/2013

Remoção na 3ª Entrância

EDITAL	VAGAS ABERTAS	CERTAMES JULGADOS	VAGAS PROVIDAS	A SEREM JULGADAS	CERTAMES DESERTOS	CERTAMES PREJUDICADOS
ED 004/2011	3	2 (8/6/2011) 1 (21/6/2011)	1	0	1	0
ED 007/2011	19	19 (30/8/2011)	8	0	11	0
ED 014/2011	2	2 (1º/9/2012) Deserto	0	0	2	0
ED 017/2011	2	2 (16/12/2011)	2	0	0	0
ED 019/2011	9	9 (16/12/2011)	2	0	7	0
ED 021/2011	1	1 (1º/2/2012)	0	0	1	0
ED 023/2011	8	8 (1º/2/2012)	0	0	8	0
ED 031/2011	1	1 (1º/2/2012)	1	0	0	0
ED 002/2012	2	2 (30/1/2012) deserto	0	0	2	0
ED 004/2012	1	1 (29/2/2012)	1	0	0	0
ED 006/2012	1	1 (21/3/2012)	1	0	0	0
ED 012/2012	1	1 (11/7/2012)	1	0	0	0
ED 022/2012	1	1 (11/7/2012)	1	0	0	0
ED 030/2012	2	2 (10/10/2012)	1	0	1	0
ED 034/2012	2	2 (26/10/2012)	1	0	1	0
ED 037/2012	1	1 (6/2/2013)	1	0	0	0
ED 043/2012	4	0	0	4	0	0
ED 002/2013	2	0	0	2	0	0
TOTAL	62	55	22	6	34	0

Resumo: 62 vagas abertas para remoção na 3ª entrância no período
 55 vagas julgadas
 06 vaga a ser julgada
 22 preenchidas
 34 certames desertos (vagas destinadas para promoção à 3ª entrância)

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará
 Nota: Informações atualizadas até 15/2/2013

Promoção à 3ª Entrância

EDITAL	VAGAS ABERTAS	CERTAMES JULGADOS	VAGAS PROVIDAS	A SEREM JULGADAS	CERTAMES DESERTOS	CERTAMES PREJUDICADOS
ED 008/2011*	19	19 (19/09/2011)	7	0	0	12
ED 010/2011	2	2 (19/09/2011)	2	0	0	0
ED 016/2011	3	3 (17/11/2011)	3	0	0	0
ED 017/2011	2	2 (16/12/2011)	2	0	0	0
ED 020/2011*	9	1 (16/12/2012) 8 (1º/02/2012)	1 6	0	0	0 2
ED 022/2011*	1	1 (16/02/2012)	1	0	0	0
ED 024/2011*	8	8 (1º/02/2012)	8	0	0	0
ED 005/2012	2	1 (11/04/2012) 1 (25/04/2012)	2	0	0	0
ED 045/2012	2	0	0	2	0	0
TOTAL	48	46	32	2	0	14

Resumo: 48 vagas abertas para promoção à 3ª entrância no período
46 vagas julgadas e nenhum certame aberto pendente de julgamento
32 preenchidas
14 certames prejudicados (em razão de ter havido inscritos ao certame simultâneo de remoção)

(*) Vagas abertas simultaneamente em certames de remoção de promoção.

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará
Nota: Informações atualizadas até 15/2/2013

Remoção na 2ª Entrância

EDITAL	VAGAS ABERTAS	CERTAMES JULGADOS	VAGAS PROVIDAS	A SEREM JULGADAS	CERTAMES DESERTOS	CERTAMES PREJUDICADOS
ED 015/2011	3	3 (26/10/2011)	1	0	2	0
		1 (16/02/2012)	1	(32)	0	
		4 (29/02/2012)	4	(28)	0	
ED 025/2011	33	2 (16/03/2012)	2	(26)	0	0
		10 (21/03/2012)	10	(16)	0	
		10 (11/04/2012)	4	(6)	6	
		6 (25/04/2012)	3	0	3	
ED 030/2011	1	1 (5/12/2011) deserto	0	0	1	0
		1 (25/04/2012)	1	(2)	0	0
ED 032/2011	3	1 (15/05/2012)	1	(1)	0	0
		1 (23/05/2012)	1	0	0	0
ED 003/2012	3	3 (23/05/2012)	3	0	0	0
ED 007/2012	7	7 (23/05/2012)	6	0	1	0
ED 008/2012	1	1 (13/06/2012)	0	0	1	0
ED 011/2012	8	2 (13/06/2012)	2	(6)	0	0
		6 (11/07/2012)	3	0	3	
ED 014/2012	4	4 (11/07/2012)	0	0	4	0
ED 016/2012	1	1 (11/07/2012)	1	0	0	0
ED 017/2012	8	8 (11/07/2012)	3	0	5	0
ED 020/2012	5	5 (11/07/2012)	2	0	3	0
ED 025/2012	7	7 (11/07/2012)	1	0	6	0
ED 028/2012	12	12 (19/09/2012)	3	0	9	0
ED 031/2012	7	7 (10/10/2012)	1	0	6	0
ED 035/2012	6	6 (26/10/2012)	2	0	4	0
ED 038/2012	3	3 (30/1/2013)	0	0	3	0
ED 042/2012	9	0	0	9	0	0
ED 003/2013	2	0	0	2	0	0
TOTAL	123	112	55	11	57	0

Resumo: 123 vagas abertas para remoção na 2ª entrância no período
112 vagas julgadas e 2 a serem julgadas
55 preenchidas
57 certames desertos (vagas destinadas para promoção à 2ª entrância)

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará
Nota: Informações atualizadas até 15/2/2013

Promoção à 2ª Entrância

EDITAL	VAGAS ABERTAS	CERTAMES JULGADOS	VAGAS PROVIDAS	A SEREM JULGADAS	CERTAMES DESERTOS	CERTAMES PREJUDICADOS
ED 018/2011	1	1 (16/12/2011)	0	0	0	1 (utilizada p/ Remoção compulsória)
ED 028/2011	1	1 (1º/02/2012)	1	0	0	0
ED 033/2011	1	1 (13/06/2012)	1	0	0	0
ED 013/2012	1	1 (11/07/2012)	1	0	0	0
ED 018/2012	6	6 (05/09/2012)	6	0	0	0
ED 021/2012	4	4 (19/09/2012)	4	0	0	0
ED 033/2012	22	22 (19/9/2012)	0	0	0	0
ED 039/2012	13	0	0	13	0	0
ED 44/2012	9	0	0	9	0	0
ED 45/2012	2	0	0	2	0	0
ED 005/2013	4	0	0	4	0	0
TOTAL	64	36	35	28	0	1

Resumo: 64 vagas abertas para promoção à 2ª entrância no período
 36 vagas julgadas e 35 a serem julgadas
 35 preenchidas
 1 certame prejudicado (vaga utilizada para remoção compulsória)

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará.

Nota: Informações atualizadas até 15/2/2013

Remoção na 1ª Entrância

EDITAL	VAGAS ABERTAS	CERTAMES JULGADOS	VAGAS PROVIDAS	A SEREM JULGADAS	CERTAMES DESERTOS	CERTAMES PREJUDICADOS
ED 009/2011	2	1 (16/12/2012) 1 (1º/02/2012)	1	0	0	0
ED 013/2011	4	1 (1º/02/2012) 3 (29/02/2012)	1 3	0	0	0
ED 009/2012	2	1 (15/05/2012) 1 (13/06/2012)	1	0	0	0
ED 015/2012	2	2 (13/06/2012)	2	0	0	0
ED 026/2012	1	1 (11/07/2012)	1	0	0	0
ED 029/2012	1	1 (10/10/2012)	1	0	0	0
ED 032/2012	3	1 (10/10/2012) 2 (26/10/2012)	3	0	0	0
ED 036/2012	2	0	0	2	0	0
ED 041/2012	11	0	0	11	0	0
TOTAL	28	15	15	13	0	0

Resumo: 28 vagas abertas para remoção na 1ª entrância no período
 15 vagas julgadas e 4 a serem julgadas
 15 preenchidas

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará

Nota: Informações atualizadas até 15/2/2013

Desenvolvimento Institucional do MP

No tocante ao planejamento estratégico institucional, a Subprocuradoria-Geral de Justiça vem atuando como guardiã do Plano Geral de Atuação (PGA), sendo responsável pela Ação nº 6/Desenvolvimento Organizacional na área jurídico-institucional.

Desse modo, visando à implementação dessa ação, vem participando de diversas discussões da seguinte maneira:

a) em sessões do Colégio de Procuradores de Justiça, na análise da viabilidade do ordenamento das atividades referentes a recursos de 2ª instância e de controle de constitucionalidade, com a possibilidade de criação de uma unidade responsável por essa matéria;

b) na revisão do Programa “O MP e a Comunidade”. Nesse sentido, participou do *workshop* coordenado pelos Centros de Apoio Operacional, o qual teve por objetivo encaminhar ao Colégio de Procuradores de Justiça proposta de fortalecimento do programa;

c) no processo de elaboração e acompanhamento dos Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça (PAs), por meio de discussões técnicas, oficinas e avaliação dos planos *in locu*;

d) no processo de planejamento estratégico institucional, culminando com a elaboração e divulgação do Mapa Estratégico da instituição;

e) no apoio à elaboração do Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em questões agrárias e fundiárias, elaborado pelos promotores de Justiça afins e coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Cível.

Gestão de remoção, férias e licença

O subprocurador-geral de Justiça para a área jurídico-institucional vem atuando ainda na gestão de remoção, férias e licença, visando garantir o gozo desses afastamentos previamente agendados e dando atenção especial às situações excepcionais, em especial por meio de contato direto com os coordenadores de promotorias

de Justiça e de polos, numa difícil tarefa considerando o insuficiente quantitativo de membros em relação ao tamanho do Estado do Pará e à crescente demanda da população, não obstante o avanço obtido pela Administração com os estudos realizados para a efetivação de concurso para servidores em 2012 e para membros em 2013.

Finalmente, vem acompanhando as decisões do CNMP, especialmente em questões de interesse do Ministério Público do Estado do Pará, com fins de implantá-las e/ou implementá-las.



Unidade investiu em divulgação, capacitação e integração com a sociedade

O ouvidor-geral do Ministério Público, Claudomiro Lobato de Miranda, investiu, no biênio 2011-2012, em ações de divulgação, capacitação e integração da unidade. Também foram priorizados o atendimento, o encaminhamento e a busca de soluções para as demandas que chegavam. Além disso, o esclarecimento do “papel da ouvidoria” e medidas proativas marcaram a gestão, sempre com o apoio da Administração Superior do Ministério Público.

Divulgação da Ouvidoria-Geral

Das manifestações feitas à ouvidoria, há um considerável número das que não são de atribuição do *parquet*, como consultorias jurídicas, solicitações de defensores públicos e outras, razão por que se destaca

que a importância da conscientização quanto ao “papel da ouvidoria” deve ser constante, seja por meio da divulgação itinerante das atribuições junto à população do interior do estado em campanhas de divul-

gação sobre a finalidade e atribuições da Ouvidoria-Geral do Ministério Público, seja por intermédio de cartazes, vinhetas e visitas aos órgãos de imprensa.

Estado do Pará
Ministério Público
Procuradoria-Geral de Justiça

Ouvidoria-Geral

Em caso de dificuldade para obtenção dos serviços prestados pelo Ministério Público do Estado, comunique-se com a Ouvidoria-Geral pelos telefones 127, (91) 4006.3654 e 4006.3656, ou por intermédio do e-mail ouvidoria@mp.pa.gov.br ou do link da Ouvidoria Geral no site ministerial www.mp.pa.gov.br ou dirija-se à Rua João Diogo nº 100 - Bairro da Cidade Velha - CEP 66015-160 Belém, Pará.

AÇÕES

- Confecção de vinheta sobre as atribuições do órgão;
- Confecção e distribuição de cartazes;
- Visita às emissoras “Voz de Nazaré”, Grupo “O Liberal” e “SBT”;

Entrevista televisiva à emissora “Voz de Nazaré”, em 5/8/2012;

Entrevista do Ouvidor-Geral no Programa “Bom Dia Pará” - TV LIBERAL, em 8/8/2011.

Participação da Ouvidoria-Geral do MP no “II Encontro das Ouvidorias Públicas do Estado do Pará”, como palestrante sobre as práticas exitosas na Ouvidoria-Geral do MP - novembro/2011 - ouvidora geral em exercício, promotora Helena Muniz.



Participação no Processo de Interiorização dos CAOs, oportunidade em que foi divulgada a Ouvidoria-Geral - abril e junho/2012.



Participação em reunião com a diretora executiva do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM), Marilena Mácola, acerca do problema de trânsito e transporte de Belém, oportunidade na qual ela fez uma exposição sobre o Projeto Ação MetrÓpole, denominado também de BRT Metropolitano, previsto para ter um terminal de integração em Marituba e uma estação de integração em Ananindeua - maio/2012.

Capacitação Técnica

Em função de as ouvidorias serem um instrumento relativamente novo no serviço público brasileiro e do serviço por elas prestado ser de atendien-

to direto à população, sempre existirá a necessidade de atualização e da troca de práticas exitosas com outras ouvidorias públicas e privadas, melhorando

consideravelmente a qualidade do atendimento na Ouvidoria-Geral.



Participação do ouvidor-geral no “13º Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria” - Florianópolis/SC - 12 a 14/4/2011 -, que ao final se submeteu a exame, obtendo a devida certificação.



Participação do ouvidor-geral no “7º Seminário Nacional de Ouvidores e Ouvidorias” - Uma análise dos modelos e práticas de gestão - Curitiba/PR - 24 a 26/8/2011.

Participação da assessora e da secretária da Ouvidoria-Geral no “16º Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria” - Florianópolis/SC - 13 a 15/3/2012 -, que também foram submetidas a exame, obtendo a certificação.



Integração de experiências por meio de participação nas reuniões do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público (CNOMP)

O CNOMP tem por objetivos trabalhar pela implementação das ouvidorias nos Ministérios Públicos que ainda não as têm, consolidar a ouvidoria como órgão de acesso do cidadão e indispensável à estrutura

institucional para conferir-lhe transparência e emprestar-lhe subsídios para a eficiência de seus serviços, uniformizar suas regulamentações e procedimentos - respeitadas as peculiaridades locais - e ter representação

nacional junto aos colegiados do Ministério Público brasileiro. O colegiado dispõe-se a integrar a rede de construção do Ministério Público, fazendo-se presente na discussão dos temas de interesse institucional.



8ª Reunião do CNOMP - 2/2011 - Curitiba/PR



9ª Reunião do CNOMP - 6/2011 - Goiânia/GO



10ª Reunião do CNOMP - 9/2011 - Fortaleza/CE



Belém sediou, conjuntamente com o 19º Congresso Nacional do Ministério Público, a 11ª Reunião do CNOMP, em 24 de novembro de 2011



12º Reunião do CNOMP – 3/2012– Porto Alegre/RS



13º Reunião do CNOMP – 6/2012– Recife/PE



14º Reunião do CNOMP – 09/2012– Florianópolis/SC



15º Reunião do CNOMP – 11/2012– Rio de Janeiro



Visita ao prédio-sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – 23/11/2012– Rio de Janeiro/RJ

Atendimento, encaminhamento e busca de soluções para as demandas direcionadas à Ouvidoria-Geral

No exercício de 2011 e 2012, a maioria das manifestações tem sua origem na esfera municipal e está relacionada a assuntos de urbanismo e improbidades administrativas.

Percebe-se um aumento considerável de atendimentos em 2012 em relação a 2011.

A comunicação entre a Ouvidoria-Geral e o usuário dos serviços do Ministério Público tem sido positiva na busca constante de se imprimir maior celeridade aos expedientes enviados por meio de ofícios aos órgãos de execução com atribuições para as questões que são apre-

sentadas pelo cidadão e/ou por intermédio de matérias, publicadas em jornais e divulgadas pela imprensa em geral, que digam respeito a problemas que, de uma forma ou de outra, estejam afetando direitos sociais.

MEIOS DE ACESSO ÀS DEMANDAS	Exercício 2011	Exercício 2012 (1º Semestre)
E-mails	2.304	2.713
Atendimento pessoal - FAP	187	132
Telefone	421	338
Representação	21	17
Carta	05	0
Total de Manifestações	2.668	3.200

Ouvidoria Proativa

A Ouvidoria-Geral, após ter tomado conhecimento de problemas que vêm afetando o cotidiano da cidade e sem

aguardar reclamação, buscou soluções por meio de contatos diretos com vários órgãos estaduais e municipais. Dentre as

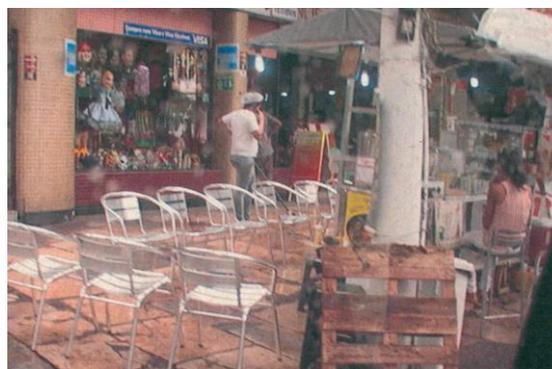
ações realizadas pela Ouvidoria-Geral, ressaltam-se as abaixo descritas:

Promoção de reunião com a diretora-superintendente da Companhia de Transportes do Município de Belém (CTBEL), para tratar da questão sobre pontos de táxis nas vias da capital;

Promoção de reunião com engenheiros de trânsito, representante do Gaeco, representantes do Ceaf e Promotor de Justiça de Ponta de Pedras, sobre ideias para minimizar o caótico problema de trânsito da capital;

Participação em reunião com lideranças comunitárias, representantes da segurança pública estadual, que tratou da estratégia de combate ao tráfico de drogas;

Reclamação feita à Superintendência da Companhia de Trânsito de Belém (CTBEL), por meio do Ofício nº 6/11-MP/Ouvidoria, de 14/1/2011, a respeito do excessivo e desnecessário número de pontos de táxis na capital, em detrimento de



veículos particulares. Em 17/2/2011, por intermédio do Ofício nº 300/2011-SCDS/CTBEL, foi recebida resposta dando ciência do desenvolvimento de trabalho de reordenamento dos pontos de táxis no Município de Belém, visando à extinção ou remanejamento dos pontos autorizados para locais apropriados, evitando, assim, a interferência no leito da via pública, bem como no fluxo de veículos;

Solicitação de providências, feita à Superintendência da Companhia de Trânsito de Belém (CTBEL), por meio do Ofício nº 20/11-MP/Ouvidoria, de 9/2/2011, a respeito da ocupação irregular de calçamento público na área interna da Praça da Bandeira, nesta capital. Em 1º/4/2011, mediante o Ofício nº 681/2011-SCDS/CTBEL, foi informado que inúmeras autuações de infratores no local foram efetivadas e que a Guarda Municipal (GBEL) tem coibido os motoristas de estacionarem no local;



Solicitação de providências cabíveis à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, sobre a ocupação de passeio público e venda irregular de alimentos, em resposta à PJMA no procedimento administrativo já existente naquele órgão;

Denúncia de tráfico de drogas encaminhada por meio de ofício à coordenação das Promotorias de Justiça Criminal da capital;

Encaminhamento de pedido de providências à Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém, quanto às barracas que abrigam mendigos na Rua Avertano Rocha, próximo à sede do MP;

Em decorrência de notícia divulgada pela imprensa local, expedição de ofício à Promotoria de Justiça de Salinópolis dando conta da liberação de embarcação que transportava contrabando, naquele município;

Após noticiado em jornal, remessa de ofício à Promotoria de Justiça de Mosqueiro dando conta de avarias na ponte que liga Belém à ilha;

Denúncia de poluição visual em prédios públicos à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente que informou à Ouvidoria ter expedido ofício à Delegacia do Meio Ambiente (Dema) e à Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém (Seurb) para efeito das providências pertinentes;

Solicitação à TV Liberal de DVD contendo gravação de reportagem jornalística levada ao ar por aquela emissora, mediante a qual foram denunciadas as precárias condições em que então se encontrava a escola estadual “Aracy Marques”, situada no município de



Salinópolis, o qual veio a ser encaminhado à Promotoria de Justiça daquela comarca para conhecimento e providências pertinentes. Dias depois, os promotores de Justiça Bruno Beckembauer, Sanches Damasceno e Mauro José Mendes de Almeida informaram à Ouvidoria-Geral as providências adotadas e que a referida escola, após os reparos necessários, já havia voltado a funcionar dentro da normalidade;

Solicitação de providências cabíveis à coordenadoria de Promotorias de Justiça de Defesa Comunitária e Cidadania, sobre o acesso de portadores de necessidades especiais aos meios de transporte na Região Metropolitana de Belém;

Solicitação de providências cabíveis à Subprocuradoria-geral de Justiça, área técnico-administrativa, no que diz respeito ao aparelhamento das PJ de entorpecentes;

Reunião na Delegacia de Polícia Civil, com o delegado-geral, Nilton Atayde, e com o promotor de Justiça de controle das atividades externas da polícia, Aldir Viana, sobre a questão da crescente criminalidade na Região Metropolitana de Belém – janeiro/2012;

Visita ao Centro Integrado de Operações Policiais – Ciop – janeiro/2012.

A Ouvidoria recebeu vereadores do Município de São Miguel do Guamá, que vieram denunciar a atual prefeita do município por improbidades administrativas, ocasião em que foram feitos os encaminhamentos devidos que culminaram no afastamento por decisão judicial da Sra. Márcia Maria Rocha Cavalcante do cargo, mediante pedido feito pelo MP.



Poluição visual em prédios públicos.



Visita ao Centro Integrado de Operações Policiais – Ciop.



Elaboração conjunta com unidades da instituição e sociedade garante planejamento participativo

Assessoria de Planejamento (Asplan) é a unidade responsável pela coordenação técnica dos processos de elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planejamento estratégico e operacional do Ministério Público do Estado do Pará, atuando de forma articulada junto a todos os órgãos de execução e de apoio da instituição, estimulando o processo de planejamento participativo dos seus integrantes, de forma a proporcionar o atributo da legitimidade a todas as ações a serem implementadas.

A atuação da Assessoria de Planejamento segue a diretriz da Procuradoria-Geral de Justiça, que, cumprindo a função de deflagrar o processo das ações de planejamento institucional, sempre vislumbrou a necessidade de adequar a atuação ministerial aos anseios da sociedade.



Reunião PGA.



Acompanhamento PGA.

O Planejamento Estratégico

À Assessoria de Planejamento coube a responsabilidade da coordenação técnica do processo do planejamento estratégico da instituição, denominado Plano Geral de Atuação (PGA), cuja elaboração envolveu a participação de membros, servidores e da sociedade, essa por meio de oitavas que refletiram a realidade socioeconômica do Estado do Pará, tendo seu marco de lançamento o ano de 2008.

Na fase atual do plano, que representa a execução, a unidade de planejamento vem atuando, no sentido de aprimorar a implementação desse processo, cujos resultados devem representar um melhor desempenho do Ministério Público na solução das demandas da sociedade.

Nesse sentido, ao longo do biênio 2011/2012, várias ações foram realizadas, dentre as quais merecem destaque as seguintes:

a) criação do Grupo de Apoio ao Planejamento Institucional (Gapi), instituído pelas Portarias nº 4832/2011-MP/PGJ e nº 2233/2012-MP/SGJ-TA, que designaram a participação de 2 membros e de 11 servidores, com a finalidade de dar suporte aos

membros do Ministério Público na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planejamento estratégico e operacional;

b) realização, em maio de 2012, de curso voltado à capacitação de membros e servidores do Ministério Público, na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), cuja ferramenta está voltada à implementação do planejamento estratégico. Referida capacitação trouxe como produto a elaboração da proposta do mapa estratégico da instituição, com definição de variáveis fundamentais ao processo, tais como objetivos estratégicos, metas e indicadores. Importante ressaltar que a escolha dessa metodologia também se deu em função da busca do alinhamento ao planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que utiliza a mesma ferramenta;

c) realização, em setembro de 2012, da 2ª Rodada de Acompanhamento e Avaliação do PGA, envolvendo membros e servidores, que teve como objetivo avaliar o estágio da

execução das ações estratégicas estabelecidas no Plano, assim como de apresentar aos participantes a proposta do Mapa Estratégico da instituição, o qual foi discutido, avaliado e aprovado;

d) lançamento, em 14/12/2012, do Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará como documento balizador à implementação do processo de planejamento estratégico da instituição.

e) apoio e orientações técnicas a diversos órgãos da estrutura do Ministério Público, quanto à elaboração, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e planos de ações setoriais e operacionais, em consonância com as políticas, diretrizes, objetivos e metas traçadas no planejamento estratégico ministerial. Nesse item, convém destacar os Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, os quais têm a função de proporcionar maior eficiência operacional na atuação dos membros perante as demandas da sociedade.



Capacitação em *Balanced Scorecard* (BSC).



Planejamento estratégico do CNMP



Reunião do PGA

OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

No período da atual gestão, houve efetiva participação do Ministério Público, junto ao Poder Executivo, nas discussões e contribuições aos projetos de lei das LDOs, no sentido de garantir os avanços alcançados para a instituição, sobretudo quanto ao percentual da Receita Líquida Resultante de Impostos (RRIL), cuja evolução histórica de um período de cinco anos, já alcançando o ano de 2013, está demonstrada no quadro e gráfico 1, a seguir:

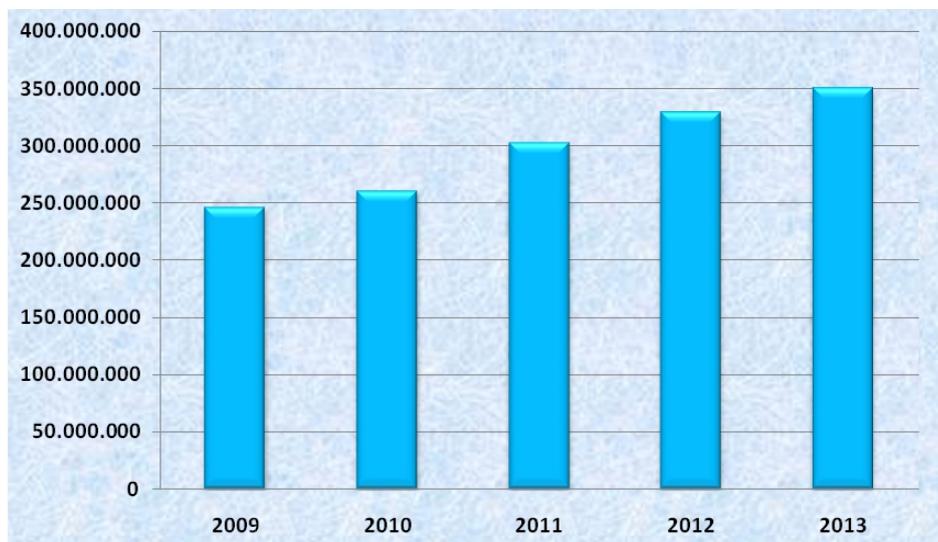
R\$ 1,00

ANOS	VALORES CORRENTES	VALORES CONSTANTES*
2009	205.157.536	245.827.679
2010	229.545.200	260.376.587
2011	283.772.003	301.841.924
2012	329.403.020	329.403.020
2013	350.492.850	350.492.850

(*) Valores corrigidos com base no IPCA dez/2012

Nota: as informações relativas aos anos de 2009 a 2012 correspondem aos valores realizados. Quanto ao ano de 2013, os valores são orçados.

Gráfico 1



Plano Plurianual (PPA)

No exercício de 2011, em consonância com as diretrizes emanadas do Poder Executivo e a partir das ações estratégicas estabelecidas no Plano Geral de Atuação (PGA), foi elaborado o PPA da instituição para o período de 2012-2015, o qual contempla programas, ações e indicadores a serem implementados nesse horizonte temporal, voltados ao aperfeiçoamento do desempenho de suas atividades, com vistas ao alcance da missão institucional.



Reunião de acompanhamento da programação orçamentária



Reunião de trabalho da equipe de programação orçamentária

Orçamento-programa anual

Em alinhamento às diretrizes constantes na LDO e no PPA foram elaborados os Orçamentos do Ministério Público, os quais constituem instrumentos que tornarão viável à consecução das ações previstas em seu planejamento e que estabelecem a programação das receitas e das despesas a serem realizadas anualmente.

Assim, os orçamentos dos exercícios de 2011 e 2012, como instrumentos de consecução das ações programadas, envolveram as seguintes receitas e despesas:

Receitas Realizadas por fonte de recurso

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS		TOTAL
	2011	2012	
Recursos do Tesouro Estadual*	278.604.830	320.795.107	599.399.937
Fundo de Reparelhamento	1.112.822	2.664.180	3.777.002
Rendimento da Aplicação Financeira	2.999.916	3.692.996	6.692.912
Convênios	21.404	8.627	30.031
Recursos próprios do Fundo Financeiro da Previdência	26.391.706	26.077.529	52.469.235
TOTAL	309.130.678	353.238.439	662.369.117

(*) Quota repassada pelo Poder Executivo

Notas:1) os recursos do Tesouro Estadual não contemplam o valor total devido, estabelecido na LDO, uma vez que não foi repassado pelo Poder Executivo o montante de R\$ 5.167.173,00 em 2011 e R\$ 8.607.996,54 em 2012.

2) os valores acima excluem a complementação previdenciária e devoluções que compõem o saldo da conta contábil 612130000 - Repasse Recebido (Siafem).

Despesas Realizadas distribuídas pelos principais grupos de Pessoal, Custeio e Capital

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	TOTAL GERAL	△
▪ Pessoal & Encargos Sociais	<u>254.390.648</u>	<u>275.813.745</u>	<u>530.204.393</u>	85%
<i>Ativos</i>	<i>195.514.888</i>	<i>207.258.221</i>	<i>402.773.109</i>	
<i>Membros</i>	<i>125.895.698</i>	<i>129.365.787</i>	<i>255.261.485</i>	
<i>Servidores</i>	<i>69.619.190</i>	<i>77.892.434</i>	<i>147.511.624</i>	
<i>Inativos e Pensionistas</i>	<i>58.875.760</i>	<i>68.555.524</i>	<i>127.431.284</i>	
▪ Custeio	<u>26.030.701</u>	<u>41.286.447</u>	<u>67.317.148</u>	11%
▪ Capital	<u>11.697.878</u>	<u>13.049.520</u>	<u>24.747.398</u>	4%
TOTAL GERAL	<u>292.119.227</u>	<u>330.149.712</u>	<u>622.268.939</u>	100%

Dentre as despesas realizadas nesse período, convém destacar alguns valores que representam avanços da atual gestão, tais como:

Benefícios concedidos aos membros e servidores

A aprovação da Lei nº 7.646, de 16/7/2012, concedeu aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, o pagamento do auxílio-alimentação, nos mesmos parâmetros do que já é concedido aos servidores da instituição. A partir dessa lei, por meio de pleitos da Ampep e com fundamento em decisões do Ministério Público Federal, foi autorizado o pagamento retroativo desse auxílio-alimentação aos membros, referente ao período de dezembro de 2004 a julho de 2012.

Dessa forma, o valor pago referente ao retroativo, bem como os valores relativos aos demais meses de 2012, importaram em R\$

11.640.873,00 (onze milhões, seiscentos e quarenta mil e oitocentos e setenta e três reais) - valores correspondentes ao pagamento do exercício corrente e de parcelas de exercícios anteriores.

Com a sanção da Lei nº 7.645, de 16/7/2012, foi concedido aos servidores da instituição o acréscimo à remuneração de parcela de complementação variável, na forma de vantagem individual, em atendimento aos limites estabelecidos no art. 121 da Lei nº 5.810, de 24/1/1994, que estabelece remuneração mínima de 1/20 em relação à maior remuneração da instituição.

A reclassificação dos servidores também constituiu mais um benefício alcançado, quando, nos exercícios de 2011 e 2012, foram pagos todos os valores atrasados por conta das reclassificações obtidas em anos

anteriores, por antiguidade ou merecimento, e que ainda não tinham sido viabilizadas na folha de pagamento. Com isso, a instituição saneou as pendências existentes nesse item e, a partir do mês de abril/2012, passou a pagar regularmente as reclassificações adquiridas pelos servidores.

Em dezembro de 2012, foi firmado acordo entre o Ministério Público do Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará (Sisemppa), que estabeleceu o reajuste de 12% sobre o vencimento-base dos servidores da instituição lotados no município de Belém, para pagamento em duas parcelas anuais, com a primeira, de 6%, retroagindo a outubro/2012 e a segunda, de 5,67%, prevista para outubro de 2013. Referido reajuste recorre da execução da ação ordinária ajuizada pelo Sisemppa.

O quadro a seguir demonstra os principais impactos orçamentários e financeiros decorrentes dos benefícios concedidos:

R\$ 1,00

TIPO DE BENEFÍCIO	2011	2012	TOTAL
Auxílio-alimentação de membros	-	9.726.892	9.726.892
Indenização auxílio-alimentação de inativos	-	384.181	384.181
Auxílio-alimentação de servidores	8.231.245	9.912.113	18.143.358
Auxílio-transporte de servidores	1.097.204	1.322.799	2.420.003
Parcela de complementação (1/20)	-	40.470	40.470
TOTAL	9.328.449	21.386.455	30.714.904

NOTA: Foi pago, em fevereiro de 2013, o valor de R\$ 1.529.800,00, referente ao retroativo do auxílio-alimentação dos membros, do período de dezembro de 2004 a julho de 2007.

Novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos servidores e adequação na estrutura organizacional

Dentre as metas estabelecidas na atual gestão, foi firmado o compromisso da implementação de um novo plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores e a adequação da atual estrutura organizacional da instituição, como forma de atender aos anseios dos integrantes do

Ministério Público.

Nesse sentido, foram envidados esforços para o cumprimento da realização desses dois projetos, os quais foram elaborados por meio de consultoria especializada vencedora de certame licitatório, ao custo de R\$ 467.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil reais), cuja implementação deverá ocorrer a partir de 2013, quando se estima a aprovação desses projetos pela Assembleia Legislativa do Estado.

Despesas de Exercícios Anteriores (DEAs)

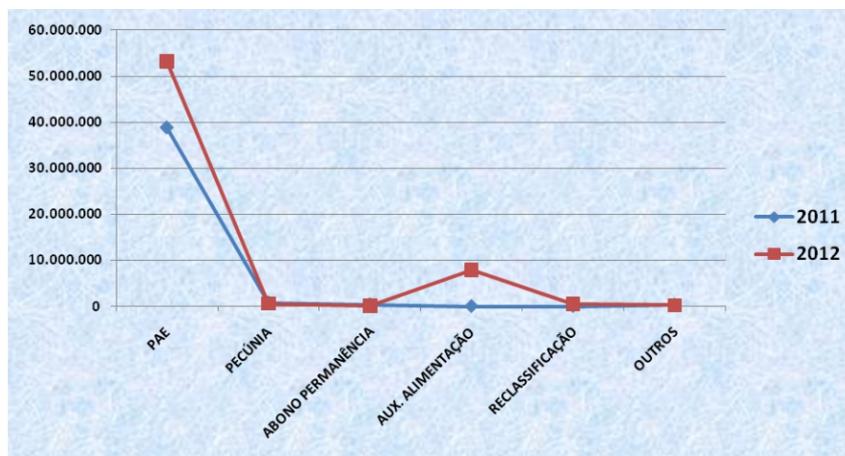
Dentro dos limites legais e da capacidade orçamentária do Ministério Público, a Administração Superior autorizou o pagamento de pendências oriundas de outros exercícios financeiros, relativas a vantagens e benefícios de membros e servidores, cujos montantes constam do quadro e gráfico 2, a seguir:

R\$ 1,00

Especificação	2011	2012	TOTAL
Membros ativos e exonerados	22.073.253	36.119.317	58.192.570
Parcela autônoma de equivalência - PAE	21.676.973	28.405.490	50.082.463
Licença-prêmio e férias em pecúnia	46.885	-	46.885
Abono de permanência	345.021	144.442	489.463
Auxílio-alimentação	-	7.566.373	7.566.373
Outros DEAS	4.374	3.012	7.386
Servidores ativos e exonerados	409.940	737.529	1.147.469
Reclassificação (antiguidade/merecimento)	39.497	512.370	551.867
Licença-prêmio e férias em pecúnia	190.931	79.119	270.050
Abono de permanência	44.474	7.381	51.855
Outros DEAS	135.038	138.659	273.697
Inativos e pensionistas (membros e servidores)	17.857.632	25.791.233	43.648.865
Parcela autônoma de equivalência - PAE	17.130.002	24.766.969	41.896.971
Licença-prêmio e férias em pecúnia	568.256	552.458	1.120.714
Auxílio-alimentação	-	369.713	369.713
Outros DEAS	159.374	102.093	261.467
TOTAL	40.340.825	62.648.079	102.988.904

NOTA: Foi pago, em fevereiro de 2013, como DEA, o valor de R\$ 1.529.800,00, referente ao retroativo do auxílio-alimentação dos membros, do período de dezembro de 2004 a julho de 2007.

Gráfico 2



Parcela Autônoma de Equivalência (PAE)

Em 2010, foi aprovado o pagamento do montante devido dessa vantagem, com quitação em 90 parcelas, distribuídas ao longo de mais de 7 anos. Assim, logo em 2010 foram pagas 14 parcelas. No biênio 2011/2012, foram pagas mais 64 parcelas, ficando um saldo a pagar de somente 12 parcelas, as quais serão quitadas ainda pela atual administração, até março de 2013, cujo valor representa R\$ 17.258.987,00 (dezessete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta e sete reais). Em relação as PAEs dos pensionistas, a expectativa é quitar até o final do exercício de 2013, considerando que esses passaram a receber somente a partir de 2011.

Gabinete Militar

O Gabinete Militar constitui uma das unidades mais importantes para a implementação do Plano de Segurança Institucional do Ministério Público

do Estado do Pará, o qual vem sendo implantado desde março de 2012, em conformidade a Recomendação nº 13, de 16/6/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público. Parte das necessidades orçamentárias e financeiras desse plano foi assegurada ao Gabinete Militar na Proposta Orçamentária Anual do Ministério Público para 2013, em investimentos que somam **R\$ 2.045.720,00 (dois milhões, quarenta e cinco mil e setecentos e vinte reais)**.

Concurso público para membros e servidores

A crescente demanda da sociedade pela presença e ação do Ministério Público levou a atual administração a autorizar a realização de concurso público para o ingresso de membros e servidores nas carreiras da instituição, a partir de 2013.

Convém destacar que uma das providências para suprir a deficiência apontada no quadro de

peçoal foi a aprovação da **Lei nº 7.647**, de 16/7/2012, que transformou e criou **136 cargos efetivos de Analista Jurídico** e mais a criação de **160 funções gratificadas de Assessoramento Jurídico**, voltadas a atender os analistas jurídicos que exercerão suas atividades nas procuradorias e promotorias de Justiça.

Assim, a viabilização do concurso público só foi possível devido à recente criação dos cargos acima, bem como da existência de outros cargos vagos no quadro de pessoal da instituição, os quais constam do demonstrativo a seguir, obedecendo a um cronograma de ingresso até 2015, de acordo com a capacidade orçamentária e financeira.

Para o ano de 2013, os valores correspondentes ao quantitativo de concursados já constam da proposta orçamentária desse exercício, cujo montante importa em **R\$ 20.952.830,00 (vinte milhões, novecentos e cinquenta e dois mil oitocentos e trinta reais)**.

Concurso Público - Cronograma de Ingressos

CARGOS/EXERCÍCIOS	2013	2014	2015	TOTAL
MEMBROS	50	15	15	80
Promotores de Justiça	50	15	15	80
SERVIDORES	235	26	23	284
Auxiliar de Administração	65	0	0	65
Técnico de Informática	19	17	11	47
Analista de Sistemas	13	9	12	34
Pedagogo	1	0	0	1
Biblioteconomista	1	0	0	1
Contador	3	0	0	3
Arquiteto	1	0	0	1
Analista Jurídico	132	0	0	132
TOTAL GERAL	285	41	38	364

“Priorizar é decorrência direta do ato de planejar e trabalhar com planejamento aumenta as chances de bem servir a sociedade e reduzir os riscos de erro”.



Assessoria Jurídica apresentou intenso fluxo de processos

Compete à Assessoria Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça, ocupada por servidores comissionados, assessorar o procurador-geral de Justiça nos assuntos específicos e gerais de interesse do Ministério Público, por meio de pesquisas, análises, elaboração de informações, análises de minutas de leis e atos administrativos e emissão de pareceres jurídicos tanto na área administrativa interna do órgão como para subsidiar a atuação judicial da Administração

Superior do Ministério Público em processos de sua competência.

Compreende a Assessoria o apoio, que é composto por uma servidora encarregada de receber e registrar em sistemas informatizado o fluxo (entrada e saída) de processos judiciais e administrativos, exercendo um verdadeiro controle estatístico dos processos judiciais e expedientes administrativos, assim como de elaborar ofícios, memorandos e de manter sob sua guarda todas as atividades realizadas pela

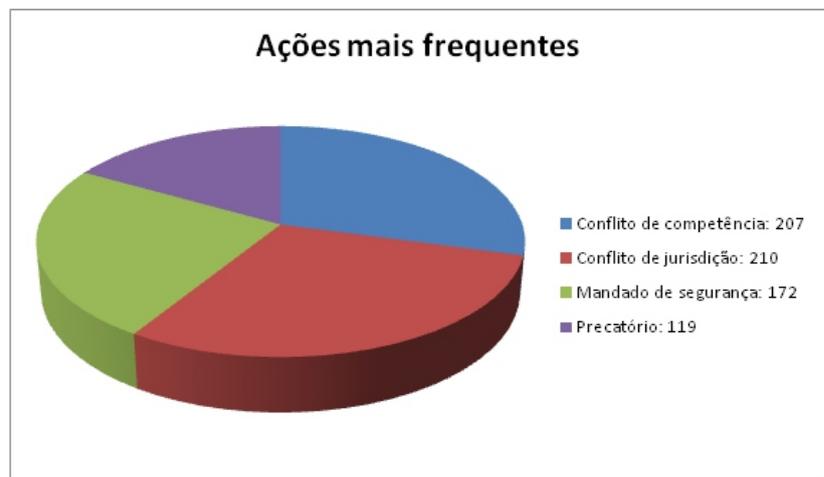
Assessoria.

Segundo o levantamento do fluxo de processos do período correspondente a 18/3/2011 a 12/12/2012, foram recebidos na Assessoria Jurídica 3.083 processos entre administrativos internos (1.411) e judiciais (1.672), conforme registros no Sistema de Acompanhamento de Processos (Siap), todos devidamente analisados e trabalhados na emissão de pareceres jurídicos submetidos à análise do procurador-geral de Justiça.

Foram recebidos na Assessoria Jurídica, entre 2011 e 2012, 3.083 processos.

Os processos judiciais compreendem ações de conflitos de jurisdição e competência, recurso em processo administrativo, mandado de segurança, arguição de inconstitucionalidade de lei, precatório requisitório, pedido de arquivamento de inquérito policial, ação penal, entre outros.

Veja ao lado um demonstrativo das ações mais frequentes distribuídas no período.





Monitoramento garante segurança de integrantes do MP

Ministério Público investiu na segurança de seus integrantes

Criação do Gabinete Militar

A Lei nº 7.551, de 14 de setembro de 2011, criou o Gabinete Militar do Ministério Público do Estado do Pará, encarregado do assessoramento à Procuradoria-Geral de Justiça em assuntos militares e de segurança institucional, com a estrutura de cargos em quantitativos, níveis hierárquicos e remunerações legalmente

definidos.

Aumento do efetivo no biênio

Para atender às novas demandas do órgão durante a gestão do procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, o Ministério Público do Estado adquiriu e ampliou prédios. Com isso, o efetivo

(policiais e bombeiros militares) do Gabinete Militar do Ministério Público estadual teve um aumento de 15%, reforçando o efetivo nas Promotorias de Justiça de Ananindeua, Abaetetuba, Marabá, Santarém, Icoaraci, Altamira, Tailândia, Capanema, Jacundá, Tucuruí, Barcarena, Igarapé-miri, Rondon do Pará e Castanhal.

Cadastramento de digitais

O Gabinete Militar atuou junto ao Departamento de Recursos Humanos no cadastramento de digitais para acesso aos prédios e na emissão de relatórios sobre a movimentação de pessoas nas instalações do Ministério Público do Estado.



Cadastro de digitais facilita a identificação de integrantes do MP

Investimento em novos equipamentos de segurança

Instalações de portas giratórias com detectores de metal, catracas controladoras de acesso, sistema de alarme, sensoriamento remoto, vídeo porteiro, cerca elétrica em muros e recargas de extintores de incêndio nas promotorias do interior do Estado e no prédio- sede do órgão foram algumas das medidas implantadas sob a coordenação do Gabinete Militar.

No campo da segurança eletrônica, foram adquiridas 31 novas centrais de alarme de intrusão para serem implantadas no interior e na capital e mais 7 catracas biométricas para controle de acesso. Foram ainda distribuídos 13 rádios portáteis para as Promotorias de Ananindeua, Abaetetuba, Marabá, Santarém e Icoaraci e mais 11 para o complexo de prédios do MP sede, perfazendo um total de 24 novos rádios portáteis, além de 1 estação fixa.

Os resultados alcançados com o serviço de monitoramento, incluindo sistemas de alarmes, sensoriamento remoto, circuito interno de câmeras, catracas de controle de acesso, portas giratórias detectoras de metal, rádios e outros dispositivos, ajudaram a inibir práticas delituosas nas instalações e a preservar a integridade física de membros e servidores do MPE.

Sistema de alarme



Câmeras de segurança



Controle de acesso

Outras ações

O Gabinete Militar atuou ainda na prevenção contra incêndio, mediante a aquisição e manutenção de equipamentos de combate a princípios de incêndio.

Atuou em parceria com o Departamento de Obras e Manutenção, fazendo previsão

em projeto arquitetônico da infraestrutura necessária à implantação de sistemas de segurança eletrônica em novos espaços do Ministério Público Estadual.

Teve papel fundamental na recuperação de objetos extraviados e furtados, identificação e apreensão de pessoas

estranhas e mal-intencionadas flagradas na prática de ações delituosas. Tem ainda como atribuições, previstas na Lei nº 7.551/2011, o exercício da guarda patrimonial e a escolta policial dos membros e oficiais de serviços auxiliares no cumprimento de seus ofícios.

Resumo das missões executadas pelo Gaeco com a participação de policiais militares do Gabinete Militar

Missões executadas por policiais militares em apoio ao Gaeco	
LOCAL	NUMEROS DE DESLOCAMENTOS
Belém	47
Interior	10
TOTAL	57

Resumo do atendimento das solicitações de escolta e reforço da segurança prestada às promotorias de Justiça

Segurança executada junto às Promotorias da Capital	
PROMOTORIA	NUMEROS DE DESLOCAMENTOS
Criminal	
Cível	
Idoso	
Apoio ao Centro Integrado	1.480
Tribunal do Júri	
Mulher	
CAO	
Agrária	
MP Comunidade	



Porta giratória garante mais segurança ao prédio-sede



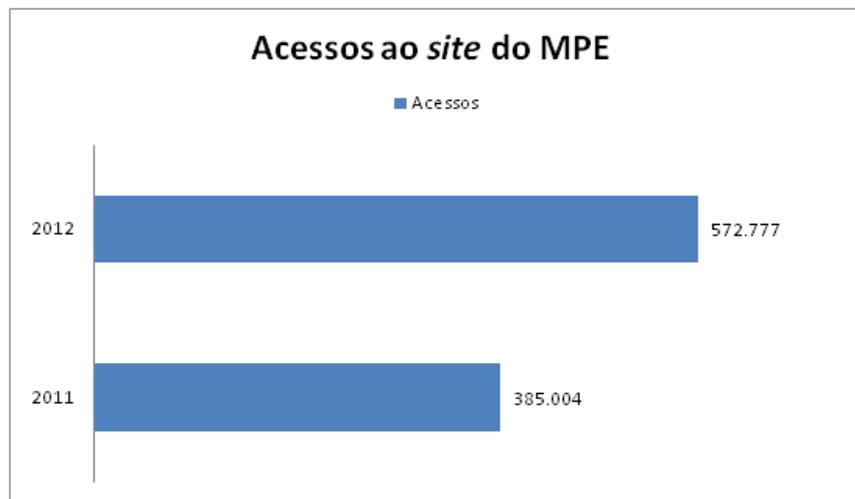
Ministério Público potencializa divulgação de suas atividades

As ações e atividades da Assessoria de Imprensa no biênio 2011-2013 produziram uma nova configuração no que concerne ao trato e à disseminação das informações construídas no cotidiano do trabalho e desenvolvida pela equipe de profissionais de comunicação e estagiários no setor da imprensa vinculado ao gabinete do procurador-geral de Justiça.

As informações geradas e trabalhadas em nível interno e externo pela equipe da Assessoria de Imprensa com a aquiescência da Administração Superior referem-se à instituição Ministério Público em sua totalidade, tendo como suporte as ações de trabalho e atividades de seus membros e servidores.

De forma estratégica e como fim último, essas informações são disponibilizadas no nosso site www.mp.pa.gov.br, consolidando uma demonstração de transparência nas ações e atividades do MP enquanto instituição pública. Os acessos ao portal do Ministério Público totalizaram 957.781, segundo dados de acesso a partir de 22 de março de 2011.

Considera-se que num processo sistemático há ressonância dessas informações em todos os veículos de comunicação tradicionais (impressos,



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
Procuradoria Geral de Justiça

Intranet Web Mail Fale Conosco Acessibilidade A+ A- A A

Ministério Público
O que é?
O que faz?
História
Administração Superior
Procuradoria Geral
Colégio de Procuradores
Corregedoria Geral
Conselho Superior
Órgãos de Execução
Procuradorias de Justiça
Promotorias de Justiça
Órgãos Auxiliares
Subprocuradorias Gerais
Ouvidoria-Geral
Centros de Apoio Operacional
CEAF
GEPROC
NIDE
ATMIDADES JUDICIAIS
Serviços
Sistemas de Informação
Portal da Transparência
Biblioteca

Últimas Notícias

VITÓRIA DO XINGU: MP emite recomendação relacionada ao processo de escolha de conselheiros tutelares
Em Vitória do Xingu, o Ministério Público do Estado, por meio da promotora de justiça Érika Menezes de Oliveira, emitiu recomendação relacionada ao processo de ...
leia mais 18/10/2012 às 13:25

BELÉM: MP de Mato Grosso faz visita técnica ao MP do Pará e discute modernização tecnológica
Membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPE) receberam nos dias 16 e 17 de outubro em visita técnica integrantes do Ministério Público do Mato Gro...
leia mais 17/10/2012 às 14:41

MARABÁ: MP participa de julgamento contra homicida condenado a 23 anos de prisão
A denúncia do Ministério Público do Estado, conduzida pelas promotoras Alessandra Muniz Mardegan e Cremilda Aquino contra Wilson Costa Aguiar, 49 anos, acusado de contratar dois ...
leia mais 16/10/2012 às 16:59

Mais Notícias

SANTARÉM: Réu condenado por crime no trânsito ocorrido há 20 anos

Ouvidoria-Geral
Plantão de Promotores
Denúncia
Endereços
Nossos Endereços
SIAMP v.2 a partir de setembro/2012
ATUALIZAÇÃO CADASTRAL MEMBROS E SERVIDORES
LDO, art. 95, parágrafo único. LOTIFICAÇÃO DE PESSOAL - ANEXO IV
1ª SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS

rádios e tvs), incluindo-se ainda a utilização da Internet, o que possibilita a veiculação em mídias alternativas e redes sociais, em como Twitter, Facebook, sites governamentais e não governamentais, entre outras.

Tudo isso se traduz num

melhor direcionamento no trato diário do universo de notícias que permeia as relações de trabalho e atividades engendradas no âmbito do MPE, tanto na capital como no interior do estado.

A base dessas análises relativas às ações de imprensa tem como foco central a Administração Superior do MP e correlação com a missão ministerial disseminada em seus polos administrativos por meio das Promotorias de Justiça do interior e da capital.

Louva-se aqui a logística provocada e espontânea desen-

volvida pelos membros e servidores para que a notícia de forma bruta chegue até a Assessoria de Imprensa e em seguida ao *site* da instituição e, posteriormente, espraie-se pelo MP em todo o território paraense e além fronteiras do país de forma globalizada.

BOLETINS - Foi estabelecida a rotina diária de

enviar por *e-mail* todo o material produzido no *site* institucional aos veículos de comunicação constantes no *mailing* da Assessoria, bem como para os membros e servidores da instituição, para que possam acessar com facilidade as informações postadas na *home page*.



IDENTIDADE VISUAL - Houve ainda nesse processo de dinamização da informação o incremento de novas estratégias de comunicação, como a inserção da logomarca do MP em *banner*. O *banner* tem sido utilizado em entrevistas coletivas associadas a ações de fiscalização, entre outras demandadas pela sociedade.

A estratégia visa fortalecer a identidade visual da instituição, ou seja, da marca Ministério Público. Hoje essa estratégia está sendo utilizada no polo administrativo Belém I.

Propôs-se, portanto, que em 2013 se proceda à ampliação dessa estratégia de comunicação a todas as promotorias no interior do Pará. E que, de preferência, o *banner* continue sendo utilizado em entrevistas coletivas, produzindo maior alcance junto à mídia.

A princípio, a confecção de novos *banners* atenderia outros nove polos administrativos do MP no interior, para fixar a marca da instituição ministerial nas ações em prol da sociedade por meio de entrevistas coletivas concedidas pelos membros do MP. Num processo natural, o banner será estendido às promotorias vinculadas a esses polos.

Entrevistas coletivas do MP (acima e baixo)

Tudo isso se traduz num melhor direcionamento no trato diário do universo de notícias



OPERAÇÕES - Essa estratégia na área de imprensa teve como foco principal as operações vinculadas às ações de fiscalização e investigação do órgão no combate ao crime organizado, levadas a efeito pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco).

O *banner* - como ferramenta de divulgação - tem sido também utilizado em entrevistas dos órgãos de execução (procuradorias e promotorias), Centros de Apoio Operacional (CAOs), dentre outros que atuam nas áreas do consumidor, direitos humanos, meio ambiente, constitucional, criminal, infância e juventude, cidadania, entre outras.

ATRIBUIÇÕES - Dentre as atribuições da Assessoria de Imprensa, as mais relevantes dizem respeito à produção de textos jornalísticos para o *site* com informações demandadas, à atualização e verificação diárias de *e-mails* e das informações dos *blogs*, ao acesso prioritário da Agenda do Cerimonial, bem como à adoção de providências

TV INDOOR - Outro ponto relevante no processo da potencialização da informação é o que diz respeito à expansão da TV Indoor, que abriu novos espaços nesse processo de dinamização da informação no MP.

Abre-se aqui espaço com destaque para detalhar o funcionamento da TV Indoor há três anos no ar, tendo, no último ano, funcionado com oito pontos de veiculação de informações com suporte em equipamentos modernos e tecnologia de ponta.

A programação da TV Indoor inclui a veiculação de cartelas funcionais e atualização diária de avisos institucionais padronizados.

A TV Indoor funcionou nos

pertinentes às informações relativas às demandas, levantamento de informações sobre a agenda de trabalho junto às promotorias, com ênfase nas áreas de improbidade administrativa, criminal, meio ambiente, direitos humanos, direitos do consumidor, infância e juventude, violência contra a mulher, idosos e deficientes,

últimos doze meses em oito pontos dos prédios central e anexos do Ministério Público do Estado, com ênfase às telas instaladas nas áreas de recepção da população que demandam as Promotorias Cíveis e Criminais e nas entradas dos elevadores da instituição.



TV Indoor no *hall* do Anexo I.



TV Indoor junto aos elevadores do prédio-sede.

registros públicos, paternidade e adoções.

Procedimento semelhante deve ser considerado, como o de levantar informações junto ao Conselho Superior, Colégio de Procuradores, Centros de Apoio Operacional (CAO), nas áreas do cível, criminal, cidadania, constitucional, infância e juventude e meio ambiente.

Número de atendimentos internos e externos tem crescimento significativo

2011 - Demonstrativo de Atendimento

As estatísticas referentes ao período de janeiro a dezembro/2011 - conforme relatório produzido mensalmente pela Assessoria de Imprensa - apresentaram o total de 3.343 demandas atendidas, do qual

2.189 foram consolidadas entre os veículos de comunicação, como televisões, impressos, portais e rádios.

Esse número compreende todas as atividades pertinentes à Assessoria de Imprensa como sugestão de pauta, solicitação de entrevistas, de informações

solicitadas de ações de promotores e promotorias da capital e do interior do Pará, entre outras.

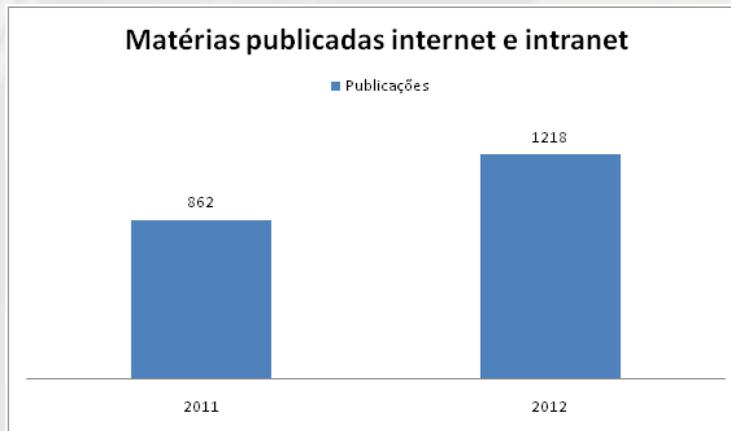
No que tange aos dados sobre matérias publicadas no site www.mp.pa.gov.br (internet e intranet) no mesmo período, foram 862 veiculações, o que

representa uma média de 71,83 por mês.

Foram registrados 292 atendimentos às demandas geradas por meio de pedidos de fotos e coberturas de reuniões no âmbito do MPE, oriundas de diversas unidades da instituição no mesmo período de 2011.

VEÍCULOS - Com relação às demandas por veículos de comunicação referentes ao período de janeiro a dezembro de 2011, destaca-se o veículo televisão, com 899 atendimentos. Em seguida, outros dados relevantes são da mídia impressa (jornais), com 467 atendimentos. O veículo rádio tem o registro de participação com 198 pedidos

atendidos. Quanto às demandas oriundas de portais, os dados apresentaram uma pequena elevação, contabilizando 117 atendimentos, considerando-se apenas o primeiro semestre de 2011.



2012 - Demonstrativo de Atendimento

Os dados referentes ao atendimento interno e externo no período de janeiro a novembro/2012 atingiram 5.620 atendimentos pela Assessoria de Imprensa, registrando-se um aumento de 59,48% em relação ao ano de 2011.

Desse total, 2.607 demandas atendidas foram originadas de

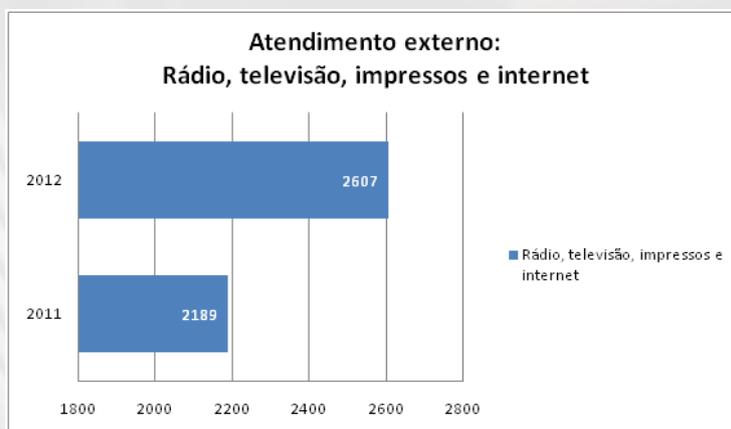
veículos como televisões, impressos, portais e rádios.

Ao considerar a demanda relativa à internet e intranet, os números demonstraram 1.218 publicações no *site* institucional www.mp.pa.gov.br

Quanto às demandas internas originadas das unidades do Ministério Público, os números totalizam 800 atendimentos; registros esses que refletem a combinação de pedidos que

incluem produção de fotos e coberturas jornalísticas de reuniões na instituição.

Os números demonstram crescimento tanto no atendimento interno e externo realizado pela Assessoria de Imprensa quanto em relação às demandas geradas pelos veículos de comunicação, assim como as oriundas de diversos organismos da instituição com relação ao ano de 2012.





Assessoria de Cerimonial atua com novo modelo e se posiciona como importante ferramenta da comunicação institucional

Dia Nacional do Ministério Público 2011.

Nestes dois anos de gestão, a Assessoria de Cerimonial adotou um modelo inovador de atuação. Pela primeira vez em 15 anos de funcionamento o trabalho é agora focado em cinco núcleos. Este método propicia a integração das múltiplas funções de caráter administrativo e operacional desenvolvidas para a manutenção das relações institucionais do procurador-geral de Justiça e do Ministério Público do Estado (MPE), com a sociedade.

Com 5 núcleos implantados em seu novo modelo de atuação, a Assessoria de Cerimonial tornou efetivas mais de 50 funções de caráter administrativo, logístico e operacional, direta e indiretamente ligadas à manutenção das relações institucionais do procurador-geral de Justiça e do Ministério Público com a sociedade.

O Núcleo de Gestão Administrativa é responsável por sistematizar as ações necessárias à execução das atividades de caráter administrativo da assessoria do setor. O Núcleo de Agenda e Chancelaria do procurador-geral de Justiça sistematiza a agenda do chefe do MPE em missão ou recepção de autoridades e personalidades com as quais efetivar relações protocolares. O Núcleo de Viagens Institucionais providencia as viagens do procurador-geral de Justiça e também dos membros firmados para tal função, no que diz respeito a passagens, hospedagens, diárias

e demais serviços. O Núcleo de Credenciamento e Recepção é responsável por sistematizar as ações necessárias à execução de serviços de recepção, encaminhamento e despedida das autoridades e personalidades que se dirigem ao Ministério Público para tratativas com o procurador-geral de Justiça e seus representantes e designados, além da função de chefe do cerimonial, que completa o rol de competências e habilidades do protocolo ministerial como importante célula de articulação institucional.



Dia Nacional do Ministério Público.

Cerimonial atuou na organização de eventos nacionais do Ministério Público

O Cerimonial atuou integralmente em eventos de grande relevância no cenário do Ministério Público brasileiro. Os destaques foram o 6º Evento Regional sobre o Planejamento Estratégico Nacional e o XIX Congresso Nacional do Ministério Público.

O primeiro ocorreu em maio de 2011, no prédio da

Promotoria de Infância e Juventude de Belém. Foi realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e promovido pela Assessoria de Planejamento do MPE do Pará. A atuação do Cerimonial recebeu o critério excelente na avaliação aplicada aos participantes, o que consta em relatório enviado pelo CNMP.

Em novembro do mesmo ano, Belém recebeu o XIX Congresso Nacional do Ministério Público, realizado no

Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia. Durante o evento, o *parquet* paraense foi anfitrião das reuniões dos Conselhos Nacionais dos Procuradores-Gerais, Corregedores-Gerais, Ouvidores-Gerais e Diretores de Escolas do Ministério Público. O Cerimonial atuou desde a acolhida - na recepção de participantes oriundos de todo o país - até a finalização de todos os debates.



Rodada de acompanhamento do PGA.



Lançamento da campanha "Conte até 10".

Pará é destaque em comissão do Ministério Público brasileiro

O Cerimonial integra a Comissão de Trabalho de Cerimonial e Protocolo do Ministério Público dos Estados e da União (CTCEMP), instituída pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) com o objetivo de aprimorar as atividades protocolares no âmbito ministerial.

Em 2011, o chefe do Cerimonial do Pará, Marcelo Pinheiro, assumiu os cargos de secretário-geral da CTCEMP e coordenador da Subcomissão de Estudos dos Aspectos Protocolares nas Leis Orgânicas dos MPs do Brasil.

No ano seguinte, Pinheiro

foi eleito coordenador da comissão. O mandato é de um ano, e nesta gestão a principal tarefa é direcionar as comemorações dos dez anos de fundação do grupo, formado por servidores de todo o país.

24 meses de atividades em todos os polos administrativos do Estado

Presencial e à distância, por meio de seus veículos de comunicação, o Cerimonial do Ministério Público desenvolveu atividades em todos os nove polos administrativos do interior. Do polo Belém II ao polo Sudeste II, eventos, representações protocolares e comunicações

fizeram parte do dia a dia de membros e servidores contatados pelo setor.

O Theatro Victória, em Santarém, é um desses exemplos. Inaugurado em agosto de 2012, em meio a evento temático que destacou a cultura tapajônica, o espaço mobilizou a estrutura da Assessoria de Cerimonial, interiorizando a atuação da equipe.

Da concepção e programa oficial do evento - numa paráfrase aos grandes espetáculos - à organização do ato inaugural, que contou com a participação da Orquestra Jovem Maestro Wilson Fonseca, os trabalhos foram desenvolvidos sob as linhas da integração interinstitucional.



Inauguração do Theatro Victória, em Santarém (agosto de 2012).

Relações institucionais em números

Nos dois anos de gestão, o procurador-geral de Justiça estreitou e aprimorou as relações do Ministério Público do Pará com diversas instituições e autoridades, dentro e fora do Estado. A agenda do chefe do *parquet* paraense contemplou audiências, visitas protocolares, reuniões, sessões, congressos, eventos municipais, estaduais e nacionais, além das viagens institucionais.

**5.703
pessoas**

é o número de pessoas que participaram dos eventos promovidos pela Procuradoria-Geral de Justiça, organizados pelo Cerimonial, no período de março 2011 a março de 2013.

**6.000
cartões**

montante significativo para as relações institucionais do procurador-geral de Justiça com o público interno e externo.

**800
convites,**

aproximadamente, foram recebidos em dois anos; 70% contaram com a presença do procurador-geral de justiça e seus designados.

**mais de 50
membros**

em foco nos eventos de movimentação de carreira: 31 promotores de Justiça ascenderam à 3ª entrância em atos solenes, 22 promotores de Justiça em solenidades de vitaliciamento, 5 promotores foram empossados procuradores de justiça em sessões solenes.

Capacitação em foco

Dentre os objetivos da nova estruturação da Assessoria, encontra-se o aprimoramento das atividades desenvolvidas por meio da capacitação. Em julho de 2012, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), em parceria com a Assessoria de Cerimonial, realizou o curso de Mestre de Cerimônias, ministrado pelo professor Marcelo Pinheiro, chefe do Cerimonial, reunindo servidores que exercitaram as técnicas dessa função. Em cinco dias, eles puderam desenvolver as competências e habilidades do mestre de cerimônias e as linguagens verbal, visual e corporal desse profissional.



Honrarias recebidas pelo procurador de justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, no cargo de procurador-geral de Justiça (2011-2013)

2011

Menção honrosa pelo apoio à instituição - 18 anos da UEPA - maio/11

Medalha alusiva aos 350 anos de fundação de Santarém - Prefeitura de Santarém - 20/6/11

Jubileu de Ouro - Conselho Regional de Farmácia - 5/7/11

Comenda do Mérito Advocático - OAB - 12/9/11

2012

Medalha do Mérito - Polícia Civil - 20/4/12

Medalha e Diploma do Mérito Marina Silva - Prefeitura de Belém - 1º/6/12

Placa pelo apoio ao Congresso Nacional do MP/PA - Ampep 22/9/12

Medalha comemorativa dos 30 anos da Escola Superior da Magistratura - 20/11/12

Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado



Durante todo o biênio, o Gaeco fez operações de combate ao crime organizado

Gaeco intensifica ações de combate ao crime e participa da elaboração de Plano de Segurança do MP

Atividades diversificadas e atuação ampliada marcaram as ações no último biênio

Com apoio logístico da Administração Superior e das instituições parceiras do Ministério Público, o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) realizou em 2011 e 2012 buscas, apreensões, pesquisas, levantamentos, relatórios, boletins e uma série de operações em apoio às promotorias de Justiça da capital e do interior do Estado. Também foram efetuados serviços de inteligência e contrainteligência, com a produção de áudio, vídeos e imagens, além de varredura ambiental e

telefônica, com a extração, restauração e análise de dados de mídias de armazenamento digital.

Instituição aprovou o Plano de Segurança Institucional

A implantação do Plano de Segurança Institucional nas áreas de recursos humanos, documentação e material, informação e em outras áreas e instalações, no âmbito do Ministério Público do Pará, atende à Recomendação nº 13, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), publicada em 2 de julho de 2009.

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Pará constituiu Comissão Especial para proceder a estudos com a finalidade de estabelecer diretrizes, medidas e procedimentos para orientar a elaboração do referido plano, a ser implementado no Ministério Público do Pará. O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) participou ativamente de todas as fases do plano de segurança.

O documento aprovado é fruto de um planejamento estratégico elaborado por membros e servidores do Ministério Público do Pará, que seguiu uma metodologia estabelecida



Gaeco apreendeu equipamentos e documentos em todo o estado

por grupo de estudos, bem como em dados e informações coletados por meio de respostas a questionário encaminhado pela coordenação aos integrantes da comissão responsável pelo plano.

A referida comissão destacou a necessidade de o Ministério Público ter um sistema de segurança eficiente e eficaz, capaz de proteger a instituição em todas as áreas de estudo, de

acordo com normas e procedimentos atualizados, e para isso realizou amplo estudo sobre o assunto em questão.

Os integrantes da comissão responderam a um questionário de avaliação de riscos no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, com o objetivo de identificar as possíveis ameaças e vulnerabilidades de seus órgãos, departamentos e assessorias, a fim de que se

possam implementar medidas de segurança voltadas para a prevenção, obstrução, detecção, identificação e neutralização de ações adversas de qualquer natureza que incidam ou possam incidir sobre a segurança dos recursos humanos, da documentação e do material, da informação e de áreas e instalações, no âmbito da instituição ministerial.

O resultado dos estudos realizados pela comissão definiram metas e ações a serem operacionalizadas, levando em consideração as políticas e procedimentos que necessitam ser implementados de modo a permitir e subsidiar o desempenho das funções institucionais do Ministério Público, considerando também a viabilidade orçamentária, a partir da aprovação final do plano por resolução do Colégio de Procuradores de Justiça.



Curso de Inteligência – Módulo Básico.

O balanço final apresentado aponta para a potencialização das atividades e ações do setor no último biênio

RELATÓRIO DE GESTÃO - GAECO 2011/2012		
SETORES	PROCEDIMENTO	TOTAL
Coordenadoria	Manifestações da vara de entorpecente e combate às organizações criminosas	378
Operações em apoio às promotorias de justiça	Busca e apreensão	61
	Prisão	92
Secretaria	Ofícios expedidos	564
	Ofícios recebidos	251
	Memorandos	06
Operações de inteligência	Pesquisas de pessoas físicas e jurídicas em banco de dados	1.895
	Levantamento externo de busca de dados e informações com produção de vídeos e imagens	216
	Relatórios de inteligência	25
	Boletim informativo - Gaeco	88
Contrainteligência	Produção de áudio, vídeo e imagens em DVD	859
	Varredura ambiental e telefônica no MPE	06
	Extração, restauração e análise de dados das mídias de armazenamento digital	241



Materiais apreendidos em operações do Gaeco.

OPERAÇÕES	
ABRIL/2011	Operação "Hiroshima" - Assembleia Legislativa
JUNHO/2011	Operação em apoio à Promotoria de Justiça de Abaetetuba/PA - destruição de máquinas caça-níqueis
AGOSTO/2011	Lago sob Névoa-Tucuruí/PA - combate a organizações criminosas envolvidas em tráfico de drogas, assaltos e roubos e crimes de homicídio
NOVEMBRO/2011	Operação de apoio à Promotoria de Justiça de Icoaraci na investigação da chacina do IPAMB
DEZEMBRO/2011	Operação "Fukushima" - Assembleia Legislativa
JANEIRO/2012	Operação de busca e apreensão na Prefeitura de Santa Luzia do Pará - ações contra crime de improbidade praticado por gestores da Prefeitura Municipal de Bujaru
ABRIL/2012	Apoio à Promotoria do Tribunal do Júri durante a reconstituição de crime de trânsito
	Fukushima II - investigação de denúncias contra ONGs ligadas à Assembleia Legislativa
MAIO/2012	Operação de busca e apreensão na Prefeitura de Bujaru/PA - ações contra crime de improbidade praticados por gestores da prefeitura municipal
JUNHO/2012	Operação "Higia" - (IPAMB da Prefeitura de Belém/PA) - ações contra crime de improbidade praticado por gestores da Prefeitura Municipal de Belém
AGOSTO/2012	Operação "Higia" II - (IPAMB da Prefeitura de Belém/PA) - continuação das ações contra crime de improbidade praticado por gestores da Prefeitura Municipal de Belém
DEZEMBRO/2012	Operação de busca e apreensão na Prefeitura de Magalhães Barata - ações contra crime de improbidade praticado por gestores municipais



OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS:

VARREDURA AMBIENTAL E TELEFÔNICA NO MP - foram intensificadas as ações de contrainteligência no interior das dependências do MP

EXTRAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DAS MÍDIAS DE ARMAZENAMENTO DIGITAL

CURSO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA - 4 módulos básicos

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA I2, que possibilitará a análise de vínculos e a criação de bancos de dados

AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Membros e servidores da capital e do interior recebem capacitação

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (Ceaf) realizou diversos eventos (cursos, seminários, oficinas) que contribuíram para qualificar ainda mais o trabalho desenvolvido pela instituição. Durante os anos de 2011 e 2012, houve um fortalecimento desse trabalho.



Capacitação e formação em operações de inteligência

No decorrer do ano de 2011, o Ceaf promoveu cerca de 22 eventos, entre cursos, oficinas, palestras, seminários e debates, para os membros e servidores do MPE. O curso de Formação e Capacitação em Operações de Inteligência – Módulo I foi promovido na capital e no interior. Já os módulos II e III foram realizados na capital.

Entre os eventos realizados na capital, destacam-se o “Curso de Preparação Técnico-Operacional MP” no Programa de Movimento pela



“Corrupção e lavagem de dinheiro”

Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente (Mover), ocorrido no dia 5 de abril de 2011, que deu oportunidade a 44 participantes de discutir ações voltadas para a proteção da infância e adolescência no Estado do Pará, e as palestras sobre os temas

“Exposição sobre o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público”, realizada em 30 de junho, e “Corrupção e lavagem de dinheiro”, levada a efeito nos dias 9 a 12 de agosto.



“Controle externo da atividade policial”

A partir do ano de 2012, todos os cursos foram disponibilizados via on line para as promotorias de Justiça do interior. Além de cursos, seminários e palestras, o I Ciclo de Capacitação TCM/MP,

realizado de 30 de maio a 1º de junho de 2012, contou com a participação de 77 membros das regiões administrativas Belém e Belém I.

Merece destaque também o *folder* com informações para

inscrição ao curso de Direito Eleitoral, feito em parceria com o Serviço de Artes Gráficas e publicado em versão digital no Portal do Servidor do MPE.

EVENTOS OFERECIDOS PELO CEAf em 2011/2012

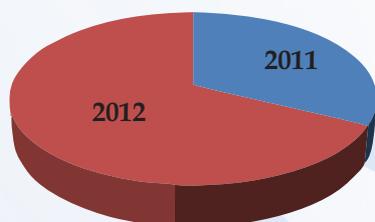
- A Nova Lei da Adoção
- Aspectos polêmicos de Processo Civil (Cumprimento de decisão judicial e projeto de novo CPC)
- Congresso Nacional do Ministério Público – Reunião CDEMP
- Corrupção e Lavagem de Dinheiro
- Curso de Formação e Capacitação em Operações de Inteligência - Módulo I
- Curso de Formação e Capacitação em Operações de Inteligência - Módulo II
- Curso de Formação e Capacitação em Operações de Inteligência - Módulo IV
- Curso de Formação e Capacitação em Operações de Inteligência – Módulo I - Santarém
- Curso de Formação e Capacitação em Operações de Inteligência – Módulo II
- Curso de Interpretação e Leitura de Laudos Periciais
- Curso de Preparação Técnico-Operacional MP no Programa de Movimento pela Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente – Mover
- Exposição sobre o Controle Externo da Atividade Policial pelo Ministério Público
- Fórum sobre Agrotóxicos e afins no Estado do Pará
- Oficina Reciclando com Arte – Módulo I
- Oficina Reciclando com Arte - Módulo II
- Palestra: Ética, Democracia e Cidadania
- Prisões Cautelares, Medidas Provisórias e Medidas Cautelares Restritivas
- Questões relevantes do Processo Administrativo Disciplinar
- Redação Forense
- Seminário de Direito Sanitário
- Seminário sobre Tabelas Unificadas
- Questões relevantes do Tribunal do Júri
- Atendimento ao Público
- I Encontro Estadual de Educação
- Seminário de Direito Eleitoral
- Seminário de Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente: Da Prevenção e Repressão
- I Ciclo de Capacitação TCM/MP – Belém
- I Ciclo de Capacitação TCM/MP – Santarém
- Ciclo de Capacitação TCM/MP – Marabá
- Ciclo de Capacitação TCM/MP – Altamira e Itaituba
- Organização e Métodos – Métodos Lean Office
- II Seminário de Direito Sanitário
- Mestre em Cerimônia
- I Curso de Informática dos Centros de Apoio Operacionais do MP
- Curso de Direito Eleitoral
- A Intervenção do Ministério Público no Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes
- Redação Oficial e Atualização Gramatical
- Curso de Valoração Ambiental Integrada
- Curso de Direito Penal e Processual Militar
- Media Training – O Ministério Público e a Comunicação com a Sociedade



Curso “Media Training – O Ministério Público e a Comunicação com a Sociedade”

Veja abaixo o número de participantes nos principais eventos:

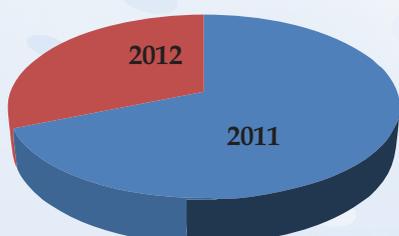
CURSOS



- 2011: 161 participantes
- 2012: 336 participantes

Foram mais de 100 participações em cursos oferecidos pelo Ceaf em 2011. Em 2012, o número de participantes aumentou para 336, entre membros e servidores do MP e servidores de outras instituições.

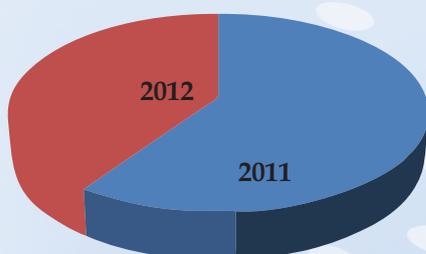
OFICINAS



- 2011: 11 participantes
- 2012: 7 participantes

Em 2011, foram realizadas oficinas que contribuíram para a capacitação de 11 servidores. Em 2012, 7 participantes foram capacitados.

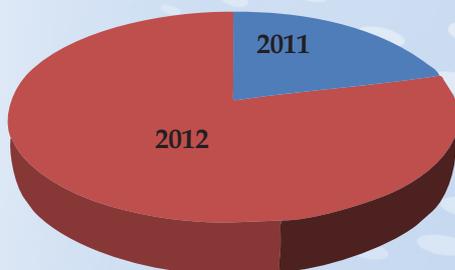
PALESTRAS



- 2011: 144 participantes
- 2012: 98 participantes

Durante o ano de 2011, o Ceaf realizou palestras, com o total 144 participantes. Em 2012, foram realizadas 2 palestras nas quais 98 participantes, entre membros, servidores e instituições convidadas, marcaram presença nos eventos.

SEMINÁRIOS



- 2011: 34 participantes
- 2012: 128 participantes

O Ceaf realizou em 2011 seminário que contou com 34 participantes presentes. Já em 2012, compareceram 128 participantes, entre membros e servidores do MP.

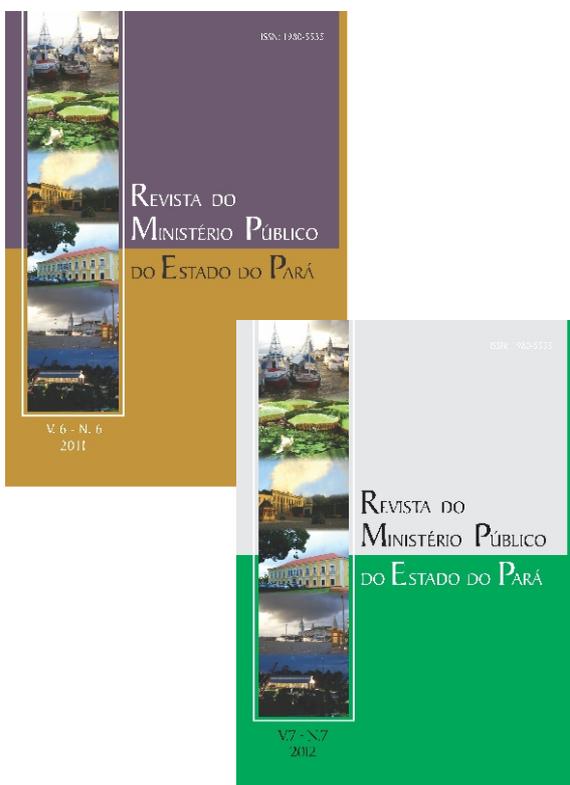


Seleção pública para estágio teve mais de 800 inscritos

Seleção Pública para estagiários do MP

O Ministério Público do Estado do Pará realizou em agosto de 2012 seleção pública para estagiários. O processo seletivo para ingresso no Programa de Estágio da instituição atendeu as áreas de conhecimento de Direito, Administração, Odontologia e Informática (Ciência da Computação e Engenharia da Computação, em nível de graduação superior).

O processo foi organizado pelo Ceaf e pelo Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público do Estado. Foram 852 inscrições, com 212 candidatos aprovados.



Ceaf lança novas publicações no biênio

Duas novas edições da principal publicação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento foram lançadas em dezembro dos anos de 2011 e 2012: a Revista do Ministério Público, Ano VI, Vol. I, e a Revista do Ministério Público, Ano VII, Vol. I, ambas em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça.

Sempre com artigos, crônicas, pareceres e entrevistas, a publicação continua sendo uma das mais aguardadas todo final de ano, por trazer uma grande contribuição para o debate jurídico e aperfeiçoamento da atuação ministerial.



Administração Superior deu todo o apoio ao projeto de integração e interiorização dos Centros de Apoio

Integração e Interiorização

No período de 2011 a 2013, o Plano Geral de Atuação (PGA) do Ministério Público do Estado do Pará concebe a seguinte visão de futuro: *“Atuar em todo o Estado do Pará, em permanente interação com a sociedade e instituições parceiras, a partir da gestão compartilhada e participativa, tornando-se referência na articulação de políticas públicas, na qualidade de mediador de conflitos sociais”.*

Para viabilizar essa projeção, a instituição definiu, dentre outros aspectos, as seguintes diretrizes: “o fortalecimento e aprimoramento da capacidade institucional, o planejamento participativo com integração de membros e servidores e, principalmente, a regionalização da atuação institucional”

Nesse contexto, a Procuradoria-Geral de Justiça, por meio dos Centros de Apoio Operacional (CAOs), promoveu o Projeto de Integração e Interiorização de tais unidades organizacionais, provocando mudanças substanciais em sua metodologia de trabalho e estruturação.

O referido projeto, cujo objetivo é o de “intensificar o processo de integração do Ministério Público, na capital e no interior do Estado, por intermédio dos CAOs”, está previsto para ser realizado em cinco etapas, no período de 2012 a 2013, como se vê a seguir:

1ª ETAPA: DEFINIÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROJETO

Reuniões de trabalho para definição da concepção do projeto, bem como delimitação dos objetivos a serem alcançados.

2ª ETAPA: IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES INTEGRADAS REGIONAIS

Promoção de oficinas em cada região, envolvendo a Administração Superior e os órgãos de execução, para definição de uma proposta de ação integrada regional.

3ª ETAPA: ESTUDO E SISTEMATIZAÇÃO

Estudo e sistematização das ações integradas escolhidas nas diversas regiões: análise das políticas públicas acerca do tema e das relações interinstitucionais já estabelecidas nos CAOs em consonância com as ações integradas.

4ª ETAPA: DISPONIBILIZAÇÃO DO RESULTADO E APLICAÇÃO

Divulgação e encaminhamento aos polos da sistematização do portfólio de produtos oferecido pelos CAOs para utilização e aplicação.

5ª ETAPA: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Acompanhamento e avaliação da execução do projeto.

Durante o primeiro trimestre de 2012, foram realizadas reuniões de trabalhos envolvendo a Procuradoria-Geral de Justiça, as Coordenadorias dos CAOs e diversos representantes das demais partes interessadas na definição e elaboração do projeto (1ª etapa).

De maneira inovadora, de maio a setembro de 2012, foram realizadas oficinas de trabalhos em todas as regiões administrativas, exceto Belém I, visando à

definição de uma ação regional alinhada ao PGA, por meio da interação dos membros atuantes no interior do Estado com a Administração Superior (Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral de Justiça e Ouvidoria), seus órgãos auxiliares (Subprocuradorias-Gerais de Justiça), Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), Ouvidoria-Geral e Associação dos Membros do Ministé-

rio Público no Estado do Pará (Ampep).

Após a priorização das ações, estas eram contextualizadas em cenários regionais com a utilização de metodologia da matriz Fofa (análise SWOT), identificando-se as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças a serem consideradas para suas implementações.

DEMONSTRATIVO DE AÇÕES REGIONAIS PRIORIZADAS (2012-2013)

Região Administrativa	Município Polo	Ação Priorizada	Temática
Sudeste I	Marabá	Saúde: Improbidade e gestão de políticas públicas	Saúde e improbidade administrativa
Sudeste II	Redenção	Combate à improbidade administrativa na área da saúde	Saúde e improbidade administrativa
Belém II	Ananindeua	Intensificação das ações de prevenção e combate à violência urbana, em especial ao tráfico/uso de drogas; à letalidade juvenil e à violência sexual contra crianças e adolescentes	Violência urbana contra crianças e adolescentes
Nordeste I	Castanhal	Combate à improbidade administrativa como prioridade absoluta, com ênfase em saúde e educação;	Saúde, educação e improbidade administrativa
Nordeste II	Capanema	Enfrentamento do trabalho infantil e da exploração sexual infantojuvenil na região;	Trabalho infantil e exploração sexual infantojuvenil
Sudoeste I	Altamira	Intensificação da atuação ministerial no controle da administração pública, visando à prevenção e ao combate da improbidade administrativa, com ênfase na fiscalização dos recursos destinados aos municípios vinculados ao empreendimento Belo Monte.	Improbidade administrativa
Tocantins e Marajó	Abaetetuba	Intensificação da atuação institucional orientada à regularização e ao controle da qualidade dos serviços de transporte rodofluvial na região	Transportes rodofluvial
Sudoeste II	Itaituba	Combater a exploração sexual infantojuvenil	Exploração sexual infantojuvenil
Baixo Amazonas	Santarém	Monitoramento e acompanhamento das concessões florestais e violência no campo, com ênfase na educação para os direitos humanos	Concessões florestais, violência no campo, educação para direitos humanos

A tabela acima mostra as ações priorizadas e suas respectivas temáticas por região administrativa.

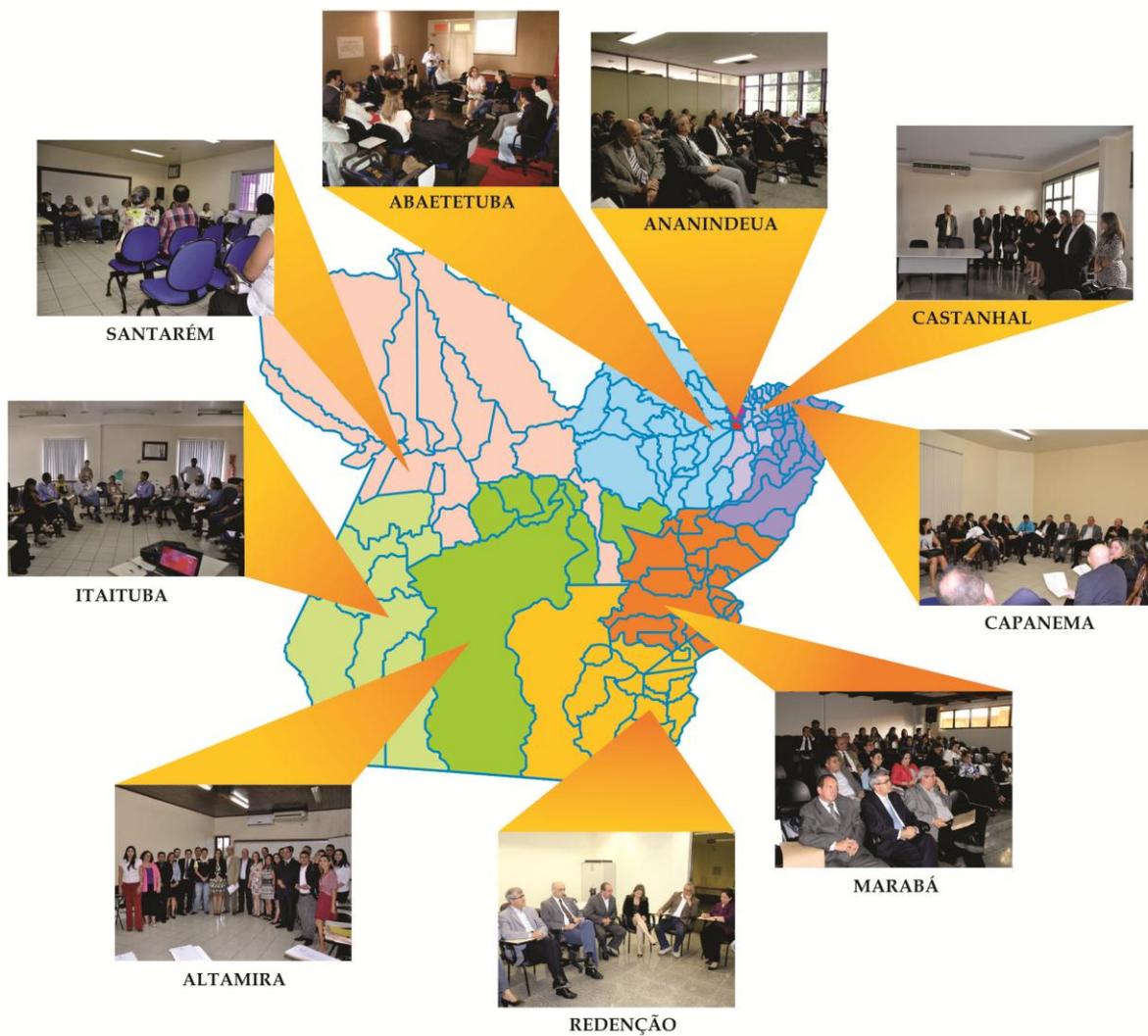
No período de outubro a dezembro de 2012, os Centros de Apoio Operacional sistematizaram a produção realizada durante as oficinas, definindo produtos, ou seja, procedimentos de suporte técnico aos órgãos de execução para o cumprimento da missão institucional, a serem

por eles validados, utilizados e avaliados ao longo do ano de 2013. (4ª e 5ª etapas).

O processo de integração e interiorização executado pela Procuradoria-Geral de Justiça, por meio dos Centros de Apoio Operacional, intensifica no planejamento estratégico ministerial

a atuação institucional integrada regional, aperfeiçoando o processo de comunicação dos CAOs com os órgãos de execução, bem como a qualidade de seus produtos e resultados por eles apresentados neste relatório.

Integração e Interiorização no Estado do Pará



Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude



Acolhimento institucional foi tema de um dos eventos promovidos pelo CAO durante este biênio

CAO prioriza ações em defesa da criança e do adolescente

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caoij) é o responsável por promover a defesa de crianças e adolescentes em conflito com a lei e em situação de risco, priorizando, no decorrer de seu trabalho e diante das orientações fornecidas, o que dizem as leis brasileiras e internacionais nessa área.

O destaque durante a gestão do procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, foram as participações em eventos de grande porte, como congressos nacionais e conferências estaduais.

Ao todo, durante o biênio

2011-2013, o CAO Infância esteve presente em 45 eventos no Pará, Bahia, Tocantins e outros estados brasileiros. O Centro de Apoio Operacional também foi responsável pela idealização e organização de eventos relevantes para a sociedade. Um deles foi a oficina “Promovendo a proteção aos direitos das Crianças e Adolescentes no Ciberespaço”, realizada em parceria com a Safernet, em maio de 2012.

Já em setembro do mesmo ano, o enfoque do evento promovido pelo CAO Infância foi “A intervenção do Ministério Público no Acolhimento

Institucional de Crianças e Adolescentes”. O convidado para discorrer sobre o assunto foi o promotor de Justiça do Rio de Janeiro, Rodrigo Medina, especialista no tema.

Os principais eixos de discussão durante as reuniões internas e externas foram a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, justiça restaurativa, a importância do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e o enfrentamento da violência sexual. Os encontros totalizaram 123.

Algumas das principais participações do Caoij:

- Reunião sobre o Movimento pela Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente (Mover), com a equipe do Propaz, no Centro Integrado de Governo (CIG);
- Reunião do PPCAAM (Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte), na Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos (Sejudh);
- Reunião do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Assembleia ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca), no CIG;
- Reunião no Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB,) com o promotor de justiça Jayme Bastos e a Irmã Henriqueta;
- Reunião sobre o Mover Altamira, com a equipe do Propaz, no CIG;
- Reunião do PPCAAM (Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte), sobre o caso da Colônia Agrícola Heleno Fragoço, na Sejudh;
- Reunião ordinária do PPCAAM (Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte), na Sejudh;
- Reunião sobre o Planejamento do Mover, com a equipe do Propaz, no Unicef;
- Reunião sobre Homicídios de Adolescentes, no CIG;
- Reunião sobre Justiça Restaurativa, na Vara da Infância;
- Conferência Nacional de Direito da Criança e Adolescente, em Brasília;
- Participação em todas as reuniões de interiorização e integração dos Centros de Apoio Operacional do MP paraense.
- Reunião referente ao seminário para apresentação de Carta e das Estratégias de Defesa da Infância e Juventude do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
- Audiência Pública do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Altamira.

Ação de combate ao trabalho infantil

Outro tema pertinente foi o combate ao trabalho infantil, foco de duas reuniões de trabalho feitas durante o biênio 2011-2013. O CAO Infância esteve em Salinópolis e Santarém Novo para discutir o comércio ambulante praticado com a utilização de crianças e adolescentes que ocorre ao longo da rodovia e ramais adjacentes, no trajeto entre as duas cidades. Ambas tiveram a participação de promotores de justiça do nordeste paraense, além de prefeitos e secretários municipais.

“ CAO Infância esteve presente em 45 eventos no Pará, Bahia, Tocantins e outros Estados brasileiros ”



Reunião sobre trabalho infantil em Santarém Novo.



Candidatos a prefeitura de Belém firmaram compromisso perante o Ministério Público estadual

Pacto visa garantir direitos infantojuvenis nas novas gestões municipais

Durante as eleições municipais de 2012, o CAO promoveu a assinatura do Pacto pela Infância e Juventude. O termo de compromisso prevê uma série de ações que devem ser colocadas em práticas pelo gestor municipal eleito. O documento reúne 22 ações e visa garantir que o candidato vencedor destinará recursos para o desenvolvimento

de políticas públicas adequadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O primeiro pacto foi assinado no final de agosto pelo procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, e pelos 10 candidatos a prefeito de Belém. Outro objetivo do documento era relembrar os 22 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Instigados pela iniciativa do CAO, representantes do

Ministério Público de todo o Estado do Pará promoveram a assinatura de pactos no mesmo sentido em suas cidades de atuação, tais como Barcarena, Benevides, Prainha, Baião, Brasil Novo, Almeirim, Marabá, Itaituba, Aveiro, Trairão, Castanhal, Altamira, Oriximiná, Óbidos, Santana do Araguaís, Ananindeua, Santa Luzia do Pará, Santarém, Augusto Corrêa, Anapu, Pacajá, Terra Santa, Juruti, Rio Maria, Bragança e Tracuateua.



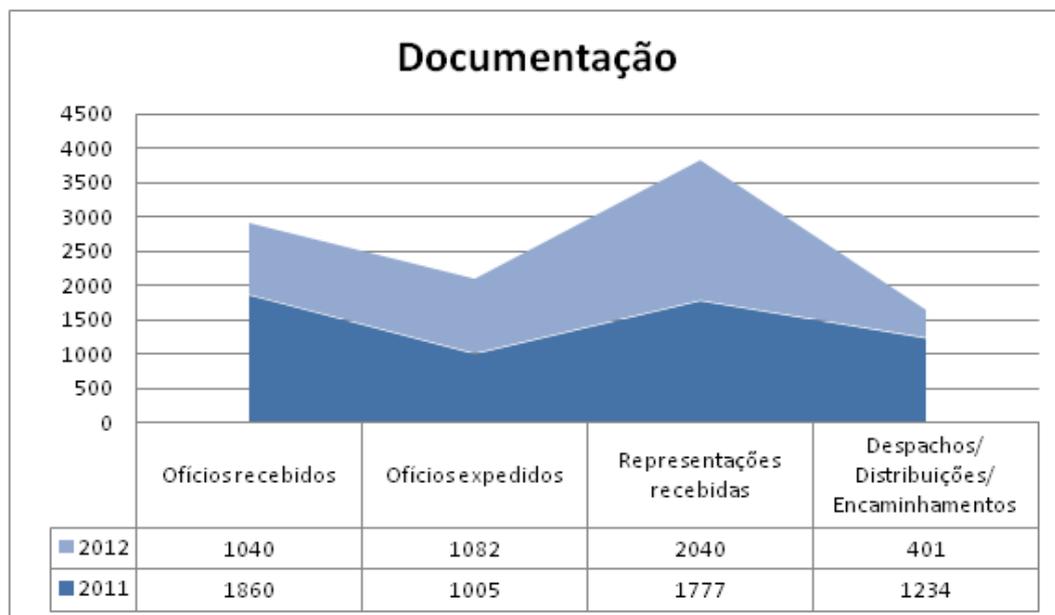
Trairão, Itaituba e Aveiro.



Brasil-Novo.



Santarém.



Unidade movimenta expedientes

A movimentação de expedientes no período também foi intensa. Veja ao lado o número de documentos que tramitaram.

Outra tarefa institucional é a realização de pesquisa, nas leis e jurisprudência, sobre temas ligados à atuação do CAO Infância. Ao longo do biênio, foram realizadas 55 pesquisas. Essa atividade está disponível a todos os membros do Ministério Público.

TEMA	QUANTIDADE DE PESQUISAS
Aborto legal	1
Acolhimento institucional	6
Atos infracionais	2
Conselho Estadual da Criança e do Adolescente	1
Conselho Tutelar	13
Convivência familiar	1
Criança Portadora de Necessidade Especial	1
Destituição do poder familiar	1
Eleitoral	1
Entidades de acolhimento	2
Guarda/visita	3
Litispêndia Poder Familiar	1
Medida Socioeducativa	3
Modelo de peças	8
Maioridade penal	1
Orientações de crimes cometidos contra crianças e adolescentes	3
Reconhecimento de paternidade	2
Trabalho do menor de idade	2
Venda de bebida alcoólica	1
Violação de direitos	1
Violência doméstica	1
TOTAL	55

Centro de Apoio Operacional da Cidadania



Eventos, reuniões e parcerias marcaram a gestão do CAO Cidadania

Ações para fortalecer a cidadania foram destaques da gestão

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania (CAO Cidadania) é o responsável por subsidiar e orientar os membros do Ministério Público Estadual (MPE) em assuntos relacionados aos direitos sociais assegurados na Constituição Federal, aos direitos dos idosos, das pessoas com deficiência e todos os demais direitos relacionados ao exercício pleno da cidadania.

Uma das maneiras de disseminar conhecimento a respeito das áreas de atuação do CAO Cidadania é a realização de eventos. De março de 2011 a julho de 2012 ocorreram: I Curso de Direito Sanitário, I Encontro Estadual de Educação e II Seminário de Direito Sanitário. Os três tiveram a parceria do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf).

Todos foram sucesso de público, somando 145 participan-

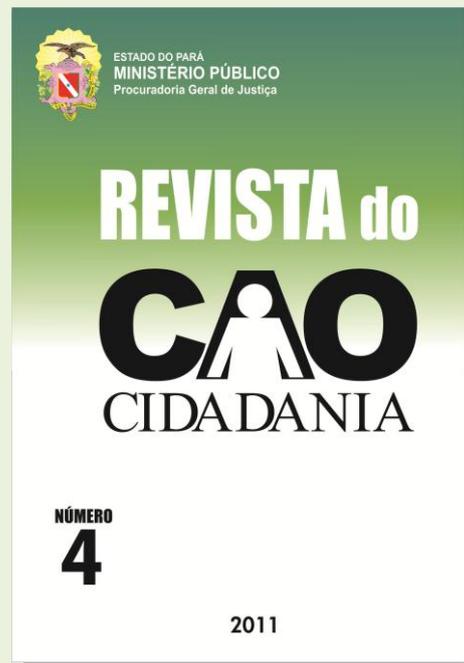
tes ao todo. O mais recente seminário foi o que discutiu Direito Sanitário, realizado em junho de 2012. As palestras e mesas redondas discutiram temas bastante pertinentes, como saúde prisional, assistência farmacêutica, drogas e saúde mental. O evento integrou e deu oportunidade de debate a médicos sanitaristas, juristas, pesquisadores e estudiosos do Pará, Paraná, Paraíba, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Publicações disseminam conhecimento de diversas áreas

O CAO Cidadania foi responsável pela organização e atualização do Manual de Atuação do SUS. Foram impressos mais de 400 exemplares.

As cópias estão sendo encaminhadas ao público interno e também aos Ministérios Públicos de todo o Brasil, como demonstração de que o *parquet* paraense vem atuando seriamente na área da saúde pública.

Além disso, foi elaborada e distribuída a revista do CAO Cidadania, número 4, que reúne diversos artigos doutrinários, bem como legislações pertinentes, jurisprudências, dentre outros.



Revista CAO Cidadania nº 4.

Reuniões e parcerias engrandecem os atributos da instituição

Já as reuniões são um modo de a coordenação do CAO discutir o melhor desenvolvimento de seus trabalhos e a realização de seus fins. No decorrer de dois anos foram realizadas 191 reuniões, com a participação de integrantes do *parquet* paraen-

se e também de órgãos parceiros, como o Ministério Público Federal (MPF).

Inclusive, os Grupos de Trabalho (GTs) de Educação e Saúde têm a participação do Centro de Apoio Operacional. Suas reuniões, que somaram

quatro encontros, constituíram ocasiões em que foram fornecidas orientações jurídicas aos membros e técnicos do MPE, a fim de que atuem como legítimos defensores dos direitos básicos desses temas.



Assinatura do convênio com a Defensoria Pública do Estado

As parcerias, aliás, também foram reforçadas durante o período. Em novembro de 2011 foi assinado convênio com a Defensoria Pública do Estado, visando à participação desse órgão, por meio do Programa Balcão de Direitos, nas ações itinerantes do Programa "O Ministério Público e a Comunidade".

Houve ainda a ativação do Acordo de Cooperação Técnica de nº 06/2010, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse acordo prevê cooperação mútua entre os signatários e consolida a rede pública de fiscalização, no que se refere ao resguardo e controle de bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família (PBF), Programas Remanescentes e Cadastro Único (CadÚnico).

Assinatura de novo instrumento nos mesmos moldes do

Convênio nº 007/2008-MP/PA, entre o Ministério Público do Estado do Pará e a Secretaria de Estado de Saúde Pública, visando à cooperação técnica e operacional entre os partícipes, inclusive com intercâmbio de informações e sistemas informatizados. O Centro de Apoio Operacional sugere ao procurador-geral de Justiça a celebração de novo convênio nos mesmos moldes do anterior.

Encontra-se também em processo de análise o Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado do Pará e o Conselho de Farmácia do Estado do Pará. O referido instrumento tem como objetivo o estreitamento das relações institucionais entre os partícipes, com o estabelecimento de diretrizes de atuação conjunta, respeitadas as respectivas esferas de atribuições, visando à apuração de fatos

decorrentes da má prática da farmácia e à efetivação dos princípios ético-profissionais estabelecidos pelo Código de Ética dos Profissionais de Farmácia em vigor.

Dentre as reuniões, eventos e ações do CAO Cidadania nos últimos dois anos podemos destacar:

- I Encontro Estadual de Educação, realizado em parceria com o Ceaf;
- Participação nas nove Ações de Integração e Interiorização dos CAOs;
- II Seminário de Direito Sanitário, realizado em parceria com o Ceaf;
- I Congresso Internacional do CNPG;

- II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG/2012 da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS);

- IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG/2012 da Comissão Permanente em Defesa da Saúde – COPEDS, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União - CNPG

- Reuniões do Grupo de Trabalho de Educação;

- Reuniões do Grupo de Trabalho de Saúde.

O CAO Cidadania também distribuiu, como material de apoio aos membros do Ministério Público, cds com conteúdo para subsidiar a atuação ministerial. Foram enviados às promotorias de justiça os cds do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), Comissão Permanente

de Defesa da Educação (Copeduc), Comissão Permanente de Defesa das Pessoas com Deficiência e Idosos (COPEDPDI), O Ministério Público no Enfrentamento às Drogas e Campanha de Esclarecimento sobre Empréstimos Consignados para Idosos.

Dos desdobramentos das ações de interiorização

Das Ações Prioritárias

No tocante às ações prioritárias eleitas pelos promotores de Justiça durante a realização das ações de interiorização, ficaram sob a responsabilidade do CAO Cidadania os seguintes polos com seus respectivos temas:

REGIÃO ADMINISTRATIVA:
NORDESTE I

MUNICÍPIO-POLO: CASTANHAL

Ação integrada: Combater a improbidade administrativa como prioridade absoluta, com ênfase em saúde e educação.

REGIÃO ADMINISTRATIVA:
SUDESTE I

MUNICÍPIO POLO: MARABÁ

Ação integrada: Saúde: improbidade e gestão de políticas públicas.

REGIÃO ADMINISTRATIVA:
SUDESTE II

MUNICÍPIO-POLO: REDENÇÃO

Ação integrada: saúde: combate à improbidade administrativa na área da saúde.

Desdobramentos já realizados nos polos Sudeste I e II

Tendo em vista a continuação das ações de interiorização e integração dos CAOs nos polos Sudeste I e Sudeste II, houve a necessidade, paralelamente a este evento, da intervenção dos CAOs Cidadania e Constitucional em uma reunião, para tentar solucionar grave problema iminente na saúde pública de Marabá.

Primeiramente, cabe informar que, em relação à saúde, fora as duas reuniões dos polos Sudeste I e Sudeste II, no total foram realizadas ainda três reuniões: a primeira com a participação dos coordenadores do CAO Cidadania, Ivelise Pinheiro Pinto, e do CAO Constitucional, Nélcio Caetano Silva, com Sabrina Said Daibes de Amorim Sanchez, respondendo pelo cargo de 6º promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Fazenda Pública, Família e Sucessão de Marabá; igualmente se fizeram presentes os secretários de Saúde e de Finanças de Marabá, a procuradora da Prefeitura de Marabá, o Sindicato dos Médicos e o

Conselho Municipal de Saúde, com o objetivo de tentar evitar iminente greve dos médicos do município em virtude de diversas irregularidades apontadas, tendo sido enfatizada a questão da deficiência de recursos, insumos, medicamentos, equipamentos, etc.

Informa-se também que, sem prejuízo à Ação Civil Pública intentada pela promotora de Marabá e alguns procedimentos em andamento envolvendo a questão, foram ouvidos todos os participantes e discutidos todos os tópicos à exaustão, tendo sido marcada reunião para dar continuidade aos trabalhos para o dia 3 de setembro de 2012.

Para a realização dessa segunda reunião, à qual compareceu a promotora-coordenadora do CAO Cidadania, articulou-se com a Secretaria de Saúde do Estado a possibilidade de determinação do comparecimento de representantes desse órgão à reunião, a fim de ser avaliada a real situação do município e a possibilidade de se prestar algum tipo de socorro às deficiências encontradas; tal solicitação foi imediatamente atendida pelo secretário, que

enviou uma equipe de cinco representantes do mencionado órgão, sob a coordenação da Dra. Rita Facundo. Como resultado dessa reunião, foram obtidas informações, propostas e auxílios valorosos, além de começar a ser costurada uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Marabá. Ficou acordado nova reunião para o dia 12 de setembro de 2012, para que, entre outras coisas, se desse a provável assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Na data de 12 de setembro de 2012, ocorreu a terceira reunião, com o comparecimento da representante do CAO Cidadania, que levou em mão o encaminhamento feito pelo próprio CAO Cidadania, juntamente com o CAO Constitucional, da resposta do Ofício de nº 403/2012, dirigido a Agenor Costa da Silva, Chefe do Serviço de Auditoria do Denasus - SEAUD - Pará, solicitando as últimas versões dos relatórios referentes às auditorias realizadas nos serviços de saúde de atenção básica e de alta e média complexidade do Município de Marabá, a fim de subsidiar a atuação do órgão ministerial.

Os técnicos Ivan Silveira e Tarcisio Feitosa foram responsáveis por levantar um demonstrativo da transferência de recursos recebidos do Sistema Único de Saúde (SUS), repasse fundo a fundo, material já encaminhado aos promotores de polo.

Ainda nesta nova reunião, a Sespa foi responsável por enviar dez representantes, sob a coordenação de Rita Facundo, com o objetivo de consolidar propostas, como, por exemplo, equipar o bloco cirúrgico do Hospital Municipal de Marabá (HMM), bem como implantar a UTI Neonatal do Hospital Materno-Infantil e de continuar a tarefa de levantar um relatório completo acerca da chamada pactuação dos 22 municípios do entorno de Marabá que enviam seus pacientes aqueles hospitais, sobrecarregando a rede hospitalar do município-polo, além de envidarem esforços para implantar um controle eficaz das chamadas demandas espontâneas (aquelas que pela natureza de atendimento "porta aberta" precisam ser tratadas com cautela).

Por fim, houve assinatura parcial do TAC elaborado

pelas promotoras de Justiça Sabrina, Louise Rejane de Araújo Silva, com o apoio do CAO Cidadania, Sespa, Secretaria Municipal de Saúde de Marabá, Prefeitura de Marabá e com a provável adesão do Sindicato dos Médicos, com o objetivo de suprir, no prazo de três meses, as demandas mais prementes relativas à saúde naque-

le município, independentemente das demais medidas a serem adotadas pelas Promotorias de Justiça de Saúde e Improbidade.

Programa “MP e a Comunidade”

O CAO Cidadania, por meio da coordenadora Ivelise Pinheiro Pinto, participou do workshop sobre a reestruturação do Programa “Ministério Público e a Comunidade” e das reuniões da Comissão de Elaboração da alteração da resolução do programa.

Pesquisas subsidiam a atuação dos membros

A execução de pesquisas é um dos recursos que o CAO oferece ao Ministério Público paraense. No biênio 2011-2013, foram executadas 43 pesquisas, todas já devidamente concluídas e encaminhadas aos respectivos solicitantes.

O tema mais recorrente foi saúde, destacando-se os assuntos relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS) - mais especificamente o Tratamento Fora do Domicílio (TFD), a falta de medicamentos e o repasse de recursos ao estado e aos municípios.

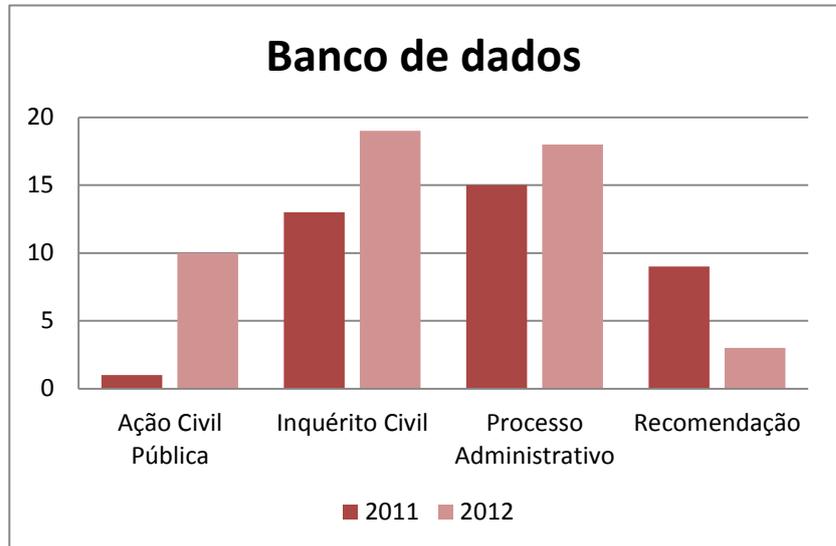
Os pedidos derivaram de membros de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias e da Administração Superior, como também do Poder Judiciário e de outros órgãos governamentais que constantemente mantêm intercâmbio com a instituição.



Banco de dados organiza informações sobre desempenho dos promotores

Outra atividade desenvolvida pelo CAO é a formação de um banco de dados com a quantidade de ações civis públicas (ACPs), inquéritos civis, procedimentos administrativos e recomendações.

Esse conjunto de informações, além de manter atualizados todos os Centros de Apoio Operacional quanto ao que foi instaurado em todo o Pará, serve também de importante subsídio aos promotores de Justiça, quando necessitam ingressar com ações de idêntico ou similar objeto.





A articulação com outras instituições e a questão agrária foram metas da gestão no biênio

CAO Cível prioriza a articulação interinstitucional

O Centro de Apoio Operacional Cível é um dos órgãos incumbidos de prestar assessoria à Procuradoria-Geral de Justiça, bem como de apoiar e promover melhorias nas condições de atuação dos promotores e procuradores de Justiça que atuam nas diversas matérias relacionadas à família e sucessões, interditos, incapazes e ausentes, registros públicos, falência, fundações e organizações sociais, acidente do trabalho e conflitos coletivos pela posse da terra, além de outras matérias relacionadas ao direito civil e processual civil.

CAO Cível apoia a mediação de conflitos sociais

Durante o biênio 2011/2013, dentre suas diversas atribuições, o CAO Cível priorizou o fortalecimento da atuação do Ministério Público como mediador de conflitos sociais, diante da visão de futuro que se espera do Ministério Público

do Estado do Pará, conforme prevê o planejamento estratégico da instituição.

Com esse enfoque, a coordenação do CAO Cível procurou contribuir para a aproximação do Ministério Público com diversas instituições governamentais e não governamentais, bem como fomentar discussões que permitiram

construir bases para uma política institucional na área de atuação vinculada ao Centro de Apoio Cível.

No âmbito estadual, foram realizadas diversas reuniões com inúmeros encaminhamentos, totalizando 44, além das reuniões ordinárias do GT Agrário. Além disso, a coordenação também participou de

eventos em todo Pará e fora do Estado, somando 16 participações.

GT Agrário e Plano Estratégico

Nessa linha de atuação, dentre os projetos acompanhados no período, o “Grupo de Trabalho Conflitos Agrários e Fundiários no Pará” (criado pela Portaria nº 1437/2010-MP/PGJ), coordenado pelo CAO Cível, foi o que recebeu maior ênfase.

Entre as finalidades do GT Agrário se incluem a análise, a discussão, o aprofundamento de temas referentes à atuação do MPE na mediação e resolução dos conflitos que decorrem da posse e do uso das áreas rurais no Estado do Pará e, ainda, o subsídio à formulação de política institucional na mediação e resolução dos conflitos agrários e fundiários no Estado do Pará.

No período total do biênio, o GT Agrário realizou 16 reuniões, além de um seminário, ministrado por Wanda Luczynski, procuradora de Justiça aposentada, sob o título: “Resgate Histórico da atuação do MP em conflitos fundiários, com enfoque no caso Carlos Medeiros”, ocorrido em 30/3/2012.

As reuniões ordinárias ocorreram sempre na última sexta feira de cada mês, tendo sido ainda realizada uma oficina de trabalho em regime de imersão no Hotel Sagres, no dia 25/5/2012, para fortalecer as bases para a propositura de um



Wanda Luczynski em palestra do GT Agrário

“Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias”.

Após dez reuniões de intenso debate entre os 21 promotores de Justiça integrantes do grupo, chegou-se, no final de 2012, à conclusão do projeto do Plano Estratégico em Questões Agrárias e Fundiárias, contemplando diretrizes, ações estratégicas, dentre outros itens, para encaminhamento ao Colégio de Procuradores de Justiça, representando uma contribuição concreta do GT Agrário para o estabelecimento de uma política institucional da atuação do Ministério Público do Estado do Pará na mediação de conflitos agrários e fundiários em nosso Estado.

Integração de dados fundiários, agrários e ambientais

Além de coordenar o GT-Agrário, o CAO Cível, para fortalecer a atuação institucional no âmbito agrário e fundiário, vem, juntamente com o

Ministério Público Federal, articulando um projeto de cooperação técnica com diversas instituições no âmbito federal, estadual e municipal, para criação de um banco de dados único que permita a integração e o compartilhamento dos dados cartográficos das terras no Estado do Pará.

O resultado desse trabalho conjunto com o Ministério Público Federal foi a articulação do CAO Cível com outras 24 instituições, estaduais e federais (Procuradoria Geral do Estado (PGE), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará (Idesp), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), Programa Municípios Verdes, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Defensoria Pública do Estado do Pará, Associação dos Notários e

Registradores do Estado do Pará (Anoreg), Ministério do Desenvolvimento Agrário - Programa Terra Legal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Advocacia Geral da União (AGU), Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade Federal do Pará (UFPA), Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Foram realizadas três grandes reuniões com essas instituições, conjuntamente, além de diversas outras reuniões, isoladamente, com a Universidade Federal e o Sipam, resultando na elaboração do Projeto de Sistema Integrado de Informações Fundiárias, Agrárias e Ambientais.

No final de 2012, o referido projeto foi apresentado pelo CAO no Conselho do Programa Municípios Verdes como contribuição do Ministério Público do Estado do Pará para a



GT Agrário reunido no hotel Sagres

gestão agrária e fundiária estadual, bem como recebeu apoio do Fórum Amazônia Sustentável, que inclusive deliberou pela divulgação para os demais Estados da Amazônia Legal visando à implantação do sistema como forma de garantir a gestão ambiental e fundiária.

Rotina de trabalho em pesquisas e tramitação de documentos

Na realização de sua função de apoio, o CAO Cível também participou de atividades voltadas principalmente às Promotorias de Justiça do interior do Estado, com ênfase nas linhas de ações escolhidas no projeto de interiorização, bem como realizou diversas pesquisas.

Os pedidos de pesquisa foram oriundos, principalmente, de promotores de Justiça de 2º entrância, em sua maioria recebidas e respondidas por *e-mail*. O material enviado constituiu-se de documentos jurídicos e técnicos de várias espécies, tais como legislação, jurisprudência, doutrina, modelos diversos, inclusive pedidos de providências junto aos órgãos governamentais e não governamentais.

A movimentação de documentos, como inquérito civil, ação civil pública, convênio, pedido de providências, solicitação e prestação de providências, somaram 652, entre expedientes recebidos e enviados.



CAO Constitucional firmou parcerias com TCM e Jucepa

Membros do MP passam a ter acesso a sistemas de instituições parceiras

Os membros do Ministério Público do Estado (MPE) que atuam nas áreas de constitucional, consumidor, patrimônio público, eleitoral e fazenda pública contam com o auxílio do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos para colocar em prática suas atividades.

Os principais eixos de intervenção durante o biênio

2011-2013 foram apoiar os promotores e procuradores na elaboração de recomendações, termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas, prestar apoio nas inspeções, realizar estudo de casos em atenção a procedimento de investigação preliminar e organizar e participar de eventos que promovam debates da área.

Por iniciativa do CAO Constitucional, os membros

passaram a ter acesso aos sistemas E-Contas, atualizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), e da Junta Comercial do Estado do Pará (Jucepa). O primeiro foi objeto de convênio com o TCM e disponibiliza dados referentes à prestação de contas dos municípios. Em maio de 2011, uma capacitação preparou os integrantes do MP para acessar essas informações. O curso

abrangeu ainda gestão de finanças públicas e licitação.

Já o sistema da Jucepa possibilita a visualização dos cadastros de firmas, modificação de estatuto, razão social e

composição societária, entre outros, assim como o acesso à documentação digitalizada. Além desses projetos, o CAO Constitucional ocupa-se e sugere a elaboração de projetos es-

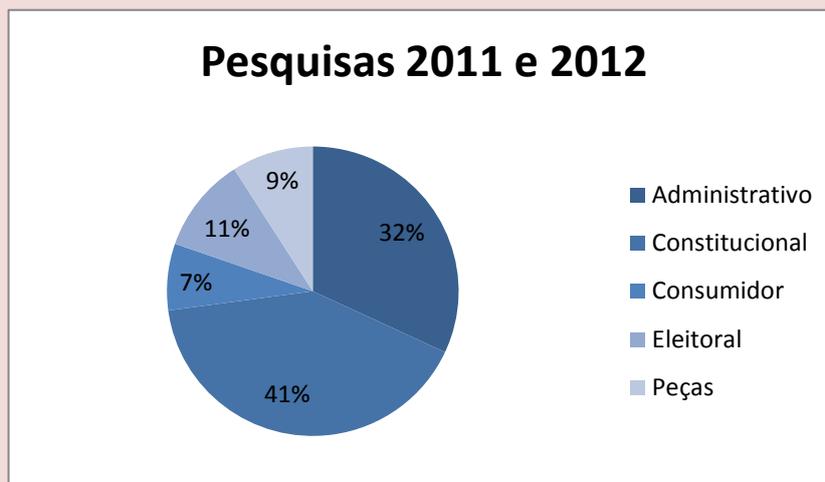
pecíficos para cada área prioritária de trabalho, visando também atender à necessidade das promotorias.

Pesquisas e atendimentos auxiliam na atuação dos membros

Direito Constitucional, em todas as suas vertentes, foi o tema mais solicitado entre as 210 pesquisas efetuadas pelo CAO em todo o biênio. O maior

fluxo de solicitações vem das promotorias de 1ª a 2ª entrâncias, mas o serviço também está disponível aos promotores de 3ª entrância e integrantes do

Poder Judiciário e de órgãos governamentais que constantemente mantêm intercâmbio com o *parquet* paraense.



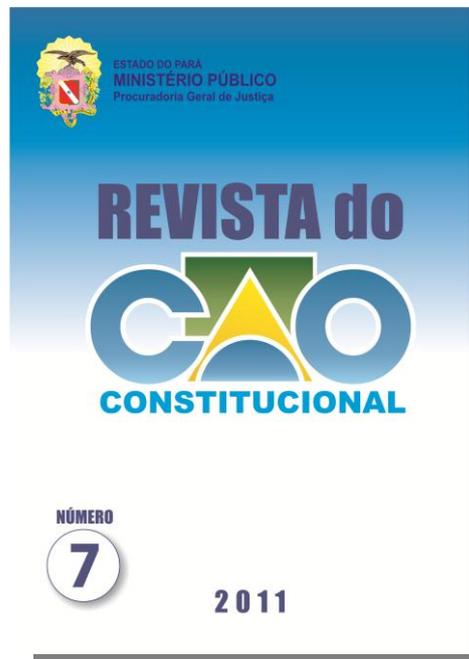
A movimentação de ofícios totalizou 1.945 documentos, entre expedidos e recebidos. As orientações técnico-jurídicas totalizaram 41 e o

atendimento ao público em geral foi realizado 111 vezes. No caso de atendimentos individuais, especificamente, a equipe de apoio buscou com-

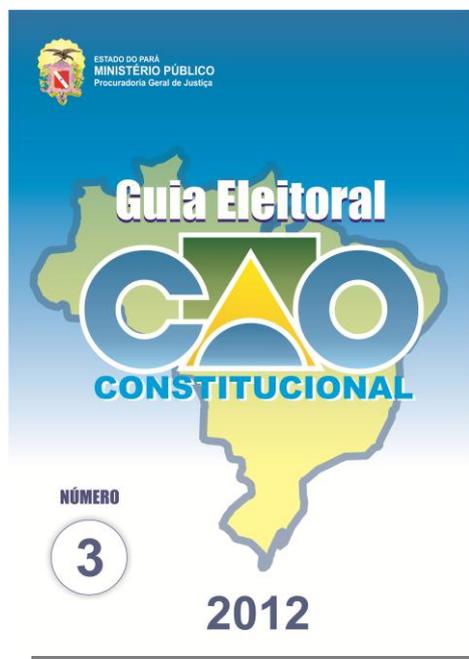
preender elementos e aspectos da dinâmica de cada problema e, assim, encontrar um estudo que atenda adequadamente às necessidades.

Revista informa novidades do mundo jurídico

Em 2011, o CAO publicou a sétima edição de sua revista. A publicação traz informações atualizadas sobre doutrinas, leis, jurisprudência, recomendação administrativa e termo de compromisso de ajustamento de conduta. A finalidade principal da revista é facilitar o desempenho da missão institucional e oferecer subsídios para auxiliar na atuação dos membros do Ministério Público do Pará com informações contemporâneas e correntes no universo jurídico do país.



O Guia Eleitoral do CAO Constitucional nº 3 foi publicado em 2012 a fim de fornecer regulamentos, leis, jurisprudências e demais elementos para auxiliar os membros ministeriais durante as eleições municipais. Organograma do Tribunal Regional Eleitoral, estrutura eleitoral do Pará, endereços e telefones úteis, glossário de termos e resoluções aplicáveis ao pleito são algumas das informações presentes na publicação que visavam proporcionar a solução de casos práticos a serem enfrentados.





Integrantes do MP tiveram acesso a seminário e curso de direito eleitoral

O CAO Constitucional, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu dois eventos centrados em Direito Eleitoral. O primeiro foi um seminário realizado em maio e que discutiu as inovações nas eleições de 2012. Já em

agosto, o foco do curso foram condutas vedadas por lei aos agentes públicos, os aspectos processuais das ações eleitorais e a atuação do membro do MPE.

Os ministrantes convidados foram o promotor de justiça José Edvaldo Pereira

Sales e os procuradores da república Daniel César Azeredo Avelino e Igor Nery. As aulas foram no auditório Fabrício Ramos Couto, em Belém, e também transmitidas on-line para as comarcas do interior.

CAO esteve presente na organização do plebiscito e das eleições municipais

Durante os trabalhos eleitorais do plebiscito consultivo da população paraense quanto a sua divisão territorial, realizado em dezembro 2011, os integrantes do CAO Constitucional permaneceram em regime de plantão todo o período, recebendo as demandas e as encaminhando de acordo com a sua pertinência.

Já durante as eleições municipais, o CAO coordenou e deu suporte técnico aos promotores da capital e do interior.

Centros de Apoio Operacional Criminal



Em Brasília, Ministério Público paraense recebeu certificado do CNMP

Pará tem resultados positivos na Meta 2 da Enasp

O ferecer suporte técnico-jurídico aos procuradores e promotores de Justiça das áreas criminal e de direitos humanos é a missão institucional do Centro de Apoio Operacional (CAO) Criminal. Mas um dos grandes destaques desta gestão foi o cumprimento da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) dos Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ).

O CAO Criminal foi o responsável por coordenar,

juntamente com a Corregedoria da Polícia Civil do Pará, os trabalhos de execução. Os números finais foram divulgados em junho de 2012. O objetivo geral da Meta 2 era analisar inquéritos sobre homicídios instaurados até 31 dezembro de 2007 e ainda sem solução.

O Pará obteve o melhor resultado nacional, em termos proporcionais, no quesito conclusão de inquéritos policiais com oferecimento de denúncia, referentes aos crimes de homicídio. Os dados coletados demonstram, entre outras informações, que o estado tinha um

estoque de 1.537 inquéritos policiais de crimes de homicídio instaurados até 31 de dezembro de 2007 com conclusão pendente.

Durante o cumprimento da Meta 2, foram finalizadas 1.020 investigações e oferecidas 866 denúncias. A relevância deste feito destaca-se pelo fato de que a busca pelo cumprimento da meta não ficou restrita ao simples pedido de arquivamento dos inquéritos policiais, o que demonstra o compromisso dos promotores de Justiça do Estado do Pará.



Lançamento da campanha teve a participação da conselheira Taís Ferraz

MP do Pará coordena lançamento de campanha contra violência

Um dos projetos também de grande destaque do CAO Criminal nesta gestão foi a implementação da Campanha Conte Até 10 do CNMP, que tem o objetivo de instigar a reflexão a respeito dos homicídios cometidos por impulso e por motivos fúteis. O lançamento regional foi realizado em novembro de 2012, na escola Madre Zarife Salles, bairro do Guamá, em Belém. A campanha ainda está em andamento e prevê visitas e palestras em colégios locais.

Durante o evento foi celebrado Termo de Cooperação entre o Ministério Público do Estado (MPE), as secretarias de estado de Segurança Pública, Educação e Esporte e Lazer, com a finalidade de estimular a prevenção e redução dos homicídios praticados por réus primários que se encaixam no perfil de combate da campanha.

Integração online é a base de novas parcerias

Visando à concepção de programas de compartilhamento de dados e informações, o CAO tem articulado a assinatura de termos de cooperação técnica com instituições que possam fornecer informações que auxiliem a atuação dos membros do *parquet* paraense. Mediante uma senha de acesso, promotores e procuradores poderão acessar os bancos de

dados de órgãos públicos, como o Siscop e Infoseg, entre outros.

Nesse sentido, foi assinado pelo procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado (MPE), Dr. Antônio Eduardo Barleta de Almeida, convênio com a Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe), tendo como interveniente a Secretaria

de Estado de Segurança Pública (Segup), com o objetivo de disponibilizar aos membros do MPE a consulta on-line aos dados disponíveis no Sistema de Controle Penitenciário (Siscop).

Desenvolvimento do Sistema de Laudo *On Line*

O Termo tem por objeto a cooperação mútua entre os

participes, visando, de um lado, o repasse financeiro ao Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” para a execução de projeto de aperfeiçoamento dos laudos com a implementação de assinatura eletrônica com certificação digital, inserção de imagens, anexos e adaptação de algumas funcionalidades e o desenvolvimento de portal que viabilizará a consulta à tramitação, visualização e impressão dos laudos periciais, permitindo acesso e utilização dessas

funcionalidades ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público do Estado do Pará. Os laudos serão disponibilizados em tempo real para os integrantes do sistema de Justiça.

Já o Acordo de Cooperação Técnica nº 014/2012/TJ/PA, firmado entre o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Segup, visa possibilitar a tramitação direta do inquérito policial entre a Polícia e o Mi-

nistério Público, assegurando a celeridade na tramitação dos inquéritos, a garantia dos direitos fundamentais e à concretização do controle externo da atividade policial, além de se alinhar às boas práticas já realizadas em outros estados e aos princípios processuais penais traçados na Constituição Federal.

Novo portal agiliza o acesso a pesquisas

Lançando em dezembro de 2012, o Portal de Consultas do MPE é mais uma iniciativa da Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI). O endereço disponibiliza acesso rápido aos mais variados sites da internet no mesmo local, a fim de facilitar e agilizar as consultas de interesse dos membros da instituição. Alguns dos temas disponíveis são educação, patrimônio público e saúde.



Lançamento do Serviço Confidencial de Pesquisa de Dados

Já está disponibilizado no CAO Criminal, com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, o Serviço Confidencial de Pesquisa de Dados (SCPD) para identificação dos endereços de vítimas, testemunhas, investigados e acusados, conforme solicitação apresentada pelas Coordenadorias das Promotorias de Justiça Criminais e das Promotorias de Justiça da Violência Doméstica e Familiar. São acessados 15 sistemas de informações para fazer as pesquisas solicitadas com a maior qualidade e brevidade possível.

As solicitações de pesquisas devem ser encaminhadas para o e-mail caocriminal@mp.pa.gov.br ou através de solicitação im-

pressa contendo o nome completo da pessoa e o número do processo judicial ou do procedimento administrativo a que se refere, para fins de justificativa de acesso aos dados pesquisados e a identificação do(a) promotor(a) de Justiça solicitante.

Inicialmente foram feitos cadastros prévios em diversos Sistemas de Informações, tais como: Sistema Prisional, Polícia Civil, Junta Comercial, Companhia de Água, Infoseg e TRE, entre outros. Também foram identificados outros sistemas “abertos” para acessos, que podem fornecer as informações desejadas.

CAO Criminal participa de atividades

Leia abaixo as principais atividades internas e externas executadas no biênio.

ATIVIDADES INTERNAS - ANO 2011 E 2012

Foram 66 atividades internas, destacando-se:

- Reuniões para tratar de assuntos relacionados ao programa "O MP e a Comunidade", à Fundação Escola Superior do MP, aos diversos convênios celebrados com outras instituições, com técnicos do GTI (Grupo Técnico Interdisciplinar), com coordenadores dos CAOs, com promotores e procuradores de Justiça, coordenadores de polos administrativos, diretoria da Ampep e com a Corregedoria da Polícia Civil;
- Sessão Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça;
- Oficinas de Planejamento para enfrentamento da violência no ambiente escolar e dos Grupos de Trabalho da Saúde e de "Conflitos Agrários e Fundiários no Estado do Pará" (GT Agrário);
- Eventos sobre o controle externo da atividade policial;
- Reuniões com o procurador-geral de Justiça, subprocuradores-gerais, coordenadores dos CAOs, promotores e procuradores de Justiça, diretores de departamentos e chefes de divisões internas do MP, promotores de Justiça coordenadores de polos administrativos, com a Corregedoria-Geral do MPPA, Corregedoria da Polícia Civil, coordenadores de polos administrativos e com a Administração Superior, secretário de Segurança Pública, Comitê Estratégico de TI, representantes das Empresas Quântica e TOTEM TI;
- Reuniões do Grupo de Trabalho "Conflitos Agrários e Fundiários no Estado do Pará";
- Reuniões para deliberar assuntos de relevante interesse institucional, destacando-se a realização do VI Congresso Estadual do MP, sobre o Workshop "o MP e a Comunidade", projeto de Integração e Interiorização dos CAOs, elaboração do Manual de Plantão, estrutura organizacional do MP e do GT - Siamp, sobre as ações estratégicas do Plano Geral de Atuação (PGA), convênios a serem celebrados com outras instituições e os novos sistemas de informática do MP: Simp e Gedoc.

ATIVIDADES EXTERNAS - 2011 E 2012

Foram 45 atividades externas, destacando-se:

- Reuniões do Grupo de Persecução Penal da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - Enasp, no Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília-DF, e da Coordenação Estadual do PEPDDH/PA;
- Encontros nacionais e estaduais na área criminal;
- Congresso Nacional do Ministério Público, em Belém-PA;
- Reuniões de trabalho no TJE, Polícia Civil, Ioepa, Segup, Sistema Penal e Defensoria Pública;
- Workshop “Provita”, realizado pela Enasp/CNMP, em Brasília;
- Reuniões Ordinárias do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH/CNPG e da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - Enasp, no CNMP.

Pesquisas, formação de banco de dados e movimentação de ofícios são rotinas do CAO

Conforme disposto em portaria da Procuradoria-Geral de Justiça, uma das tarefas do CAO Criminal é receber a comunicação de diversos feitos para registro, anotações e elaboração de estatísticas.

Até junho de 2012, foram recebidas 191 comunicações, entre termo de visita a estabelecimento prisional e quadro demonstrativo de réus presos provisórios e de condenados, procedimento investigatório criminal, inquérito civil, procedimento administrativo, entre outros.

A movimentação de ofícios também é rotina do CAO Criminal. Até o final de 2012 foram expedidos 454 ofícios destinados aos públicos interno e externo, além de 10 ofícios circulares e 357 expedientes recebidos.

No biênio 2011-2013, foram realizadas 100 pesquisas nos temas de direito penal, direito processual penal, execução penal e direitos humanos. O maior número de demandas veio das promotorias de segunda entrância.

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente



Caoma prioriza parcerias com promotorias de Justiça, órgãos e instituições

O recém-criado Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Caoma) tem o escopo de estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Pará, assim como de estreitar as relações com outros órgãos, públicos ou privados, que atuem na defesa do meio ambiente, na busca da construção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho das funções institucionais do *parquet*.

O Caoma atua na defesa e proteção do meio ambiente, do patrimônio cultural e do direito urbanístico, competindo-lhe, por intermédio de sua coordenação, estruturar o processo de planejamento ambiental interno e a participar no planejamento ambiental estadual, bem como coordenar o programa de formação, capacitação e treinamento de recursos humanos, podendo fazê-lo em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público - Ceaf - MP/PA.

Estão ainda entre suas atribuições a coordenação de grupos de estudo para análise e sugestão de solução dos problemas ambientais, o gerenciamento interno de projetos e atividades realizados pelo Ministério Público em parceria com outras instituições, na área ambiental e afins, bem como organizar atividades de divulgação, ou debate público, sobre questões de relevância para a defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio cultural.



Caoma atuou junto às promotorias de todas as entrâncias, promovendo reuniões sobre temas relevantes

Estratégias e ações

1. PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Acompanhamento do referido plano nas respectivas comarcas, informadas pelos promotores de justiça;

2. CAR - CADASTRO AMBIENTAL RURAL: Verificação da existência de procedimentos instaurados, objetivando a regularização de propriedades e posses na base de dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema);

3. REQUISIÇÃO DE ESTUDOS, NOTAS E VISTORIAS TÉCNICAS AO GRUPO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR-GTI, em apoio às demandas dos promotores de justiça;

4. SOLICITAÇÃO DE ESTUDOS E PERÍCIAS TÉCNICAS ao Instituto Evandro Chagas, Instituto de Perícias Renato Chaves e outros, a pedido dos promotores de justiça;

5. ENCAMINHAMENTO DE ESTUDOS TÉCNICOS, LAUDOS E PERÍCIAS TÉCNICAS, requisitados pelos promotores ambientais, a fim de subsidiar providências necessárias;

6. ENCAMINHAMENTO DE DENÚNCIAS às promotorias de justiça correspondentes, para apuração dos fatos e medidas cabíveis;

7. DISSEMINAÇÃO DE LEGISLAÇÃO, DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LITERATURA de interesse dos promotores de justiça ambientais, objetivando o fornecimento de informações e dados necessários a sua melhor realização na atividade;

8. ACOMPANHAMENTO DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS, CONCEDIDOS PELA SEMA;

9. WORKSHOP "O MINISTÉRIO PÚBLICO E A ATUAÇÃO NA AMAZÔNIA": Discussão

sobre as questões amazônicas e o compartilhamento das melhores práticas no enfrentamento dos problemas ambientais (dias 28 e 29/10/2011, no Hotel Fazenda Paraíso - Mosqueiro), organizado conjuntamente com o Instituto "O Direito por um Planeta Verde", contando com a participação dos promotores de Justiça de 15 municípios apontados entre os que mais desmataram em 2009 e que estão localizados em áreas de influência de hidrelétricas em fase de construção no Estado;

10. REUNIÃO TÉCNICA SOBRE O DESMATAMENTO NO ESTADO DO PARÁ, buscando acordar uma estratégia em conjunto com órgãos públicos e entidades para práticas de medidas de combate ao desmatamento (em 8.7.2011);

11. RECEPÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE DENÚNCIAS aos promotores de Justiça das localidades envolvidas;

12. SÚMULAS DAS DIRETRIZES aprovadas durante o XI Congresso Brasileiro do Ministério Público do Meio Ambiente, realizado nos dias 02 e 3.8.2011, em São Paulo, pela Abrampa, enviadas às coordenações de todos os polos e PJs Ambientais, inclusive os da capital (setembro/2011);

13. PLANO DE INTERIORIZAÇÃO DOS CAO: Participação iniciada em 23/4/2012, junto ao polo Ananindeua, secundado por

Castanhal, Altamira, Capanema, Abaetetuba, Marabá, Redenção, Itaituba e Santarém.

14. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ÚTEIS à atuação dos promotores de Justiça, a partir de postagens no *subsite* do Caoma, dentro do portal do MPE, tais como jurisprudência, doutrinas, legislação (federal, estadual e municipal); atos da Administração Superior (portarias e resoluções), palestras, modelos (ação civil pública - ACP, inquérito civil - IC, procedimento administrativo preliminar - PAP, recomendações, termo de ajustamento de conduta - TAC), publicações (boletins, guias e cartilhas); temas específicos para pesquisa (ex.: compensação ambiental: estudo de casos e legislação direcionada ao tema), *links* úteis, notícias e destaques;

15. PESQUISAS: Atendimento às requisições feitas pelos promotores de Justiça via telefone, *e-mail*, fax, correios etc., conforme anexo;

16. ORGANIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS PARA FINS ESTATÍSTICOS, contendo procedimentos administrativos, inquéritos, ações civis públicas e outros, instaurados nas promotorias de Justiça do interior, conforme dados no anexo.

Ações conjuntas em parcerias com outros órgãos e instituições

1. SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente: Acesso aos sistemas Simlam-Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento ambiental e Sisflora-Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais, para gestão do controle ambiental;
2. SEMA, SESPA, POLÍCIA MILITAR, DETRAN CAPITANIA DOS PORTOS, CORPO DE BOMBEIROS, CRUZ VERMELHA E DELEGACIA-GERAL: Mobilização visando promover ações preventivas que assegurem o bem-estar, a saúde e a segurança aos cidadãos, bem como a verificação da higidez das águas nos balneários onde há maior concentração de banhistas, no mês de julho 2011/2012 - Operação Verão;
3. IMAZON: acompanhamento mensal dos boletins de monitoramento do desmatamento nos municípios do Pará;
4. INPE: Proposta ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Centro Regional da Amazônia, objetivando a defesa do meio ambiente na obtenção de dados das queimadas ilegais e suas repercussões;
5. SIPAM: Proposta ao Sistema de Proteção da Amazônia, objetivando a defesa do meio ambiente na obtenção de dados das queimadas ilegais e suas repercussões;
6. MPF: Ações conjuntas ou abertura de espaço para debate de assuntos de interesse estadual e federal. Ex.: Reunião para debater acerca da usina hidrelétrica a ser construída às margens do rio Jari, que abrangerá os territórios do Pará e do Amapá, afetando diretamente os municípios de Almeirim-PA e Laranjal do Jari-AP;
7. BIBLIOTECA DO MPE: Contribuição, por meio de doações, para o aumento do acervo da Biblioteca do órgão em matéria ambiental;
8. IBAMA: Acesso ao Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização - Sicaf, possibilitando a obtenção de dados para análise pelo MPE; obtenção de relatórios, a partir dos dados fornecidos pelo IMAZON, sobre desmatamentos detectados;
9. ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará: Objetivando o fornecimento de dados para análise pelo MPE;
10. ECOIDEIA: Cooperativa privada de serviços ambientais e tecnologia sociais, tem por cooperados profissionais autônomos que trabalham como sócios, desenvolvendo projetos relativos a questões socioambientais. No MPE, auxiliam no estudo de perdas e danos do PAE Juruti Velho - Projeto de Assentamento Agroextrativista, no município de Juruti;
11. IEC - Instituto Evandro Chagas: Cooperação científica atendendo demandas especializadas, como análise de contaminação das águas de rios e igarapés;

Propostas e encaminhamentos à PGJ

1. LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO: Requisitando aquisição de equipamentos, visando à implementação no MPE-PA;
2. AQUISIÇÕES: Obras atualizadas em matéria ambiental. Ex.: Doutrinas Essenciais Direito Ambiental – Edis Milaré e Paulo Afonso Lema Machado (7 volumes);
3. PPA: participação no Plano Plurianual do MPE 2012/2015, descrevendo necessidades de recursos para o Caoma;
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ÁREA DE MEIO AMBIENTE: Situação Socioambiental no Estado do Pará (estudo feito pelo técnico do GTI Tarcísio Feitosa);
5. III SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL – Brasília, DF: Sugestão de nomes de promotores de Justiça à participação (Of. Caoma nº 337/2011).

Participação em Grupos de Trabalhos (GT)

1. GT RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS: Criado para definição e implementação de estratégia de atuação do MPE no acompanhamento e tratamento da gestão de resíduos sólidos na região do Baixo Tocantins (Portaria nº 1418/PGJ, de 4/4/2011);
2. GT ESTRATÉGIA REGIONAL AMBIENTAL: Busca definir uma estratégia de atuação regional ambiental;
3. GT AGRÁRIO: Grupo de Trabalho “Conflitos Agrários e fundiários no Estado do Pará;
4. GTDH: Grupo de Trabalho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (parceria com o Centro de Apoio Operacional Criminal, estabelecida pela Portaria nº 1988/2012-MP/PGJ, de 14/5/2012);
5. GT UHE DE BELO MONTE: “... criado para definir e implementar estratégias de atuação do Ministério Público do Estado do Pará, diante dos impactos sociais e ambientais causados pela implementação da obra da UHE Belo Monte...” (Portaria N° 2355/2012-MP/PGJ);



Diligência em Ulianópolis para verificar a existência de rejeitos tóxicos em zona rural

Acompanhamento de inquéritos civis

1. ACOMPANHAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL ABERTO PELA PJ DE ULIANÓPOLIS, assinado em conjunto com a promotora local, com visita técnica ao depósito de lixo tóxico a céu aberto e realização de audiência pública, ao lado da Promotoria de Justiça de Ulianópolis, em 10/7/2012, para prestar informações à população local sobre as providências que já foram adotadas pelo Ministério Público do Estado, desde 2003, acerca do lixo tóxico depositado pela Uspam / CBB, naquele município;
2. BELO MONTE: Construção de usina hidrelétrica. Impactos ambiental, social e econômico sobre a população às margens do rio Xingu e municípios do entorno do projeto (Anapu, Pacajá, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas);
3. WTORRE: responsável pelo empreendimento habitacional “Viver Bem Parauapebas”;
4. UH SANTO ANTÔNIO DO JARI ; Usina hidrelétrica a ser construída às margens do rio Jari, que abrangerá os territórios do Pará e do Amapá, afetando diretamente os municípios de Almeirim-PA e Laranjal do Jari-AP;
5. PLANTAÇÃO DE ARROZ NA ILHA DO MARAJÓ;
6. PROJETO PRIMAVERA: Extração de calcário e fábrica de cimento, de responsabilidade da Votorantim Cimentos, envolvendo além de Primavera, os municípios de Capanema, Tracuateua, Salinópolis, Quatipuru, Santarém Novo, Peixe-Boi e São João de Pirabas (poluição atmosférica e poluição de rios e igarapés);
7. USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ: Empreendimento que consiste no aproveitamento hidrelétrico do potencial hídrico do curso principal do rio Tocantins, acrescido dos CONFLITOS SOCIAIS envolvendo os movimentos sociais do município de Tucuruí e a empresa Eletronorte - Parque Aquícola;

8. PROJETO JURUTI - Empreendimento da Alcoa - Omnia Minérios: Exploração do minério de bauxita, tratando-se de indústria de alumínio;
9. PAE JURUTI VELHO: Exploração ilegal de madeira, conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais daquela localidade;
10. PROJETO SERRA LESTE: Empreendimento da Companhia Vale do Rio Doce (VALE). Exploração de minério de ferro em Curionópolis;
11. LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA USINA PILOTO DE Btl: Projeto da Biopalma da Amazônia S/A, Reflorestamento Indústria e Comércio, a ser edificada no município de Moju para construção de biocombustíveis;
12. USINA TERMELÉTRICA - UTE BARCARENA: Usina a carvão mineral para produção de energia, de responsabilidade da empresa VALE;
13. CARGIL AGRÍCOLA - Terminal Fluvial de Granéis - Santarém;
14. TERMINAL PÚBLICO PESQUEIRO - Belém;
15. TAC IMERYS: Acompanhamento do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta lavrado entre o Ministério Público e a empresa Imerys Capim Caulim, em maio de 2008, tendo como interveniente o IEB- Instituto Internacional de Educação do Brasil, envolvendo problemática socioambiental nos municípios de Abaetetuba e Barcarena;
16. TAC SUINORTE E MATADOURO GOIÁS: Análise técnica da situação da fábrica de conservas e do matadouro. Atendimento à Promotoria de Justiça de Rio Maria;
17. SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA EM BENEVIDES: Apuração da contaminação do igarapé próximo ao sítio Jardim Benevides, onde funciona parte das atividades assistenciais do Grupo Espírita Jardim das Oliveiras. Ação poluidora provocada pela fábrica de refrigerantes SPLY.

Outros assuntos acompanhados

- ABATE CLANDESTINO DE GADO NO ESTADO DO PARÁ;
- Água e esgoto - melhoria da prestação do serviço no município de Barcarena;
- ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA LAGO GRANDE - SANTARÉM;
- ATERRO DO AURÁ;
- ATINGIDOS PELA VALE;
- AGRICON - transporte ilegal de madeira - Santa Luzia do Pará;
- ALUNORTE 2009 - Contaminação do rio Murucupi;
- APA BELÉM - poluição de lagos;
- APA TRIUNFO DO XINGU;
- ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE ORIXIMINÁ;
- ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL NOVA ÁGUAS LINDAS - ANANINDEUA;
- BACIAS DE REJEITOS - Barcarena, Paragominas, Juruti, Ipixuna, Ourilândia e Carajás;
- BONY AÇAÍ LTDA. - poluição de igarapé - bairro Boa Vista - Marituba;
- CESSÃO DEFINITIVA DE CRÉDITOS - recursos minerais e exploração de petróleo - Canaã do Carajás;
- COMUNIDADE CURUPERÉ - expansão da área industrial em Santarém;
- COMUNIDADE LAGES E O PARQUE ESTADUAL DE MONTE ALEGRE;
- CONFLITOS ENTRE INDIOS E QUILOMBOLAS - FLOTA TROMBETAS;
- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu - CIDS;
- EMISSÃO DE CO2 PELAS FROTAS EM BELÉM;
- GAFISA CONTRUTORA - Empreendimento FIT ICOARACI;
- GLOBE METAIS - Fazenda Água Azul II - Breu Branco;
- GX TECHNOLOGY SÍSMICA LTDA. - Programa Costa Norte;
- LEILÃO IRREGULAR DE MADEIRA - Sema - Parauapebas;
- LIXÃO - municípios de Acará e Cametá, e 40 Horas, em Ananindeua;
- Loteamentos urbanos - impactos sócioeconômicos no município de Parauapebas;
- M. G. MADEREIRA ARAGUAIA - venda irregular de madeira - Marituba;
- MADECAP - Transporte ilegal de madeira - Tomé-Açu
- MATADOURO E LIXÃO EM TERRA SANTA;
- MATADOUROS EM SANTARÉM;
- MELO LTDA. - Transporte irregular de ferro no rio São Francisco - Barcarena-PA - setembro/2008;
- MINERAÇÃO CARÁIBA;
- MINERADOR RIO TINTO - exploração de bauxita;
- MIRITI GOLFE INTERNACIONAL - Marituba;

- MMX ANGLO FERROUS BRASIL - implantação de estação flutuante de transbordo de minério de ferro - Curuçá;
- PARÁ PIGMENTOS - Aurora do Pará;
- PARQUE AMBIENTAL DE BELÉM - Av. Júlio César e Augusto Montenegro;
- PORTO ESPADARTE - CURUÇÁ
- PRODUTORES DE PEIXES EM TANQUE - Tucuruí;
- PREFEITURA DE RIO MARIA - depósito de lixo doméstico em área imprópria;
- PROGRAMA FLORESTA MODELO DE CAXIUANÃ;
- PROJETO "AP COUNTRY" - Assembleia Paraense;
- PROJETO AÇÃO METRÓPOLE - prolongamento da Av. Independência;
- PROJETO BELÉM SUSTENTÁVEL - Ministério da Cultura;
- PROJETO EXECUTIVO DO ATERRO SANITÁRIO CANAÃ DOS CARAJÁS;
- PROJETO GESTAR BR 163-PA;
- REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE GURUPÁ;
- REDD - REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO;
- REICON - vazamento de óleo no rio Pará - Vila do Conde - Jan/2009;
- REINARDA LTDA. - extração de minério de ouro - Rio Maria;
- REPAR LTDA. - reciclagem resíduos animais - Icoaraci;
- REVITA - projeto de processamento e tratamento de resíduo sólido - Marituba;
- RIO TÚRIA EMP. LTDA. - terminal portuário granaleiro - Barcarena;
- SCHINCARIOL - despejo de dejetos de cevada - Marituba;
- SERABI LTDA. - ampliação da mina do palito - Itaituba;
- SERRA PELADA - Cia. de Desenvolvimento Mineral - Curionópolis/2009;
- SERRARIA MARTINHO GOMES - Mocajuba;
- SILMAR GONÇALVES SANTOS E ULISSES X ESTADO DO PARÁ;
- SÍTIO DALILA - desvio do igarapé Alambique - Abaetetuba;
- TERMINAL PORTUÁRIO MANGANÊS BURITIRAMA;
- TERRANORTE S/A - denúncia dos sem-toras - Tailândia;
- TRANSPORTE ILEGAL DE MADEIRA - AURORA DO PARÁ;
- TRANSCIDADE E BETTA - lixão de Águas Lindas;
- TRITON LOGGIN - resgate de madeira submersa em Tucuruí;
- Usina hidrelétrica de Tucuruí - discussão quanto aos impactos socioambientais;
- USIPAR - altoforno III e complexo portuário - Barcarena;
- USIPAR - mortandade de peixes Rio Arienga - Abaetetuba - Jan/2008;
- VALE DO RIO DOCE - Níquel Vermelho - Canaã dos Carajás;
- VALE DO RIO DOCE - PROJETO CRISTALINO - CURIONÓPOLIS;
- VALE S.A - projeto Aços Laminados do Pará (ALPA);
- VERA CRUZ - mineração de bauxita - Paragominas;
- ZEE - Comitê Superior (MACROZEE DA AMAZÔNIA LEGAL);
- ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico das BRs 163 e 230;
- ZONEAMENTO COSTEIRO - FTPZC.



Procuradora de justiça Graça Azevedo em Oslo, Noruega (Acervo IEB/2012)

Destaque de 2012

Acompanhamento do **PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DE BARCARENA**, desenvolvido pelo IEB em Barcarena/PA, no qual se estabeleceu uma cooperação com a ONG Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN), que tem como um de seus eixos de atuação o monitoramento dos investimentos noruegueses. No marco desta parceria, construiu-se a possibilidade de uma viagem à Noruega, com o objetivo de alavancar os processos em curso em Barcarena, prioritariamente construindo agendas com vistas à sensibilização da Empresa Hydro para uma participação efetiva na dinâmica de construção de um espaço de diálogo intersetorial, objetivo estratégico dos projetos desenvolvidos pelo IEB em parceria com organizações da sociedade civil local.

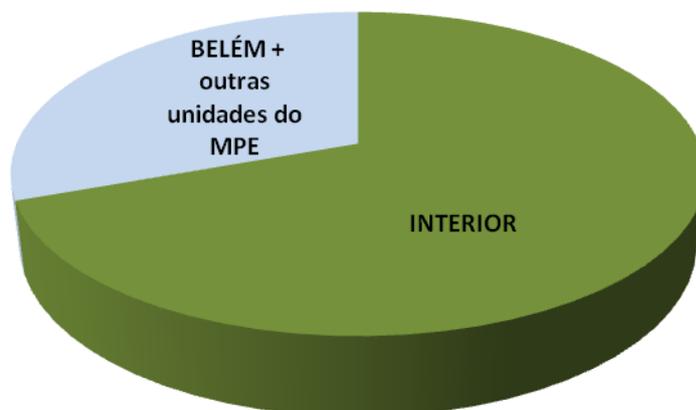
A representante do Ministério Público do Estado do Pará, Maria da Graça Azevedo da Silva, procuradora de justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, manifestou-se, em reunião realizada em Oslo, na Noruega, em 3/9/2012, reafirmando seu papel constitucional na defesa de direitos coletivos, com particular interesse em constituir, em Barcarena, uma alternativa baseada no diálogo para a construção de novos rumos para o município, numa lógica de garantia de direitos das populações, com responsabilidades compartilhadas entre Estado, empresas e sociedade.

Na ocasião, foi entregue à empresa Hydro a publicação denominada Posicionamento da Rede da Sociedade Civil Pró-Fórum em Barcarena, que apresenta, a partir do ponto de vista das organizações da sociedade civil, as problemáticas socioambientais vividas no município, assim como indica caminhos para seu enfrentamento, com especial aprofundamento da proposta de criação de um Fórum Local de Diálogo Intersetorial que junte empresas, sociedade civil e Estado.

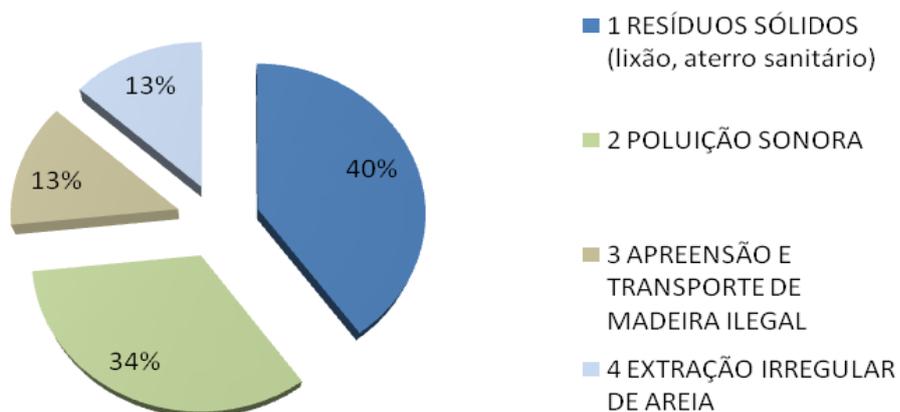
Pesquisas solicitadas ao Caoma em 2011 e 1º semestre de 2012

PJ entrância / comarca dos solicitantes das pesquisas

ORIGEM DAS PESQUISAS



TEMAS MAIS SOLICITADOS 2011 / 2012



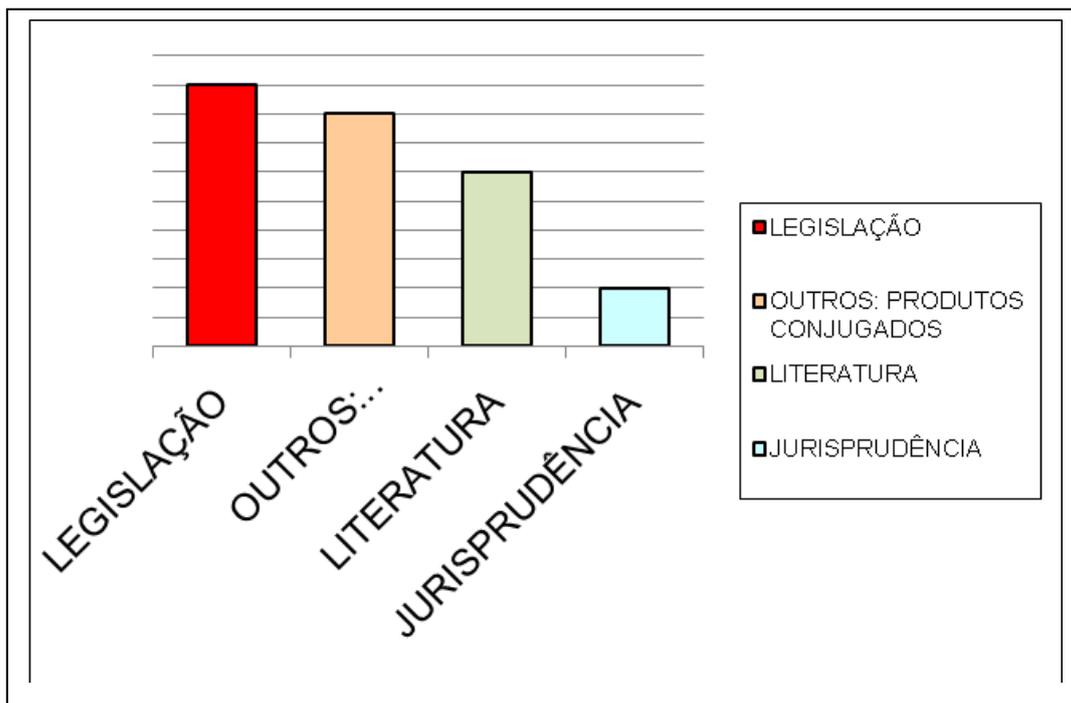
Assuntos mais pesquisados

Temas mais pesquisados em 2011

Tipificação Penal "Cavalo de Pau" em unidade de conservação
Loteamento Miriti - BR 316, possível destruição de APP
ACP - Projeto Arco-Íris III
Resíduo hospitalar e serviço de saúde
Construção irregular em área de preservação
Resíduos sólidos (Lixão)
Poluição sonora
Apreensão e transporte de madeira ilegal
Atividades de cerâmicas
Extração de areia e seixo

Temas mais pesquisados em 2012

Resíduos sólidos (lixão, aterro sanitário)
APP: Invasão em área particular em Capitão Poço
Agricultura no Marajó (plantação de arroz)
Licença ambiental de instalação
Plano de ação ambiental MPE-PA
Urbanismo
Desmatamento (descumprimento de transação penal)
Dengue
Animais nas ruas (geral)
Educação ambiental
Circulação de cães de médio e pequeno porte
Recursos minerários
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)
Inquérito Civil
Extração irregular de areia
Parcelamento do solo
Poluição sonora
Patrimônio histórico
CAR - Cadastro Ambiental Rural
Contaminação por resíduos tóxicos

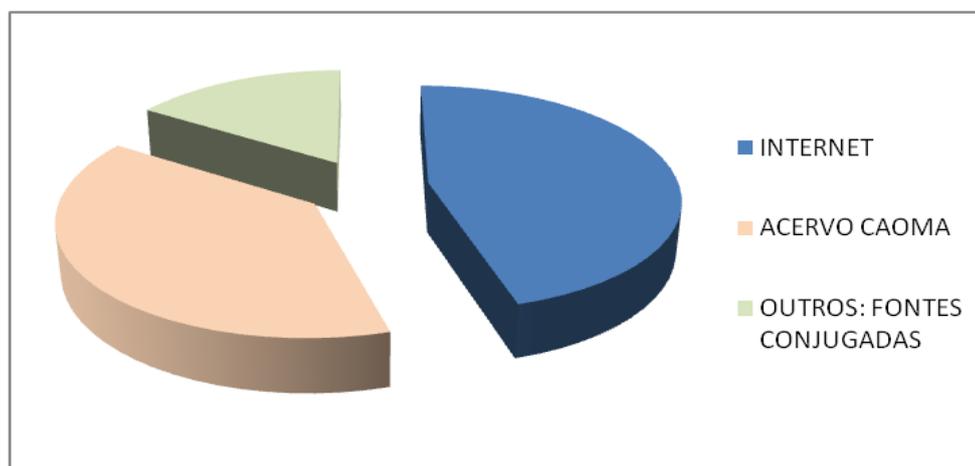


FONTES E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

INTERNET

ACERVO CAOMA

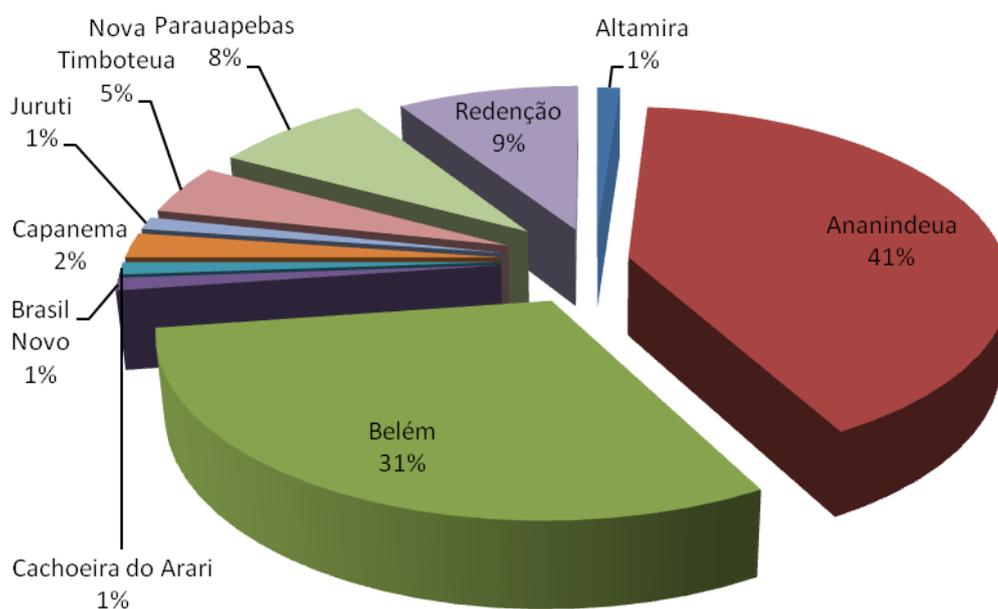
OUTROS: FONTES CONJUGADAS



**DEMONSTRATIVO DOS PROCEDIMENTOS
INFORMADOS PELOS PROMOTORES DE JUSTIÇA**

MUNICÍPIOS/COMARCA	QUANT. PROCEDIMENTOS	%
Altamira	1	1
Ananindeua	36	40,91
Belém	27	30,68
Brasil Novo	1	1,14
Cachoeira do Arari	1	1,14
Capanema	2	2,27
Juruti	1	1,14
Nova Timboteua	4	4,55
Parauapebas	7	7,95
Redenção	8	9,09
TOTAL	88	100,00

Fonte: Cao Ambiental/2012



Programa “O Ministério Público e a Comunidade”



O distrito de Mosqueiro recebeu o programa de cidadania do MP

Concebido de forma embrionária à criação da Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade, o programa “MP e a Comunidade constitui um dos instrumentos de atuação institucional para a efetiva garantia dos direitos humanos.

Contexto histórico e dinâmica de funcionamento nos últimos dois anos

O programa *O Ministério Público e a Comunidade* foi criado pela Procuradoria-Geral de Justiça em 30 de novembro de 1998 e instituído pelo Colégio de Procuradores de Justiça por meio da Resolução nº 03/2001/CPJ, de 21/6/2001; portanto é um programa institucional coordenado pelos Centros de Apoio Operacional.

Foi concebido de forma embrionária à criação da Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade e constitui um dos instrumentos

de atuação institucional para a efetiva garantia dos direitos humanos, na medida em que favorece o acesso à justiça por meio do atendimento realizado pelos membros e servidores do Ministério Público, por juízes, defensores públicos, servidores de outras instituições parceiras e voluntários nos espaços denominados *Núcleos de Atendimento à População (naps)*, tanto na capital quanto no interior do Estado.

No ano de 2011, o núcleo-sede (administrativo), localizado na Av. Dr. Feitas, 2.513, além do atendimento jurídico-judiciário, realizou diariamente

a emissão de documentação em parceria com o Instituto de Identificação da Polícia Civil para Carteira de Identidade e com a Superintendência Regional do Trabalho para emissão da CTPS. A partir do segundo semestre desse ano, as ações/atividades foram redimensionadas, reduzindo-se os dias de atendimento para as terças e quintas-feiras no horário da tarde, mantendo-se o atendimento diário pela manhã para as orientações, informações e agendamento de audiências.

Quanto aos núcleos permanentes do interior, de-



Prédio-sede do programa na Almirante Barroso

envolveram as suas atividades de acordo com o planejamento em ações de cidadania pontuais, com o apoio do núcleo-sede na capital e/ou atendimento quinzenal.

No primeiro semestre de 2012, manteve-se na sede do programa a mesma sistemática de atendimento das demandas judiciais e extrajudiciais em parceria com os núcleos de prática jurídica das universidades/faculdades conveniadas. Quanto à emissão de documentação civil, que representava a maior demanda da população, ocorreu a suspensão das atividades como primeira medida visando à reestruturação.

Nesse período, enfatizou-se a participação do programa em eventos realizados por outras instituições parceiras, a exemplo das ações do Pró-Paz Cidadania, realizadas na Região do Marajó e Baixo Amazonas; Dia do Defensor, realizado no Hangar; 9ª Ação Social da Paróquia Santa Rita de Cássia de Bujaru, entre outras.

Destaca-se que o Núcleo Permanente de Santarém,

após a inauguração do Theatro Vitória em 24 de agosto, reiniciou as suas atividades em espaço próprio, visto que em 2011 as atividades foram desenvolvidas no espaço do Centro de Atendimento ao Empreendedor Cidadão (CAEC), cedido pela Prefeitura Municipal de Santarém.

Como atividade desse núcleo, sob a coordenação da promotora de Justiça Lilian Regina Furtado Braga, foi realizada, com apoio de servidores da sede do programa na capital, uma ação de cidadania no município de Juruti - comunidade Sabina/Rio Mamuru no período de 07 a 11 de maio de 2012,



MP atuou nas comunidades em defesa da cidadania

em parceria com diversos órgãos do município.

A partir do segundo semestre de 2012, as ações dos núcleos de atendimento permanentes foram suspensas por determinação superior, tendo em vista agilizar o processo de reestruturação do programa, com destaque para a Reunião de Trabalho (workshop) realizada no dia 20 de agosto com a participação da Procuradoria-Geral de Justiça, coordenadores dos centros de apoio, coordenadores das promotorias, coordenadores dos núcleos de atendimento permanentes, membros e servidores do programa na capital e no interior, com o objetivo de avaliar e discutir a proposta de reestruturação, com análise crítica da Resolução 003/2001/CPJ. Nessa ocasião, foi formada uma comissão para sistematizar as propostas de alteração da resolução e posterior encaminhamento à Procuradoria-Geral de Justiça para análise e providências de sua competência.

Destacam-se como pontos relevantes da nova proposta que o Programa *O Ministério Público e a Comunidade* terá co-

mo finalidades “facilitar maior acesso da população aos serviços oferecidos pelo MP, estabelecendo parcerias com instituições governamentais e não governamentais; divulgar as atividades da instituição com objetivo de propiciar maior proximidade com a comunidade; estimular e fortalecer lideranças comunitárias no processo de mediação de demandas e

conflitos; elaborar e executar projetos, entre outras, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida da população, e terá como principal diretriz a defesa dos direitos difusos e coletivos em todas as suas finalidades”.

Propõe que a coordenação geral seja exercida pelo CAO Cidadania e a coordena-

ção executiva na capital pela PJ de Defesa do Cidadão e da Comunidade; no interior, a coordenação do núcleo de atendimento permanente e/ou coordenação do pólo administrativo nas ações itinerantes onde não houver sido criado núcleo.



Atendimento MP Comunidade em Mosqueiro.



Atendimento MP Comunidade em Santarém.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade, conforme define a Resolução nº 03/2012-CPJ, de 9/2/2012, foi criada com a finalidade de atuar nos processos e procedimentos judiciais e extrajudiciais, especificamente no atendimento às comunidades, de forma a:

- Assegurar maior rapidez à satisfação dos direitos e garantias constitucionais;
- Levar esclarecimento e conscientização à comunidade quanto ao exercício dos direitos e garantias constitucionais, individualmente ou em conjunto com outros órgãos de execução do Ministério Público, da administração pública e da sociedade civil, por meio de palestras, audiências públicas, cursos e exposições realizadas nas próprias comunidades carentes;
- Adotar todas as medidas extrajudiciais viáveis para solucionar conflitos de natureza cível e criminal, por meio de acordos, requisições de documentos, perícias, laudos, certidões, informações de órgãos públicos e privados, colheita de depoimentos, entre outras medidas necessárias;
- Promover acordos escritos entre as partes interessadas, com eficácia de título jurídico e extrajudicial, conforme legislação aplicável;
- Dar conhecimento dos procedimentos instaurados aos órgãos públicos e promotorias de justiça com atribuições para a adoção das medidas judiciais cabíveis;
- Encaminhar à defensoria e aos escritórios-modelo de atendimento jurídico das unidades de ensino superior conveniadas com o Programa “O Ministério Público e a Comunidade” os casos em que, frustrado ou inviável o acordo, esse encaminhamento seja necessário para o ajuizamento da ação judicial.

I - DADOS ESTATÍSTICOS DAS AÇÕES ITINERANTES DE CIDADANIA REALIZADAS EM 2011

AÇÕES ITINERANTES DE CIDADANIA						
Evento	Atividades Jurídicas	Orientações diversas	Documentação civil	Outros serviços	Total	Iniciativa
Ação Intensiva "A Ilha de Caratateua nos seus 118 anos"	101	-	896	747	1.744	Nap Icoaraci
Ação Intensiva "Antônio Cidadão"	10	83	-	-	93	Nap Pedreira/sede
Ação Intensiva em Mirasselvea	32	26	-	-	58	Nap Capanema
Ação Intensiva em Portelinha	244	130	643	180	1.197	Nap Capanema
Ação Intensiva Ilha do Mosqueiro	10	55	-	-	65	PJ de Mosqueiro
Ação 20 anos do Programa Barra Pesada	48	21	-	-	69	Convite da RBA
8ª Ação Social Santa Rita de Cássia - Bujaru	80	95	-	-	175	Convite da Paróquia
Projeto Rede Escola Cidadã	0	12	-	-	12	convite
	1	10	-	-	11	
Dia do Defensor Público	65	-	-	-	65	Convite Defensoria
Ação Festa da Colheita	65	-	-	-	65	Convite Igreja El-chaday
Ação comemorativa dos 66 anos da Justiça Eleitoral	8	45	-	-	53	Convite do TRE
Ação Cidadania da Secretaria de Economia	5	25	-	-	30	Convite Secon
GGIM/Ação Solidária "Cumprindo a Lei" - Tapanã	26	18	-	-	44	Convite do GGIM
Chance para Todos - Marajó	120	264	-	-	384	Convite da Marinha
TOTAL	815	784	1539	927	4.065	

II - DADOS ESTATÍSTICOS DAS AÇÕES ITINERANTES DE CIDADANIA REALIZADAS EM 2012

AÇÕES ITINERANTES						
Evento	Atividades Jurídicas	Orientações diversas	Documentação civil	Outros serviços	Total	Iniciativa
Ação Cidadania GGI-M / Clube São Joaquim, na Marambia - dia 25/3	4	24	-	-	28	Convite GGIM*
Ação "21 anos do Barra Pesada" - dia 15/4, no Espaço Aldeia Amazônica	25	35	-	-	60	Convite RBA
Dia do Defensor Público - dia 19/5, no Hangar Centro de Convenções	34	-	-	-	34	Convite Defensoria Pública
9ª Ação Social da Paróquia Santa Rita de Cássia/ Bujaru - período de 22 a 24/05	198	75	-	-	273	Convite da Paróquia
Ação Cidadania da Comunidade Sabina-Rio Mamuru (Juruti) no período de 7 a 10/5/12	121	-	197	1.440	1.758	PJ de Juruti
PRÓ-PAZ Cidadania no Marajó	**	-	-	-	-	Convite Pró-Paz
PRÓ-PAZ Cidadania no Baixo Amazonas	**	-	-	-	-	Convite Pró-paz
TOTAL	382	134	197	1.440	2.153	

Eventos realizados no primeiro semestre de 2012

(*) GGI-M - Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Belém

(**) não foram informados os dados do Pró-Paz Cidadania

III - QUADRO SÍNTESE DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA "O MP E A COMUNIDADE" EM 2011 E 2012.

Núcleo Permanente	Atendimento jurídico		Atendimento com documentação civil		Outros serviços (*)		TOTAL
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	
Pedreira/sede	669	279	4.504	-	-	-	5.452
Icoaraci	443	-	1.068	-	-	-	1.511
Ananindeua	226	34	1.334	-	-	-	1.594
Barcarena	307	-	660	-	-	-	967
Capanema	302	-	643	-	-	-	945
Marabá	2.546	-	-	-	-	-	2.546
Santarém	303	31	890	-	-	-	1.224
Ações itinerantes de cidadania	1.167	516	1.141	197	927	1.440	5.388
TOTAL	5.963	860	10.240	197	927	1.440	19.627

(*) outros serviços: palestras, atendimentos médico, odontológico, social, cultural, lazer etc. desenvolvidos pelos parceiros.

(*) maiores demandas: Retificação de registro civil, divórcio consensual, ação de alimentos, reconhecimento voluntário de paternidade e alvará judicial.

Nota: Em 2012, foi suspenso o atendimento com documentação civil desde o 1º semestre e o atendimento jurídico a partir do 2º semestre, em virtude do processo de reestruturação, exceto o Nap Santarém, cujo atendimento foi realizado a partir do mês de outubro, após a inauguração do Teatro Vitória.

IV - DEMONSTRATIVO DOS CONVÊNIOS E CONTRATOS

INSTITUIÇÃO PARCEIRA	CONVÊNIO	RESPONSÁVEL	OBJETO/ATIVIDADE	VIGÊNCIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (TJE)	Convênio nº 001/2009	Rômulo José Ferreira Nunes – Presidente	Atendimento jurídico	Vigência 30/3/2009 a 29/3/2014
DEFENSORIA PÚBLICA	Convênio nº 008/2011 – 24/11/2011	Antonio Roberto Figueiredo Cardoso – Defensor Público Geral	Assistência jurídica e acesso à documentação em ações itinerantes	Vigência 24/11/11 a 23/11/2016
MTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Convênio TEM /SRTE/PA/nº 007/2010 – 23/6/2010 – 4 anos	Rui Marcelo Mouta Pinheiro – Superintendente Regional	Emissão de CTPS	Vigência 23/6/10 a 22/6/2014
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	Convênio nº 02/2010 – 12 meses a contar de 12/6/2011.	Jose Alberto Alves Cunha	Apoio financeiro	2º TA - vigência 12/12/12
CESUPA/Núcleo de Prática Jurídica	Convênio s/nº - 4º TA – 5 anos	João Paulo do Vale Mendes – Reitor	Atendimento jurídico	17/11/2009 a 16/11/2014
Faculdade do Pará - FAP - Núcleo de Prática Jurídica	Convênio nº 008/2010	Ricardo Augusto Lobo Gluck Paul – Diretor-Geral	Atendimento jurídico	13/9/10 a 12/9/2015
Universidade da Amazônia - UNAMA /Núcleo de Prática Jurídica	Convênio nº 001/2011	Antonio de Carvalho Vaz Pereira – Reitor	Atendimento jurídico	27/1/11 a 26/1/2016
Prefeitura Municipal de Santarém	Termo de Cessão de Uso de Bem Público	Maria do Carmo - Prefeita	Cessão espaço físico do CAEC Cessão do Teatro Vitoria	Nap Santarém Nap Santarém
AMAZON CARD'S S/A	Contrato nº 016/2012 – 20/3/12 – 12 meses	Edemilson do Socorro da Costa Magno – representante	Vale-alimentação	



Departamento registra grande movimentação processual

Divisão de Processos Criminais

Para análise deste relatório, algumas premissas devem ser levadas em consideração.

1- As informações contidas neste relatório, relacionadas à atuação da Divisão de Processos Criminais, é uma “fotografia” do Sistema de Controle de Processos (SCP), ou seja, são procedimentos devidamente registrados no SCP, no período de 1º de janeiro de 2011 a 30 de junho de 2012.

2- No decorrer desse período, ocorreram alterações no registro dos procedimentos na divisão, conforme se demonstra a seguir:

A partir da Lei 12.403/2011, de 4 de maio de 2011, com entrada em vigor em 5 de julho de 2011, a divisão passou a receber cópia de flagrante no prazo de 24 horas do ocorrido. Esse procedimento é distribuído a um dos quatro cargos da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial. Quando ocorre a entrada de flagrante ou do inquérito oriundos da Justiça, este procedimento é redistribuído.

Para gerar o protocolo de entrega dos procedimentos, todos ganham o andamento

“vista”, facilitando a verificação da real quantidade de autos que ingressam no departamento.

Deixou-se de registrar como procedimento autônomo os pedidos da execução penal, conforme ocorre na 1ª Vara de Execuções Penais. A partir de 2011, portanto, os pedidos passaram a ser registrados como andamentos dos processos de execução.

Desta forma, demonstra-se no quadro abaixo as quantidades de procedimentos recebidos e distribuídos no período.

Procedimento	2011	2012	Total
Cópias de Flagrante	875	2.121	2.996
Demais procedimentos	17.714	18.660	36.374
TOTAL	18.589	20.781	39.370

Dentre estes procedimentos, informa-se que também foram distribuídos expedientes

extrajudiciais, oriundos da PGJ e da coordenação das Promotorias de Justiça Criminais, da seguinte forma:

Ano	2011	2012	Total
Procedimentos distribuídos	265	309	574

Divisão de Processos Cíveis

O quadro abaixo demonstra a distribuição dos processos cíveis da gestão do procurador-geral de Justiça, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, no período de 18/3/2011 a 31/12/2012.

Processos Cíveis - Primeiro Grau de Jurisdição

DESCRIÇÃO DO ANDAMENTO	Nº de ocorrências
<i>Processos Distribuídos</i>	46.128

A maior quantidade de processos refere-se a alvarás judiciais (3.315), alimentos (3.129), autos de infração (1.933), casamentos (12.503), divórcios consensuais (1.693), divórcios litigiosos (1.417), homologações de acordos (1.322), mandados de segurança (1.459), medidas socioeducativas (1.430), retificações judiciais (3.032), entre outros. Ao todo, são mais de 150 tipos diferentes de processos que tramitam nessa área.

Departamento de Atividades Judiciais - Procuradorias de Justiça

O total de processos que foram distribuídos aos procuradores de Justiça no período de 18 de março de 2011 a 31 de dezembro de 2012 atingiu a quantidade de 21.234. Os dados fazem parte da estatística geral, que contabiliza todas as distribuições no período, e constam do Sistema de Controle de Processos.



Administração Superior aumentou investimentos e direcionou ações do DAD na modernização do MP

Departamento de Administração realiza mudanças para aperfeiçoar procedimentos

O Departamento de Administração (DAD) do Ministério Público do Estado, além da unidade principal, é composto pelos seguintes setores: Divisão de Material, que inclui o Serviço de Almoxarifado e o Serviço de Compras, Divisão de Patrimônio, Divisão de Protocolo, Divisão de Serviços Gerais, que inclui o setor de Serviço de Transporte, e a Divisão de Biblioteca, que inclui os Serviços de Arquivo e Documentação e o Serviço de Artes Gráficas.

As ações do departamento foram implementadas com objetivo de aperfeiçoar os procedimentos administrativos/operacionais e assim tornar mais céleres as decisões e o atendimento das demandas externas. No período de 2011 a 2012, a diretoria e as demais unidades implantaram as modificações necessárias para atender às orientações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Administração Superior do MPE. Os novos modelos de gestão têm como ponto central a participa-

ção efetiva dos servidores lotados no DAD.

Além dos trabalhos administrativos, uma das ações de destaque do departamento é o resgate e preservação do histórico da instituição, com a sugestão de implantação do projeto Memorial do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 033/2011-CPJ, de 17 de outubro de 2011, que constituiu a comissão de membros e servidores que será responsável por conduzir os trabalhos necessários à execução do projeto.

Conheça outras ações do DAD nesta gestão

- Solicitação de criação das comissões de inventário de bens de consumo existentes do Serviço de Almojarifado Anos 2011 e 2012 (sob responsabilidade da Divisão de Material);
- Abertura de processo licitatório para aquisição de bens permanentes diversos, como eletrodomésticos, eletrônicos e afins, com o objetivo de reduzir os procedimentos de compra direta, atendendo às orientações do CNMP e da Lei nº 8.666/93;
- Abertura do processo licitatório que resultou na contratação de empresa responsável pela manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos da instituição;
- Aquisição de veículos para proporcionar melhores condições de trabalho às comarcas do interior e renovação da frota do órgão;
- Ampliação da cobertura de seguros de veículos pertencentes à frota;
- Realização de leilão de veículos inservíveis;
- Apresentação de projeto destinado à terceirização da atividade de motorista, atendendo às demandas do interior e da capital;
- Aquisição de copiadoras de médio porte visando proporcionar à capital e ao interior do Estado recursos que permitam melhores condições de trabalho;
- Elaboração de estudo para criação da Central de Documentação e Mandados do Ministério Público;
- Sugestão de modificação no fluxograma de expedientes;
- Elaboração de estudo para substituição da frota de veículos no interior do Estado.

Veja a seguir as ações detalhadas das demais unidades que compõem o Departamento de Administração.

DIVISÃO DE MATERIAL

Aquisição e distribuição de materiais facilitam trabalho da instituição

A Divisão de Material, em conjunto com os Serviços de Compras e de Almojarifado, implementou novas rotinas e procedimentos para o biênio 2011/2013, que possibilitaram

maior eficiência e agilidade no desenvolvimento das atividades relacionadas à pesquisa de preços e aquisição de materiais para a instituição, principalmente os de consumo, além do recebimento, guarda e distribuição às unidades administrativas.

Com relação às instalações, foi destinada uma sala, localizada no subsolo do edifí-

cio-sede, para funcionamento da Divisão de Material e do Serviço de Compras integrados com o Serviço de Almojarifado. Foi destinada também uma nova sala, equipada com central de ar tipo *split*, para depósito de material de limpeza, com capacidade para armazenar maior quantitativo de material e com melhores condições de trabalho.



Divisão de Material e Serviço de Compras tiveram espaço físico ampliado

No ano de 2013, o espaço físico ocupado pela Divisão de Material, Serviço de Almoxarifado, Serviço de Compras e Arquivo do DRH será reformulado, de modo a permitir o desenvolvimento das atividades em locais menos insalubres e mais integrados, uma vez que todos os estoques de materiais estarão isolados do espaço destinado ao trabalho dos servidores, evitando o contato permanente com os resíduos e odores provenientes dos produtos.

Dentre as atividades realizadas pela Divisão e Serviços no período de abril de 2011 até dezembro de 2012, destacam-se:

- a conclusão e entrega dos Relatórios de Inventário Anual, exercícios 2011 e 2012, de bens de consumo existentes no al-

- moxarifado, registrados e controlados através do Sistema de Controle de Materiais (SISMAT) do Ministério Público do Estado do Pará. Além de atender às recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público, os resultados apontaram recomendações técnicas e operacionais para solucionar e minimizar os problemas relacionados ao Serviço de Almoxarifado do órgão;

- o retorno, em 2011, do papel A4 branco ao *kit* quadrimestral enviado às unidades, atendendo solicitação dos membros e servidores. O papel A4 100% reciclado foi substituído por papel A4 reciclado, sem manchas, fabricado com percentual mínimo de 25% e máximo de 45% de aparas pós-consumo e livre de cloro elementar (ECF),

uma vez que o Ministério Público aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);

- as cotações realizadas pelo Serviço de Compras passaram a observar as atuais recomendações do sistema utilizado para pregão eletrônico;

- os termos de referência elaborados pela divisão passaram a especificar produtos com marca e/ou modelo de referência, como forma de permitir aquisições de melhor qualidade e buscar atingir o modelo de compras públicas sustentáveis;

- a elaboração de relatório preliminar com observações destacadas pelas chefias do Serviço de Almoxarifado, Serviço de Compras e Divisão de Material em relação ao Sistema de Controle de Materiais (Sismat), que

é utilizado atualmente, e sugestões para a otimização do trabalho;

- a capacitação das chefias da Divisão de Material, Serviços de Compras e Almoxarifado por meio de cursos sobre temas relacionados ao setor;

- a atualização das unidades requisitantes cadastradas no Sismat de acordo com as resoluções do Colégio de Procuradores que modificaram ou instalaram promotorias de justiça e a disponibilização de *kits* de material de expediente para as novas unidades;

- a inclusão, em licitações, de diversos materiais de expediente e de consumo que eram adquiridos por suprimento de fundos e compras diretas, evitando a aquisição fracionada de materiais e trazendo maior economicidade ao órgão;

- o levantamento dos materiais em desuso, obsoletos ou que tiveram sua utilização reduzida pela atualização tecnológica e os insumos cujos equipamentos não fazem mais parte do acervo de bens patrimoniais, para que sejam encaminhados para doação;

- a elaboração de projeto de descentralização da distribuição dos insumos de informática

para atender às solicitações dos coordenadores dos polos, reduzindo o tempo gasto com o envio de cartuchos/toners novos pelo Serviço de Almoxarifado às promotorias de justiça do interior do estado;

- a distribuição de cartuchos/toners-reserva às promotorias de justiça do interior, para evitar a descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos nessas unidades;

- a reavaliação dos procedimentos adotados pelo Serviço de Compras para a confecção de carimbos, a fim de cumprir contrato firmado em decorrência de processo licitatório;

- a continuidade das seguintes atividades: avaliação periódica dos *kits* quadrimestrais de acordo com as necessidades das unidades; contagem semestral do estoque do Serviço de Almoxarifado; solicitação de aplicação de penalidade às empresas que não cumpriram as obrigações previstas em contratos firmados com o órgão; utilização do sistema Sismat para cadastro de fornecedores/materiais; elaboração de PRDs; registros de entrada/saída de materiais; controle de estoque e emissão de relatórios; renovação da assinatura

de serviço de acesso *on-line* ao sistema informatizado de pesquisa de preços – o banco de preços.

DIVISÃO DE BIBLIOTECA

Divisão de Biblioteca investe no acesso à pesquisa digital

A gestão 2011-2012 caracterizou-se pelo investimento constante no acervo da biblioteca “Artemis Leite da Silva”, com destaque para as assinaturas dos periódicos eletrônicos e atualização das bibliotecas mínimas dos polos.

Dentre as inovações implantadas, o Serviço de Disseminação de Informações Jurídicas, viabilizado por e-mail, proporcionou aos usuários o conhecimento diário das informações jurídicas publicadas no Diário Oficial do Estado e nas revistas eletrônicas, bem como a implantação do Sistema eletromagnético para prevenção de furtos em bibliotecas, constituído de etiquetas/filtros e sistema de antenas para detecção com alarme para proteção e segurança do acervo.

Atualização da biblioteca mínima dos polos

Em 2012, o Ministério Público, por meio da Divisão de Biblioteca, adquiriu 23 títulos para atualizar as bibliotecas mínimas dos polos, totalizando 230 livros que foram distribuídos para as regiões administrativas de Belém (Icoaraci), Ananindeua, Castanhal, Capanema, Abaetetuba, Marabá, Redenção, Altamira, Itaituba e Santarém.



“O total das aquisições de livros por compra, incluindo a capital e interior, é de 1.872 livros”.

Assinatura de periódicos eletrônicos facilita pesquisa

O acervo de periódicos constitui fonte de pesquisa fundamental para os usuários da biblioteca. Nesta gestão foram mantidas as assinaturas físicas e priorizadas as assinaturas em formato eletrônico, como:

- Biblioteca Digital Fórum - Com essa ferramenta de busca foram facilitadas as pesquisas de acórdãos, ementas, doutrinas, pareceres, entre outros, o que representou um avanço para a realização de pesquisas jurídicas. O acesso ao conteúdo da biblioteca digital foi dispo-

nibilizado na intranet, sendo composto por aproximadamente mil volumes.

- Revista dos Tribunais *on-line*
- A assinatura do produto possibilitou o acesso e a disseminação do conteúdo publicado em periódicos editados pela editora Revista dos Tribunais (RT), conforme listados abaixo, funcionando como excelente ferramenta de pesquisa jurídica (doutrina, legislação e jurisprudência) para atendimento das demandas dos membros e servidores.

- Assinatura Buscador DOinet - Base de Diários Oficiais - A assinatura permite buscas nos Diários Oficiais do Estado do

Pará, período de 2008-2012, e Diário Oficial do Município de Belém, período de 2005-2012, por diversos parâmetros: número de processo, nome das partes, palavra-chave ou sentença, ano/nome da publicação, facilitando, assim, o atendimento às pesquisas dos usuários da biblioteca.

Outra ferramenta de comunicação utilizada pela Divisão de Biblioteca são os informativos eletrônicos de periodicidade mensal, contendo a síntese das principais normas publicadas no âmbito federal, estadual, municipal e institucional, além de notícias dos tribunais.



Acervo da capital foi ampliado e bibliotecas mínimas dos polos receberam novos títulos

Total de empréstimos de publicações ultrapassa os 19 mil títulos

No período de 2011 a 2012, foram registrados, catalogados e classificados na biblioteca o

total de 7.410 publicações, entre livros, periódicos, recursos eletrônicos e legislação. No mesmo período, os usuários efetuaram o empréstimo de 19.673 publicações, incluindo

livros, periódicos e CDs, o que resultou na média mensal de 827 empréstimos em 2011 e 812 de 2012.

Registro, Classificação e Catalogação

TIPO DE MATERIAL	2011	2012	TOTAL
LIVROS	936	684	1.620
PERIÓDICOS CATALOGADOS	461	467	928
PERIÓDICOS/ANALÍTICA	1.932	1.859	3.791
RECURSOS ELETRÔNICOS (CD, DVD, etc)	68	52	120
LEGISLAÇÃO (outros)	464	487	951
TOTAL	3.861	3.549	7.410

As pesquisas feitas pelos usuários também apresentaram volume significativo nesse período, realizadas tanto via *on-*

line como pelo atendimento direto dos recepcionistas e bibliotecários. O sistema informatizado teve 33.192 acessos. Pelo

atendimento direto foram 1.463 pesquisas de doutrina, legislação e jurisprudência..

Pesquisas

TIPO DE ACESSO	TIPO DE PESQUISA	2011	2012	TOTAL
Acesso on-line ao sistema informatizado PHL	Todos	15.870	17.322	33.192
Atendimento direto pelos recepcionistas e bibliotecários	Doutrina, legislação e jurisprudência	820	643	1.463
TOTAL		16.690	17.965	34.655

Fazem parte da Divisão de Biblioteca os Serviços de Arquivo e Documentação e de Artes Gráficas.

Conheça as atividades realizadas por esses setores.

SERVIÇOS DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

Acervo arquivístico do MP é transferido e reorganizado

Nos Serviços de Arquivo e Documentação, o fato que marcou esta gestão foi o processo de transferência, nos meses de abril e maio de 2011, de todo o acervo do arquivo da instituição do prédio sede para outro imóvel, localizado na Av. Dr. Freitas, bairro do Marco, na capital.

Após a transferência, a equipe de servidores do arquivo empenhou-se para reorganizar todos os documentos ar-



Serviços de Arquivo e Documentação em nova localização.

quivados, até que o acervo estivesse em condições mínimas para que o setor pudesse dar continuidade aos trabalhos de rotina. No mês de maio de 2012, o trabalho foi concluído.

Outro serviço de responsabilidade do setor é a micro-

filmagem e digitalização de documentos. Foram feitos 161 microfilmes nos anos de 2011 e 2012, com cerca de 386.974 imagens de documentos. Foram digitalizados cerca de 350 mil documentos microfilmados, entre prestações de contas,

portarias, cadastros funcionais e pareceres de procuradores de justiça. Todos esses documentos foram organizados, tratados, numerados e indexados. Os filmes, cópias e originais, foram revisados e atualizados.

De janeiro de 2011 até dezembro de 2012, foram realizadas 480 pesquisas pelos servidores do setor, solicitadas por diversas unidades do Ministério Público. Outra atividade realizada nesse período pela

Comissão de Avaliação de Documentos foi a eliminação de lotes de documentos integrantes do acervo do Ministério Público, do período de 1994 a 2009, conforme publicado no Diário Oficial do Estado nº 31.946, de 30 de junho de 2011 e nº 32.233, de 3 de setembro de 2012.

Como ações do projeto de Gerenciamento dos Arquivos das Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª Entrância (Gearq), o

setor procedeu à análise e organização de documentos das Promotorias de Justiça de Inhangapi, Castanhal e Ananindeua.

O setor também teve participação nas comissões da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e do Memorial do Ministério Público.

SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS

Aparelhamento de unidades da capital e do interior agiliza serviços de cópia e impressão

No período de 2011 e 2012, foi promovido o aparelhamento de unidades da capital e do interior com equipamentos de impressão de médio porte. Foram adquiridos 18 equipamentos multifuncionais por meio de pregão eletrônico. A aquisição supriu uma lacuna nas unidades solicitantes, diminuindo a demanda dos trabalhos de reprografia no Serviço de Artes Gráficas.

Na capital, foram distribuídos equipamentos à Corre-



Novos equipamentos de reprografia Xerox 3550

gedoria-Geral, ao Departamento Médico e Odontológico, ao Departamento de Administração, à Assessoria de Planejamento, ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e ao Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos

Constitucionais e Interesses Difusos e Coletivos.

No interior, foram enviados equipamentos aos polos administrativos de Altamira, Santarém, Abaetetuba, Capanema e Itaituba e às Promotorias de Justiça de Parauapebas, Breves e Icoaraci.

Com esta providência, o Serviço de Artes Gráficas, com o aval do Departamento de Administração e da Subprocu-

radoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa, proporcionou autonomia e agilidade às atividades da

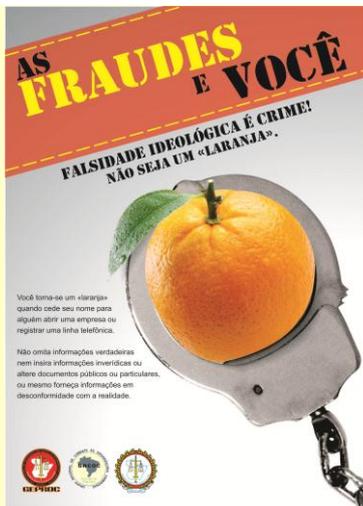
instituição e reduziu o deslocamento de documentos importantes de sua origem para serem fotocopiados.

Modernização da comunicação visual da instituição

A produção de cartazes para divulgação de eventos e cursos, bem como o desenvolvimento de outros materiais impressos para distribuição, seguiu um novo padrão visual nesta gestão. As diversas unidades do MPE solicitaram a elaboração de vários trabalhos para divulgação de campanhas, cursos ou outras informações institucionais.

Dentre esses trabalhos, destacam-se os cursos do Ceaf, a campanha “as fraudes e você”, do Gaeco, e o material de divulgação para a inauguração do Theatro Victória.

Houve, ainda, a aquisição de um novo equipamento de grande porte para a impressão colorida de documentos, o que agilizará os trabalhos da unidade (ao lado).



DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

Dentre as atividades desenvolvidas pela Divisão de Patrimônio nesta gestão, destaca-se o projeto de Atendimento de Mobiliário e Equipamentos em geral, com rotatividade para seis anos, considerando-se a garantia mobiliária de cinco anos. Várias promotorias de justiça e unidades administrativas do interior e da capital receberam novo mobiliário e equipamentos.

No interior do Estado, foram distribuídos móveis e equipamentos diversos para as Promotorias de Justiça de Abaetetuba, Moju, Barcarena, Ourilândia do Norte, Breu Branco, Capanema, Curuçá, São Domingos do Capim, Altamira, Xinguara, Parauapebas, Santarém e Redenção. Receberam equipamentos de informática as Promotorias de Justiça de Castanhal, Altamira, Itaituba, Marabá, Redenção, Abaetetuba, Santarém e Ananindeua.

Na capital, receberam móveis novos e equipamentos diversos as Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais e Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa,

por ocasião da expansão do Anexo I; as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e o núcleo de atendimento das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.

No prédio-sede, foram reequipados as seguintes unidades: Departamento de Administração (Diretoria, Divisão de Transporte, Divisão de Serviços Gerais, Arquivo e Gestão de Contratos), Departamento de Informática (Diretoria, Divisão de Programação e Apoio ao Usuário), Departamento de Obras e Manutenção, Apoio Contábil, Assessoria de Cerimonial, Assessoria Militar, Chefia de Gabinete do PGJ e Apoio Administrativo do PGJ, Subprocuradoria Jurisdicional, Assessoria de Planejamento e Departamento Médico e Odontológico.

Em 2012 foram licitados móveis novos para o Almoxarifado, Divisão de Material, Departamento Financeiro e Departamento de Recursos Humanos.

No 2º semestre de 2012, foi realizado o pedido de processo licitatório para aquisição de móveis novos para as promotorias do interior, com o mesmo padrão do mobiliário

das unidades da capital, com programação para Alenquer, Altamira, Aurora do Pará, Barcarena, Baião, Ourém, Ponta de Pedras, São Miguel do Guamá, Santo Antônio do Tauá, Mocajuba, Ananindeua, Marituba, Icoaraci, Salinópolis, Mosqueiro, Itaituba, Santarém, Colares, Santa Izabel do Pará, Óbidos e Bragança.

No dia 24 de agosto, foi inaugurado pela Administração Superior o prédio reformado do Theatro Victória, no município de Santarém, dotado de mobiliário e equipamentos novos para funcionamento das promotorias de justiça e do “MP e a Comunidade”.

A Divisão de Patrimônio manteve em execução, também, as seguintes atividades: manutenção diária de bens na execução de montagem e desmontagem de móveis, quando solicitadas pelo usuário; manutenção preventiva e corretiva dos bens permanentes da instituição; levantamento patrimonial dos bens alocados em todas as unidades da instituição (capital e interior) e registro, movimento e controle de todos os bens patrimoniais (móveis e imóveis) do Ministério Público do Estado do Pará.

Entre março de 2011 e julho de 2012, foram executados os seguintes procedimentos:

Procedimentos	Execução
Licitações solicitadas (capital e interior)	21 processos realizados e 4 em tramitação
Doações (processos capital e interior)	17 processos c/ 541 bens doados
Baixas patrimoniais (processos capital e interior)	50 processos c/ 489 bens baixados
Incorporações (capital e interior)	5 processos c/ 9 bens incorporados
Leilão de veículos (capital)	1 processo c/ 21 carros leiloados
SISPAT - Cadastro de bens permanentes	6.218 bens permanentes cadastrados
Contratos (serviços chaveiro)	2 contratos

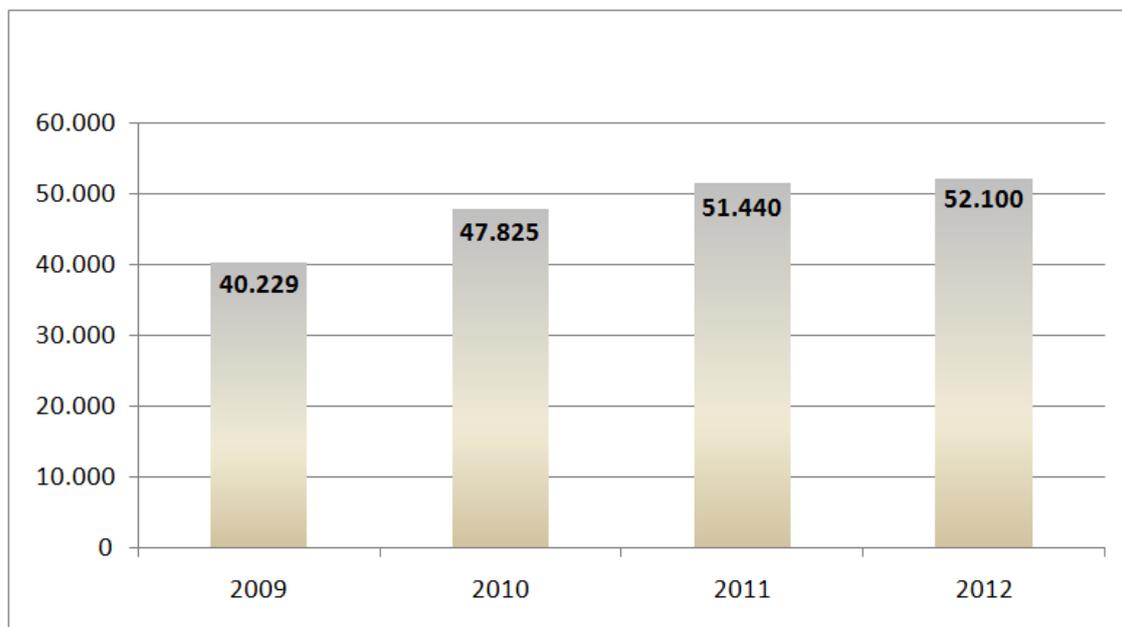
DIVISÃO DE PROTOCOLO

A Divisão de Protocolo é responsável pelo recebimento, cadastro em sistema e distribui-

ção de documentos protocolizados no protocolo geral do prédio-sede do Ministério Público, além do envio e recebimento de correspondências. No período de 2011 até o dia 11 de

dezembro 2012, foram protocolizados 103.540 documentos por meio do Sistema de Informações Protocolares (SIP). Os gráficos abaixo demonstram os números desde 2009.

QUANTIDADE DE DOCUMENTOS PROTOCOLIZADOS VIA SIP PERÍODO DE JANEIRO DE 2009 A 11 DE DEZEMBRO DE 2012



O gráfico acima demonstra, em 2011, crescimento de

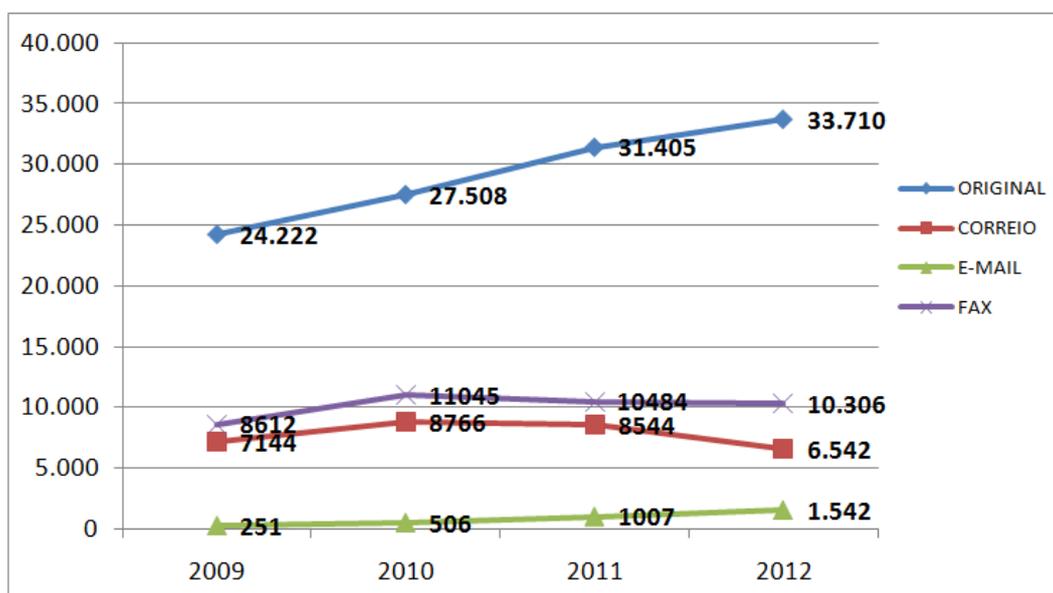
aproximadamente 29,51% em relação a 2009, o que significa

média de 13,22% ao ano. Entre janeiro e dezembro de 2012,

houve um crescimento de 1,86% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que evidencia a tendência de crescimento do número de expedientes protocolizados via SIP, devido, dentre outros fatores, ao crescimento do número de integrantes do MP; à criação de novos cargos nas promotorias de justiça; à maior divulgação e conhecimento das atribuições da instituição;

à facilitação dos pedidos administrativos por meio de requerimentos-padrão para membros, servidores, estagiários, bolsistas e pensionistas; ao aumento do número de ofícios circulares expedidos pelo MP da capital e à elevada movimentação na carreira de membro do Ministério Público, seja por remoção ou promoção.

O gráfico abaixo demonstra os números relacionados ao modo de recebimento dos documentos, que podem ser protocolizados diretamente no guichê ou recebidos via *fax*, correio ou *e-mail*. Essa última modalidade apresentou crescimento significativo de 100% entre os anos de 2010 e 2012.

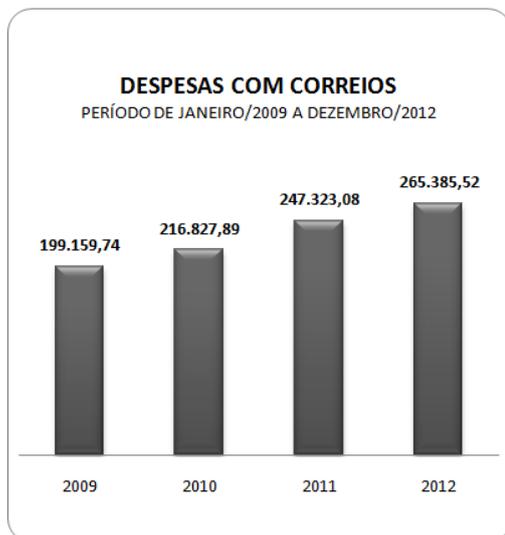


Quanto ao envio de correspondências via correios, em 2012 foi firmado novo contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que, dentre outras mudanças, permitiu, de forma inovadora, o transporte de bens e equipamentos acima de 60 kg e até 500 kg. O transporte de novos computa-

dores, eletrodomésticos e aparelhos de ar condicionado para as promotorias de justiça de 1ª e 2ª entrâncias, durante o ano de 2012, foi efetivado via correios.

O aumento dos gastos com as remessas pelos correios deu-se pela maior abrangência dos serviços em quase todas as representações ministeriais no

Pará, pelo reajuste nas tarifas e pela criação de novos cargos nas promotorias de justiça. Em 2011 e 2012, foram postadas cerca de 57 mil correspondências. Os gráficos abaixo demonstram os gastos e o número de correspondências enviadas desde 2009.



Outro serviço executado pelo protocolo é o de entrega expressa de correspondências a todas as promotorias de justiça da capital, procuradorias de justiça e unidades administrativas de Belém, em razão da necessidade de entrega no mesmo dia. No ano de 2011 e até dezembro de 2012, foram entregues nessa modalidade 8.873 documentos e objetos.

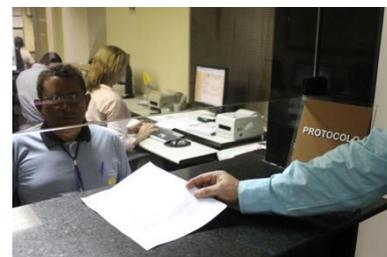
A entrega de correspondências feita por servidores (1 mensageiro e 1 motorista) aumentou a celeridade da entrega e diminuiu os gastos com correios. Ao final do ano de 2012, mais precisamente na metade do mês de dezembro, foi fechado contrato, por meio de processo licitatório, com os Correios para a prestação de serviço de mensageria (popularmente conhecido como moto-entrega), visando substituir a entrega

antes realizada por meio de veículo oficial com motorista acompanhado de um servidor, ganhando-se com isso celeridade na entrega em razão da utilização de motocicleta, bem como da agregação dos dois servidores que executavam o referido serviço para que desenvolvam outras tarefas.

Publicações no Diário Oficial

O serviço de diagramação e envio de matérias ao site da Imprensa Oficial do Estado do Pará, com utilização de senha exclusiva, atende a todas as promotorias de justiça de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias e à Administração Superior. São publicadas portarias de instauração de procedimentos administrativos, inquéritos civis, recomendações, além de atos, manifestações e notificações referentes à prestação de contas das instituições sujeitas à

fiscalização pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social da capital. Até dezembro de 2012, foram enviados 1.807 documentos para publicação.



Excelência no atendimento

Atendimento ao público

O atendimento ao público pela Divisão de Protocolo está disponível das 8 horas às 17 horas. A média diária é de 150 atendimentos, que incluem realização de pesquisas sobre documentos protocolizados (SIP), orientações e esclarecimentos sobre procedimentos e compe-

tências dos órgãos públicos ao público em geral.

Sistema de Informações Protocolares (SIP)

A divisão é responsável pelo fornecimento de acesso ao Sis-

tema de Informações Protocolares (SIP), com a concessão do perfil necessário pela relação de servidores que utilizam a ferramenta, pelas orientações em geral e pela correção de procedimentos eletrônicos rea-

lizados de forma equivocada. Em 2011 e 2012, foram feitas 250 solicitações de cadastro de usuário no SIP.

DIVISÃO DE SERVIÇOS

GERAIS

Conservação, manutenção e vigilância do patrimônio público

Três setores do Ministério Público estão diretamente ligados à Divisão de Serviços Gerais: Serviço de Segurança e Vigilância, Serviço de Limpeza e Conservação e Serviço de Transporte.

Serviço de Segurança e Vigilância (SSV)

As atividades desenvolvidas pela chefia do Serviço de Segurança e Vigilância concentram-se nas seguintes áreas: fiscalização de contratos, tarefas administrativas, vigilância patrimonial e almoxarifado.

Na área de fiscalização de contratos, são executadas ações como fiscalização, registro, controle e emissão de relatórios das

atas de registro de preços e acompanhamentos de licitações referentes ao fornecimento de água mineral e gêneros alimentícios para Belém, Icoaraci, Ananindeua e Marituba. Também são elaborados mapas e gráficos para acompanhar a evolução do consumo desses produtos. O setor ainda faz estudos com a finalidade de determinar a estimativa de gasto anual destinada à composição de proposta orçamentária para o exercício seguinte.

Na parte administrativa, são realizados, entre outros serviços rotineiros, a emissão, organização e arquivamento de formulários de Solicitação de Suprimento de Fundos (SSF) e de Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (PCSF), bem como a guarda, controle e emissão de recibos e fiscalização de valor monetário referente a suprimento de fundos.

Na vigilância patrimonial, são executadas ações como

controle e emissão de ficha de autorização de entrada nas dependências do Ministério Público, em Belém.

Na área de almoxarifado, é feita a organização e o controle de estoque de gêneros alimentícios, bem como a distribuição diária de gêneros alimentícios para atender à demanda das unidades administrativas de Belém, Icoaraci, Ananindeua e Marituba.

Serviço de Limpeza e

Conservação

As atividades executadas pelo setor de limpeza e conservação do MP concentram-se nas áreas de fiscalização de contratos, tarefas administrativas e almoxarifado.

Na fiscalização de contratos, são executadas, entre outras ações administrativas, a fiscalização, registro, controle e emissão de relatórios das atas de registro de preços referentes ao

fornecimento de material de higiene e limpeza para Belém, Icoaraci, Ananindeua e Marituba, assim como os serviços de desratização, desinsetização e descupinização nos imóveis de Belém, Icoaraci e Ananindeua.

O setor também elabora mapas e gráficos para acompanhar a evolução do

Serviço de Transporte

Logística para execução das atividades do Ministério Público

O Serviço de Transporte é outro setor ligado à Divisão de Serviços Gerais, responsável pela aquisição e manutenção de veículos que prestam serviços ao Ministério Público do Estado. Em 2011 e 2012 foram contratados seguros para toda a frota ministerial com ano de fabricação acima de 2010. Também foram adquiridos veículos novos para utilização na capital e no interior do Estado e realizado leilão de veículos inservíveis.

No ano de 2011, foram adquiridos um veículo modelo “S-10” e duas vans para uso na capital. Em 2012, foram adquiridas 5 picapes modelo “Nissan Frontier” (foto acima), distribuí-

consumo dos materiais de limpeza, estudos para determinação do estoque mínimo desses materiais e estimativa de gastos trimestral e anual, envolvendo os contratos e atas de registro de preços, bem como serviços e compras eventuais.

Na área de almoxarifado,



Capital e polos do interior receberam veículos novos

das às Promotorias de Justiça de Altamira, Marabá, Parauapebas, Redenção e da capital.

Foi efetivada em 2011 a contratação de empresas para realização de manutenção corretiva e preventiva de veículos na capital e no interior, pondo fim às contratações diretas. No mesmo ano foi realizado o leilão de veículos inservíveis, alcançando o valor de R\$ 219.100,00, o que representou 247,5% acima da avaliação oficial inicial.

No ano de 2012, foi contratada a empresa *Atlanta Rent a Car* em substituição às empresas

o setor é responsável pela organização e controle do estoque de material de higiene e limpeza e outros materiais, além da distribuição diária de material de higiene e limpeza para atender a demanda das unidades administrativas em Belém.

Paralocar e *Ok Rent a Car*, com locação de 20 veículos sedan 1.0, sendo 14 para a capital e 6 para Ananindeua, além de 5 veículos executivos para atender aos gabinetes.

Também em 2012, foi solicitada a abertura de processos licitatórios para identificação, por meio de adesivo, da frota da capital e do interior e para contratação de empresa para prestação de serviço de rastreamento e gestão de frota.



Administração contratou empresa e agilizou a elaboração do PCCR

MPE realiza concurso e elabora novo PCCR

MP realiza V Concurso Público para ingresso de servidores

Para atender às necessidades da instituição, que carecia de mais servidores da área administrativa e técnicos de nível superior, a Procuradoria-Geral de Justiça cumpriu mais uma de suas metas e promoveu novo concurso público.

Desde 2004, o Ministério Público do Estado não realizava certame público para contratação de servidores, o que ocasionou, ao longo dos anos, defasagem de pessoal nas dez regiões administrativas do Estado.

Em 2012, por meio do Pregão Eletrônico nº 032/2012-MP/PA, foi efetivada a

contratação de serviços de organização, planejamento e realização de concurso público para preenchimento de 283 vagas, objetivando o provimento de cargos efetivos, de nível médio e superior, do quadro de pessoal do MPE.

As vagas oferecidas foram para os cargos de Auxiliar de Administração, Técnico em Informática (nível médio) e Técnico - Analista de Sistema - Suporte a Banco de Dados, Técnico - Analista de Sistema - Desenvolvimento, Técnico - Analista de Sistema - Suporte à Rede de Computadores, Técnico - Analista de Sistema - Modelagem de Sistemas, Técnico - Biblioteconomista, Técnico - Contador, Técnico - Pedagogo,

Técnico Especializado - Arquiteto e Analista Jurídico (nível superior).

A prova foi realizada no dia 18 de novembro para todos os cargos.

Processo licitatório para contratação de empresa para elaboração do novo plano de cargos

Uma antiga reivindicação dos servidores da instituição, a implementação do novo plano de cargos e carreira, foi atendida pela atual Administração Superior do Ministério Público. Com isso, é grande a expectativa sobre a modernização da ascensão funcional.

Por intermédio da Concorrência nº 004/2011 - MP/PA, foi efetivada a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados de consultoria nas áreas de gestão de pessoas e organizacional, com vistas à elaboração e desenvolvimento dos projetos referentes ao novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores (PCCR) e da adequação da estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Pará. O resultado do processo teve como classificada em 1º lugar a empresa Quântica

Empresa de Consultoria e Serviços Ltda. - EPP, com proposta financeira no valor global de R\$ 467.000,00.

Oportunidades de estágio no MPE

Em 2011, o Colégio de Procuradores de Justiça publicou no Diário Oficial nº 31.948 a Resolução 009/2011-CPJ, que dispõe sobre as atividades de estágio no âmbito do Ministério Público.

Já em 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado nº 32.172, de 5/6/2012, o Edital do 1º Processo Seletivo para ingresso

no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado do Pará, nas áreas de conhecimento em Direito, Administração, Odontologia e Informática (Ciência da Computação e Engenharia da Computação, em nível de graduação superior), cujo certame foi realizado no dia 5/8/2012.

Atualmente, o MP mantém termo de Cooperação Técnico-Científica com 14 instituições de ensino superior, visando à cessão de estagiários para realização de estágio não obrigatório.

ANO	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO
2011	583 estagiários	2 estagiários
2012 (até novembro)	655 estagiários	---

Quanto ao número de estagiários vinculados à instituição, observa-se que no período 2011 a novembro/2012 houve um acréscimo no número de estagiários na modalidade não obrigatório, com a finalidade de atender às demandas provenientes das Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça da capital e do interior e demais unidades administrativas

MP oferece serviços voluntários ao Programa "MP e Comunidade"

O serviço voluntário é disciplinado pela Portaria nº

1945/2003-PGJ, alterada pela Portaria nº 2.018/2004-PGJ. Em 2010, o Colégio de Procuradores de Justiça aprovou a Resolução 007/2010-CPJ, que dispõe sobre serviço voluntário no âmbito do Ministério Público, logo publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.689, porém sua operacionalização está em fase de discussão.

O Departamento de Recursos Humanos, por meio da Divisão de Desenvolvimento e em conjunto com o programa "MP e a Comunidade", é responsáveis pelo controle e registro dos voluntários ao

programa "O Ministério Público e Comunidade", que até maio de 2012 contabilizava 53 voluntários oficialmente vinculados ao programa.

MP faz avaliação de desempenho dos servidores nomeados

O Departamento de Recursos Humanos vem procedendo à avaliação especial de desempenho (AED) dos servidores nomeados em virtude da aprovação no concurso de 2004 e que assumiram o exercício em 2008.

ANO	HOMOLOGAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO*
2011	97

MP faz promoção por merecimento e também por antiguidade

As promoções por antiguidade e merecimento, ocorridas no período de março de 2011 a novembro 2012, observaram os parâmetros para progressão horizontal

(classe/nível) estabelecidos no Plano de Classificação de Cargos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará.

ANO	PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE
2011	120 servidores
2012	260 servidores

ANO	PROMOÇÃO POR MERECIMENTO
2011	5 servidores
2012	246 servidores

MP dispõe acesso de dependentes ao DMO

Com a publicação das Portarias nº 2.125/2006-PGJ e 2.366/2006-PGJ, que dispõem sobre o acesso dos dependentes dos servidores do MP aos

serviços do Departamento Médico e Odontológico (DMO), a Divisão de Desenvolvimento de Pessoal vem realizando os procedimentos administrativos necessários à inclusão dos dependentes para posterior

encaminhamento ao DMO, com vistas à expedição das respectivas carteiras de usuário dos serviços desse departamento. No biênio, temos o seguinte registro de dependentes cadastrados:

ANO	DEPENDENTES CADASTRADOS
2011	49 dependentes
2012	50 dependentes

DRH realiza atendimento e acompanhamento social de servidores do MP

A Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DDP) conta com uma assistente social para atender, orientar e acompanhar os servidores do Ministério Público nos casos de

readaptação funcional, perícia médica, absenteísmo, dificuldades em questões de saúde, visitas domiciliares e institucionais, quando necessárias.

O profissional dessa área também organiza e executa oficinas de ambientação de servidores recém-integrados à

instituição, elabora e executa projetos para as ações do Programa de Valorização dos Integrantes e acompanha convênios de cooperação técnica celebrados entre o Ministério Público e instituições, como a Fasepa, Funpapa e Cohab.

MP faz programa de redução do consumo de recursos naturais com a A3P

O Conselho Nacional do Ministério Público emitiu a Recomendação nº 06, de 22/10/2007, na qual foi sugerido que todos os Ministérios Públicos instituíssem comissão institucional de gestão ambiental.

Em agosto de 2008, o Ministério Público estadual firmou Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania

Ambiental/Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

A A3P é um programa criado pelo Ministério do Meio Ambiente que propõe a redução do consumo de recursos naturais na administração pública, diminuindo ou eliminando os impactos ambientais provocados por atividades administrativas ou operacionais, incentivando o combate ao desperdício e os programas de práticas de reaproveitamento e reciclagem de materiais.

Em junho de 2010, foi lançada no âmbito do Ministério

Público, polo Belém I, a “Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)”. No mesmo ano, foi publicada a Portaria nº 3782/2010-MP/PGJ, que instituiu o programa “MP Sustentável”, o qual tem por objetivo geral a implementação uniforme e sistemática da gestão ambiental no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, visando estimular a adoção de critérios socioambientais de gestão a fim de minimizar o impacto de suas práticas administrativas e operacionais no meio ambiente.

Metas a serem atingidas

- ✓ Minimização dos impactos ambientais negativos gerados durante a jornada de trabalho;
- ✓ Realização da gestão ambiental dos resíduos;
- ✓ Implementação da coleta seletiva de papel para outros resíduos,
- ✓ Utilização racional dos recursos (ex: material de expediente, água, energia etc.), combatendo o desperdício e promovendo a redução do consumo;
- ✓ Adoção da licitação sustentável, introduzindo o “diferencial ecológico”, nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação de serviços;
- ✓ Redução do consumo de copos descartáveis – a instituição disponibilizou aos integrantes a caneca ecológica.

No último biênio foram entregues canecas individuais com o objetivo de reduzir o consumo de copos plásticos. Inicialmente foi programada a adesão nas regiões administrativas Belém I e II, para um total de 1.566 membros e servidores. Porém, como foi solicitado pelos próprios membros que a adesão

se estendesse ao interior, as canecas ecológicas foram distribuídas nos polos Nordeste I e II, para um total de 113 membros e servidores. Falta entregar ainda nas regiões administrativas Tocantins e Marajó, Baixo Amazonas, Sudeste I e II e Sudoeste I e II, num total de 271 canecas.



MP sustentável

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Estado de Pará
Ministério Público

MP
Sustentável

eu digo
SIM!

Segunda etapa da distribuição de canecas para água em substituição aos copos descartáveis.

Evite a produção de resíduos. Sua caneca é de uso pessoal e exclusivo no ambiente de trabalho

Data: 22, 23 e 24/03/2011
Local: Auditório do Edifício-Sede
Horário: de 8h30 às 11h30

A3P

Lixeiras recicláveis em pontos estratégicos do MP. Utilize-as!

Campanha MP sustentável

MP promove cursos e eventos em prol do meio ambiente

O DRH realizou, durante o mês de março/2011, uma sensibilização artístico-educativa com o objetivo de favorecer a participação dos integrantes da instituição nas ações da coleta seletiva de resíduos produzidos no ambiente de trabalho. Nesse período, foi realizada também a segunda etapa de distribuição das canecas de água, em substituição aos copos descartáveis.



Oficina "Reciclando com Arte"



Produção dos alunos da oficina

Curso "Licitações Sustentáveis: Conceitos, Práticas e Ferramenta"

A finalidade primordial do curso fundamentou-se na necessidade de capacitar os integrantes do MPE para que pudessem estar em sintonia com as diversas ações empreendidas no âmbito da instituição, nas quais a adoção de práticas sustentáveis se faz presente.

O curso proporcionou aos participantes uma abordagem sistêmica dos processos de compras públicas sustentáveis, visando com isso garantir não apenas sua qualidade, mas também o atendimento ao interesse público, dentro do qual se insere a preservação do meio ambiente e a melhoria das relações sociais, além do desenvolvimento econômico.

Também foi realizada

durante o ano de 2011 a instalação de sensores de iluminação nas escadas e banheiros e de torneiras de pressão nos novos prédios da capital e do interior, com o objetivo de reduzir o consumo de água e de energia elétrica.

Foram realizadas ainda as oficinas "Reciclando com Arte", módulos I e II, que tiveram por objetivo implementar um programa continuado de educação ambiental para a formação e capacitação dos integrantes da instituição, por meio de exposições e oficinas de arte educativas.

MP é parceiro da Escola de Governo na qualificação do servidor

A parceria do MPE com a EGPA tem a finalidade de propor diretrizes e políticas para a

formação, capacitação, treinamento e desenvolvimento dos servidores, empregados e gestores públicos do Estado do Pará, em articulação com as instituições da administração pública, por intermédio dos agentes de desenvolvimento e capacitação (ADCs), responsáveis pela interface entre as instituições e a EGPA.

O quantitativo de servidores capacitados pela EGPA, nos períodos em que houve ofertas de cursos pelos programas de qualificação, foi o seguinte, de março de 2011 a novembro de 2012:

ANO	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO (EGPA)
2011	11 servidores
2012	35 servidores

MP firma convênio de cooperação para acompanhamento técnico aos bolsista

O Departamento de Recursos Humanos, por sua Divisão de Desenvolvimento de Pessoal, realiza acompanhamento técnico dos adolescentes vinculados como bolsistas ao Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério Público do Estado do Pará e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa).

O quadro atual conta com 7 adolescentes vinculados e 2 em processo de seleção.

ANO	BOLSISTAS VINCULADOS
2011	9 adolescentes
2012	7 adolescentes

MP e Funpapa prestam serviços à comunidade

O Departamento de Recursos Humanos do MPE, por intermédio de sua Divisão de

Desenvolvimento de Pessoal, realiza acompanhamento técnico aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

É competência do Ministério Público receber 5 adolescentes sentenciados, os quais cumprem uma jornada de 8 horas semanais por um período máximo de 6 meses. No exercício/2011, não houve vinculação, em decorrência da perda do prazo para renovação do 3º termo aditivo. No entanto, foi celebrado um novo convênio com vigência de um ano, a contar de 13 de fevereiro de 2012.

ANO	Adolescentes PSC
2011	Não houve vinculação
2012	2 adolescentes

MP entra como parceiro no programa Cheque Moradia

O Programa “Cheque Moradia” é um benefício destinado aos servidores públicos com renda familiar de até três salários mínimos para

construção, melhoria e ampliação de suas casas.

Programa de valorização dos integrantes do MPE

Em 2009, o Colégio de Procuradores de Justiça, por meio da Resolução 4/2009-CPJ, publicada no Diário Oficial do Estado, edição nº 31.391, instituiu o “Programa de Valorização dos Integrantes do Ministério Público do Estado do Pará”, com o objetivo de integrar, valorizar e zelar pelo corpo funcional da instituição.

A execução do programa está a cargo da Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa, por intermédio do Departamento de Recursos Humanos, em sua Divisão de Desenvolvimento de Pessoal.

O programa se desenvolve com a adoção da metodologia dos quatro pilares estratégicos: saúde, arte e cultura, responsabilidade socioambiental e comprometimento, motivação e valorização.

Eventos do programa realizados em 2011

Em alusão ao dia 28 de outubro, “Dia do Servidor Público”, foi realizado o evento “Valorizando os integrantes do MP/2011”, em que foram homenageados os membros e os servidores da instituição, abordando o tema “Previdência Privada”.

Logo em seguida, foram realizadas a “1ª Mostra de Talentos dos Integrantes do MP/PA” e a exposição dos trabalhos confeccionados nas oficinas da A3P “Reciclando com Arte”. O evento finalizou com o sorteio de brindes aos participantes.

Também foi realizada a 1ª Mostra de Talentos em Tela, Fotografia e Pintura dos servidores do MP.



MP trabalhando com responsabilidade social

Cumprindo um dos objetivos do evento, de despertar a responsabilidade social e o espírito solidário entre os integrantes da instituição, foram arrecadados 52,250 quilos de alimentos não perecíveis, doados à entidade “Força do Querer”, que desenvolve trabalho social em prol da recuperação de dependentes químicos.

MP encerra o ano de 2011 com reunião entre membros e servidores

Dando continuidade ao cronograma de execução do “Programa de Valorização dos Integrantes do MP”, no pilar estratégico comprometimento, motivação e valorização, foi realizado o evento Reunião de Encerramento, cujo objetivo foi

agradecer aos integrantes da Instituição pelo trabalho realizado no exercício de 2011 e formular votos de esperança pela chegada do Natal.

MP faz nova aquisição de software para o DRH

Por meio do Pregão Eletrônico nº 002/2012 – MP/PA, foi adquirida licença de uso de software para integrar os sistemas de folha de pagamento, ponto eletrônico, cadastro e acompanhamento funcional, plano de cargos, carreiras e remuneração, com implantação, migração, treinamento e suporte técnico, compatível com os equipamentos coletores já instalados (Chronus e Ronda). Com o licenciamento desse novo programa de software, pretende-se modernizar os serviços disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos, empregando maior

celeridade aos processos e facilidade de acesso às promotorias dos polos do interior.

DRH realiza mudanças nas frequências dos servidores do MP

A partir do primeiro dia do mês de julho de 2011, o registro de ponto dos servidores do MP passou a ser obrigatório, inclusive para ocupantes de cargos de assessoramento. A obrigatoriedade do registro entrou em vigor com base na Portaria nº 2.373/2011-MP/PGJ.

Políticas indenizatórias para membros do MPE

Foram pagas 54 parcelas autônomas de equivalência (PAE) aos membros do MP/PA, no período compreendido entre março de 2011 e novembro de 2012.



Novos equipamentos e capacitação adequada deixam tecnologia ao alcance de integrantes do MP

Departamento investe em novos recursos na área de informática

Durante a Gestão de 2011- 2013, o Departamento de Informática (Dinf) do Ministério Público do Estado investiu novamente em tecnologia. Nesse período foi adquirido o maior número de computadores, im-

pressoras a laser e impressoras multifuncionais da história do MP (*ver quadro abaixo*). O processo de renovação também disponibilizou notebooks funcionais aos membros do MP. Todas as comarcas tiveram seus equipamentos em o uso há

mais de três anos substituídos por novos. Houve ampliação do número de comarcas do interior com acesso à internet por meio do Programa *Navega Pará*, sob a gerência da Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará (Prodepa).

Novos equipamentos adquiridos:

650 computadores

250 notebooks

249 impressoras multifuncionais a laser

244 impressoras laser wireless

PGA PLANO GERAL DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

contatos

Elaboração do PGA

- Relatório da Oficina de Trabalho - Junho/Julho 2009
- Links relacionados:
 - Apresentação consulta
 - Apresentação PGA
 - TRFZ sobre relatório
 - T das sobre subsídios públicos
- Relatório da Oficina de Trabalho é aprovado pelo Grupo Deliberativo
- Links relacionados a Oficina de Trabalho:
 - Programação
 - Participantes
 - Base estratégica
 - Relatório final, incluindo: (Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV, Anexo V e Anexo VI)
- Plano Geral de Atuação do Ministério Público tem cronograma aprovado
- Atualização do Cronograma
- Portaria designa Grupo de Trabalho
- Texto final do Plano Geral de Atuação

Acompanhamento e avaliação:

O Colégio de Procuradores de Justiça, em Sessão Ordinária realizada no dia 16 de abril de 2009, aprovou, por unanimidade, as indicações dos nomes dos membros que irão compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PGA como subcoordenadores, feitas pelo Coordenador do Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará (PGA), Procurador de Justiça Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves.

Foram aprovados os nomes da Procuradora de Justiça Maria da Conceição Gomes de Souza, dos Promotores de 3ª instância Raimundo de Jesus Coelho de Moraes e Firmino Araújo de Matos, dos Promotores de Justiça de 2ª instância José Maria Costa Lima Junior e Cesar Bechara Nader Mattar Junior e dos Promotores de 1ª instância Eliane Cristina Pinto Moreira e Paulo Ricardo de Souza Bezerra. (...)

Acompanhe o texto completo aqui.

PLANOS DE ATUAÇÃO
Elaboração dos planos

- Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça

Links relacionados:
Resolução nº 016/2009-CPJ
Termo de Referência
Formulário para preenchimento dos PAs

Notícias:

- 30/11/09: MP define período para orientação sobre a elaboração dos PAs
- 16/11/09: Aprovada a resolução nº 016/2009
- 19/05/09: Aprovada a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PGA
- 02/12/08: Relatório da última oficina já está disponível
- 08/04/08: Portaria designa Grupo de Trabalho para o PGA e PPA
- 17/12/07: Plano Geral de Atuação do Ministério Público tem cronograma aprovado

Subsídio do PGA.

Internet sem fio tem cobertura ampliada no interior do estado

Em parceria com Departamento de Obras e Manutenção, o Dinf ampliou a área de cobertura dos serviços de rede wireless nos prédios da capital e do interior. Prédios de Ananindeua, Castanhal, Capanema, Icoaraci, Marabá, Marituba e Santarém já estão incluídos na área de cobertura.

Internet e intranet ganham novos recursos e layout

Atendendo aos requisitos de acessibilidade, a equipe do Departamento de Informática trabalhou na implantação da nova padronização visual do site e adequação visual da in-

tranet do MP. Foi desenvolvida uma ferramenta - gerenciador de subsítios Tellus - para criação e alimentação dos subsítios, atividade que envolvia quatro pessoas, três estagiários e um servidor. O desenvolvimento dessa nova ferramenta possibilita que qualquer pessoa que não seja da área técnica de informática consiga alimentar e

ESTADO PARÁ MINISTÉRIO PÚBLICO INTRANET

Portal MP | Agenda | Fale Conosco | WebMail | Mapa do Site | Acessibilidade A+ A- A | Pesquisa: Buscar

Repositório de Documentos

- Formulários Padronizados
- Leis e Resoluções
- Regulamentos e Portarias
- Relatório de Licitações 2011

Ferramentas Interativas

- Portais Internos
- Sistemas de Informação
- Portal de Consultas do MP
- Ramais Telefônicos Internos
- Consultar Ponto / Ficha Funcional
- Escala de Férias
- Cronograma de Pagamentos
- Biblioteca
- Biblioteca Digital Fórum
- INFOSEG - Pré-Cadastro

Destaque (Ver Todos)

CPJ - AVISO

AVISO Faça público, a quem interessar possa, que a sessão ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça realizar-se-á no dia 15 de janeiro do corrente ano, a partir das 10h, no Plenário Octávio Proença de Moraes localizado no 4º andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pa. [\(Leia mais\)](#)

publicado em 14/01/2013

CSMP - AVISO Nº 001/2013

Faço público, a quem interessar possa que a 1ª Sessão Ordinária do Conselho Superior realizar-se-á no dia 16 de janeiro de 2013, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua J... [\(Leia mais\)](#)

publicado em 14/01/2013

Calendar Janeiro de 2013

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Mês atual

■ Dia atual ■ Dia de evento

Aniversariantes do Mês

Dia - Aniversariante

- 15 - Vyllya Sereni
- 16 - Patricia Ramos
- 16 - Raimundo Brasil
- 16 - Rosana Chamie
- 16 - Giuliano Gonçalves
- 17 - Evelin Santos

[< anterior](#) [todos](#) [próximo >](#)

Intranet do MPE.

informática, elaborado em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf).

Eventos e cursos do MP já são transmitidos *on line*

Na área de aperfeiçoamento de pessoal, a implantação do sistema de Ensino à Distância,

efetivada por meio de contrato com a empresa *Oversee Tecnologia*, também contou com a parceria do Ceaf na escolha de cursos transmitidos pela internet e intranet para servidores e promotores do interior do Estado, com monitoramento informatizado da empresa contratada para cursos, desde a

inscrição até a emissão dos certificados.

Entre as realizações do Departamento de Informática, está a primeira transmissão *online* da cerimônia de um procurador-geral de justiça, também mediante contrato com a empresa *Oversee Tecnologia*.

Convênio - Foi assinado convênio com o Tribunal de Justiça do Estado para compartilhamento do acesso à internet em

todas as comarcas do Estado e para desenvolvimento de ferramenta para tramitação e virtual de laudos periciais entre a

Secretaria de Segurança Pública e o Instituto Médico Legal.

Confira abaixo outras ações do Dinf durante a Gestão 2011- 2013.

- Implantação do novo sistema de movimentação de autos judiciais, que teve como base o sistema do Ministério Público do Estado de Mato Grosso que cuida do gerenciamento e tramitação de processos, histórico de reclamações e resgate de informações na área judicial;
- Novo sistema de protocolo, voltado para a digitalização de documentos, visando reduzir gradativamente o uso de papel na tramitação de documentos administrativos;
- Certificação digital por intermédio das novas carteiras funcionais dos membros do Ministério Público;
- Sistema de envio de mensagens via SMS, em parceria com a Assessoria de Imprensa, para membros e servidores da instituição;
- Novo sistema de recursos humanos, em parceria com o Departamento de Recursos Humanos, contemplando folha de pagamento, registro de ponto e histórico funcional;
- Implantação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação para definir políticas estratégicas na área de tecnologias de informação, atendendo às diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público;
- Desenvolvimento do novo sistema Siamp 2 (versão 2.0 do Siamp, que agora está mais simples para utilização), a ser utilizado pela Corregedoria-Geral para informar sobre as atividades desenvolvidas pelos membros de acordo com a taxonomia proposta pelo CNMP;
- Desenvolvimento e adequação dos sistemas Siamp e Simp para utilização das tabelas de taxonomia, que servirão para padronizar a descrição das atividades realizadas pelos membros de acordo com as tabelas do CNMP e que colherão estatísticas mais precisas sobre o país;

- Implantação do novo software de e-mail eletrônico da instituição;
- Implantação de sistema para realização de buscas de informação na internet;
- Desenvolvimento, em parceria com o Departamento de Recursos Humanos, do sistema para cadastramento de membros e servidores;
- Instalação de novos equipamentos no *data center*, local de armazenamento de informações e gerenciamento de redes e contas de e-mails do Ministério Público Estadual, permitindo a ampliação da capacidade de armazenamento de informações e dos serviços de *backup*, e a recuperação de sistemas.



Maquete eletrônica da futura sede do Ministério Público em Redenção, com obras em fase final de licitação, com previsão de início para o primeiro semestre de 2013

Interiorização de obras e reformas foram prioridades da gestão

Depto de Obras e Manutenção, por intermédio das Divisões de Arquitetura e de Engenharia e do Serviço de Manutenção, é responsável pelas áreas de elaboração de orçamentos de serviços de engenharia, fiscalização de obras, elaboração de projetos arquitetônicos, maquetes eletrônicas, design de interiores, paisagismo e manutenção geral dos sistemas lógico, hidráulico, elétrico, telefônico e de refrigeração dos prédios do Ministério Público da capital e interior.

Além das construções, reformas e manutenções realizadas nos mais diversos prédios do Ministério Público na capital no período de 2011-2013, na gestão do procurador-geral de Justiça, Dr. Antonio Eduardo Barleta de Almeida, sob a

responsabilidade do Departamento de Obras e Manutenção, por meio de suas unidades, foram priorizados investimentos na infraestrutura física nos dez polos existentes, principalmente das sedes, dotando-as de melhores condições de funcio-

namento e suporte às promotorias locais. Como resultado alcançado, tem-se: melhor desempenho de suas atividades no atendimento à população e contribuição de forma mais efetiva à promoção da justiça e da cidadania.

Construção de sedes novas de polo e ampliação das atuais

Os polos **Sudoeste I** e **Sudeste II**, **Altamira** e **Redenção** ganharão *novas sedes* que proporcionarão maior conforto aos membros, servidores e à população que necessita de atendimento. Foram terrenos desapropriados que passarão a receber sedes com mais de 1.000 m² de área construída, cada uma. A licitação para construção está em andamento, com previsão para início das obras no primeiro semestre de 2013.

Os projetos incorporaram *conceitos de sustentabilidade* dos recursos naturais na concepção e desenvolvimento. As inovações adotadas incluem a reutilização de água, com aproveitamento de águas das chuvas e a reutilização de esgotos domésticos em sistemas prediais hidrosanitários, sem prejuízo das funções principais, da segurança e do conforto de seus usuários. Foram ainda incorporadas medidas tecnológicas e equipamentos nesses sistemas, as quais podem reduzir adequadamente o desperdício e a perda de água, destacando-se sobretudo os seus benefícios e custos.

O projeto de Altamira é o primeiro projeto com essas características aprovado pela Companhia de Saneamento do Pará.

As sedes dos polos **Sudeste I** e **Baixo Amazonas**, **Marabá** e **Santarém** passaram por reforma geral de manutenção, além da ampliação da área de estacionamento da sede de Marabá, com área para mais veículos.

O polo **Nordeste I**, com sede em **Castanhal**, ganhou projeto de ampliação em 540m², com auditório para 144 lugares e destinação de área específica para as Promotorias da Infância e Juventude.

O pólo **Nordeste II**, com sede em **Capanema**, ganharam prédio novo, pois está em fase final de desapropriação dois imóveis contíguos à promotoria de justiça para ampliação. Está previsto processo licitatório para elaboração de projetos para construção da nova sede, nesses imóveis desapropriados, para atender às novas demandas das promotorias, com cerca de 698m², contemplando 6 gabinetes para promotores, 2 para assistentes sociais e psicólogos, auditório para 64 lugares, 3 vagas de garagem, uso de energia solar e reutilização de água.

O polo **Tocantins e Marajó**, com sede em **Abaetetuba**, está com projeto, em andamento, para transformação da parte superior do prédio em mais promotorias de justiça, ampliando a área de atendimento, com mais gabinetes e adaptação da área de recepção para receber a população confortavelmente.

O polo **Sudoeste II**, com sede em **Itaituba**, ganhará novo prédio, em princípio alugado, para proporcionar melhores condições de trabalho aos integrantes do Ministério Público, bem como proporcionar à população mais conforto, pois atualmente funcionam em salas do fórum, de forma precária. Nesse polo, também já foi iniciado processo de desapropriação de terreno para construção da sede própria.

O polo **Belém II**, com sede em **Ananindeua**, encontram-se com anteprojeto finalizado da futura reforma e ampliação do imóvel para atender às novas demandas das promotorias, incluindo a construção de um anexo de 2 pavimentos com cerca de 930m², contemplando 9 gabinetes para promotores, 3 para assistentes sociais e psicólogos, 1 elevador, 62 vagas de garagem, uso de energia solar

e reutilização de água.

Acessibilidade para as edificações do Ministério Público da capital e interior

O Ministério Público do Estado do Pará iniciou, em 2011, estudo para dotar os prédios da capital e, em princípio, as sedes dos polos, que ainda não possuíam, de acessibilidade; o processo licitatório transcorre desde 2011, sob o protocolo nº 38508/2011, e encontra-se em andamento por intermédio do contrato 75/2012-MP/PA, com a empresa Mello Arquitetura.

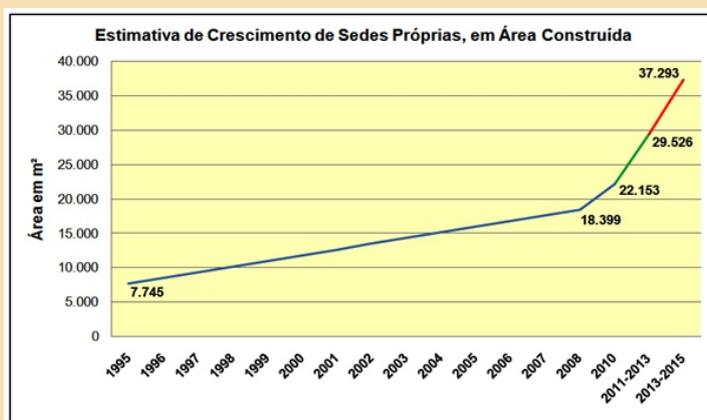
O Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Comissão Temporária de Acessibilidade, editou a Resolução 81/2012-CNMP, determinando que os Ministérios Públicos se adaptem às normas de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no prazo de 24 meses.

Os prédios da Promotoria de Violência Doméstica e Departamento de Atividades Judiciais receberam plataformas elevatórias para acessibilidade.



Plataforma elevatória para acessibilidade do Departamento de Atividades Judiciais

“Foram priorizados investimentos na infraestrutura física nos dez polos existentes, principalmente das sedes, dotando-as de melhores condições de funcionamento e suporte às promotorias locais.”



Dentre as obras de manutenção e serviços de melhoria executados nos imóveis do Ministério Público do Estado, na capital e nos municípios, durante o período de 2011-2012, destacam-se:

Abaetetuba

Encontra-se em andamento estudo arquitetônico de adaptação para o prédio das Promotorias de Justiça de Abaetetuba, visando à instalação de elevador, construção de passarela coberta, instalação de porta detectora de metais, banheiros de portadores de

necessidades especiais, sala de arquivo e ampliação para 5 gabinetes para Promotores de Justiça, entre outras melhorias.

Altamira

Foi alugado e reformado um imóvel para funcionar como sede das Promotorias de Justiça de Altamira.

Também foi elaborado o projeto básico e executivo para construção da sede própria do Ministério Público em Altamira, em terreno doado pela prefeitura. O projeto foi concebido com o conceito de sustentabilidade dos recursos naturais, incluindo

a reutilização de água, no que se refere ao aproveitamento da água das chuvas e reutilização de esgotos domésticos em sistemas prediais hidrossanitários, sem prejuízo das funções principais, da segurança e do conforto de seus usuários, com cerca de 1.415m² de área construída, com 3 pavimentos (semienterrado, térreo e pavimento superior), 10 gabinetes de promotores e 12 vagas de garagem.

As obras para construção da nova sede encontram-se em processo licitatório.



Maquete eletrônica da entrada da futura sede do Ministério Público em Altamira



Imóvel locado para sediar as Promotorias de Justiça de Altamira

Ananindeua

Visando atender às demandas das Promotorias de Justiça de Ananindeua, o Departamento de Obras e Manutenção executou reforma no prédio que contemplou pintura geral interna e serviço de impermeabilização da laje. Além disso, encontra-se finalizado o anteprojeto da futura reforma e ampliação do imóvel, para atender às novas demandas das promotorias, incluindo a construção de um anexo de 2 pavimentos com cerca de 930m², que disporá de 9 gabinetes para promotores, 3 para assistentes sociais e psicólogos, 1 elevador, 62 vagas de garagem, uso de energia solar, reutilização de água etc.

Barcarena

Foi concluída a reforma e ampliação das Promotorias de Justiça de Barcarena, e para isso foi executada a adaptação da residência oficial para o funcionamento temporário da

Promotoria de Justiça.

Modernização dos Elevadores

Visando proporcionar um melhor atendimento à população e aos membros e servidores que utilizam os elevadores do Anexo I, está sendo providenciada a substituição das máquinas antigas por outras elétricas, mais modernas e eficientes.

Prédio da Biblioteca

Foi executada a reforma do prédio da Biblioteca (Rua João Diogo, nº 84, com pintura geral, revitalização do piso e retirada de infiltrações.

Bonito

Está em fase de elaboração contratual reforma para a sala do Ministério Público no Fórum.

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf)

Com a finalidade de melhorar cada vez mais o

atendimento às novas demandas do Ceaf, está em andamento a reforma do imóvel em questão.

Departamento de Atividades Judiciais (DAJ)

Está em execução a reforma e adaptação do imóvel que abrigará o DAJ, com previsão de término para o primeiro semestre de 2013.

Departamento Médico e Odontológico (DMO)

O Departamento Médico e Odontológico, adequando-se à Resolução 50/2002, da Vigilância Sanitária, também passou por diversas reformas, a fim de melhor atender aos membros e servidores do MP. Está em execução a segunda etapa da reforma, ainda para adequar o prédio às normas da Vigilância Sanitária, com ampliação do almoxarifado, banheiro para portador de necessidades especiais, ampliação do arquivo, e cobertura de laje para o almoxarifado.



Adaptação da residência oficial de Barcarena para funcionar como promotoria



Prédio das Promotorias de Justiça de Barcarena ampliado e reformado



Reforma de imóvel para sediar o DAJ

Belém – Anexo I

Foram realizadas diversas reformas no prédio do Anexo I, entre elas o serviço de pintura geral, interna e externa, e a criação de acesso de portadores de deficiência ao banheiro de PNEs no prédio das Promotorias Constitucionais.

Casas onde funciona o programa “MP e a Comunidade”

Foram realizadas obras nos imóveis, dentre elas a construção de passarela entre as casas e a recuperação do muro. Também está em andamento a reforma do imóvel em questão, incluindo a construção de uma cobertura para o ônibus.

Belém – Anexo II

No prédio do Anexo II, foi realizada a pintura interna e externa do prédio e encontra-se em andamento a reforma para ampliação dos seus gabinetes. Este ano também foi concluída a ampliação, em imóvel desapropriado ao lado do prédio atual, com a criação de mais 12 gabinetes de promotores, 2 salas de apoio e 1 de audiência. A reforma revitalizou o prédio que fora desapropriado e que se encontrava abandonado há mais de vinte anos.

Edifício-sede

No prédio da sede do Ministério Público foram executadas várias reformas, como a ampliação da chefia de gabinete da PGJ, substituição do forro do gabinete da corregedoria por outro de gesso, mudança geral do lay-out, com a criação de três de gabinetes para Assessores, pintura geral, interna

e externa, do prédio, entre outros serviços. Encontra-se em andamento a reforma do imóvel em questão, visando atender às novas demandas, com isolamento acústico dos gabinetes dos Promotores de Justiça.

Promotorias de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa e de Ações Constitucionais e Fazenda Pública

Iniciada na gestão anterior, foi realizada a obra de ampliação do prédio para abrigar as promotorias em questão e ainda a construção da laje, a substituição de todo o piso por outro de granito, a construção de antessalas para os gabinetes, bem como a instalação de elevador social no prédio e a implantação do Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção.

Encontra-se em andamento reforma para atender a novas demandas no prédio em questão.

Promotorias de Justiça da Infância e Juventude

Está em andamento reforma para atender a novas demandas na promotoria em questão.

Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Para que fosse possível fazer a instalação do Núcleo de enfrentamento à Violência contra a Mulher, inaugurado no Dia Internacional da Mulher, foi executada a reforma do prédio da Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Está em execução a aquisição e instalação de plataforma elevatória para possibilitar o acesso de PNEs ao imóvel em questão.

Promotorias de Justiça de Icoaraci

Foi alugado e reformado imóvel para abrigar as Promotorias de Justiça de Icoaraci durante a execução da obra de construção do prédio da nova sede, com cerca de 1.590 m², que disporá de 12 gabinetes, elevador e estacionamento para 28 carros, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2013.

Benevides

Foi concluída a reforma e readequação do espaço no prédio cedido onde atualmente funcionam as Promotorias de Justiça de Benevides.

Também foi doado pela Prefeitura de Benevides terreno para construção da futura sede.

Bragança

Está em andamento a reforma e adaptação da residência oficial de Bragança, para funcionar como promotoria de justiça.

Capanema

Foram desapropriados dois imóveis para ampliação das Promotorias de Justiça de Capanema. Está previsto processo licitatório para elaboração de projetos de construção da nova sede, com cerca de 698m², para atender às novas demandas das promotorias, que contarão com 6 gabinetes para promotores, 2 para assistentes sociais e psicólogos, 3 vagas de garagem, uso de energia solar, reutilização de água etc.



DMO - Novas salas de esterilização e expurgo



Prédio das Promotorias de Justiça Criminais - Anexo II (antes e depois da reforma)



Construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Icoaraci



Sala da chefia de gabinete, após reforma



Reforma do prédio das Promotorias de Justiça de Benevides



Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher



Reforma e adaptação da Residência Oficial de Bragança para funcionar como Promotoria de Justiça

Castanhal

Encontra-se em elaboração os projetos para ampliação do prédio da promotoria, com cerca de 540m², abrangendo a ampliação do auditório e a criação de gabinetes para promotores.

Colares

Foi executada a ampliação das dependências do Ministério Público no prédio do Fórum.

Conceição do Araguaia

Foi executada reforma no prédio das Promotorias de Justiça de Conceição do Araguaia.

Itaituba

Foram realizados serviços estruturais na residência oficial de Itaituba. Foi ainda alugado imóvel para funcionar adequadamente com sede das Promotorias de Justiça de Itaituba, encontrando-se em tramitação o processo de desapropriação para construção da sede das promotorias em questão.

Marabá

Além da realização de reforma no prédio das Promotorias de Justiça de Marabá, foram substituídas todas as centrais splits antigas por novas.

Marituba

Está em fase de conclusão a construção do novo prédio para sediar as Promotorias de Justiça de Marituba.

Moju e Novo Repartimento

Foram realizadas reformas nas salas do Ministério Público nos Fóruns de Moju e Novo Repartimento.

Muaná

Está prevista reforma para a sala do Ministério Público no Fórum.

Óbidos

Está em andamento a reforma e adaptação da residência oficial de Óbidos, para funcionar como promotoria.

Parauapebas

Encontra-se em elaboração os projetos da futura sede da Promotoria de Justiça de Parauapebas com cerca de 1.250 m². O novo prédio terá 7 gabinetes de promotores, salas para assistente social e psicólogo, sala de múltiplo uso etc.

Mosqueiro

Foi alugado um imóvel para sediar as Promotorias de Justiça de Mosqueiro, cujas novas instalações possuem 2 gabinetes para promotores, recepção, copa, sala de arquivo, área de apoio, acessibilidade etc.

Jacareacanga

Para dar melhor condição de atendimento à população de Jacareacanga, foi alugado um imóvel para funcionar como promotoria de justiça no município, o qual está em reforma e contemplará a criação de 2 gabinetes para promotores, recepção, apoio e banheiro de PNE.

Redenção

Foi alugado e reformado o atual imóvel onde funciona as Promotorias de Justiça de Redenção.

Também foi elaborado o projeto para construção da sede própria do Ministério Público em Redenção, com cerca de 1.195 m² de área construída. Como em Altamira, o projeto foi concebido com o conceito de sustentabilidade dos recursos naturais. O novo prédio terá 10 gabinetes de promotores, 12 vagas de garagem, auditório com 82 lugares, etc.

As obras para construção da nova sede encontram-se em processo licitatório.

Rondon do Pará

Foi realizada a elevação do muro do terreno do Ministério Público em Rondon do Pará.

Salinópolis

Foi concluída a reforma do prédio desapropriado para

sediar as Promotorias de Justiça de Salinópolis. O novo espaço, com 187 m², conta com 3 gabinetes para promotores, 4 vagas de garagem, etc. Também está em andamento a execução de serviços estruturais na residência oficial de Salinópolis.

Santarém

A obra de construção do novo prédio das Promotorias de Justiça de Santarém está em andamento, com previsão de término para 2014. O prédio-sede atual da Promotoria de Justiça de Santarém foi reformado.

Theatro Victória

Após meses de trabalho intenso, o Ministério Público do Estado, por meio do Departamento de Obras e Manutenção, entregou à população de Santarém o novo Theatro Victória.

A reforma do teatro teve como principal objetivo abrigar as promotorias de justiça em suas dependências. Com a restauração, o prédio ganhou novos espaços: o pavimento superior abriga quatro gabinetes para as promotorias, um auditório com capacidade para 180 lugares e uma sala; e o térreo será destinado ao Núcleo de Atendimento do programa "O Ministério Público e a Comunidade", que oferece atendimento jurídico-judiciário à população.

A inauguração, realizada no dia 24/8/2012, teve a participação da Administração Superior da instituição. A obra de reestruturação foi efetuada por empresa licitada pelo Ministério Público e a utilização do prédio definida conforme a Lei Municipal nº 18.393, de 21 de maio de 2010, por meio de Termo de Cessão Gratuita de Uso de Bem Público.



Obra de construção do novo prédio das Promotorias de Justiça de Marituba



Reforma e adaptação da residência oficial de Óbidos para funcionar como Promotoria



Casa alugada para sediar as Promotorias de Justiça de Itaituba



Maquete eletrônica da futura sede do Ministério Público em Parauapebas



Imóvel alugado para sediar as Promotorias de Justiça de Mosqueiro



Theatro Victória antes e após reforma promovida pelo Ministério Público



Elevação do muro do terreno do Ministério Público em Rondon do Pará



Reforma do novo prédio das Promotorias de Justiça de Salinópolis



Maquete eletrônica da futura sede do Ministério Público em Redenção



Construção do novo prédio das Promotorias de Justiça de Santarém

Santa Isabel do Pará

Está em andamento processo licitatório para elaboração de projetos para reforma e ampliação do prédio da Promotoria de Justiça de Santa Isabel do Pará, que contará com 4 gabinetes para promotores, 4 vagas de garagem, sala de arquivo, atendimento às normas de acessibilidade etc.

Soure

Está em andamento processo licitatório para elaboração de projetos para reforma e ampliação da sede da Promotoria de Justiça de Soure, que contará com 2 gabinetes para promotores, adaptação segundo normas de acessibilidade etc.

Xinguara

Visando dar melhor atendimento ao cidadão e mais qualidade ao trabalho de membros e servidores, foi alugado um imóvel para funcionamento da Promotoria de Justiça de Xinguara, com 2 gabinetes, sala de audiência, secretaria, espera e arquivo.

Acessibilidade aos prédios do Ministério Público

Está em andamento a elaboração de projetos para tornar os imóveis do Ministério Público mais acessíveis aos cidadãos portadores de necessidades especiais, em consonância com as normas de acessibilidade e a Resolução nº CNMP nº 81, de 31/1/2012, que dispõe sobre a criação da

Comissão Temporária de Acessibilidade e adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade.

Os projetos estão sendo executados por intermédio do contrato 75/2012-MP/PA, com a empresa Mello Arquitetura, e abrangerão o edifício-sede, anexos I e II, PJ de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, DAJ (futuras instalações), Ceaf, DMO, PJ Ananindeua, PJ Icoaraci, PJ Castanhal, PJ Abaetetuba e PJ Marabá.

Projetos futuros

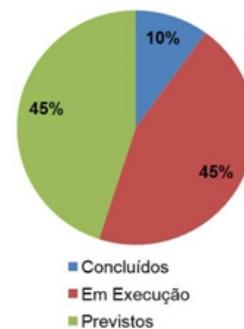
Foi homologada Ata de Registro de Preços para serviços de elaboração de projetos básicos e executivos, de arquitetura e complementares para obras de engenharia, com isso a contratação de projetos para as construções e reformas será mais célere e possibilitará que projetos que estão aguardando como os das sedes de Capanema, Ananindeua, Abaetetuba e Benevides, entre outros, sejam iniciados.

Ações consolidadas pelo MPE

Existe um total de 79 ações, sendo 20 relativas a projetos, 20 a obras e 39 a reformas, abrangendo 24 comarcas, distribuídas nos 10 polos administrativos existentes (ver tabelas 1 e 2, ao final).

Com relação aos projetos terceirizados, 10% foram concluí-

dos, 45% encontram-se em execução e 45% estão previstos para contratação mediante processo licitatório.



Quanto às obras, 30% foram concluídos, 30% encontram-se em execução e 40% estão previstos para contratação por meio de processo licitatório.



No que se refere às reformas, 46% foram concluídos, 23% encontram-se em execução e 31% estão previstos para contratação mediante processo licitatório.

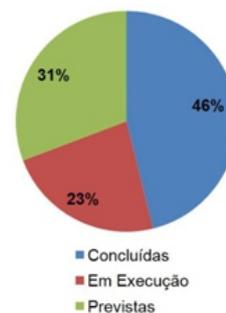


Tabela 1 - Resumo da situação das ações

Ações	Situação			Total
	Concluído	Em execução	Previsto	
Projeto	2	9	9	20
Construção	6	6	8	20
Reforma	18	9	12	39
Total	26	24	29	79

Tabela 2 - Projetos, obras e reformas consolidadas por polo e comarca

Polo	Comarca	Projetos ¹		Obras			Reformas		Total de Ações		
		Concluídos	Execução	Previstos	Concluídas	Execução	Previstas	Concluídas		Execução	Previstas
Baixo Amazonas (Sede: Santarém)	Óbidos								1		1
	Santarém				1	1				1	3
	Subtotal				1	1			1		4
Belém I (Sede: Belém)	Belém		8		3	4			6	7	35
	Subtotal		8		3	4			6	7	35
Belém II (Sede: Ananindeua)	Ananindeua			1					1		3
	Benevides									1	1
	Marituba					1					1
	Subtotal			1		1			1		5
Nordeste I (Sede: Castanhal)	Castanhal		1	1						1	3
	Colares				1						1
	Santa Isabel do Pará			1						1	2
	Subtotal		1	2	1				2		6
Nordeste II (Sede: Capanema)	Bragança									1	2
	Capanema			1						1	2
	Salinópolis									1	2
	Subtotal			1					1	2	6

¹ Projetos de obras de construção ou reformas de maior complexidade, executados por empresas terceirizadas, contratadas por meio de processo licitatório.

Polo	Comarca	Projetos			Obras			Reformas			Total de Ações
		Concluídos	Execução	Previstos	Concluídas	Execução	Previstas	Concluídas	Execução	Previstas	
Sudeste I (Sede: Marabá)	Marabá			1			1			1	3
	Parauapebas			1			1				2
	Rondon do Pará							1			1
	Tucuruí							1			1
	Subtotal			2			1		3		1
Sudeste II (Sede: Redenção)	Conceição do Araguaia							1			1
	Redenção	1					1	1			3
	Subtotal	1					1	2			4
Sudoeste I (Sede: Altamira)	Altamira	1						1			3
	Subtotal	1						1			3
	Subtotal	1					1	1			3
Sudoeste II (Sede: Itaituba)	Itaituba							1			1
	Subtotal							1			1
	Subtotal										1
Tocantins e Marajó (Sede: Abaetetuba)	Abaetetuba			2						1	3
	Barcarena				1			1			2
	Moju							1			1
	Soure			1				1			2
	Subtotal			3	1		1	1	2	1	8
TOTAL GERAL		2	9	9	6	6	8	18	9	12	79



MP apresenta relatório de execução de despesas

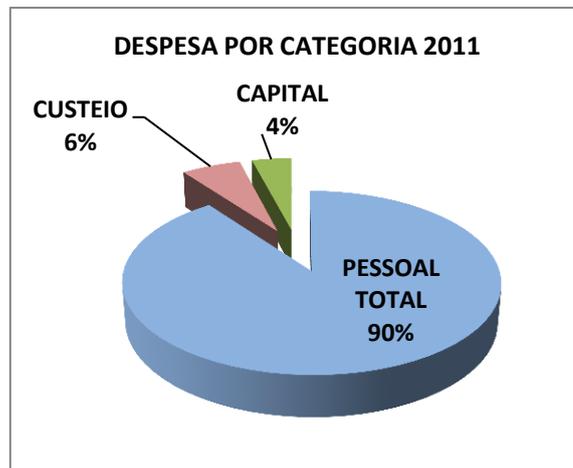
Os gráficos permitem uma visão geral das despesas financeiras realizadas pelo Ministério Público durante o exercício de 2011 e 2012. Eles demonstram de forma resumida como foram aplicados os recursos financeiros recebidos pelo órgão.

Os gráficos abaixo informam as despesas por categorias de gasto e grupos de despesas.

Tabela Por Categoria de Gasto – em média, as despesas com **Pessoal 90%**, despesas de **Custeio 7%** significam a manutenção dos serviços que correspondem às despesas com material

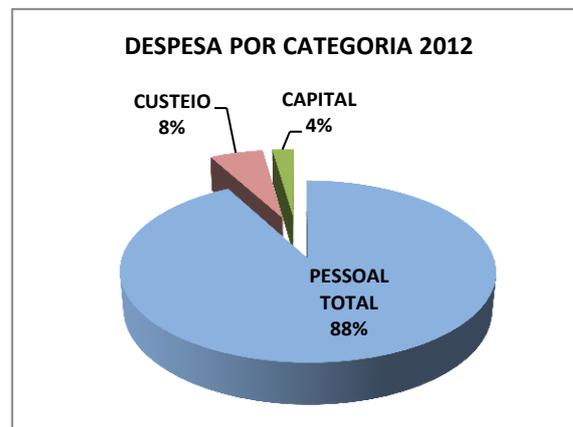
de consumo, serviços de terceiros e conservação de bens, e as despesas de **Capital 4%** correspondem à execução de obras, equipamentos e material permanente, incluindo-se as aquisições de imóveis considerados necessários à execução de tais obras.

DESPESA TOTAL POR CATEGORIA DE GASTO 2011		%
Pessoal / obrigação patronal	214.049.823,29	73,27%
DEA - Despesa de exercício anterior	40.340.824,93	13,81%
Auxílio-alimentação e transporte	9.328.449,58	3,19%
Pessoal total	263.719.097,80	90,28%
Custeio	16.702.251,65	5,72%
Capital	11.697.877,47	4,00%
Total	292.119.226,92	100,00%



As despesas de auxílio-alimentação e transporte demonstradas como pessoal correspondem à parte da folha de pagamento.

DESPESA TOTAL POR CATEGORIA DE GASTO 2012		%
Pessoal / obrigação patronal	221.101.752,81	66,97%
DEA - Despesa de exercício anterior	54.711.992,14	16,57%
Auxílio-alimentação e transporte	13.117.607,20	3,97%
Pessoal total	288.931.352,15	87,52%
Custeio	28.168.839,45	8,53%
Capital	13.049.519,62	3,95%
Total	330.149.711,22	100,00%



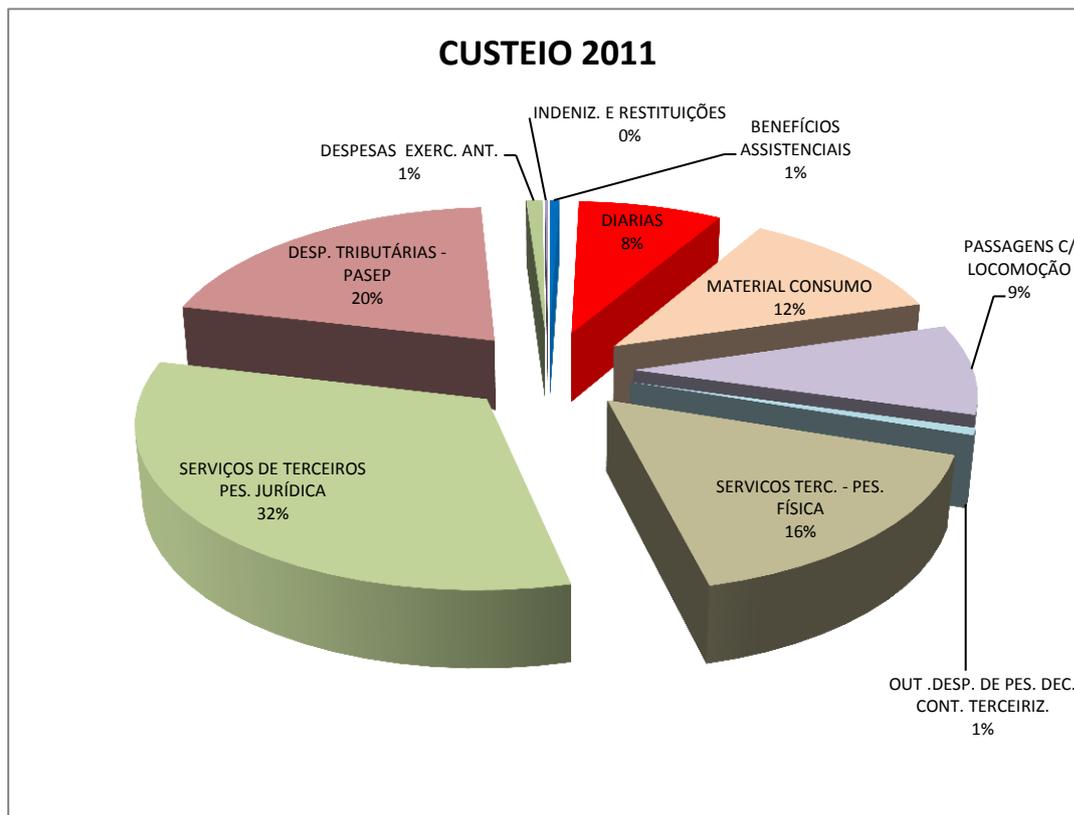
As despesas de auxílio-alimentação e transporte demonstradas como pessoal correspondem à parte da folha de pagamento.

A **Tabela 02** corresponde às despesas acumuladas com a manutenção da máquina administrativa do órgão, evidenciando que as maiores despesas de custeio são: Serviços de Tercei-

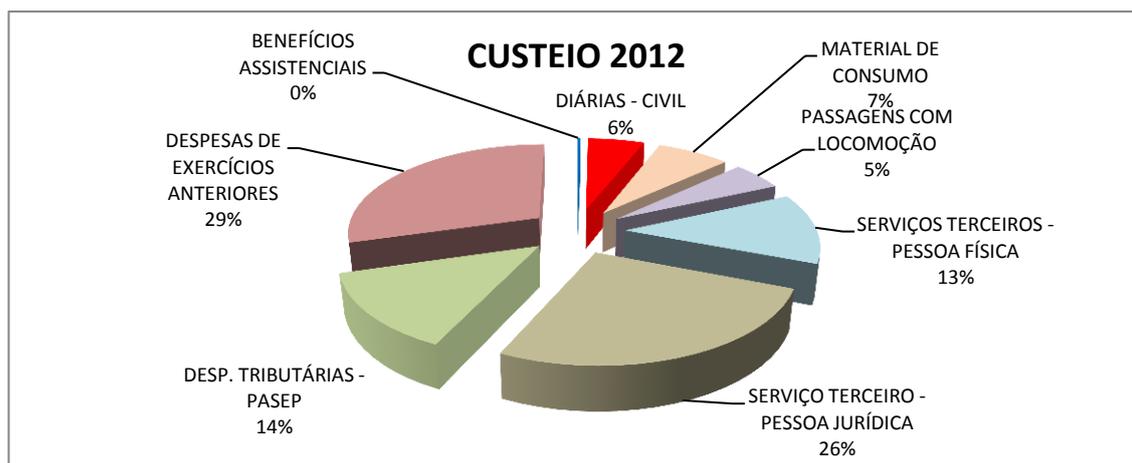
ros PJ, Serviços de Terceiro PF e Despesas Tributárias, que correspondem a 73%. Essas despesas são, principalmente, locação de imóveis, máquinas e equipamentos, fornecimento de

energia elétrica, água e esgoto, telefonia, manutenção de softwares, estagiários, aquisição de material de expediente, combustível etc.

DESPESA COM CUSTEIO / 2011		
339008	Benefícios assistenciais	88.861,80
335033	Passagens e despesas com locomoção	25.000,00
335039	Outros serviços de terceiros- PJ	49.922,00
339014	Diárias - civil	1.318.451,00
339030	Material de consumo	1.979.669,76
339033	Passagens com locomoção	1.505.275,60
339034	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceiros	116.933,55
339036	Serviços de terceiros - pessoa física	2.679.606,88
339039	Serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.396.529,56
339047	Despesas tributárias - Pasep	3.364.923,15
339092	Despesas de exercícios anteriores	150.100,52
339093	Indenizações e restituições	26.917,83

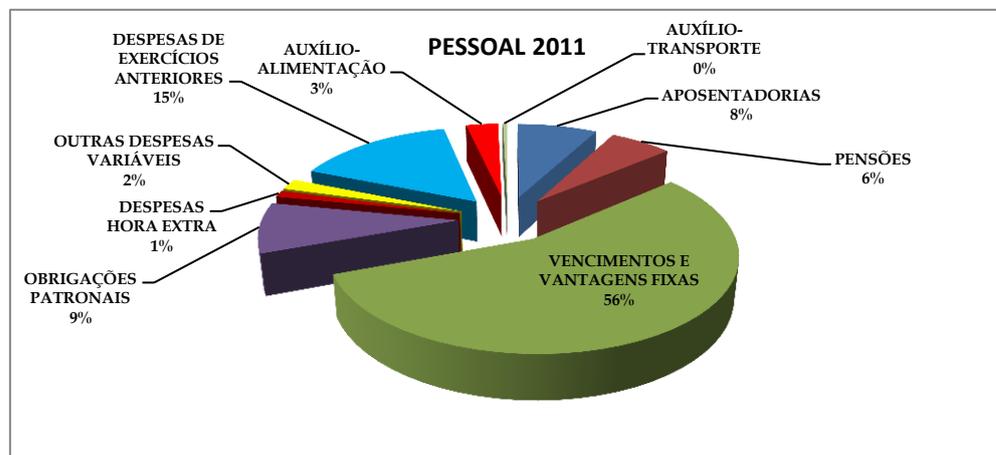


DESPESA COM CUSTEIO / 2012		
339008	Benefícios Assistenciais	87.770,79
339014	Diárias - civil	1.555.205,00
339030	Material de consumo	1.994.902,28
339033	Passagens com locomoção	1.415.702,58
339036	Serviços de terceiros - pessoa física	3.472.937,07
339039	Serviços de terceiros - pessoa jurídica	7.218.328,24
339047	Despesas tributárias - Pasep	3.742.764,11
339092	Despesas de exercícios anteriores	8.156.280,78



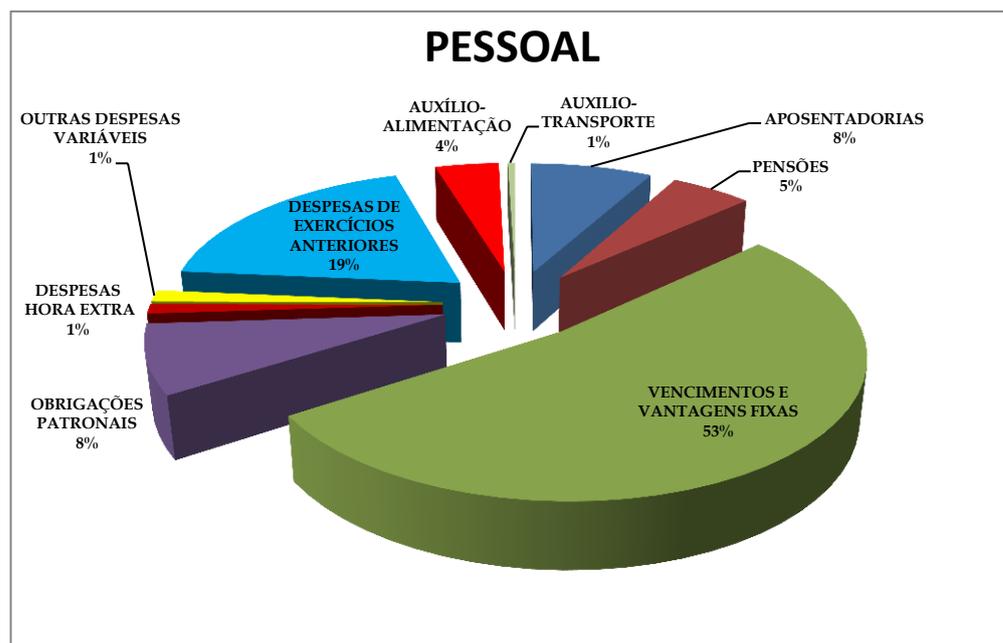
Quanto à Tabela 03, que retrata as despesas de pessoal, fica transparente que a maior parte dos recursos diz respeito a despesas fixas vencimentos e vantagens, aposentadorias e pensões e obrigação patronal.

DESPESA COM PESSOAL / 2011		
319001	Aposentadorias	20.544.946,61
319003	Pensões	15.872.669,26
319011	Vencimentos e vantagens fixas	146.510.266,29
319013	Obrigações patronais	23.024.804,90
319016	Despesas horas extras	3.061.754,67
319016	Outras despesas variáveis	5.008.595,70
319092	Despesas de exercícios anteriores	40.340.824,93
339046	Auxílio-alimentação	8.231.245,45
339049	Auxílio-transporte	1.097.204,13



Para o controle dos gastos do Ministério Público do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I) estabelece que o total das despesas com pessoal não poderá exceder 2% da RCL e o Prudencial 1,9%, e o percentual apurado no exercício de 2011 foi de 1,3720% e no último período apurado até agosto de 2012, foi de 1,2468%.

DESPESA COM PESSOAL / 2012		
319001	Aposentadorias	23.085.103,17
319003	Pensões	15.305.938,30
319011	Vencimentos e vantagens fixas	152.198.199,81
319013	Obrigações patronais	23.250.076,35
319016	Despesas com horas extras	3.219.095,82
319016	Outras despesas variáveis	3.952.220,70
319092	Despesas de exercícios anteriores	54.711.992,14
339046	Auxílio-alimentação	12.072.632,20
339049	Auxílio-transporte	1.328.246,56



Departamento Médico e Odontológico



Administração melhorou a infraestrutura e investiu em novos serviços

O Departamento Médico e Odontológico do Ministério Público do Estado efetuou, de janeiro de 2011 até novembro de 2012, 14.032 atendimentos médicos e 9.701 atendimentos odontológicos, totalizando no período 23.733 atendimentos.

Também desenvolveu projetos voltados para a melhoria e prevenção da saúde dos membros e servidores, como o “MP Saudável 2012”, no qual 617 pessoas participaram do programa, e a Campanha de Vacinação 2012, na qual 333 pessoas compareceram.

Infraestrutura e novos serviços

O Departamento Médico e Odontológico preocupa-se constantemente com a melhoria de toda a sua estrutura para adequar-se às normas de segurança sanitária, bem como para oferecer mais conforto no atendimento aos seus usuários. Também zela pela qualidade do funcionamento no campo dos

serviços médicos e odontológicos.

Durante o período de 2011 até maio de 2012, o DMO, em conjunto com o Departamento de Obras do MP, realizou reformas de suma importância que possibilitaram a melhoria dos serviços, como a ampliação da sala de esterilização, a adaptação do cômodo

que servia de sala de Raios-X, para nesse espaço ser instalada uma nova sala de expurgo do departamento. Ainda na melhoria da estrutura, foi realizada a reforma do consultório odontológico 3, que há oito anos não passava por melhorias e hoje conta com um novo espaço mais moderno.

Em 2011, o DMO realizou a revitalização da pintura interna do prédio (os consultórios médicos, odontológicos e psicológico também receberam pintura nova), assim como dos móveis hospitalares, que tiveram pintura metálica, conforme recomendação da Vigilância Sanitária, e providenciou a vedação adequada da tampa da cisterna, requisito para a obtenção de licença de funcionamento.

As balanças digitais, o sofá que fica no corredor do andar superior, que proporciona conforto aos pacientes, e o forro de gesso do banheiro do andar térreo, que estava com-

prometido por infiltrações, passaram por manutenção em 2011.

O departamento modernizou também a estrutura de funcionamento da unidade, ampliando sua capacidade com a aquisição de máquina de lavar roupa para a lavanderia, escada articulada e dobrável para os serviços, lixeiras com pedal para acondicionar lixo infectante conforme normatização da Anvisa.

Para proporcionar um melhor atendimento, foram modernizadas as estantes de aço para armazenamento e organização dos materiais e

medicamentos no almoxarifado do departamento. Além disso, o DMO climatizou o consultório odontológico 2 e a sala de expurgo com *split* de maior capacidade, do que resultou a redução dos problemas causados pelo antigo equipamento, propiciando um melhor atendimento aos pacientes.

Dentro do processo de modernização do atendimento do departamento, temos ainda a utilização de novos glicosímetros, o que agilizou a medição da glicemia no programa MP Saudável 2011 e 2012, bem como novas braçadeiras para aparelho de pressão, tipo normal e obeso.



SALA DE ESTERILIZAÇÃO

A sala de esterilização também recebeu novo compressor de ar isento de óleo para utilização conjunta com o *kit* de pistola de limpeza e para lavagem e enxágue de materiais médicos e odontológicos que possuem lumens, frestas e orifícios de difícil acesso (ao lado, acima).

CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO Nº 3

Novas cadeiras, modulado com pia de canto e mochos odontológicos para compor o novo consultório 3 foram importantes para composição do novo espaço (ao lado, no meio).

SALA DE PEQUENAS CIRURGIAS

Dois outros passos significativos na modernização dos serviços prestados foram a instalação de armário-bancada em MDF, com revestimento em aço inox, na sala de pequenas cirurgias e a aquisição de aparelho autoclave horizontal, com capacidade para 42 litros (ao lado, abaixo).

Até maio de 2012, o DMO recebeu novos aparelhos e móveis, oferecendo a membros e servidores melhor conforto no atendimento, como, por exemplo, o aparelho para medição de glicemia, o aparelho de pressão aneróide e digital, bem como a balança digital para utilização no programa “MP Saudável 2012”, mesas em L para os consultórios médicos e mesas pequenas para os consultórios odontológicos. O consultório de psicologia também foi contemplado com um novo sofá-divã adaptado para o conforto e privacidade do paciente. Novas longarinas para a recepção, novos *splits* com maior capacidade para atender às necessidades do consultório odontológico 3 e nova impressora a laser multifuncional foram aquisições importantes na modernização do DMO, destinadas a atender os serviços internos e externos.

O DMO pretende, ainda no início de 2013, realizar novas obras na estrutura do prédio em conjunto com o Departamento de Obras do MP, a pintura externa das instalações da unidade, novo layout da estrutura física da lavanderia, em virtude do crescimento significativo de atendimentos médicos e odontológicos, bem como a implantação de banheiro com chuveiro nas dependências do DMO, para uso dos profissionais de saúde e dos auxiliares de serviços gerais que possuem contato direto com lixo infectante, o que reduzirá a possibilidade de infecções cruzadas.



Campanha de vacinação 2012

Mais melhorias estão previstas

A cobertura com laje da área onde fica a garagem, a lavanderia, o arquivo e o almoxarifado do DMO visa à futura extensão do andar superior, levando em consideração o aumento expressivo na procura dos serviços prestados pelo departamento.

Também será de grande importância o levantamento do muro lateral direito que protege o departamento para até 2,5 metros, conforme orientação da Assessoria Militar do órgão, visando instalar a proteção perimetral (cerca em concertina ou cerca elétrica), como também a instalação de circuito fechado (CFTV) que abranja, no mínimo, os seguintes pontos: entrada, garagem, ponto eletrônico, escada e recepção do departamento.

Ainda para 2013, além da realização do serviço de manutenção dos equipamentos mé-

dicos como prioridade, está em curso o processo de modernização do atendimento, com a aquisição de novos equipamentos e aparelhos como: oxímetro de pulso portátil, seladora para a esterilização, sinalização horizontal e vertical para a área destinada ao acesso de ambulâncias às dependências do DMO, persiana para o vão da janela ao lado da escada do imóvel, em substituição ao quadro atual, além de uma nova luminária com quatro lâmpadas para esterilização, uniformes para as servidoras da recepção e jalecos para os técnicos e auxiliares de enfermagem.

Foram promovidas até o final do ano campanhas para beneficiar membros e servidores, como os Programas “MP Saudável 2012” e “Campanha de Vacinação 2012”.

Os Parceiros do DMO

O Departamento Médico e Odontológico trabalha em parceria com empresas especializadas que prestam serviços de suma importância à unidade, tais como:

- Serviço de manutenção quanto ao uso de software de agendamento de consultas odontológicas e controle do almoxarifado do departamento;
- Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos odontológicos instalados no DMO, para evitar a descontinuidade nos serviços prestados;
- Limpeza de cisterna e caixas d'água – trabalho de manutenção para higienização, desinfecção, extermínio de insetos, bactérias, protozoários e fungos nocivos em reservatório de água potável e não potável, bem como para controle dos padrões de potabilidade da água consumida no departamento;
- Serviços de coleta, transporte, incineração e destinação de resíduos sólidos/líquidos de saúde (lixo patológico), em atendimento à Lei Municipal nº 7.631, de 23 de maio de 1993;
- Saneamento ambiental – prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização do DMO;
- Serviços de manutenção do *software* Personal-Med utilizado na área médica.

“O DMO pretende, ainda no início de 2013, realizar novas obras na estrutura do prédio em conjunto com o Departamento de Obras do MP”.

Campanhas que ajudam a melhorar a saúde dos beneficiados

O DMO, além de oferecer tratamento, também trabalha com a prevenção. A base das campanhas promovidas pelo departamento nos anos de 2011 e 2012 foi feita por meio do projeto “MP Saudável” e nas campanhas de vacinação.

No ano de 2011, foi promovido o projeto “MP Saudável” em Belém, Marituba, Santa Izabel, Castanhal, Distrito de Icoaraci, na promotoria do MP na Almirante Barroso, Audito-

ria Militar e SEFA, com a participação de 282 integrantes da instituição, que tiveram seu atendimento baseado em informações como sexo, peso, altura, índice de massa corporal, pressão arterial, fumo e glicemia; com isso os profissionais do departamento puderam dar orientações gerais e terapêuticas aos integrantes do MP.

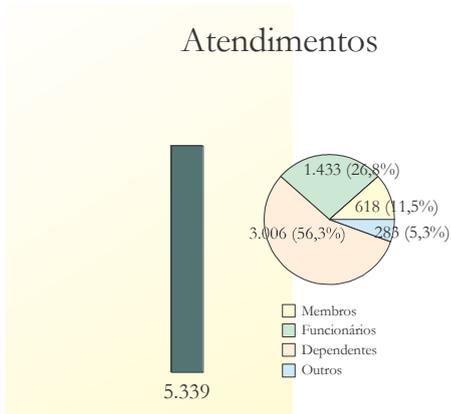
Em 2012, além dos prédios do MP na capital, foram também incluídos os polos do interior, atingindo 617 pessoas.

O DMO também promoveu campanhas de vacinação que beneficiaram 333 pessoas em 2011 e 2012, entre membros e servidores, com vacinas contra difteria/tétano, febre amarela, gripe, hepatite-B e tríplice viral.

Mais de 10 mil atendimentos médicos e odontológicos

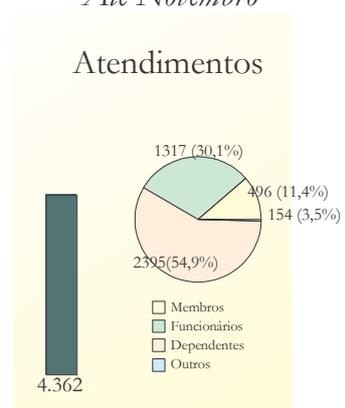
Entre 2011 e 2012, o DMO efetuou 23.733 atendimentos a membros, servidores, dependentes e comunitários.

DMO - Divisão Odontológica - 2011

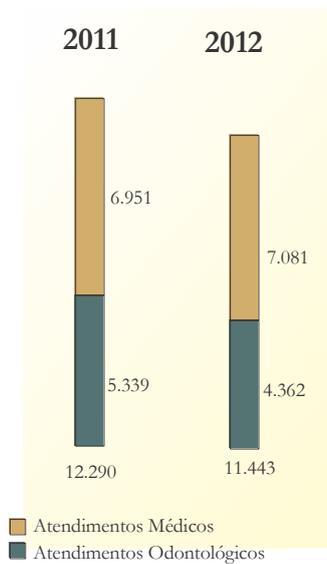


DMO - Divisão Odontológica - 2012

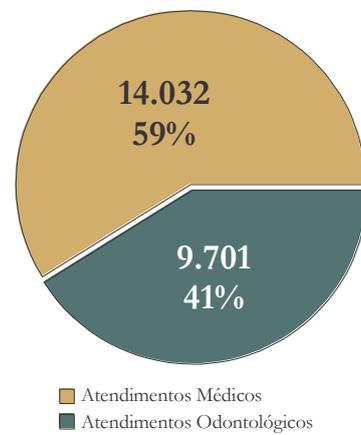
Até Novembro



DMO Totais de atendimentos realizados



DMO Totais de atendimentos realizados no período de 2011-Novembro/2012



Total de Atendimentos: 23.733



MP amplia quadro e aperfeiçoa controle interno de suas atividades

A gestão do procurador-geral de Justiça fortaleceu a Comissão de Controle Interno, conforme preceitua a Constituição Federal. O quantitativo de pessoal da comissão passou de três para quatro integrantes e do apoio, de um para três estagiários. Além disso, a sala foi ampliada e melhor equipada para abrigar os novos integrantes da comissão.

Controle de diárias foi aprimorado

Em julho de 2011, foram publicadas as Resoluções do Colégio de Procuradores, de n^{os} 007 e 008/2011, que regulamentam a concessão e o pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará.

O Controle Interno faz parte desse processo em dois momentos distintos: o primeiro,

na concessão e o segundo, no momento da prestação de contas.

No ano de 2012, foram analisados um total de 4.054 pedidos de diárias, perfazendo um total de R\$ 1.517.972,00. Isso quer dizer que foram analisados 4.054 pedidos de diárias e mais 4.054 prestações de contas.

A análise consiste em verificar a compatibilidade do

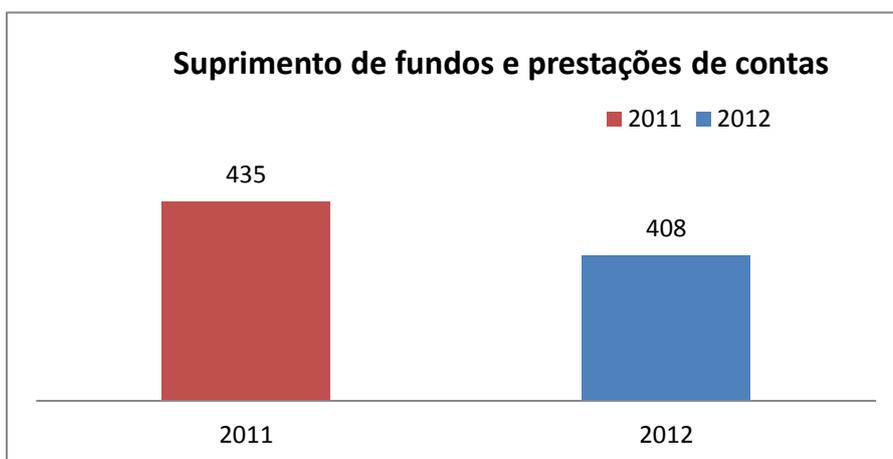
pedido com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais de contas.

Unidade orienta o uso de suprimento de fundos

Outro posicionamento do Controle Interno é com relação à concessão de suprimento de fundos.

No ano de 2011, foram concedidos 435 suprimentos e analisadas 435 prestações de contas, perfazendo um total de R\$ 437.724,60. No ano de 2012, foram concedidos 408 suprimentos e analisadas 408 prestações de contas de suprimento de fundos, perfazendo um total de R\$ 505.285,00.

Além disso, foi dada continuidade ao trabalho de orientação quanto aos tipos de compras, serviços e locomoções, e



suas comprovações, que podem ser pagos por meio de suprimento de fundos.

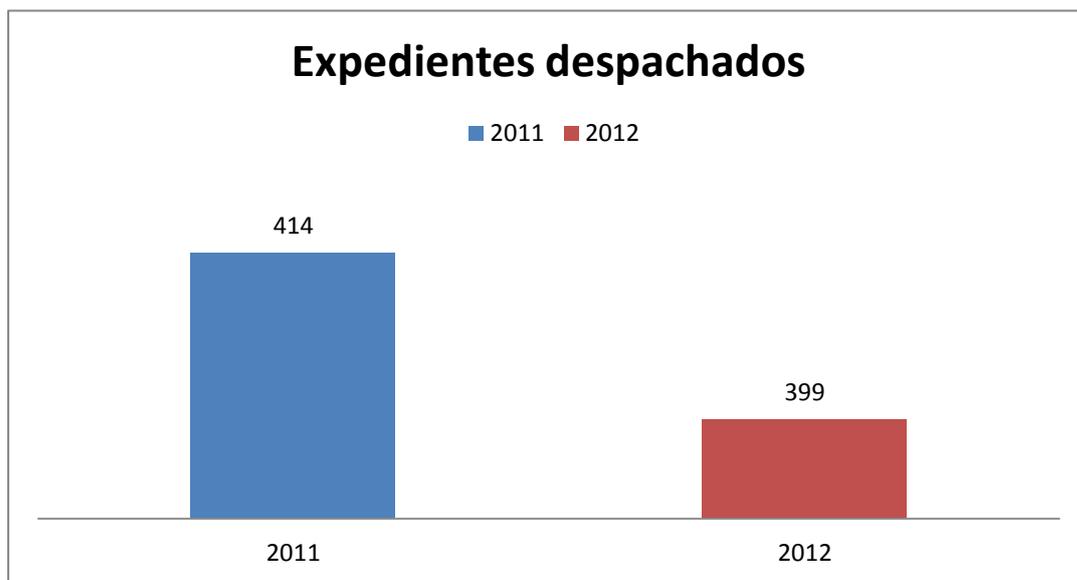
Análise de compras diretas e consultas diversas

A partir do ano de 2011, todas as compras diretas, isto é, aquelas que são efetuadas me-

diante dispensa ou inexigibilidade de licitação, passam por uma análise prévia do Controle Interno, que verifica se estão de acordo com a Lei 8.666/93 e orientações do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Além disso, são feitas consultas sobre diversos assuntos relacionados à missão institucional do órgão.

No ano de 2011, foram analisados 414 expedientes. Em 2012, 399 expedientes passaram pelo mesmo procedimento.



Unidade encaminha relatórios de fiscalização ao TCE

Quadrimestralmente é elaborado relatório de controle interno, no qual é analisada a execução orçamentária e relatadas as atividades do Controle Interno, para posterior encaminhamento ao TCE.

Anualmente o Tribunal de Contas do Estado julga as contas do MPE e, pelo segundo ano consecutivo, não houve nenhuma recomendação em relação às contas.



Unidade aprimora o controle sobre o andamento dos contratos

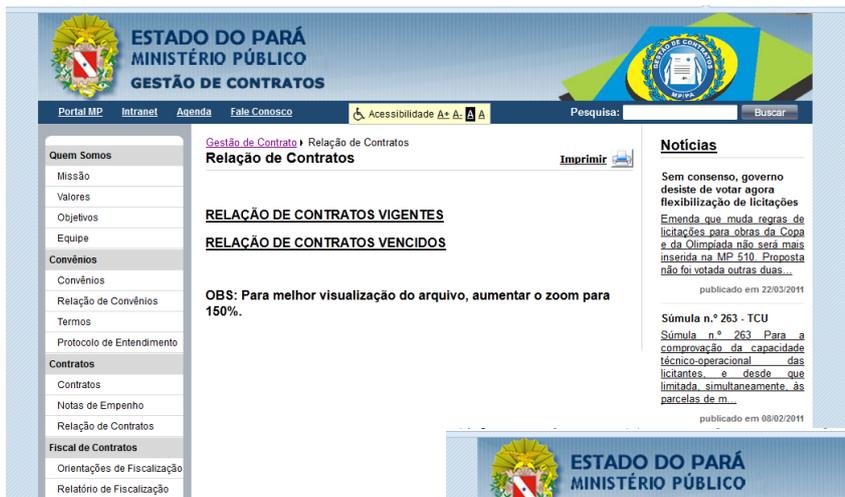
Nos anos de 2011 e 2012, a Gestão de Contratos providenciou a solicitação de designação dos fiscais, conforme publicação dos contratos no Diário Oficial do Estado, com a posterior publicação de portaria pelo Departamento de Recursos Humanos.

Mensalmente é feito um levantamento dos contratos a vencer, com a notificação dos responsáveis na hipótese de prorrogação ou não prorrogação, assim como na necessidade

de providências para nova contratação, caso seja justificadamente necessária.

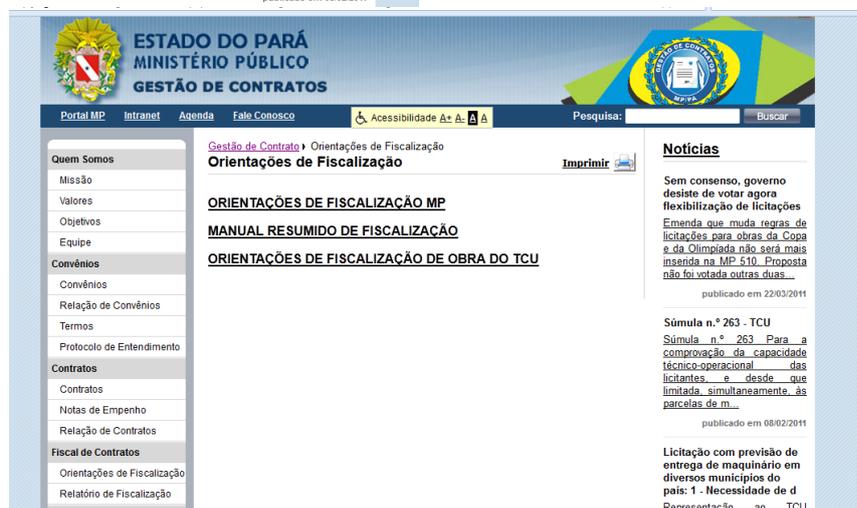
Da mesma forma, é feito um levantamento mensal de todos os contratos vigentes e

vencidos no Ministério Público para alimentação de tabela interna, formatada e publicada na intranet, com link disponível no portal de transparência.



Outra atividade de rotina é a atualização mensal da página da Gestão na intranet (à esquerda), na qual o fiscal pode obter informações sobre os contratos, ter acesso aos contratos digitalizados, a leis, resoluções, notícias, manuais de fiscalização e ao modelo de relatório.

Durante o biênio, o setor se preocupou também em prestar suporte aos fiscais no acompanhamento da execução dos contratos (à direita).



Aumento do número de celulares funcionais e maior controle dos gastos

Em 2011, o setor de Gestão de Contratos realizou a entrega de aparelhos celulares funcionais previstos no contrato de telefonia celular. Para atender às necessidades dos servidores do Ministério Público Estadual, o número de acesso aos celulares funcionais passou de 76 para 156.

Entre os meses de abril e dezembro, houve um intenso trabalho, juntamente com a provedora *oi*, a fim de regularizar o sistema de controle dos gastos com telefonia celular, ficando sob a responsabilidade da provedora os eventuais desencontros na análise de contas. Nesse período, foi regularizado o software *oi provedor* para melhorar o controle dos valores e das ligações. O funcionamento do tridígito 127 usado nas ligações, que causava transtornos, foi regularizado também.

Comissão de Acompanhamento da Execução de Contratos Administrativos e Convênios

Foi instituída em 26 de março de 2012 a Comissão de Acompanhamento da Execução de Contratos Administrativos e Convênios no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, formada por três servidores. A partir da formação da comissão, todos os convênios assinados pela instituição, que até então estavam sob a responsabilidade da Atividade de Licitação e Contratos, passaram para o controle da comissão.

Com essa mudança, a Comissão de Contratos e Convênios solicitou fiscais para todos os convênios vigentes, mediante publicação de porta-



Treinamento para fiscais, ocorrido no Auditório "Fabrício Ramos Couto" - Ceaf

ria no Diário Oficial do Estado.

Outra novidade após a instituição da comissão é que os serviços de controle de contas de água, luz e telefone passaram a ser atribuições do Departamento de Administração.

Ações do setor buscam informar e integrar os fiscais

Para facilitar a função dos fiscais, foi elaborado e publicado na intranet um relatório de fiscalização com uma linguagem mais clara e de fácil compreensão.

Em abril, foram contatados por telefone todos os fiscais de contratos ativos, com encaminhamento por e-mail de cópia de contrato, resumo de fiscalização e modelo de relatório, para melhorar a integração com o setor e a responsabilidade das atribuições a eles conferidas.

Tendo em vista a necessidade de capacitação no trabalho de fiscalização de contratos, foi realizada uma reunião de treinamento, transmitida ao vivo pela intranet e disponível na página de Ges-

tão de Contratos do Ministério Público Estadual.

Atualmente, 198 contratos estão sob gestão do MP e são acompanhados por 81 fiscais, e 66 convênios sofrem assistência de 19 fiscais.

Por último, está sendo providenciado uma atualização das "orientações de fiscalização", que deverá ser publicada no primeiro trimestre de 2013.



Avaliações corretas geraram uma grande economia para a instituição

O objetivo primordial da Atividade de Licitações e Contratos é viabilizar, de forma eficiente e transparente, os contratos e convênios no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará. Por meio da consecução desse objetivo, a instituição pode atingir resultados positivos e satisfatórios, bem como atender aos interesses públicos primários e secundários.

Durante o biênio 2011-2012, foram formalizados 229 contratos decorrentes de licitação, dispensa e inexigibilidade. No mesmo período foram realizados 188 procedimentos licitatórios, entre pregões eletrônicos e presenciais, concorrências públicas, tomadas de preços e convites.

A correta avaliação nas fases que antecedem os certames gerou uma grande economia para o órgão. Em 2011, por exemplo, a diferença entre os valores estimados e os valores homologados pela administração foi de quase sete milhões de reais (R\$6.942.209,19). No ano de 2012, a diferença atingiu

mais de sete milhões (R\$7.817.536,22).

O número de convênios e instrumentos similares no período foi de 27.

Veja a seguir os dados do Relatório da Atividade de Licitações e Contratos referente aos anos de 2011 e 2012.

I - CONTRATOS FORMALIZADOS

Quantitativo total, incluindo as contratações decorrentes de licitação, dispensa e inexigibilidade.

Ano 2011: **101**
Ano 2012: **128**

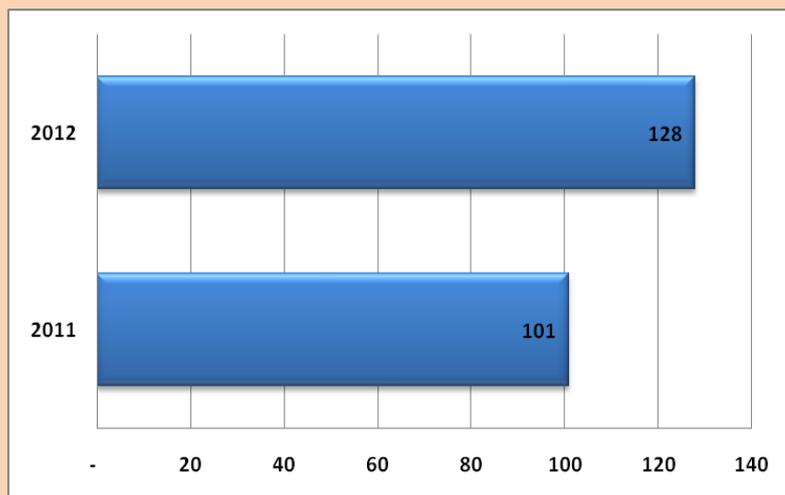


GRÁFICO 1: Total de contratos formalizados por ano

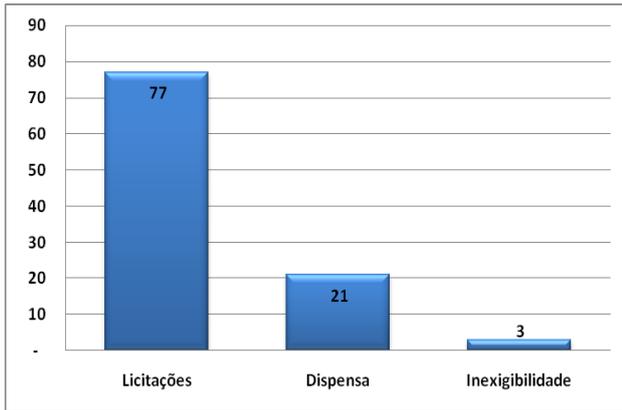


GRÁFICO 2: Origem dos Contratos – Ano 2011

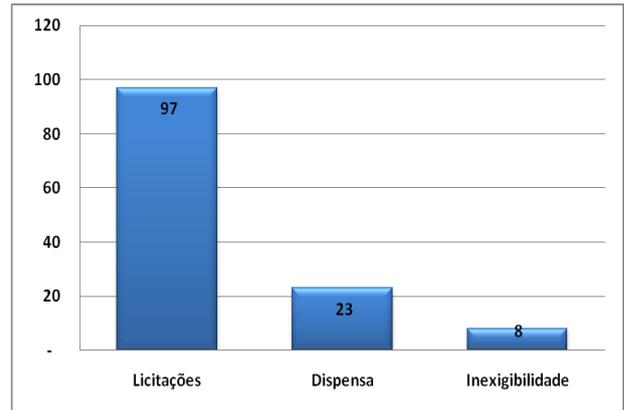


GRÁFICO 3: Origem dos Contratos – Ano 2012

II - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Quantitativos totais

a) Quantitativos totais por ano:

Ano 2011: 78

Ano 2012: 110

b) Quantitativos totais por ano e por modalidade licitatória:

Modalidade/Ano	2011	2012
Pregão Eletrônico	64	93
Pregão Presencial	1	2
Concorrência	4	3
Tomada de Preços	4	4
Convite	5	8

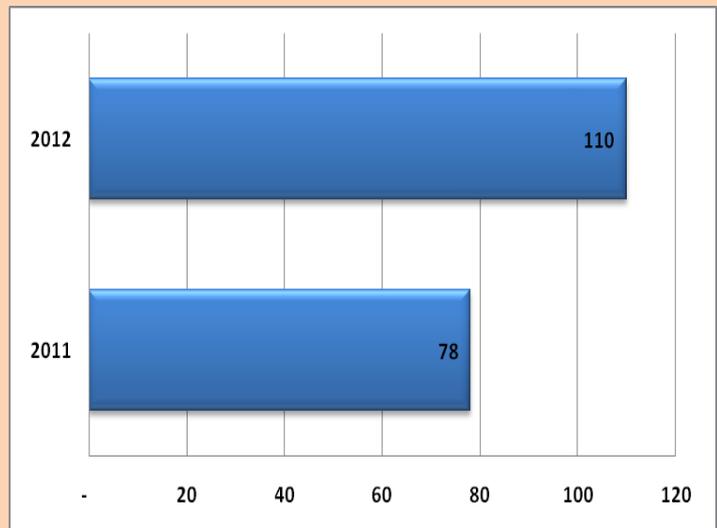


GRÁFICO 4: Licitações nos anos de 2011 e 2012

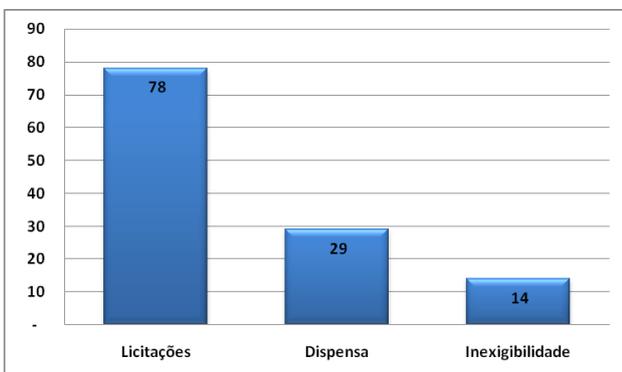


GRÁFICO 5: Licitações, dispensas e inexigibilidades no ano de 2011

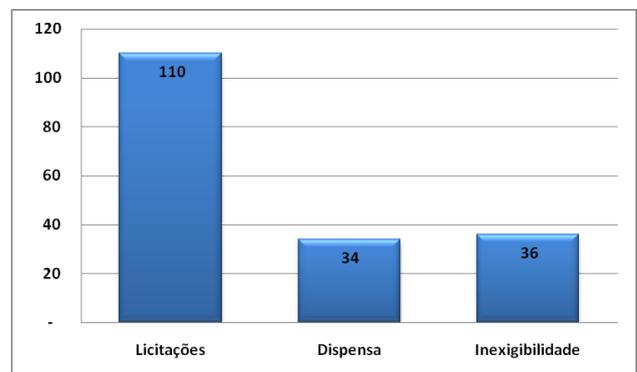


GRÁFICO 6: Licitações, dispensas e inexigibilidades no ano de 2012

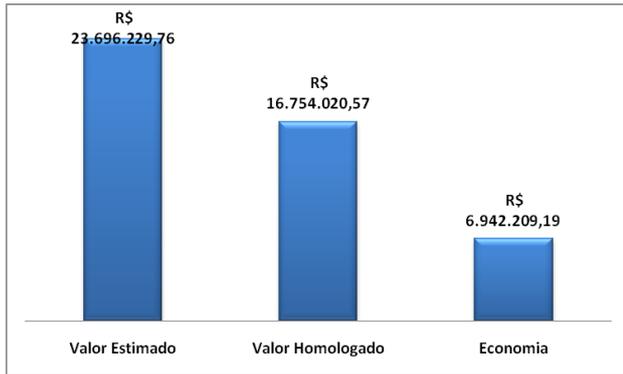


GRÁFICO 7: Economia no ano de 2011

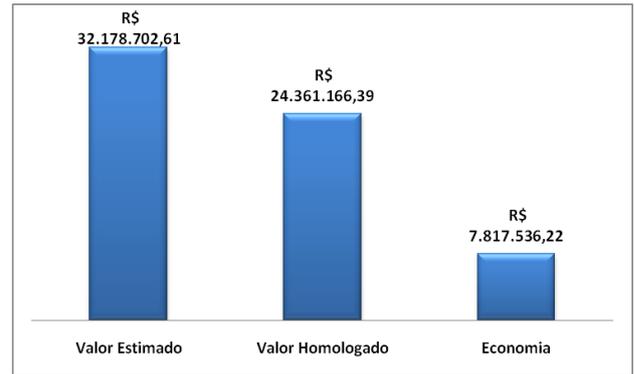


GRÁFICO 8: Economia ao ano de 2012

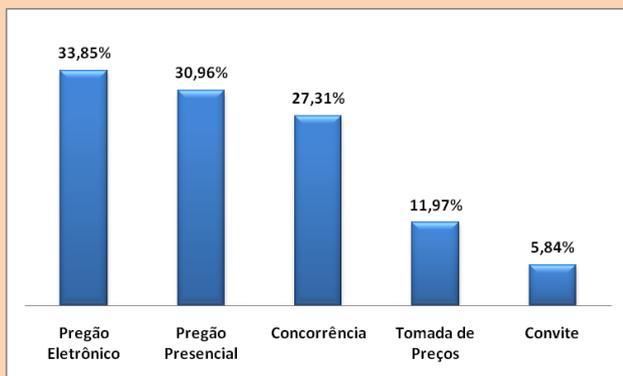


GRÁFICO 9: Economia por modalidade no ano de 2011

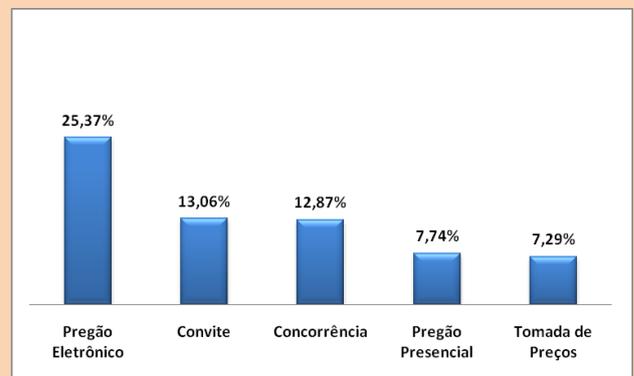


GRÁFICO 10: Economia por modalidade no ano de 2012

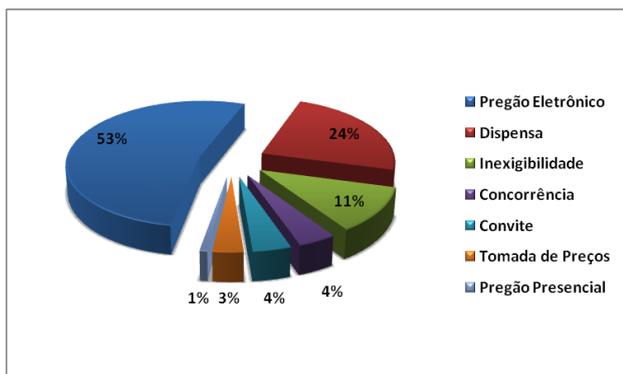


GRÁFICO 11: Procedimentos utilizados no ano de 2011

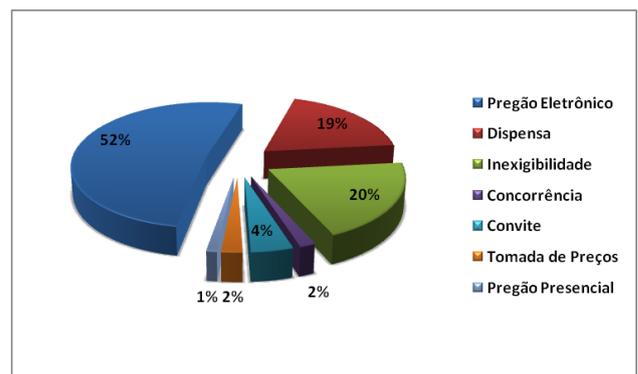


GRÁFICO 12: Procedimentos utilizados do ano de 2012

III - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Quantitativos totais

a) Quantitativos totais por ano:

Ano 2011: 29
Ano 2012: 34

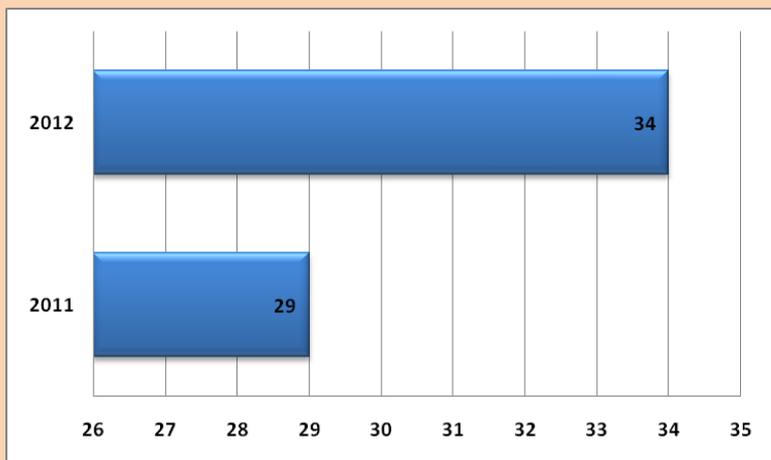


GRÁFICO 13: Total de processos de dispensa de licitação por ano

IV - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Quantitativos totais

a) Quantitativos totais por ano:

Ano 2011: 14
Ano 2012: 36

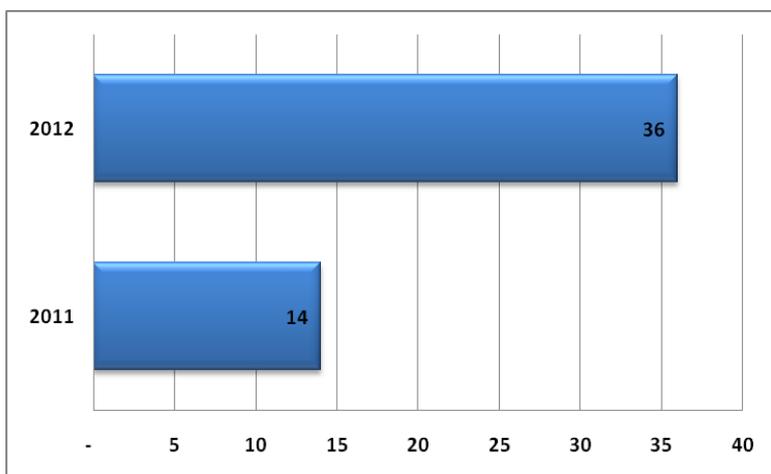


GRÁFICO 14: Total de processos de inexigibilidade de licitação por ano

V - CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Quantitativo total

Ano 2011: 13
Ano 2012: 14

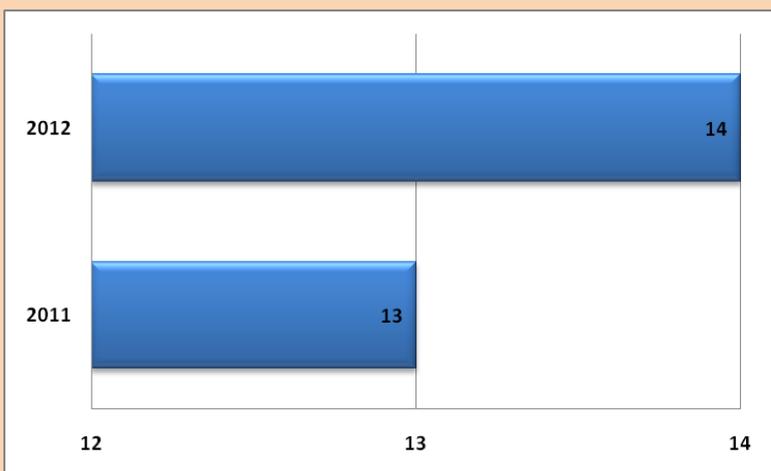


GRÁFICO 15: Total de convênios e instrumentos congêneres por ano

Composição Institucional



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Manoel Santino Nascimento Junior
Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves
Cláudio Bezerra de Melo
Ubiragilda Silva Pimentel
Luiz Cesar Tavares Bibas
Geraldo de Mendonça Rocha
Francisco Barbosa de Oliveira
Dulcelinda Lobato Pantoja
Marcos Antônio Ferreira das Neves
Adélio Mendes dos Santos
Almerindo José Cardoso Leitão
Mariza Machado da Silva Lima
Antônio Eduardo Barleta de Almeida
Ricardo Albuquerque da Silva
Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater

Mario Nonato Falangola
Maria da Conceição Gomes de Souza
Maria da Conceição de Mattos Sousa
Ana Lobato Pereira
Leila Maria Marques de Moraes
Tereza Cristina Barata Batista de Lima
Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos
Estevam Alves Sampaio Filho
Jorge de Mendonça Rocha
Maria do Perpétuo Socorro Velasco dos Santos
Miguel Ribeiro Baía
Hezedequias Mesquita da Costa
Maria Célia Filocreão Gonçalves
Cândida de Jesus R. do Nascimento
Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo

CONSELHO SUPERIOR

Março de 2011 a dezembro de 2012

Antônio Eduardo Barleta de Almeida
Procurador-Geral de Justiça

Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves
Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros Efetivos

Adélio Mendes dos Santos
Francisco Barbosa De Oliveira
Ana Lobato Perereira
Maria da Conceição Mattos Sousa
Manoel Santino Nascimento Junior

Conselheiros Suplentes

Dulcelinda Lobato Pantoja
Ana Tereza da Silva Socorro Abucater
Anabela Boução Viana
Mariza Machado da Silva Lima

A partir de janeiro de 2013

Antônio Eduardo Barleta de Almeida
Procurador-Geral de Justiça

Adélio Mendes dos Santos
Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros Efetivos

Ubiragilda Silva Pimentel
Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo
Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Geraldo de Mendonça Rocha
Leila Maria Marques de Moraes

Conselheiros Suplentes

Hezedequias Mesquita da Costa
Maria Célia Filocreão Gonçalves
Maria da Conceição Gomes de Souza
Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos
Mariza Machado da Silva Lima

OUVIDORIA-GERAL

Claudomiro Lobato de Miranda ((2/12/2010 a 2/12/2012)

José Maria Gomes dos Santos (a partir de 3/12/2012)

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Diretor-Geral

Benedito Wilson Corrêa de Sá

Diretor de Cursos e Eventos

Alexandre Manuel Lopes Rodrigues

Diretor de Publicações

José Edvaldo Pereira Sales

Diretora de Pesquisas e Grupos de Estudo

Leane Barros Fiúza de Mello

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Coordenadores

CAO Cível

Regina Fátima Sadalla Silva Abbade (1º/5/2010 a 31/3/2011)

Ubiragilda Silva Pimentel (1º/4/2011 a 8/5/2011)

Licurgo Margalho Santiago (9/5/2011 a 11/9/2011)

Sumaya Saady Morhy Pereira (a partir de 12/9/2011)

CAO Criminal

Licurgo Margalho Santiago (8/10/2010 a 8/5/2011);

Geraldo de Mendonça Rocha (9/5/2011 a 11/9/2011);

Licurgo Margalho Santiago (12/9/2011 a 29/2/2012);

Jose Maria Costa Lima Junior (a partir de 1º/6/2012)

CAO de Defesa dos Direitos Constitucionais, Difusos e Coletivos

Frederico Antônio Lima de Oliveira (19/3/2007 a 8/5/2011)

Nélio Caetano Silva (a partir de 9/5/2011)

CAO Cidadania

Natanael Cardoso Leitão (01/06/2005 a 31/3/2011)

Ubiragilda Silva Pimentel (1º/4/2011 a 13/4/2011)

Geraldo De Mendonça Rocha (14/4/2011 a 8/5/2011)

Ubiragilda Silva Pimentel (9/5/2011 a 9/5/2012)

Ivelise Pinheiro Pinto (a partir de 10/5/2012)

CAO do Meio Ambiente

Raimundo de Jesus Coelho de Moraes (04/08/1997 a 31/3/2011) – Coordenador NUMA

Maria da Graça Azevedo da Silva (1º/4/2011 a 1º/6/2011) – Coordenadora NUMA

Maria da Graça Azevedo da Silva (1º/6/2011 a 12/12/2012) – Coordenadora do CAO Ambiental

Raimundo de Jesus Coelho de Moraes - (11/1 a 18/3/2013) – Coordenador do CAO Ambiental

CAO da Infância e Juventude

Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo (17/12/1996 a 31/3/2011)

Almerindo Jose Cardoso Leitão (1º/4/2011 a 8/8/2011)

Leane Barros Fiuza de Mello (a partir de 9/8/2011)

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 3ª ENTRÂNCIA

ADRIANA DE LOURDES MOTA SIMÕES COLARES
ADOLFO JOSÉ DE SOUZA
AGAR DA COSTA JUREMA
ALBERTINO SOARES MOREIRA JÚNIOR
ALCENILDO RIBEIRO DA SILVA
ALCYR MONTERO CECIM
ALDIR JORGE VIANA DA SILVA
ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO
AMÉLIA SATOMI IGARASHI
ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO
ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO
ANETTE MACÊDO ALEGRIA
ARMANDO BRASIL TEIXEIRA
BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ
BETHÂNIA MARIA DA COSTA CORREA
CARLOS STILIANIDI GARCIA
CEZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA
CESAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR
CLAUDOMIRO LOBATO DE MIRANDA
DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS
EDSON AUGUSTO CARDOSO DE SOUZA
ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO
ELIÉZER MONTEIRO LOPES
ERNESTINO ROOSEVELT SILVA PANTOJA
FÁBIA DE MELO-FOURNIER
FABIANO AMIRALDO E SILVA
FIRMINO ARAUJO DE MATOS
FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID
FRANKLIN LOBATO PRADO
FREDERICO ANTÔNIO LIMA DE OLIVEIRA
GILBERTO VALENTE MARTINS
HAMILTON NOGUEIRA SALAME
HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
ISAIAS MEDEIROS DE OLIVEIRA
IVANILSON PAULO CORRÊA RAIOL
IVELISE PINHEIRO PINTO
JACIREMA FERREIRA DA SILVA E CUNHA
JOANA CHAGAS COUTINHO
JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA
JOSE HAROLDO CARNEIRO MATOS
JOSE MARIA COSTA LIMA JUNIOR
JOSE NAZARENO BARROS ANDRE
JOSÉ ROBERTO COIMBRA
JOSÉ RUI DE ALMEIDA BARBOZA
LEANE BARROS FIUZA DE MELLO
LÍLIAM PATRÍCIA DUARTE DE SOUZA GOMES
LUCINERY HELENA RESENDE FERREIRA
LUIZ CLAUDIO PINHO
LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO
LUIZ OTÁVIO BANDEIRA GOMES
MANOEL VICTOR SERENI MURRIETA E TAVARES
MARCELO BATISTA GONÇALVES
MARCELO MAIA DE SOUSA
MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA
MARCO AURELIO LIMA DO NASCIMENTO
MARIA DA PENHA DE MATOS BUCHACRA
MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA CUNHA
MARIA DE BELÉM SANTOS

MARIA DE NAZARÉ ABBADE PEREIRA
MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CORRÊA
MARIA DO CARMO MARTINS LIMA
MARIA DO SOCORRO PAMPLONA LOBATO
MARIA JOSÉ LOBATO ROSSY
MARIA LUIZA LOUREIRO DE BORBOREMA
MARIO RAUL VICENTE BRASIL
MÁRIO SAMPAIO NETTO CHERMONT
MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO
MILTON LUIS LOBO DE MENEZES
MONICA REI MOREIRA FREIRE
MYRNA GOUVEIA DOS SANTOS
NATANAEL CARDOSO LEITÃO
NELIO CAETANO SILVA
NELSON PEREIRA MEDRADO
NICOLAU ANTÔNIO DONADIO CRISPINO
NILTON GURJÃO DAS CHAGAS
OCIRALVA DE SOUZA FARIAS TABOSA
OIRAMA VALENTE SANTOS BRABO RODRIGUES
PEDRO PAULO BASSALO CRISPINO
RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES
REGINA FÁTIMA SADALLA SILVA ABBADE
ROBERTO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
ROSANA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS
ROSANA PAES PINTO
ROSÂNGELA CHAGAS DE NAZARÉ
ROSILENE DE FÁTIMA LOURINHO DOS SANTOS
SAMIR TADEU MORAES DAHÁS JORGE
SANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA GONÇALVES
SANDRO GARCIA CASTRO
SÁVIO RUI BRABO DE ARAUJO
SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA
SILVIA BRANCHES SIMÕES
SILVIO PAULO BRABO RODRIGUES
SINARA LOPES LIMA
SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS
SUELY REGINA AGUIAR CRUZ
SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA
SYMONE MORHY DE SIQUEIRA MENDES LAURIA
VERA LÚCIA ANDERSEN PINHEIRO
VIVIANE VERAS DE PAULA
WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO
WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO
WILSON PINHEIRO BRANDÃO
WILTON NERY DOS SANTOS

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 2ª ENTRÂNCIA

AFONSO JOFREI MACEDO FERRO
ALBELY MIRANDA LOBATO
ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE
ALESSANDRA REBELO CLOS
ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES
ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
ALFREDO MARTINS DE AMORIM
ALINE TAVARES MOREIRA
AMARILDO DA SILVA GUERRA
ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES DE AZEVEDO
ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO
ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO
ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ
ANTONIO LOPES MAURÍCIO
ARNALDO CÉLIO DA COSTA AZEVEDO
BEZALIEL CASTRO ALVARENGA
BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO
CARLOS EUGÊNIO RODRIGUES SALGADO DOS SANTOS
CARMEN BURLE DA MOTA PAES
CRISTINAMARIA DE QUEIROZ COLARES
DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO
DANIEL MENEZES BARROS
DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS
DANIELA SOUZA FILHO MOURA
DANYLLO POMPEU COLARES
DARLENE RODRIGUES MOREIRA
EDIVAR CAVALCANTE LIMA JUNIOR
EDMILSON BARBOSA LERAY
EDUARDO JOSÉ FALESI DO NASCIMENTO
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA
ERICA ALMEIDA DE SOUSA
ERIKA MENEZES DE OLIVEIRA
EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO
FABIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA
FRANKLIN JONES VIEIRA DA SILVA
FREDERICO AUGUSTO DE MORAIS FREIRE
GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA
GUSTAVO RODOLFO RAMOS DE ANDRADE
GRUCHENHKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE
GUILHERME CHAVES COELHO
HELIO RUBENS PINHO PEREIRA
HYGÉIA VALENTE DE SOUZA MAGALHÃES
IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES
JANAINA ANDRADE DE SOUSA
JAYME FERREIRA BASTOS FILHO
JORGE DELANO DA SILVA
JOSE AUGUSTO NOGUEIRA SARMENTO
JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES
JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS
JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS
JOSÉLIA LEONTINA DE BARROS LOPES
JULIANA DIAS FERREIRA DE PINHO PALMEIRA
JULIO CESAR SOUSA COSTA
LAERCIO GUILHERMINO DE ABREU
LARISSA BRASIL BRANDÃO
LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR
LEA CRISTINA MOUZINHO DA ROCHA
LÍLIAN NUNES E NUNES
LILIAN REGINA FURTADO BRAGA
LÍLIAN VIANA FREIRE
LIZETE DE LIMA NASCIMENTO
LUCINEIDE BARRETO DO AMARAL
LUIZ GUSTAVO DA LUZ QUADROS
LUZIANA BARATA DANTAS
MARCELA CHRISTINE F. DE MELO CASTELO BRANCO
MARCIO LEAL DIAS
MARCIO SILVA MAUÉS DE FARIA
MARGARETH PUGA CARDOSO SINIMBU
MARIA DE LOURDES COSTA BRASIL
MARIA JOSE VIEIRA DE CARVALHO CUNHA
MARIELA CORREA HAGE
MARLENE RAMOS PAMPOLHA
MAURO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA
MAURO MARQUES DE MORAES
NADILSON PORTILHO GOMES
NEY TAPAJOS FERREIRA FRANCO
PATRÍCIA DE FÁTIMA DE CARVALHO A. FRANCO COSTA
PAULO ARIAS CARVALHO CRUZ
PAULO RICARDO DE SOUZA BEZERRA
POLYANA BRASIL MACHADO DE SOUZA
PRISCILLA TEREZA DE ARAUJO COSTA
QUINTINO FARIAS DA COSTA JUNIOR
RAIMUNDO ANTONIO SILVA AIRES
RAIMUNDO NONATO COIMBRA BRASIL
REGIANE BRITO COELHO OZANAN
REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA
REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES
RENILDA MARIA GUIMARÃES FERREIRA
ROBERTO JOAQUIM DA SILVA FILHO
RODIER BARATA ATAIDE
ROSÂNGELA ESTUMANO GONÇALVES HARTMANN
RUI BOULHOSA MAROJA
SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME
SANDRO RAMOS CHERMONT
SILVANA NASCIMENTO VAZ DE SOUSA
SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILÉO
SÍNTIA NONATA NEVES DE QUINTANILHA BIBAS MARADEI
TULIO CHAVES NOVAES
VALÉRIA PORPINO NUNES IANNUZZI
VÂNIA CAMPOS DE PINHO
VIVIANE LOBATO SOBRAL FRANCO
VYLLYA COSTA BARRA SERENI

PROMOTORES DE JUSTIÇA DE 1ª ENTRÂNCIA

ACENILDO BOTELHO PONTES
ADLEER CALDERARO SIROTHEAU
ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO
ADRIANA PASSOS FERREIRA
ALAN PIERRE CHAVES ROCHA
ALEXANDRE MONTEIRO VENDITTE
ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN
ALINE JANUSA TELES MARTINS
AMANDA LUCIANA SALES LOBATO
ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO
ANTONIO MANOEL CARDOSO DIAS
ARLINDO JORGE CABRAL JUNIOR
BRENDA MELISSA FERNANDES LOUREIRO BRAGA
BRENDA CORRÊA LIMA AYAN
BRUNA REBECA PAIVA DE MORAES
CARLOS LAMARCK MAGNO BARBOSA
CLAUDIO LOPES BUENO
CREMILDA AQUINO DA COSTA
CRISTINE MAGELLA SILVA CORRÊA
CRYSTINA MICHIKO TAKETA MORIKAWA
DULLY SANAE ARAUJO OTAKARA
ELAINE DE SOUZA NUAYED
ELY SORAYA SILVA CEZAR
EMÉRIO MENDES COSTA
EVELIN STAEVIE DOS SANTOS
FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA MARTINS
FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ
FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA
FRANCYS LUCY GALHARDO DO VALE
GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO
GRACE KANEMITSU PARENTE
HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA
HERENA NEVES MAUES CORREA DE MELO
IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA
ISAAC SACRAMENTO DA SILVA
ÍTALO COSTA DIAS
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
JANUÁRIO CONSTANCIO DIAS NETO
JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA
JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACÊDO JUNIOR
JOSE FRAZÃO SÁ MENEZES NETO
LIGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA
LILIANE CARVALHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA
LORENA DE MOURA BARBOSA
LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA
MAGDALENA TORRES TEIXEIRA
MANOEL ADILTON PERES DE OLIVEIRA
MARILÚCIA SANTOS SALES
MAYANNA SILVA DE SOUZA QUEIROZ
MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA
MARIA RAIMUNDA DA SILVA TAVARES
MAURIM LAMEIRA VERGOLINO
MELINA ALVES BARBOSA
MONICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA
PAULO ANGELO NOGUEIRA FURTADO
PAULO IGOR BARRA NASCIMENTO
PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR
RAMON FURTADO SANTOS
RENATA FONSECA DE CAMPOS
RENATA VALÉRIA PINTO CARDOSO LISBOA
RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA
RODRIGO AQUINO SILVA
RODRIGO CELESTINO PINHEIRO MENEZES
SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM
SAMILE SIMÕES ALCOLUMBRE DE BRITO
SAMUEL FURTADO SOBRAL
TATIANA FERREIRA GRANHEN
VALÉRIA NOGUEIRA DA SILVA
VIVIANA DOS SANTOS COUTO DELAQUIS PEREZ
WILSON GAIA FARIAS

